

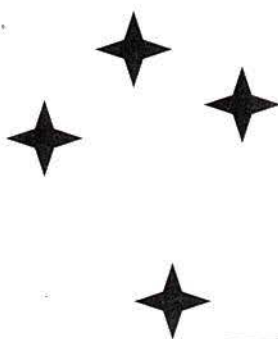


ESTUDO ANALÍTICO-DESCRIPTIVO
COMPARATIVO DO SETOR
EDUCACIONAL DO MERCOSUL

ESTUDIO ANALÍTICO-DESCRIPTIVO
COMPARATIVO DEL SECTOR
EDUCATIVO DEL MERCOSUR

COMPARATIVE
ANALYTIC-DESCRIPTIVE STUDY OF
MERCOSUR EDUCATIONAL SECTOR

(1996-2000)



MERCOSUL



**ESTUDO ANALÍTICO-DESCRITIVO
COMPARATIVO DO SETOR
EDUCACIONAL DO MERCOSUL**

**ESTUDIO ANALÍTICO-DESCRIPTIVO
COMPARATIVO DEL SECTOR
EDUCATIVO DEL MERCOSUR**

**COMPARATIVE
ANALYTIC-DESCRIPTIVE STUDY OF
MERCOSUR EDUCATIONAL SECTOR**

(1996-2000)

**ESTUDO ANALÍTICO-DESCRIPTIVO
COMPARATIVO DO SETOR
EDUCACIONAL DO MERCOSUL
(1996-2000)**

PARTICIPANTES DO GRUPO GESTOR DO PROJETO (GGP) "SISTEMA DE INDICADORES DO MERCOSUL EDUCACIONAL"

ARGENTINA

Nome: MARÍA LAURA ALONSO

Cargo: Coordinadora de Laboratorio de Estadística

Instituição: Ministerio de Educación, Ciencias y Tecnología

Endereço: Paraguay 1657 – 1er. Piso contrafrente

Telefone/fax: +54 – 11-4129-1421/+54-11-4125-1447

E-mail: malonso@me.gov.ar

Nome: IRENE OIBERMAN

Cargo: Coordinadora de la Red

Instituição: Ministerio de Educación, Ciencias y Tecnología/
Red Federal de Información

Endereço: Paraguay 1657 – 2º Piso contrafrente

Telefone/fax: +54 – 11-4129-1438/+54-11-4125-1447

E-mail: ioiberman@me.gov.ar

BRASIL

Nome: OROSLINDA MARIA TARANTO GOULART

Cargo: Diretora de Tratamento e Disseminação de
Informações Educacionais

Instituição: Ministério da Educação/Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira (Inep)

Endereço: Anexo II do MEC, Brasília-DF, Brasil

Telefone: (61) 210-48426/fax: (61) 2104-9441

E-mail: linda.goulart@inep.gov.br

Nome: LILIANE LUCIA NUNES DE ARANDA OLIVEIRA

Cargo: Coordenadora de Análises Estatísticas

Instituição: Ministério da Educação/Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira (Inep)

Endereço: Anexo II do MEC Sala 430, Brasília-DF, Brasil

Telefone/fax: (61) 2104-9070/ (61)2104-9441

E-mail: liliane.oliveira@inep.gov.br

PARAGUAI

Nome: HILDA GONZÁLEZ GARCETE

Cargo: Jefa del Departamento de Estadística y Servicios de
Información

Instituição: Dirección General de Planificación Educativa y
Cultural

Endereço: 25 de mayo 171 c/Yegros – 4º piso – Asunción,
Paraguay

Telefone/fax: +595 21 493 880/+595 21 492476

E-mail: hilgonza@mec.gov.py

Nome: DALILA NOEMI ZARZA PAREDES

Cargo: Técnico

Instituição: Dirección General de Planificación Educativa y
Cultural

Endereço: 25 de mayo 171 c/ Yegros – 4º piso – Asunción,
Paraguay

Telefone/fax: +595 21 493 880/+595 21 492476

E-mail: dazarza@mec.gov.py; dazarza@yahoo.com

URUGUAI

Nome: MARA PÉREZ TORRANO

Cargo: Directora del Depto de Estadística.

Instituição: Ministerio de Educación y Cultura

Endereço: Reconquista 535 piso 6

Telefone: (5982) 915-3857 interno 2

E-mail: perezm@mec.gub.uy

BOLÍVIA

Nome: SAÚL HENRY SANTA MARÍA SINGURI

Cargo: Profesional en Estadística Educativa

Instituição: Ministerio de Educación

Endereço: Avenida Arce 2147, La Paz

Telefone/fax: (591 - 2) 72506996/(591-2) 2442272

Correio Eletrônico: ssantamaria@minedu.gov.bo

CHILE

Nome: CÉSAR MUÑOZ HERNÁNDEZ

Cargo: Analista del Departamento de Estudios y Desarrollo

Instituição: Ministerio de Educación

Endereço: Alameda Nro. 1371 Piso 8, Santiago, Chile

Telefone/fax: (56-2) 3904861/(56-2)3800349

E-mail: cesar.munoz@mineduc.cl



Documento elaborado com a colaboração técnica da Unesco, através da Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (Orealc/Unesco – Santiago) e da Assessoria Regional do Instituto de Estatística da Unesco (UIS). Participaram do trabalho: Sra. Ana Luiza Machado (Diretora da Orealc/Unesco – Santiago), Sr. Cesar Guadalupe (Assessor Regional para a América Latina e o Caribe do UIS), Sr. Daniel Taccari e Sr. Ivan Castro (Consultores da Orealc/Unesco – Santiago).

ESTUDO ANALÍTICO-DESCRIPTIVO COMPARATIVO DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL (1996-2000)

Setor Educacional do Mercosul (SEM)

Sistema de Informação e Comunicação do Mercosul Educacional (SIC)

Grupo Gestor do Projeto (GGP) "Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional"

Brasília-DF – Brasil
Inep
Junho de 2005

PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO
TEIXEIRA (INEP)
Eliezer Pacheco

DIRETORA DE TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS (DTDIE)
Orosinda Taranto Goulart

COORDENADORA-GERAL DE LINHA EDITORIAL E PUBLICAÇÕES (CGLEP)
Lia Scholze

COORDENADORA DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Rosa dos Anjos Oliveira

COORDENADOR DE PROGRAMAÇÃO VISUAL
F. Secchin

EDITOR EXECUTIVO
Jair Santana Moraes

TRADUÇÃO E REVISÃO
Francisco Vilela (Espanhol)
Márcia Teixeira (Inglês)

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL
Raphael Caron Freitas

TIRAGEM
2.000 exemplares

EDITORIA
Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I, 4º Andar, Sala 418
CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil
Fones: (61) 2104-8438, (61) 2104-8042
Fax: (61) 2104-9812
editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO
Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 4º Andar, Sala 414
CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil
Fone: (61) 2104-9509
publicacoes@inep.gov.br
<http://www.inep.gov.br/publicacoes>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Estudo analítico-descritivo comparativo do setor educacional do Mercosul : (1996-2000) =
Estudio analítico-descriptivo comparativo del sector educativo del Mercosur : (1996-
2000) = Comparative analytic-descriptive study of Mercosur educational sector : (1996-
2000) / Setor Educativo do Mercosul. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira, 2005.
95, 93, 93 p.

1. Sistema educacional. 2. Política educacional. 3. Análise comparativa. I. Setor
Educativo do Mercosul.

CDU 371.4

SUMÁRIO

Apresentação	9
Resumo Executivo	11
1. O SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	13
O Grupo de Especialistas em Estatísticas Educacionais e o Grupo Gestor do Projeto "Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional"	15
2. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS DA REGIÃO DE UMA PERSPECTIVA DE COMPARABILIDADE REGIONAL	19
A importância de uma análise comparativa para o Mercosul	19
Marco conceitual dos indicadores educacionais do Mercosul	20
A aplicação da Cine 97	21
Argentina	24
Bolívia	25
Brasil	26

Chile	27
Paraguai	28
Uruguai	29
3. ANÁLISE LONGITUDINAL COMPARATIVA ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL	31
Os indicadores globais	32
4. PERFIL DOS PAÍSES	63
5. CONCLUSÕES	71
ANEXOS	75
1. Resenha de Reuniões Técnicas e Seminários	77
2. Notas Metodológicas	87
3. Planilha de Dados	95

APRESENTAÇÃO

O reconhecimento consensual do papel central da educação nas estratégias de desenvolvimento dos países latino-americanos, para enfrentar os desafios colocados pelo avanço da revolução científico-tecnológica, da transformação produtiva, da democratização e dos processos de integração continental, foi concebido desde o início da formação do Mercosul – Mercado Comum do Sul. Este processo se fortaleceu com a formalização do Protocolo de Intenções firmado pelos ministros da Educação em 13 de dezembro de 1991.

Nesse Protocolo estabeleceu-se a conformação inicial do Setor Educativo do Mercosul (SEM), ficando como órgão máximo responsável a Comissão de Ministros do Setor, com a função principal de propor as medidas necessárias à coordenação das políticas educativas entre os Estados-Membros, que, por sua vez, são assistidos permanentemente pelo respectivo Comitê Coordenador Regional (CCR).

O Plano Trienal aprovado na II Reunião de Ministros do SEM, em 1ª de junho de 1992, identificou a formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração, a capacitação dos recursos humanos para contribuir com a economia e a harmonização dos sistemas educativos como áreas prioritárias para o desenvolvimento das ações que devem acompanhar o processo de integração. Para o seu desenvolvimento, estabeleceram-se Programas, Subprogramas e a necessidade de criação de equipes técnicas de

trabalho. Nesse ponto, iniciaram-se os trabalhos do Sistema de Informação e Comunicação (SIC). Os processos e avanços posteriores foram se definindo por meio de planos sucessivos.

Mais à frente, no Plano de Ação vigente do SEM (2001-2005) foram definidos como objetivos estratégicos o fortalecimento da consciência cidadã favorável ao processo de integração regional que valorize a diversidade cultural, a promoção e uma educação de qualidade para todos na região e de políticas de formação e capacitação de recursos humanos competentes, e a constituição de um espaço educativo regional de cooperação solidária.

Para levar adiante as ações do Plano, o SEM reestruturou-se em três Comissões Regionais Coordenadoras de Áreas,¹ o SIC e Grupos Gestores de Projetos (GGP). O SIC, em particular, assumiu o objetivo de fornecer informações comparáveis, confiáveis e atualizadas sobre os sistemas educativos dos países do Mercosul, por intermédio de um conjunto de indicadores, como contribuição à formulação, ao monitoramento e à validação das políticas de educação da região, atender aos requisitos de comunicação, gestão do conhecimento, informação e trabalho cooperativo no âmbito do SEM, em todos os níveis de gestão. Essas instâncias têm como órgão superior o Comitê Coordenador Regional, sendo a autoridade máxima para o setor a Comissão de Ministros da Educação.

Os GGP constituem instâncias específicas convocadas *ad hoc* pelo CCR para elaborar e desenvolver projetos aprovados pelas instâncias superiores. Assim, o CCR aprovou o "Projeto Sistema de Indicadores do Mercosul Educativo", para o qual formou-se o GGP respectivo, integrado pelos responsáveis pela gestão de estatísticas de educação nos países-membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e associados; Bolívia e Chile, encarregados do seu desenvolvimento.

Uma das atividades concernente ao citado projeto é o *Estudo Analítico-Descritivo Comparativo do SEM, Período 1996-2000*, com base em indicadores produzidos pelo GGP no âmbito do SIC. O estudo desenvolveu-se com a cooperação da Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe e do Instituto de Estatística, ambos da Unesco, por intermédio de sua assessoria regional.

Esta publicação, que apresenta um resumo executivo e os resultados do estudo, organiza-se em cinco seções. A primeira traz os antecedentes e objetivos do Projeto, a justificativa e o esquema conceitual de análise. Na segunda, descrevem-se os sistemas educativos dos países-membros e associados. Na terceira, apresenta-se a análise longitudinal comparativa num contexto global demográfico, econômico e educacional, e em especial nas dimensões de recursos, acesso e participação, processo e resultados. A quarta seção reúne os perfis dos países, e, na quinta e última, apresentam-se as conclusões.

Espera-se que este estudo aporte contribuição, em particular, aos gestores das políticas de educação da região e, em geral, a todos os organismos e/ou pessoas interessadas no desenvolvimento do setor.

¹ Para Educação Básica (CRC-EB), Educação Tecnológica (CRC-ET) e Educação Superior (CRC-ES).

RESUMO EXECUTIVO

Desde sua criação em 1991, o Setor Educativo do Mercosul (SEM) estabeleceu objetivo e planos de ação que incluem a produção, difusão e análise das informações a respeito dos sistemas educativos da região, suas conquistas e suas debilidades. O resultado desse esforço materializou-se na publicação anual *Vitrine Estatística*, na página Web do Sem desde 1998, com dados de 1996 a 2001, que é um resumo de um conjunto básico de indicadores educacionais e de contexto socioeconômico, numa perspectiva de comparação entre os países-membros e associados: Argentina, Bolívia, Brasil Chile, Paraguai e Uruguai.

O principal objetivo deste trabalho consiste na análise descritivo-comparativa desse conjunto de indicadores, de uma perspectiva histórica, para os países da região. Esses indicadores mostram importantes conquistas em cobertura escolar, com pelo menos 60% da população de 5 a 29 anos matriculados no sistema, e o acesso à educação básica, que, em todos os países, apresenta taxas de escolarização de pelo menos 96%.

Esses resultados são bastante importantes do ponto de vista do atingimento dos objetivos e metas formuladas na iniciativa mundial Educação para Todos (EPT), tanto na Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em 1990 (Jomtien, Tailândia) quanto na do ano 2000 (Dakar, Senegal). Sem dúvida, o desafio do aumento dos níveis de acesso à educação secundária permanece, já que ao menos

15% da população de 15 a 17 anos não estão em escolas, o que também se traduz na necessidade de ampliar e melhorar os programas de educação de jovens e adultos (também objetivo da ETP).

Os indicadores relativos à população adulta mostram desigualdades com relação a desempenhos educacionais expressas por taxas de analfabetismo, que variam entre 2% e 14%, e percentuais de população com o secundário completo oscilando entre 8% e 30%, para parcelas de 55 a 64 anos, e entre 28% e 59%, para as de 25 a 34 anos. Com certeza, a comparação entre esses dois grupos etários revela também o importante grau de avanço conquistado ao longo do tempo.

Esses indicadores mostram também como a região evoluiu na direção da igualdade de oportunidades educacionais com respeito ao gênero. Os países apresentam destacada evolução dos níveis de escolaridade das mulheres, sendo que o percentual médio para a região com secundário completo passa de 18%, na parcela de 55 a 64 anos, para 42%, na parcela de 25 a 34 anos, no ano 2000. Por outro lado, essa mesma taxa passa de 22%, na parcela de homens entre 55 a 64 anos, para 38%, na parcela entre 25 e 34 anos.

Melhorar o desempenho escolar também é uma necessidade na região. Taxas de reprovação de no mínimo 10% no ensino básico permanecem em 4 dos países, o que se traduz no fato de cerca de 39% da população de 15 anos encontrar-se na condição de atraso na aprendizagem. Destaca-se que, na projeção da EPT para a região, este é um tema que aparece como merecedor da atenção dos países. As altas taxas de repetência degeneram em maior atraso e abandono escolar; as taxas de atraso foram de 20% para os quatro primeiros anos do primeiro grau, de 28% para os quatro seguintes, e de 30% para o secundário, no ano 2000.

1. O SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A proposta de integração firmada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, por meio do “Tratado de Assunção”, em 26 de março de 1991, destaca a importância da educação como espaço cultural e de integração, não só econômica, mas também de fortalecimento desse processo.

Desse modo, em dezembro de 1991, por meio da Resolução 7/91, o Conselho do Mercado Comum, instância superior de decisões para o Mercosul, institui a Reunião dos Ministros e Educação dos Países do Mercosul, com o objetivo de coordenar as políticas educacionais para a região. Assim cria-se o Setor Educacional do Mercosul (SEM), com a assinatura do correspondente protocolo de intenções por parte dos ministros da Educação.

Para a operacionalização das decisões dos ministros, constituíram-se instâncias de decisões políticas e operacionais com a tarefa de propor e executar políticas educacionais para a região. Desse modo, O Comitê Coordenador Regional (CCR) é a instância responsável pela implementação das políticas e pelo assessoramento aos ministros da Educação. Por meio do CCR, instituem-se os programas e ações de curto e de longo prazo, identificam-se mecanismos e fontes de financiamento necessárias para viabilizar as atividades e supervisionam-se os Comitês Técnicos e Grupos e trabalho.

Os Comitês Técnicos Regionais de Área (CTR) foram constituídos para a promoção de ações em temáticas

específicas: educação básica geral, educação especial, educação tecnológica, educação superior e pós-graduação, e do sistema de informações e comunicação. Sua tarefa principal era a coordenação de ações relativas às suas especificidades e a proposição de ações próprias ao CCR. Conforme a necessidade de cada Comitê Técnico, constituíram-se Grupos de Trabalho, com especialistas em cada uma das áreas, responsáveis pela elaboração de estratégias e planos específicos.

As atividades do SEM foram definidas a partir de 1992, por meio de planos trienais que estabelecem os objetivos e as ações para o setor educacional. As prioridades do setor englobavam:

1. Desenvolvimento da consciência cidadã com respeito à integração;
2. Construção e mecanismos operacionais que proporcionem condições para a mobilidade de alunos e professores;
3. Compatibilização e harmonização dos sistemas educacionais;
4. Estímulo a uma política de integração que favoreça o desenvolvimento da identidade cultural na região.

Até 1995, as atividades se desenvolviam em torno do eixo principal da consolidação do processo de integração e de definição das prioridades para a região. É importante ter em conta que a institucionalização do Mercosul é bastante flexível, não havendo uma estrutura formal operacional permanente; assim, o êxito das iniciativas depende muitas vezes dos esforços dos países e da capacidade de se articularem para a adequada realização das suas atividades.

Com a assinatura dos Acordos de Complementação Econômica em 25 de junho de 1996, com o Chile, e em 17 de dezembro de 1996, com a Bolívia, o Mercosul incorpora dois novos países na qualidade de países associados.

Em 20 de junho de 1996 o SEM aprovou o *Documento Mercosul 2000: Desafios e Metas para o Setor Educacional*, com ênfase na importância da promoção de ações para prover educação de qualidade para a região, com a definição de projetos e programas de alcance regional nas seguintes áreas: renovação educacional, avaliação educacional, educação e trabalho, cooperação universitária e sistema de informação.

Nesse sentido, desde o início reconheceu-se a importância da educação como estratégia para o desenvolvimento da integração econômica e cultural e o peso da informação para se alcançarem esses objetivos, o que desembocou na criação do Comitê Coordenador Técnico do Sistema de Informação e Comunicação.

Nessa situação, evidenciou-se a necessidade de consolidar e integrar o sistema de informação em educação nos países-membros e colocar à disposição do público em geral dados sobre a educação na região e sobre o Setor Educacional do Mercosul.

A partir de 2001, O SEM mantém uma trajetória de mudanças em sua organização com o objetivo de tornar-se mais ágil e capaz de responder às propostas dos planos de ação definidos pelos ministros da Educação.

Assim, a Reunião de Ministros continua sendo a instância máxima de decisões sobre as políticas educacionais para a região, e o CCR atua como a organização responsável por propor estratégias e políticas, assessorar os ministros e executar as suas decisões. As mudanças ocorrem nas instâncias operacionais do SEM com a organização de Comitês Técnicos por nível de ensino, criando-se as Comissões Regionais Coordenadoras de Área (CRCA). Os Grupos de Trabalho se convertem em Grupos Gestores de Projeto (GGP),

que têm como eixo projetos com objetivos, metas e prazos definidos pelas CRCA que possibilitem a seqüência contínua das atividades e o seguimento dos resultados alcançados.

Quanto ao Sistema de Informação e Comunicação, suas atividades fortalecem-se e suas tarefas vinculam-se a comunicação, gestão do conhecimento e produção e disseminação de informação no âmbito do SEM. A nova institucionalização faz do SIC uma instância comum a todos os Comitês Técnicos e um ambiente de comunicação e intercâmbio entre eles.

De acordo com o Plano Estratégico 2001-2005 do SEM são as seguintes as principais linhas de ação do SIC:

- Difundir as ações do SEM nos sistemas educacionais nacionais, nas jurisdições responsáveis pela gestão escolar, nas comunidades educacionais e no conjunto da sociedade;
- Favorecer a circulação do conhecimento: manter atualizada a informação provida pelo órgão e usar os espaços de comunicação e difusão para o setor educacional;
- Fortalecer os laços nacionais do SIC;
- Organizar uma base terminológica;
- Contar com políticas de informação, comunicação e gestão do conhecimento, no âmbito educacional regional.

Desse modo, cada vez mais a informação é considerada como um elemento-chave no processo de integração, seja como instrumento de intercâmbio regional, seja como meio de comunicação entre os países.

O Grupo de Especialistas em Estatísticas Educacionais e o Grupo Gestor do Projeto “Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional”

Desde sua inauguração, em dezembro de 1991, o SEM tem considerado a produção de informação estatística para a região como elemento-chave no processo de integração das políticas educacionais.

A VI Reunião da Comissão Técnica Regional do Sistema de Informação em Educação, realizada em Curitiba, Brasil, em novembro de 1996 (ratificado na XII Reunião do Comitê Coordenador Regional, em Ciudad del Este, Paraguai, em abril de 1997), estabeleceu a realização de um Seminário-Oficina, em outubro de 1997, em Santiago do Chile, com o apoio da Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe da Unesco (Orealc) com os seguintes objetivos:

- Definir um conjunto básico de indicadores comparáveis para o Sistema de Informação do Mercosul;
- Estabelecer estratégia de ação para a produção desses indicadores e a incorporação de outros no futuro, de forma continuada;
- Compartilhar informações estatísticas por meio de difusão via internet.

No citado seminário-oficina debateu-se sobre a situação das estatísticas educacionais na região e propôs-se um conjunto básico de indicadores educacionais factíveis de serem construídos e que pudessem ser incorporados ao sistema em médio prazo. Também se promoveu a criação de uma rede de cooperação para gerar informação e indicadores

comparáveis por intermédio da formação de um Grupo de Trabalho de Especialistas em estatísticas educacionais. As debilidades na produção de certos indicadores, como os do ensino superior, seriam encaminhadas de acordo com os temas e de forma conjunta com os Comitês Técnicos Regionais de Área correspondentes.

Como resultado da proposição de indicadores educacionais a serem incorporados na primeira etapa, houve acordo em trabalhar com o seguinte conjunto básico de indicadores:

I – Indicadores de Contexto Nacional

- a) *Do Sistema Educacional*: matrícula, número de unidades educacionais, idades teóricas, obrigatoriedade escolar, duração de cada nível, matrícula na educação superior por área do conhecimento;
- b) *Variáveis Econômicas*: PIB *per capita*;
- c) *Variáveis Demográficas*: população por idade, sexo, condição de atividade e área de residência;
- d) *Variáveis Sociais*: população por linha de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas.

II – Características educacionais da população

- a) Nível de instrução da população adulta; média de anos de escolarização; população adulta segundo frequência, por faixa de idade e por nível de escolaridade (primeiro grau, completo ou incompleto, segundo grau completo, superior completo – por área do conhecimento);
- b) Alunos estrangeiros por país do Mercosul e dos países associados.

III – Sistema Educacional

- a) *Acesso ao Sistema*: cobertura da obrigatoriedade, taxa líquida de escolarização por faixas de idade;
- b) *Eficiência do Sistema*: taxa de aprovação, reprovação e abandono e distribuição percentual dos alunos de 15 anos por série.

Para a segunda etapa, combinou-se o seguinte:

- a) *Demanda por nível*;
- b) *Acesso ao Sistema*: cobertura para a população de 15-17 anos, acesso à e educação superior;
- c) *Indicadores de Eficiência*: taxa de repetência, promoção e abandono, esperança de vida escolar, taxa de transição entre ciclos;
- d) *Condições da Oferta Escolar*: formação dos docentes, alunos por sala, classe ou turno, carga horária docente por curso;
- e) *Rendimento ou Desempenho*: a longo prazo, comparação da população de 15 anos que se encontra no sistema escolar, independentemente da série que cursem;
- f) *Financiamento da educação*: despesas como porcentagem do PIB, por nível e corrente ou de capital.

Então o Grupo de Especialistas em Estatísticas Educacionais (no período 1998-2001) e o GGP (desde 2000) deram seguimento à tarefa de maneira sistemática mediante reuniões técnicas e discussões virtuais para o desenho, a definição e a implementação do sistema de indicadores solicitado. O impacto de suas ações reflete-se nos resultados obtidos até hoje. A publicação anual e contínua de estatísticas educacionais com o

título de *Vitrine Estatística* no site Web do SIC² é atualizada e melhorada regularmente com a incorporação de novos indicadores.

Também se propiciaram oficinas específicas sobre temas de interesse para o Mercosul em razão de problemas de comparabilidade regional ou de vinculação estreita com as diferentes CRCA. Assim, organizaram-se dois seminários-oficinas, o primeiro sobre indicadores e estatísticas de eficiência interna do sistema (relacionados com fluxo escolar), e o segundo sobre a produção de indicadores de educação superior, ambos com participação de especialistas internacionais e com apoio da Orealc/Unesco – Santiago.³

As reuniões do Grupo de Especialistas, até 2001, e as do Grupo Gestor do Projeto, desde 2002, foram o principal fórum para a tomada de decisões sobre a continuidade das atividades, ratificadas logo pelo SIC e o CCR. Desde 1997, ocorreram oito reuniões técnicas oficiais. Seu desenvolvimento e progresso são descritos no anexo correspondente a esta publicação.

² <http://sicmercosul.mec.gov.br>

³ Note-se que, do conjunto de indicadores inicialmente proposto, não se incluíram na Vitrine Estatística os seguintes: os de fluxo escolar – repetência, aprovação e abandono –, a média de anos de escolarização, as variáveis sociais, formação dos docentes. Esta decisão deveu-se a dificuldades metodológicas relativas a diferentes definições e mecanismos de produção da informação usados nacionalmente, o que não garantia uma comparabilidade rigorosa. As variáveis sociais apresentam uma dificuldade adicional, já que dependem de outras fontes de informação e não são da competência das áreas de estatísticas educacionais tradicionais dos países. Os indicadores de educação superior foram incorporados ao sistema na última etapa, dada a necessidade de se contar com um tratamento próprio e definições específicas, diferentes das usadas para os outros níveis educacionais. Sem dúvida, os resultados da oficina e dos debates no interior do GGP conduziram à definição de um conjunto básico de indicadores de educação superior a serem incorporados na Vitrine Estatística. É importante destacar a dificuldade de harmonização dos conceitos para esse nível, em razão das múltiplas modalidades e durações dos programas educacionais.

2. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS DA REGIÃO DE UMA PERSPECTIVA DE COMPARABILIDADE REGIONAL

A importância de uma análise comparativa para o Mercosul

A análise de uma perspectiva comparada tem um papel importante e complementa as análises efetuadas nos países. O processo de integração requer o desenvolvimento de informação consistente para que as pessoas que tomam decisões no âmbito do Mercosul tenham elementos comuns de referência. A análise da informação é um caminho básico para a elaboração de relatos ou argumentos que sejam úteis ao tomador de decisões em qualquer dos âmbitos do sistema educacional e fora dele.

A informação é um instrumento importante para a reflexão que baseia os processos de tomada de decisão tanto internos quanto no contexto do Mercosul. Os estudos comparados podem ajudar na compreensão das origens dos problemas e na identificação de eventuais soluções. Uma análise comparada dos indicadores pode trazer evidências sobre as situações presentes na região e indicar problemas e progressos obtidos.

Por meio da comparação internacional também é possível avaliar a situação educacional de um país com relação a outro ou outros. Assim, podem-se identificar forças e debilidades, muitas vezes não percebidas no interior do próprio país. Para o Mercosul em particular, a análise pode servir como um eixo para a construção e políticas comuns e

integradas que favoreçam a mobilidade e a melhoria da qualidade da educação na região.

Marco conceitual dos indicadores educacionais do Mercosul

Por intermédio da educação, os países procuram favorecer para que seus cidadãos desenvolvam suas capacidades e potencial, tanto para sua vida, quanto para participar ativamente da sociedade. Além disso, a educação oferece maiores oportunidades para a competição no mercado e para o acesso às receitas econômicas de um país. A educação contribui para o desenvolvimento de cidadãos plenos, e, nesse sentido, é um mecanismo legítimo para a conquista de maior equidade.

Nessa situação, o contexto socioeconômico de um país (por meio de dados globais de população, cobertura, PIB *per capita*, distribuição por sexo e nível de urbanização) serve como elemento de referência para o conhecimento do potencial e das oportunidades do desenvolvimento de políticas educacionais consistentes com esse perfil global.

Por exemplo, um país com população rural significativa deve enfrentar desafios específicos para garantir equidade e educação de qualidade para todos. Por outro lado, um país com uma população jovem tem de enfrentar temas do acesso das pessoas ao sistema educacional de magnitude relativa maior.

Ao reconhecer o valor social da educação, os países necessitam decidir sobre investimentos em infra-estrutura física, docentes, materiais educacionais, etc., segundo sua disponibilidade de recursos. Para o cumprimento dos objetivos, requerem-se sistemas educacionais que sejam tanto eficientes, o que significa usar melhor os recursos financeiros e humanos disponíveis, quanto eficazes, o que implica assegurar níveis adequados de aprendizagem, equidade e impactos positivos na vida social.

A comparação internacional de sistemas educacionais permite aos países olhar para seus sistemas e suas políticas educacionais com relação a um contexto maior, o que pode permitir confirmar suas forças e também mostrar opções de educação implementadas em outros países para enfrentar desafios similares. Além disso, no processo de integração e ampliação no contexto do espaço educacional do Mercosul, a comparação internacional pode favorecer a construção desse espaço de intercâmbio e mobilização e auxiliar na conquista de uma educação de qualidade na região. Desse modo, o Plano Estratégico 2001-2005 do Setor Educacional do Mercosul estabelece como prioritário:

Contribuir com os objetivos do Mercosul construindo um espaço educacional comum, estimulando a formação da consciência cidadã para a integração, a mobilidade e os intercâmbios com o fim de conquistar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis, num processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região.

Nesse sentido, os indicadores do Mercosul procuram atender às diversas dimensões identificadas de modo que sirvam como instrumento de integração e contribuam para a formulação de políticas educacionais para

os países-membros e associados, bem como para a região. Ou seja, procuram oferecer informação tanto no contexto em que se desenvolve a educação quanto na forma pela qual os sistemas educacionais se organizam e se relacionam dinamicamente.

Para dar conta dessas relações básicas entre as distintas dimensões, o sistema de estatística e indicadores educacionais comparáveis entre países do Mercosul organiza seu acervo de informações segundo o contexto social, econômico e demográfico, o funcionamento e o desempenho do sistema educacional e o impacto social da educação. Desse modo, procura-se ter um sistema de informação que seja politicamente relevante e que contribua à tomada de decisões com respeito à educação na região. Isso posto, a produção e análise da informação leva em consideração os seguintes aspectos:

- a) O contexto no qual se desenvolve a educação: contexto demográfico, social e econômico, e descrição geral do sistema educacional. O Mercosul incorporou indicadores globais para atender a esse aspecto, além do percentual da população que completou níveis de ensino, selecionados por idade e sexo.
- b) Recursos aplicados em educação: humanos e financeiros. O Mercosul apresenta indicadores financeiros e humanos básicos, despesas em relação ao PIB, despesas por aluno, despesas por docente e por sala e dados globais de docentes.
- c) O Sistema Educativo: Acesso, cobertura e participação. O Mercosul provê dados de taxas brutas e líquidas de escolarização por faixas de idade compatíveis com as idades teóricas dos alunos e por nível de ensino.
- d) O Sistema Educativo: Eficiência interna. O Mercosul disponibiliza taxas de aprovação, reprovação e abandono, taxas de defasagem de idade e distribuição percentual dos alunos de 15 anos por quantidade de séries atrasadas ou adiantadas.
- e) Equidade nas oportunidades educacionais e resultados do sistema. O Mercosul ainda não avançou nessa dimensão.
- f) Impacto social da educação: O Mercosul incorporou o indicador distribuição percentual da população de 17 anos por condição de escolarização e nível de ensino e de nível de instrução da população adulta, assim como nível de analfabetismo da população adulta.

As dificuldades de se contar com mais indicadores, principalmente sobre equidade e desempenho acadêmico da educação, vinculam-se à baixa disponibilidade de informação e também à ausência de tratamento desse tipo de informações de maneira comparável. Por exemplo, a distribuição da matrícula e da população por área de residência ou por nível de pobreza, se bem que disponível nacionalmente, nem sempre se encontra disponível e organizada segundo procedimentos metodológicos comparáveis.

A aplicação da Cine 97

A Classificação Internacional Normalizada de Educação, revisão 1997 da Unesco (Cine 97), apresenta conceitos, definições e classificações

normalizados para o sistema educacional e classifica os programas por meio do seu conteúdo segundo dois critérios estruturais: por nível e setores educacionais. Um programa educacional compreende um conjunto ou seqüência de atividades educacionais orientadas para atingir um objetivo predeterminado. O nível educacional é considerado como um conjunto de experiências de aprendizagem e de competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos. O nível refere-se ao grau de complexidade do conteúdo do programa. A combinação da complexidade dos programas com a idade teórica oficial de ingresso no nível são critérios práticos para a definição do nível educacional. O Mercosul realizou um trabalho de ajuste na classificação Cine 97 com base nesses critérios e, com isso, permite-se a comparabilidade dos indicadores, não só no âmbito do Mercosul, mas também em nível internacional.

Durante a Reunião Técnica realizada em 1998 em Buenos Aires, foi iniciada a discussão e a definição dos níveis educacionais. Além disso, o Mercosul decidiu adotar um novo nível de ensino que combina os níveis 1 e 2 da classificação, denominado nível de ensino básico, que atende a praticamente toda a educação obrigatória em conjunto e tem características comuns para os países da região.

As características principais que definem cada um desses níveis educacionais são:

- Cine 0* – Organização em escolas ou centros de aprendizagem, baseada em atividades educacionais sistemáticas e normalmente anterior à obrigatoriedade. A idade teórica normalmente vai de 3 a 5 anos e cada período letivo tem uma duração mínima de 200 horas ao ano.
- Cine 1* – Início da aprendizagem sistemática da leitura, escrita e aritmética. Geralmente coincide com o início da obrigatoriedade. A idade teórica normalmente é de 6 a 11 anos. Corresponde à primeira etapa da educação básica.
- Cine 2* – Começa a aprendizagem por meio de disciplinas e supõe-se que o aluno domina completamente as competências básicas de linguagem e aritmética. Normalmente a última série coincide com o fim da obrigatoriedade. A idade é de 12 a 14 anos. Corresponde à segunda etapa da educação básica.
- Cine 3* – Programas com maior especialização da aprendizagem normalmente com professores mais qualificados ou especializados (como no ensino técnico). Costuma ser posterior à educação básica ou obrigatória.

Para os países do Mercosul, a configuração desses níveis, comparados aos níveis nacionalmente definidos, é a seguinte:

Tabela 1: Níveis de ensino comparados segundo a Cine 97

	Idades teóricas para cursar a série																	
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Argentina																		

Fonte: Relatório de las reuniones técnicas del Grupo de Estadísticas y *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

As modalidades de ensino ajustam-se à classificação Cine 97 pelas características de seus programas, em que o primeiro ciclo do ensino secundário corresponde à educação secundária baixa (Brasil: quatro últimas séries do ensino fundamental) e o segundo ciclo desse nível corresponde à educação secundária alta (Brasil: três séries do segundo grau ou ensino médio). Os programas de Educação Especial e de Jovens e Adultos são classificados de acordo com seu nível educacional. Os programas de alfabetização de adultos são incluídos no nível 1.

A tabela mostra pouca diferença quanto ao alcance dos níveis de ensino. Argentina e Uruguai têm 10 anos de obrigatoriedade; Paraguai, 9 anos; e Bolívia, Brasil e Chile, 8 anos. A educação básica corresponde a 9 anos de escolarização para Argentina, Paraguai e Uruguai, e 8 anos, para Bolívia, Brasil e Chile.

Em termos das idades oficiais para cursar cada um dos níveis adotados, tem-se a seguinte situação:

Tabela 2: Níveis de ensino e idades oficiais de escolarização

	CINE 0		CINE 1		CINE 2		CINE 3		Obrigatoriedade	
	Idades		Idades		Idades		Idades		Idades	
	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim
Argentina	3	5	6	11	12	14	15	17	5	14
Bolívia	3	5	6	11	12	13	14	17	6	13
Brasil	4	6	7	10	11	14	15	17	7	14
Chile	3	5	6	11	12	13	14	17	6	13
Paraguay	4	5	6	11	12	14	15	17	6	14
Uruguai	3	5	6	11	12	14	15	17	5	14

Fonte: Relatório de las reuniones técnicas del Grupo de Estadísticas y *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

A par de na aplicação da Cine 97 assinalarem-se algumas diferenças entre países com relação à duração em anos dos níveis educacionais e as idades oficiais de ingresso, independentemente das formas de organização, todos os países compartilham da idade de 17 anos como a idade oficial da conclusão da educação secundária. A educação secundária habilita seus concluintes aos programas de educação superior universitários e não universitários.

Durante a década de 90 os países do Mercosul apresentaram mudanças importantes em seus parâmetros legais, orientados à garantia de uma educação básica de entre 8 e 10 anos, segundo os países e o ano e referência, de melhoria da qualidade da educação e da busca da ampliação do acesso à educação secundária e superior.⁴ Por outro lado, têm contribuído no processo de democratização e consolidação das instituições democráticas. Podem-se citar as seguintes características específicas:

- Universalização do acesso à educação primária;
- Melhoria da qualidade da educação;
- Fortalecimento da profissão de docente;
- Ampliação do acesso à educação secundária e superior;
- Programas específicos de equidade social.

Apresenta-se a seguir uma breve descrição dos sistemas educacionais dos países-membros e associados.⁵

Argentina

O sistema educacional argentino, tradicionalmente de gestão centralizada e organizado em quatro níveis de ensino, vem experimentando um processo de grande transformação nos últimos anos. A promulgação das leis de transferência dos sistemas educacionais às províncias (1992), Federal de Educação (1993) e de Educação Superior (1995), constituem parte do marco legal desse processo. A primeira lei transfere as escolas ainda dependentes do governo nacional às províncias; a segunda estabelece as linhas básicas da organização da educação inicial, primária e secundária, e a terceira contém as linhas gerais da organização do terceiro nível, universitário e não universitário.

Os objetivos centrais dessa transformação são a melhoria da qualidade da educação e a obtenção de maior equidade por meio do incremento da escolaridade dos setores mais desfavorecidos. Efetivamente, a lei Federal de Educação de 1993 estendeu a educação obrigatória para 10 anos (antes era só de 7 anos), visto que, enquanto antes a obrigatoriedade escolar restringia-se só ao nível de ensino primário, atualmente abarca o último ano do nível inicial e os 9 anos da Educação Geral Básica.

A estrutura do sistema educacional atual compõe-se de quatro níveis de ensino: Inicial, Educação Geral Básica, Educação Polimodal e Educação Superior.

A Educação Inicial ocupa-se da educação das crianças de 3 a 5 anos de idade, sendo obrigatório apenas este último ano.

⁴ Os processos de reforma educacional na América Latina têm sido resenhados em: Unesco (2001), *A situação da Educação 1980-2000*.

⁵ Essas descrições foram tiradas de <http://sicmercosul.mec.gov.br/asp/Estatistica/sistemas.asp>, exceto a da Bolívia, que foi preparada para esta publicação por não estar disponível nessa fonte.

A Educação Geral Básica compreende três ciclos de três anos cada com características curriculares, pedagógicas e organizacionais definidas. Ocupa-se do ensino de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos de idade.

A Educação Polimodal é de três anos e abarca a educação de jovens de 15 a 17 anos. Inclui dois tipos de formação (geral e orientada) que se traduzem, respectivamente, em ensino de conteúdos básicos comuns para todos os estudantes e em conteúdos orientados a diferentes áreas do conhecimento e do exercício social e produtivo que dão lugar a cinco modalidades: ciências naturais; economia e gestão das organizações; humanidades e ciências sociais; produção de bens e serviços; e comunicação, artes e desenho.

A Educação Superior é a educação pós-secundária propriamente dita, conduzida por instituições que abrangem educação universitária e não universitária por meio de carreiras que duram 5 ou 6 anos, no caso das primeiras, e 3 ou 4 anos, no caso das segundas.

Bolívia

A Constituição Pública do Estado Boliviano estabelece que a educação e a mais alta função do estado, é universal, gratuita nos estabelecimentos delegados e obrigatória no nível primário.

Entre as reformas estruturais que modificam as bases econômicas, sociais e institucionais do país encontra-se a Reforma Educacional, objeto da Lei 1565, de 7 de julho de 1994. As principais características dessa reforma são: sua integralidade, ou seja, a transformação tanto dos aspectos pedagógico-curriculares quanto dos institucionais e administrativos do sistema educacional, e que abarcará todos os níveis da educação; o enfoque intercultural e o ensino bilíngüe (em língua indígena como primeira língua e em castelhano como segunda) às crianças em língua materna indígena; a criação de uma estrutura de participação social na educação, com o que se procura favorecer o controle da qualidade educacional, com ênfase na sua adequação às necessidades de aprendizagem e do desenvolvimento local.

Dessa forma, o sistema educacional boliviano se organiza por duas áreas curriculares: a educação formal e a educação alternativa. A educação formal é prioritária por atender a todos os educandos do país. A educação alternativa é complementar e atende aos que não podem desenvolver sua educação na área formal.

Para ambas as áreas de organização curricular do sistema educacional boliviano existem os seguintes níveis: educação inicial, primária, secundária e superior.

Os níveis inicial, primário e secundário são formados por ciclos. Os ciclos constituem períodos de duração variada num determinado nível nos quais os educandos desenvolvem determinadas competências, como parte do projeto educacional.

Os ciclos do nível inicial são: o ciclo da estimulação e desenvolvimento prematuro, que atende às crianças de 0 a 5 anos de idade, é de caráter não formal e não escolarizado, e é confiado à família e à comunidade, com colaboração de entidades públicas e privadas; o segundo ciclo é o de preparação para crianças de 5 anos de idade, de caráter formal e escolarizado, e é de responsabilidade do Ministério da Educação, Cultura e Esportes oferecer e propiciar o desenvolvimento de diversas formas e modalidades de atendimento para a ampliação da cobertura com qualidade e equidade.

O nível primário é organizado em três ciclos: o primeiro, de aprendizagens básicas, tem em média três anos de duração e atende a crianças de

6 a 8 anos; o segundo ciclo, de aprendizagens essenciais, também tem duração média de três anos e atende a crianças de 9 a 11 anos; o terceiro e último ciclo é de aprendizagens aplicadas, dura em média dois anos e atende a crianças entre 12 e 13 anos de idade.

O nível de educação secundária é destinado à população escolar que, a partir dos 14 anos de idade, acredite haver desenvolvido as competências estabelecidas para o nível primário. Tem dois ciclos: aprendizagens tecnológicas e aprendizagens diferenciadas, cada um com duração média de dois anos.

O nível de educação superior compreende a educação pós-secundária, a cargo das universidades públicas e privadas, bem como aquela que se realiza em Institutos Técnicos Superiores e Institutos Normais Superiores, ligados ao Serviço de Educação Pública.

A educação alternativa é uma área suplementar e complementar à educação formal, normatizada e coordenada pelo Ministério da Educação, Cultura e Esportes. As modalidades da educação alternativa são: educação de adultos, destinada a educandos maiores de 15 anos que não puderam iniciar ou completar a educação primária, a secundária ou nenhuma; a educação permanente, que se prolonga por toda a vida e caracteriza-se por estar instituída e impulsionada por grupos sociais organizados, em resposta a suas necessidades e interesses na linha da participação popular; e a educação especial, que, por meio de entidades especializadas, tanto públicas quanto privadas, atende a crianças e adolescentes com deficiências graves ou profundas de desempenho intelectual, físico-biológico, psíquico-afetivo e/ou social, na intenção de integrá-los a unidades educacionais.

Brasil

O desenvolvimento recente do sistema educacional brasileiro insere-se num processo de consolidação democrática, marcado por um novo arranjo institucional caracterizado por elevado grau de autonomia dos três níveis de governo e pela descentralização das políticas educacionais. A Constituição Federal de 1988, a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei 19.394, de 1996, são as principais leis que regulam o atual sistema educacional brasileiro.

A estrutura atual do sistema educacional regular compreende a educação básica (formada pela *educação infantil*, *ensino fundamental* e *ensino médio*) e a educação superior. Conforme a legislação vigente, compete aos municípios atuar prioritariamente no *ensino fundamental* e na *educação infantil*, e aos estados e ao Distrito Federal, no ensino fundamental e médio. O governo federal, por seu turno, exerce na área educacional uma função redistributiva e suplementar, cabendo-lhe prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Além disso, o governo federal encarrega-se da organização do ensino superior.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em *creches* para crianças de até 3 anos de idade, e em *pré-escolas*, para crianças de 4 a 6 anos de idade. O *ensino fundamental*, com duração mínima de oito anos, é obrigatório e gratuito na escola pública, e cabe ao poder público garantir sua oferta para todos, inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade prevista. De acordo com a LDB, é dever dos pais ou responsáveis matricular as crianças nesse nível de ensino a partir dos 7 anos. O *ensino médio*, etapa final da educação básica, tem duração mínima de três anos e atende à formação geral do educando, podendo incluir programas de preparação geral

para o trabalho e, opcionalmente, a habilitação profissional. A Emenda Constitucional nº 14 prevê sua universalização progressiva.

Além do ensino regular, a educação formal é integrada por: educação especial, para portadores de necessidades especiais; educação de jovens e adultos, destinada aos que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos no *ensino fundamental* e no *médio* na idade apropriada. A educação profissional assume várias formas, para o trabalho, as ciências e a tecnologia, com objetivo de orientar o desenvolvimento permanente das aptidões para a vida produtiva. O ensino de nível técnico é ministrado de forma independente da do ensino médio regular, que é, este último, requisito, para a obtenção de diploma de técnico.

A educação superior abrange os cursos de graduação nas diferentes áreas profissionais e é aberto às pessoas que hajam concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido aprovadas em processos de seleção. Também faz parte desse nível de ensino os estudos de pós-graduação, que compreendem programas de mestrado, doutorado e cursos de especialização. Uma inovação prevista na LDB é a criação de cursos seqüenciais por campo de conhecimento, de diferentes níveis de complexidade, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino superior.

Chile

O Sistema Educacional chileno caracteriza-se por uma organização descentralizada em que a administração dos estabelecimentos é conduzida por pessoas ou instituições municipais e particulares chamadas "mantenedoras", que assumem perante o Estado a responsabilidade de manter o estabelecimento educacional em funcionamento. Assim, o sistema é composto por estabelecimentos subvencionados (municipais e particulares), particulares pagos e por corporações de administração delegada (grêmios empresariais ou corporações privadas que administram estabelecimentos de educação média, técnico-profissional, com financiamento público por convênio).

A estrutura do sistema educacional comporta quatro níveis de ensino: Educação Pré-Escolar, Educação Básica, Educação Média e Educação Superior.

O nível de Educação Pré-Escolar atende a crianças de até 5 anos de idade, por meio de uma variedade de instituições tanto públicas quanto privadas. Não há obrigatoriedade, e a matrícula concentra em geral crianças entre 4 e 5 anos de idade.

O nível de Educação Geral Básica tem uma estrutura de oito anos obrigatórios para alunos entre 6 e 13 anos de idade. São seguidos por quatro anos de Educação Média, para alunos entre 14 e 17 anos de idade, obrigatórios a partir de 2003. O currículo da educação geral estende-se até o segundo ano de Educação Média para todos os estudantes. Os dois últimos anos da Educação Média são organizados em duas modalidades: científico-humanista e técnico-profissional.

A Educação Superior corresponde ao nível de ensino pós-secundário e é partilhada por três tipos de instituições: Universidades, Institutos Profissionais e Centros e Formação Técnica. As Universidades classificam-se em Universidades Tradicionais, criadas antes de 1981 e que recebem verbas diretas do Estado, além de aportes privados da parte dos alunos, e em Universidades Privadas, de criação posterior, que se financiam com taxas pagas pelos estudantes. A totalidade dos Centros de Formação Técnica é privada.

Em termos gerais, a reforma educacional implementada na década de 90 se escorou em quatro pilares fundamentais. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de programas de melhoria e inovação tecnológica, com o objetivo de otimizar o processo de ensino-aprendizagem, com ênfase em sua qualidade e equidade. Isso implicou o enriquecimento da base sobre a qual se assentava o funcionamento dos estabelecimentos educacionais do país e o estímulo à descentralização, autonomia e criatividade pedagógicas. E também a entrega de textos e materiais e equipamentos destinados à inovação pedagógica.

Em segundo lugar, o desenvolvimento profissional dos docentes, com o objetivo de fortalecer a profissão de educador por meio da elevação da qualidade de sua formação inicial, da oferta de oportunidades de aperfeiçoamento, incentivos como bolsas, monitorias – nacionais ou no estrangeiro – e de desempenho, prêmios de excelência e melhoria gradual das condições de trabalho e salário.

Em terceiro lugar, uma reforma curricular com três grandes objetivos: atualizar os conteúdos de Educação Básica e Média; estimular uma educação de qualidade, incorporando avanços pedagógicos; e descentralizar o currículo escolar, partindo da definição central dos objetivos fundamentais e conteúdos mínimos do sistema escolar, de modo que as escolas contem com amplos espaços de liberdade para definir seus planos e programas de estudos.

Finalmente, em quarto lugar, a implantação da Jornada Escolar Completa, com aumento das horas de aulas e estudos para todos os alunos do país, com o objetivo de melhoria dos seus resultados de aprendizagem.

Paraguai

A educação no Paraguai passou por diversas transformações e reformas.

O sistema educacional vigente iniciou-se a partir de 1994, com a implementação da Reforma Educacional, cuja prioridade é a melhoria da qualidade e da adequação da educação, garantindo igualdade de oportunidades para todos.

A educação paraguaia tem como marco legal a Constituição Nacional e a Lei Geral de Educação. O Ministério da Educação e Cultura é o responsável pela organização e administração do sistema educacional nacional.

O sistema educacional paraguaio inclui a educação de regime geral (formal, não formal e informal), a educação de regime especial e outras modalidades de atenção educacional. A educação formal estrutura-se em três níveis: o primeiro compreende a Educação Inicial e a Educação Escolar Básica; o segundo, a Educação Média; e o terceiro nível, a Educação Superior.

A Educação Inicial não é obrigatória e compreende: jardim maternal (0-2 anos), jardim de infância (3-4 anos) e pré-escolar, para crianças de 5 anos. Apresenta as modalidades escolarizada e não escolarizada.

A Educação Escolar Básica é obrigatória e gratuita por lei nas escolas de gestão oficial. Compreende nove séries e se destina a crianças de 6 a 14 anos de idade. Esse nível divide-se em três ciclos de três anos de duração cada: primeiro ciclo (1ª a 3ª séries), segundo ciclo (4ª a 6ª séries) e terceiro ciclo (7ª a 9ª séries).

A Educação Média tem a duração de três anos, e conta com um só ciclo, com três cursos. Existem as seguintes modalidades: bacharelado científico (com ênfase em Letras e Artes; em Ciências Sociais; e em Ciências

Básicas e Tecnologia) e bacharelado técnico (industrial, serviços e agropecuário).

A Educação Superior desenvolve-se em universidades, institutos superiores e outras instituições de formação profissional de terceiro nível. IFD e institutos técnicos. Inclui graus universitários e não universitários. As universidades públicas e privadas e as instituições superiores de ensino são parte do sistema educacional e têm autonomia de gestão.

Uruguai

Na República Oriental do Uruguai a Constituição e as normas legais estabelecem a gratuidade da educação em todos os níveis e a obrigatoriedade de dez anos desde a Educação Inicial até o ciclo básico da Educação Média.

Os objetivos centrais da atual política educacional, aprovados com a Lei 16.736, de 5 de janeiro de 1996, são:

- a consolidação da equidade social;
- a dignificação da formação e da função docente;
- a melhoria da qualidade educacional;
- o fortalecimento da gestão institucional.

O Sistema Educacional Uruguio organiza-se em quatro níveis:

- Educação Inicial;
- Educação Primária;
- Educação Média (ciclo básico e bacharelado);
- Educação Terciária ou Superior.

Educação Inicial: atende à população infantil entre 3 e 5 anos inclusive. É gratuita em todas as faixas etárias e obrigatória para as crianças de 5 anos.

Educação Média: Ciclo básico – atende à população estudantil egressa da Educação Primária, é comum a todas as ramificações. Segundo ciclo: Bacharelado Diversificado e Educação Técnica. O primeiro grau do bacharelado divide-se em três áreas básicas: Biologia, Humanista e Científica, que se diversificam em seis opções no segundo e último grau, e constitui requisito para acesso a estudos superiores. A Educação Técnica tem modalidades distintas que se estendem de 1 a 7 anos. Divide-se em quatro setores: Agrícola, Industrial, Artístico Artesanal e Serviços. A Educação Técnica Profissional, por meio de cursos mais avançados, habilita ao ingresso em estudos universitários e de formação docente. O segundo ciclo é gratuito.

Educação Terciária ou Superior: esse nível divide-se em:

- Universitária;
- Equivalente a Terciária Universitária;
- Terciária não Universitária.

A Educação Universitária abrange a Universidade da República (gratuita e autônoma), universidades privadas e institutos universitários privados. A educação Equivalente a Terciária Universitária compreende três instituições públicas: Instituto Superior de Educação Física, Escola Naval e Escola Nacional de Polícia. A educação Terciária não Universitária compreende Institutos de Formação Docente, Escola Municipal de Arte Dramática

“Margarita Xirgu”, Centro de Desenho Industrial, na órbita do Ministério da Educação e Cultura, Escola Militar e Escola Militar de Aeronáutica, na órbita do Ministério da Defesa, e institutos privados.

3. ANÁLISE LONGITUDINAL COMPARATIVA ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL

A análise descritiva dos indicadores baseia-se na informação produzida a partir das atividades do Grupo Técnico de Especialistas em Estatísticas, até o ano 2001, e do GGP do Projeto "Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional" a partir de então, apresentada na *Vitrine Estatística* do Mercosul. Essa informação corresponde aos anos acadêmicos 1996 a 2000 e tem como principal objetivo o estabelecimento de um marco descritivo referencial para a região, com a identificação do âmbito em que ocorre o processo educacional e das principais decisões a respeito das políticas educacionais em cada um dos países de uma perspectiva comparada.

Os dados de contexto foram fornecidos pelos países conforme os padrões adotados pelos institutos nacionais de estatística, instituições que definem os aspectos conceituais e metodológicos correspondentes. Esses indicadores possibilitam o estabelecimento de um marco de referência global em que os sistemas educacionais se encontram.

Ao contrário dos dados globais, os dados relativos ao sistema educacional e ao impacto social da educação foram desenvolvidos no interior do grupo de especialistas por meio do estabelecimento de padrões metodológicos e critérios de cálculo comuns.

Por isso, decidiu-se analisar os indicadores globais em termos de valores médios nacionais, e eventuais inconsistências de dados não foram consideradas na análise.

É importante destacar que, por serem dados de natureza agregada e sujeitos a perspectivas nacionais, possíveis inconsistências entre países não impossibilitam o uso como referência global.⁶

Os indicadores globais

A informação de contexto é fundamental para o entendimento das condições em que o sistema educativo se desenvolve. Um exemplo são as mudanças nas pirâmides de idade, essenciais para o dimensionamento da demanda potencial por nível de educação. O Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional inclui um conjunto básico de indicadores globais que permitem a construção de uma imagem do contexto em que o sistema educacional se desenvolve. Foram classificados em: demográficos, econômicos e educacionais. O primeiro grupo estabelece o marco referencial geral para o segundo, ou seja, o sistema educacional é visto à luz dos elementos demográficos e econômicos, já que os aspectos demográficos afetam a dimensão do sistema e a demanda potencial por educação, enquanto os aspectos econômicos determinam a capacidade do país em financiar a educação.

Os indicadores demográficos e econômicos

Os indicadores demográficos e econômicos considerados são:

- população total, proporção de homens (composição da população por gênero);
- população urbana;
- índice de dependência potencial (crianças até 15 anos, velhos de mais de 64 anos e população entre 15 e 64 anos);
- taxa de atividade (população de 15 anos ou mais economicamente ativa);
- PIB *per capita*.

O primeiro sinaliza o tamanho potencial do sistema educacional, enquanto o segundo e o terceiro orientam a maneira como as políticas educacionais devem ser concebidas e implementadas para prover educação com equidade. Assim, a proporção de homens é um referencial para políticas que coloquem gênero em destaque, e o local de residência – população urbana e rural –, para questões relacionadas com chance e acesso à educação. A dependência potencial pode servir para identificar o tipo de distribuição por idade do país, outro elemento importante para as políticas de educação. Um país com distribuição por idades mais homogênea tende a ter um índice de dependência potencial ao redor de 60%, supondo-se que os extremos, crianças e velhos, representam, cada um, um terço da população. Países com uma proporção maior de população jovem exibem também um indicador mais alto que esse valor, enquanto o valor tende a diminuir no caso de uma população adulta maior.

As taxas de atividade e de PIB *per capita* são referências econômicas da capacidade de financiamento de um país. O complemento da taxa de

⁶ É importante notar que os institutos nacionais de estatística, junto com a Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (Cepal), vêm desenvolvendo esforços para a harmonização das definições, metodologias de cálculo e consistência desses indicadores.

atividade reúne os aposentados, estudantes, incapacitados, velhos e outros que, por algum motivo, não participam do mercado de trabalho. Por outro lado, pode-se dizer que, em termos gerais, o PIB *per capita* é um indicador de referência da riqueza média de um país. Segundo o Informe sobre o Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), correspondente ao ano 2002, o PIB *per capita*, medido em dólares estadunidenses PPC,⁷ e o Índice de Desenvolvimento Humano mostram que Argentina, Chile e Uruguai são países considerados de alto nível de desenvolvimento, enquanto Bolívia, Brasil e Paraguai são classificados como de desenvolvimento médio.

Tabela 3: Desenvolvimento Humano – Ano 2000

	PIB <i>per capita</i> (US\$ PPC)	Índice de Desenvolvimento Humano	Nível de Desenvolvimento Humano
Argentina	12.377	0,844	Alto
Bolívia	2.424	0,653	Médio
Brasil	7.625	0,757	Médio
Chile	9.417	0,831	Alto
Paraguai	4.426	0,740	Médio
Uruguai	9.035	0,831	Alto

Fonte: UNDP. *Human Development Report 2002*.

População total, proporção de homens, população urbana, dependência potencial

No período 1995-2000 a população total dos países-membros e associados cresceu a uma média anual de quase 2%. Sem dúvida, o crescimento não é uniforme para toda a região. Assim, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai apresentam taxas menores que a média simples dos valores nos países, enquanto Bolívia e Paraguai têm taxas superiores.

**Tabela 4: Taxa de crescimento populacional médio anual
Anos 1995 – 2000. Em porcentagem**

	Pop. 0-14 anos	Pop. 15-64 anos	Pop. 65+ anos	Total
Argentina	0,4	1,6	1,9	1,3
Bolívia	1,9	2,7	3,3	2,4
Brasil	-0,4	2,3	3,3	1,5
Chile	0,0	1,7	3,2	1,4
Paraguai	1,6	3,4	2,2	2,6
Uruguai	0,5	0,6	1,7	0,7
Médio	0,7	2,1	2,6	1,7

Fonte: Cepal/Celade. *Boletín Demográfico*, n. 73, enero 2004.

Deve-se notar que o Brasil reúne 70,9% da população da região, e o Uruguai, apenas 1,4%.

⁷ A Paridade do Poder de Compra é um procedimento de correção dos valores monetários destinado a representar poderes de compra equivalentes. Ou seja, um dólar PPC deve permitir comprar bens equivalentes em diversos lugares.

**Tabela 5: Distribuição da população do Mercosul segundo o país
Ano 2000**

	Porcentagem do total MERCOSUL (%)
Argentina	15,5
Bolívia	3,4
Brasil	70,9
Chile	6,4
Paraguai	2,4
Uruguai	1,4

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Em termos de urbanização, o Uruguai apresenta o maior nível, com 93%; Argentina, Brasil e Chile têm taxas com valores entre 80% e 90%, ao passo que na Bolívia e no Paraguai observam-se níveis menores que 70%. A média simples dos valores observados nos países é de 78%, para 2000.

Os dados observados para o período de referência desta publicação mostram muita estabilidade para cada país. Apesar de as populações tenderem a se concentrar em áreas urbanas em todos os países, as parcelas que permanecem no campo mantêm-se praticamente constantes ao longo do período. Isso implica a manutenção de desafios diferenciados, a esse respeito, com relação à formulação e execução de políticas educacionais que levem em conta essa variável.

**Tabela 6: Porcentagem de população urbana⁸
Anos 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	88,4	88,9	89,1	89,3	89,6
Bolívia			62,0	62,8	62,8
Brasil	78,4	77,8	79,6	79,7	81,2
Chile	84,9	84,9	85,2	85,4	85,6
Paraguai	52,2	53,7	53,7	53,9	53,9
Uruguai	90,8	92,0	92,2	92,4	92,6
Médio¹	76,1	76,6	77,0	77,3	77,6

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Dessa forma, os indicadores de urbanização mostram situações bastante distintas para a região e, por isso, impactos e desafios diferenciados nos sistemas educacionais.

A proporção de homens ao longo desse período oscila ao redor de 96%, com pequenas variações de não mais de 3 pontos para 2000. Em todos os casos observa-se uma porcentagem maior de população feminina.

Os indicadores de dependência potencial identificam também situações diferenciadas entre os países. Brasil e Chile apresentam valores abaixo da média regional (em torno de 60%), o que indica um envelhecimento progressivo da população, com a parcela de 0 a 14 anos representando

⁸ Para o cálculo médio dos países, no caso de não haver a informação do ano, adotou-se a do ano seguinte, quando disponível.

em 2000 cerca de 30% do total. Argentina e Uruguai alcançam porcentagens de dependência em torno de 60% e, assim, apresentam uma estrutura de idades com uma flutuação bastante suave, com uma população adulta mais velha (65 anos e mais) de quase 10% para a Argentina e 13% para o Uruguai. O Paraguai apresenta uma situação singular na região, com uma quantidade muito grande de população jovem, em torno de 39% do total para o ano 2000. Mas interessa assinalar que desde 1996 houve uma diminuição significativa do indicador, já que naquele ano seu valor era de quase 81%.

**Tabela 7: Proporção de homens
Anos 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	95,6	96,3	96,3	96,3	96,3
Bolívia			98,8	98,9	98,9
Brasil	97,3	95,9	96,0	95,8	96,9
Chile	97,9	97,9	98,0	98,1	98,1
Paraguai	101,6	99,4	99,4	96,9	98,1
Uruguai	93,9	92,2	94,2	94,2	94,2
Médio	97,5	96,8	97,1	96,7	97,1

Fonte: *Vitrine Estatística*. Sistema de Informação e Comunicação do Mercosul Educacional.

**Tabela 8: Índice de dependência potencial
Anos 1996 – 2000**

Índice de dependência potencial	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina*	65,1	62,1	62,1	62,1	62,1
Brasil	62,5	54,5	56,3	55,4	54,9
Chile	55,7	56,0	55,7	55,5	55,3
Paraguai	80,9	85,9	85,9	76,7	65,4
Uruguai	59,7	59,9	60,2	60,4	60,5
Médio**	64,8	63,7	64,0	62,0	59,6

Fonte: Cepal/Celade, *Boletín Demográfico*, n. 73, enero 2004.

* *Vitrine* 1996, dados de 1991. *Vitrines* de 1997 a 2000, dados de 1995

** Para o cálculo médio dos países, no caso de não haver a informação do ano, adotou-se a do ano seguinte, quando disponível.

A proporção de dependência potencial média para a região, ao variar de 65% em 1996 a 60% em 2000, revela uma tendência ao envelhecimento da população e, por isso, afetará o conjunto dos sistemas educacionais, pois a pressão advinda da demanda de educação, em termos de acesso, passará a ser exercida nos níveis educacionais mais altos. Isso, por seu turno, permitirá que se preste atenção crescente aos temas vinculados a equidade e os maiores níveis de desempenhos de aprendizagem. Segundo dados da Cepal,⁹ enquanto a parcela de 0 a 14 anos representava 32% do total da população em 1995, para o total dos países, em 2000 esta faixa de idade passou a representar quase 30% da população total.

⁹ Dados do *Boletim Demográfico* da Cepal, n. 73, janeiro 2004.

Taxa de atividade

A taxa de atividade se refere à relação entre a população economicamente ativa e a população total em idade de trabalhar, normalmente, de 15 a 65 anos. É um indicador da oferta de trabalho de uma sociedade. Brasil, Paraguai e Uruguai apresentam taxas superiores a 60%; Argentina e Chile, taxas entre 50% e 60%, e Bolívia, um valor menor que 50%. A média dos países da região encontrava-se em torno de 56,3% no ano 2000. Para os países do Mercosul há uma tendência comum: as taxas masculinas são mais altas e as femininas, marcadamente menores. A desagregação por gênero mostra uma diminuição muito significativa das respectivas taxas para as mulheres, enquanto em geral, para os homens, os números crescem fortemente. No ano 2000, a taxa média de atividade masculina para a região era de 72,5%, e a feminina, de 43,6%. O mercado de trabalho continua mantendo um alto grau de iniquidade social com respeito a gênero.

**Tabela 9: Taxas de atividade por sexo, segundo os países
Anos 1996 – 2000**

Taxa de atividade	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	56,7	58,2	58,2	58,2	42,8
Bolívia					
Brasil	66,1	66,9	66,9	67,6	62,4
Chile	54,2	55,9	54,4	54,4	54,4
Paraguai		57,9	57,9	57,3	60,5
Uruguai	60,2	58,9	61,2	60,9	61,3
Médio*	47,4	59,6	59,7	59,7	56,3
Masculina	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	75,1	76,2	76,2	76,2	62,6
Bolívia					
Brasil	82,0	82,4	82,0	81,9	76,8
Chile	74,7	74,7	74,7	74,7	74,7
Paraguai	57,3	74,4	74,4	73,9	75,1
Uruguai	74,3	71,5	73,5	73,0	73,3
Médio*	72,7	75,8	76,2	75,9	72,5
Feminina	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	39,6	41,4	41,4	41,4	37,4
Bolívia					
Brasil	51,4	52,6	52,8	54,4	48,8
Chile	34,6	34,6	35,0	35,0	35,0
Paraguai	42,7	41,4	41,4	41,3	46,3
Uruguai	47,3	47,5	49,9	50,0	50,5
Médio*	43,1	43,5	44,1	44,4	43,6

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* Para o cálculo médio dos países, no caso de não haver a informação do ano, adotou-se a do ano seguinte, quando disponível.

Os indicadores educacionais globais

Os indicadores educacionais globais constituem um conjunto de informações gerais sobre o sistema educacional e seu desempenho que contribuem para contextualizar os processos que ocorrem em seu interior. A partir deles, pode-se extrapolar para questões gerais como o acesso total aos diversos programas educacionais, a cobertura, a demanda total por educação, a capacidade de financiamento do setor. Sua importância reside em

auxiliar a e estabelecer referenciais para que as pessoas envolvidas com as políticas educacionais contem com elementos para uma reflexão comparativa e integrada. Assim, os indicadores destinam-se a contribuir para a identificação de situações internas ao sistema educacional e sua relação com o ambiente externo, em apoio à tomada de decisões. A *Vitrine Estatística* do Mercosul Educacional apresenta um conjunto básico desse tipo de indicadores: taxa de analfabetismo, taxa de cobertura, matrícula total, matrícula em educação comum e não comum, número de docentes e de unidades educacionais.

Taxa de analfabetismo

A longo dos anos 90, todos os países da região empreenderam reformas educacionais que ampliaram o acesso, estabelecendo normas legais para garantir ou fortalecer as garantias de universalização do acesso à educação primária. Ao final do século passado, o impacto nas taxas de analfabetismo se reflete como uma tendência geral decrescente, tanto na média regional quanto nos países-membros e associados. A média dos países decresce consistentemente no período, passando de 8,4% a 6,9%. Argentina, Chile e Uruguai apresentam taxas menores que 4%, enquanto Bolívia, Brasil e Paraguai, taxas superiores a 8%, o que indica a necessidade de se empreenderem esforços específicos para a superação do analfabetismo. O Uruguai apresenta a menor taxa da região, 2,2%.

Tabela 10: Taxa de analfabetismo
Anos 1996 – 2000. Em porcentagem

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7
Bolívia			15,2	15,0	13,8
Brasil	14,7	14,7	13,8	13,3	13,6
Chile	4,7	4,7	4,6	4,5	3,8
Paraguai	10,1	8,9	8,9	7,7	8,4
Uruguai	3,1	3,1	3,1	3,1	2,2

Fonte: *Vitrine Estatística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Taxa de cobertura; matrícula no sistema educacional

As políticas de inclusão das reformas educacionais dos países afetam o total de matrículas na região. A taxa de cobertura escolar é a relação entre a matrícula total e a população em condições de participar em algum programa educacional. Algumas iniciativas internacionais, como o projeto de indicadores da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) referem-se à população de 5 a 29 anos (que se considera que poderia estar estudando em algum nível educacional).¹⁰

A cobertura média na região no período considerado apresentou resultados positivos com relação ao acesso à educação, e o aumento no total da matrícula fortalece o argumento. Para a região, a média de taxas de cobertura para 2000 alcança 63%, e observam-se incrementos mantidos

¹⁰ De 1997 a 1999, o Chile utilizou a faixa de idades de 5 a 18 anos, razão pela qual é excluído da análise regional.

para as matrículas nos sistemas educacionais.¹¹ Na região, a média de crescimento no período 1997-2000 foi de 12%; para a Argentina e o Brasil, observa-se crescimento de 12%; para o Paraguai, de 25%, e para o Uruguai, de 11%.

Em relação à universalização do acesso à educação primária é necessário contar com indicadores específicos. As taxas líquidas de escolarização são indicadores mais adequados para a medida da participação e acesso ao sistema, e serão apresentadas adiante, junto com outros indicadores específicos do sistema educacional.

**Tabela 11: Cobertura escolar (em porcentagem) e matrícula total
Anos 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	59,9	64,1	64,6	67,0	63,1
Bolívia			68,9	70,2	63,7
Brasil	63,0	63,9	69,7	71,6	65,6
Chile	91,7	91,7	92,1	93,5	92,8
Paraguai	59,9	60,9	60,9	60,1	60,1
Uruguai	59,0	58,0	58,8	88,6	60,4
Matrícula total	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	10.537.415	10.743.510	11.080.999	11.281.473	11.757.059
Bolívia		2.224.558	2.059.213	2.107.080	2.197.089
Brasil	49.406.535	51.515.239	52.685.662	54.483.441	55.111.347
Chile	3.557.989	3.652.787	3.972.324	4.134.038	4.200.882
Paraguai	1.328.776	1.411.921	1.479.106	1.593.387	1.657.864
Uruguai	782.179	815.222	829.397	841.765	868.305

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Nota: Bolívia: só educação comum.

Os alunos matriculados em programas de educação comum¹² representam ao menos 95% da matrícula total nos países analisados. Os programas de educação não comum referem-se a programas educacionais que atendem a outras modalidades de aprendizagem não regular, como educação especial e de jovens e adultos. Os dados da tabela 14 mostram que os sistemas organizam-se em torno do ensino regular e que a educação não comum serve para atender a um grupo específico de alunos, geralmente em quantidades menores.

Tabela 12: Distribuição percentual da matrícula em programas comuns e não comuns. Ano 2000

	Educação comum	Educação não comum
Argentina	94,3	5,7
Brasil	93,8	6,2
Chile	96,1	3,9
Paraguai	95,0	5,0
Uruguai	98,9	1,1

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

¹¹ Exclui-se a Bolívia, dado que não existe informação sobre a matrícula de educação não formal.

¹² Refere-se aos programas de educação regular para menores. Exclui os programas destinados a populações com necessidades específicas como jovens e adultos, especial, etc.

Pessoal docente

Os dados mostram que houve crescimento para todos os países da região,¹³ mas de modo heterogêneo. Assim, enquanto o Paraguai praticamente duplicou a quantidade de docentes entre 1996 e 2000, o Chile só teve um crescimento de 2,6%.

Tabela 13: Pessoal docente. Anos 1996 – 2000

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	655.750	655.750	655.750	655.750	655.750
Bolívia		80.678	87.136	87.557	88.988
Brasil	1.614.064	2.020.903	2.067.248	2.388.820	2.463.130
Chile	140.652	140.652	136.949	139.761	144.377
Paraguai	40.865	41.086	51.325	73.786	79.447
Uruguai	43.749	56.948	54.182	51.331	57.534

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Nota: Argentina, ano de 1994.

Ainda que uma característica importante dos docentes é que são majoritariamente mulheres, as proporções nas quais isso se dá não são similares. Argentina e Brasil têm a maior proporção de mulheres docentes, em torno de 82%, enquanto Bolívia, Chile e Paraguai contam com pelo menos 30% de homens docentes. Questões culturais, financeiras, de mercado de trabalho ou uma combinação desses fatores podem direcionar essas diferentes configurações.

Tabela 14: Distribuição Percentual de Docentes por Sexo – 2000

	Homens	Mulheres
Argentina	17,9	82,1
Bolívia	41,6	58,4
Brasil	17,4	82,6
Chile	30,0	70,0
Paraguai	31,3	68,7

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Os indicadores educacionais específicos

Os indicadores educacionais específicos, desenvolvidos e produzidos desde a primeira reunião técnica em 1998, em Buenos Aires, foram baseados no princípio de participação e consenso de todos os países sobre a definição e compatibilização metodológica conceitual dos indicadores educacionais selecionados, consideradas as singularidades dos sistemas educacionais dos países. A estratégia do grupo foi de elaborar indicadores que pudessem ser produzidos por todos e que, ao mesmo tempo, possibilitasse uma visão global da situação educacional na região e nos países. Muitos dos indicadores que se produziram têm a ver com a preocupação acerca da eficiência dos sistemas educacionais e seu financiamento, e com a equidade social na educação. Este último

¹³ Exclui-se a Argentina da análise, já que só há dados referentes ao ano 1994.

constitui talvez um desafio para o futuro, em termos, principalmente, de acordos metodológicos.

Desse modo, foram elaborados 15 indicadores específicos durante o transcurso da primeira etapa do plano de trabalho do Grupo de Especialistas em Estatísticas Educacionais. Desse conjunto, os indicadores de financiamento mantêm-se como os de mais difícil elaboração, em especial os relativos ao gasto privado. Os países integrantes da OCDE abordaram o tema desde o ano 1990, e mesmo assim subsistem dificuldades nesse campo.¹⁴ O esforço de cooperação internacional, com a participação de organismos internacionais como OCDE, Unesco (pelo seu Instituto de Estatística – UIS), Eurostat, por meio de diferentes projetos de indicadores internacionalmente comparáveis, como o projeto WEI, e no caso específico da América Latina e do Caribe por meio da Orealc/Unesco, tem trazido resultados muito satisfatórios com respeito à homogeneização e ao desenvolvimento de questões metodológicas relacionadas com temas de informação educacional, por meio da promoção de reuniões técnicas e difusão de manuais de metodologia.

Com respeito aos níveis educacionais, é importante destacar que, no período considerado, não foram elaborados indicadores específicos para a educação superior, razão pela qual esse nível não está incluído na presente análise. Lembre-se de que, em dezembro de 2003, em Brasília, abordou-se o tema, e o resultado foi a incorporação de alguns indicadores desse nível a partir do ano acadêmico de 2001.

Conforme se mencionou, os indicadores educacionais específicos tratados na presente publicação são então aqueles desenvolvidos pelo Grupo de Especialistas como resultado das suas atividades em função das metas estabelecidas no Plano Estratégico do SEM para o período 1996-2000.¹⁵ A saber:

- percentual da população que completou níveis de ensino selecionados por idade e sexo;
- taxas de escolarização por idade;
- taxas de aprovação, reprovação e abandono por nível de ensino; média de alunos por sala por nível de ensino; distribuição percentual dos alunos de 15 anos de idade por quantidade de classes adiantadas ou atrasadas;
- despesas com educação como porcentagem do PIB por origem dos fundos;
- despesas em educação de fontes públicas e privadas como porcentagem do PIB por nível de ensino;

¹⁴ Pode-se evidenciar as dificuldades dos países pelo exame do projeto Ines da OCDE, o qual, a partir de 1995, introduziu novos instrumentos para a coleta de dados necessários à produção de indicadores comparáveis. Nas primeiras publicações de *Education at a Glance*, apenas 3 dos 29 países-membros, para o ano fiscal de 1995, conseguiram fornecer os dados necessários para o cálculo de todos os indicadores relativos a gasto por aluno por nível educacional, enquanto 15 não apresentaram informação suficiente para o cálculo de nenhum deles. Os dados dessa publicação, para o ano 1998, com respeito ao ano fiscal de 1995, apresentaram mudanças significativas na produção dos mesmos indicadores: 12 dos 30 países puderam oferecer informação completa para o cálculo de gasto por aluno por nível de educação, em contraste com 4 países que não apresentaram dados suficientes para o cálculo de nenhum deles. *Education at a Glance* é uma publicação da OCDE que apresenta um conjunto de indicadores comparados entre os países-membros. Desde 1998, o informe apresenta também indicadores para os países participantes do Projeto Mundial de Indicadores (WEI) conduzido pela OCDE e pela Unesco. Já na publicação de 2003, referente ao ano 2000, apenas Luxemburgo, entre os países da OCDE, não apresentou nenhum dado financeiro.

¹⁵ Incluídos na *Vitrine Estatística*.

- porcentagem do gasto público total por nível de ensino; despesas por aluno por nível de ensino; alunos por docente por nível de ensino; taxa de defasagem idade-série por nível de ensino;
- porcentagem de alunos de 15 a 17 anos em educação de adultos;
- distribuição da população de 17 anos por condição de escolarização e nível de ensino.

Porcentagem da população que completou níveis de ensino selecionados por idade e sexo

Este indicador revela uma aproximação ao esforço realizado pelo sistema educacional na preparação de recursos humanos, tanto para a inserção no mercado de trabalho, como para o desenvolvimento do bem-estar social e individual, na busca da superação da pobreza e na melhoria da equidade social. Também expressa as recentes mudanças relacionadas com o aumento da escolarização, produto das reformas educacionais baseadas na universalização da educação básica e do aumento da equidade na educação.

A média, para os países do Mercosul, da porcentagem da população com pelo menos o secundário alto completo, entre 25 e 40 anos, para o ano 2000, era 1,7 vezes maior que a observada para os homens entre 55 e 64 anos, e 2,3 vezes maior para as mulheres.

Enquanto em 1996, para a média dos países da região,¹⁶ 36% dos homens entre 25 e 34 anos tinham pelo menos o secundário alto completo, no ano 2000, a média regional passou a 38%. Para as mulheres a situação é levemente diferente. Em 1996, a média para a região era de 41%, e, no ano 2000, 43%. O resultado mostra uma tendência regional caracterizada por níveis crescentes de avanços educacionais, principalmente entre as mulheres.

A relação entre a porcentagem de pessoas com nível primário ou menos e com nível secundário alto ou mais, para os diversos grupos de idade, procura medir o atraso e seus avanços no período da escolarização da população. Países com relação inferior a 1 têm mais pessoas do grupo considerado com nível secundário que do nível até primário. Quanto menor é a relação, mais escolarizada é a população. Veja-se que o percentual de mulheres entre 55 e 64 anos com apenas o primário completo era, em 1996, 4,9 vezes o percentual de mulheres do mesmo grupo de idade com pelo menos o secundário alto completo. Em 2000, essa relação passa a ser 3,8. Para os homens, as mesmas relações eram iguais a 4,0, para 1996, e 3,0, para 2000.

Tabela 15: Relação entre população com nível primário ou menos e com nível secundário alto ou mais por sexo. Anos 1996 e 2000^(*)

	1996		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
25 a 34 anos	1,1	0,9	1,1	0,8
55 a 64 anos	4,0	4,9	3,0	3,8

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

(*) Não inclui Bolívia.

A média regional para o grupo de 25 a 34 anos evidencia situações semelhantes entre os grupos com níveis distintos de escolaridade.

¹⁶ Excluída a Bolívia, já que não se dispõe de informação para o ano 1996.

No entanto, no interior da região observam-se diferenças consideráveis, a saber:

Tabela 16: Relação entre população com nível primário ou menos e com nível secundário alto por sexo. Anos 1996 e 2000

	1996		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
25 a 34 anos				
Argentina	1,55	1,20	0,68	0,49
Bolívia			0,87	1,30
Brasil	2,24	1,82	1,94	1,43
Chile	0,37	0,35	0,27	0,24
Paraguai	0,88	0,88	2,14	1,83
Uruguai	1,37	0,81	1,41	0,85
55 a 64 anos				
Argentina	4,66	5,68	1,75	2,14
Bolívia			2,71	5,28
Brasil	6,73	8,97	5,22	6,21
Chile	2,36	3,12	1,75	2,49
Paraguai	2,95	4,54	5,86	10,72
Uruguai	5,77	4,69	3,25	3,29

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Brasil e Paraguai apresentam as relações mais altas, enquanto Argentina, Chile e Uruguai exibem os valores mais baixos da região, consequência dos esforços em conquistar a universalização da educação básica. Embora Bolívia, Brasil e Paraguai mostrem avanços nesse campo, ainda há metas por cumprir para atingir esse objetivo. Esse indicador também evidencia uma tendência positiva em assegurar a equidade de gênero, numa reversão da situação preexistente em alguns casos. Assim, pode-se observar que as relações expostas na tabela determinam maior diferença entre os grupos de idade para as mulheres que para os homens, produto da crescente escolarização das mulheres durante a década passada.

Taxas líquidas de escolarização por idade¹⁷ e porcentagem de alunos de 15 a 17 anos em educação de adultos.

As taxas líquidas de escolarização para a região têm o objetivo de identificar o nível de cobertura da população no sistema educacional. A taxa líquida de escolarização de 7 a 11 anos avalia o grau de cobertura do atendimento educacional às crianças com idades que correspondem principalmente com a educação primária. Por outro lado, as taxas

¹⁷ Taxas específicas de matrícula por idade segundo a nomenclatura Unesco.

correspondentes às idades de 12 a 14 anos, além de permitir a análise da cobertura do sistema educacional às crianças com idade de ingressar na primeira etapa da educação secundária, possibilita a análise geral sobre a capacidade do sistema educacional de manter os alunos na escola, uma vez comparada com a taxa citada referente ao grupo de idade anterior.

Quanto à taxa referente à união dos grupos de idade anteriores, de 7 a 14 anos, traz informação sobre o efeito da obrigatoriedade da educação e o percentual de alunos que estão sendo atendidos pelo sistema educacional, principalmente em educação básica. Por fim, a taxa de 15 a 17 anos é importante para a identificação do percentual de alunos que permanecem escolarizados no sistema uma vez ultrapassada a idade oficial correspondente à parte obrigatória. A análise conjunta desses indicadores permite a avaliação da cobertura às crianças desde o início do ensino obrigatório até o final da educação secundária.

Os valores observados para as taxas líquidas de escolarização para as idades de 7 a 11 anos indicam que as crianças nessa faixa de idade são atendidas pelos sistemas educacionais em um nível muito próximo da universalidade. Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai apresentam taxas da ordem de 100% para todo o período considerado; já Brasil e Paraguai superam os 95%.

**Tabela 17: Taxas líquidas de escolarização da população de 7 a 11 anos
Anos 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	105,3	105,3	106,8	107,3	108,7
Bolívia			103,0	104,1	102,5
Brasil	97,4	96,0	95,8	96,2	96,6
Chile	96,0	99,1	98,3	99,3	98,9
Paraguai	95,1	94,6	95,9	96,5	96,5
Uruguai	102,4	103,3	102,8	101,4	100,7
Médio *	97,7	97,9	98,0	98,4	98,4

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* Para o cálculo médio dos países, no caso de não haver a informação do ano, adotou-se a do ano seguinte, quando disponível.

Nota: Embora esse indicador não possa superar o valor de 100%, a não-correspondência entre os dados de matrícula e de população acarreta valores que superam o nível.

No quadro anterior (e nos seguintes referentes a este indicador) calcularam-se as médias regionais cortando em 100% aqueles valores que superam o citado valor, e não incluem a Bolívia na sua elaboração com o fim de facilitar a análise da evolução média na região no período considerado, dada a ausência de informação para os anos 1996 e 1997 para o país.

A taxa de escolarização de 12 a 14 anos mostra diferentes situações para os países da região, em relação tanto a sua magnitude quanto a sua evolução no tempo. Assim, o Uruguai é o único país que alcança taxas de 100% para o período considerado (com exceção de 1999). Por outro lado, Argentina, Brasil e Chile mostram uma tendência ascendente mas com diferentes graus de crescimento, de mais de 7 pontos para a Argentina e de 3 pontos para o Brasil e o Chile. A Bolívia mantém taxas abaixo de 90% com um comportamento menos sustentado que o dos demais países da região.

No caso do Paraguai, observa-se um comportamento descendente, com taxas da ordem de 85% no começo do período passando a valores de

80% no seu final. Apesar da evolução e alguns países, a média para a região mantém-se ao redor de 93%, o que indica a necessidade de concentração de mais esforços no desenvolvimento de políticas educacionais que possibilitem a todas as crianças a permanência no sistema educacional e a continuação dos seus estudos assim que façam 12 anos (quando usualmente teriam de terminar a educação primária), acompanhadas de ações que promovam a equidade e melhores níveis de desempenho na educação oferecida.

**Tabela 18: Taxas líquidas de escolarização da população de 12 a 14 anos
Anos 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	93,3	93,3	96,8	98,5	101,0
Bolívia			82,7	90,1	87,5
Brasil	93,5	95,5	95,8	97,3	96,0
Chile	93,0	91,3	90,8	93,0	96,3
Paraguai	85,3	86,6	79,4	79,8	80,8
Uruguai	100,0	102,8	103,3	98,4	100,9
Médio *	93,0	93,3	92,6	93,4	94,6

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.
Para o cálculo médio dos países, no caso de não haver a informação do ano, adotou-se a do ano seguinte, quando disponível.

Os valores agregados em nível regional para a taxa de escolarização para a faixa de idades de 7 a 14 anos permitem avaliar o impacto das políticas educacionais na conquista da cobertura universal para a população em idade de cursar a educação básica. A média regional para o período 1996-2000 se estabiliza ao redor de 96%.

**Tabela 19: Taxas líquidas de escolarização da população de 7 a 14 anos
Anos 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	100,8	100,8	103,1	104,0	105,8
Bolívia			95,8	99,2	97,0
Brasil	95,9	95,8	95,8	96,6	96,4
Chile	94,9	96,3	95,6	97,0	97,9
Paraguai	91,7	91,8	90,0	90,5	90,9
Uruguai	101,5	103,1	103,0	100,3	100,8
Médio *	96,5	96,8	96,3	96,8	97,0

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.
Para o cálculo médio dos países, no caso de não haver a informação do ano, adotou-se a do ano seguinte, quando disponível.

É possível verificar que a cobertura da população em idade de cursar a educação básica, com exceção do Paraguai, tende à universalização em curto prazo. As taxas anteriores mostram que no Paraguai o maior problema não é tanto o acesso à educação, mas a permanência dos alunos no sistema educacional durante as idades correspondentes à escolarização obrigatória.

O acesso à educação do grupo de idades de 15 a 17 anos, em geral associado com as idades correspondentes à última etapa do nível secundário, constitui o maior desafio para todos os países da região, ainda que com diferentes intensidades. Em termos gerais, este parece ser o nível em que o acesso experimentou uma evolução maior, observando-se crescimento sustentado em todos os países. A média dos países da região mostra crescimento de mais de 10 pontos entre 1996 e 2000 (de 65% a 77%). Por seu turno, o Chile apresenta cobertura de quase 85% para o ano 2000, a maior da região, e registrou crescimento de 4 pontos no período analisado. Já o Brasil, com uns 83% de escolarização em 2000, apresenta crescimento de 15 pontos em comparação com 1996, e o Paraguai, de 17 pontos, país com o maior incremento, apesar de continuar sendo o país com a menor taxa de escolarização na região para esse grupo de idades (62%).

**Tabela 20: Taxas líquidas de escolarização da população de 15 a 17 anos
Anos 1996 – 2000**

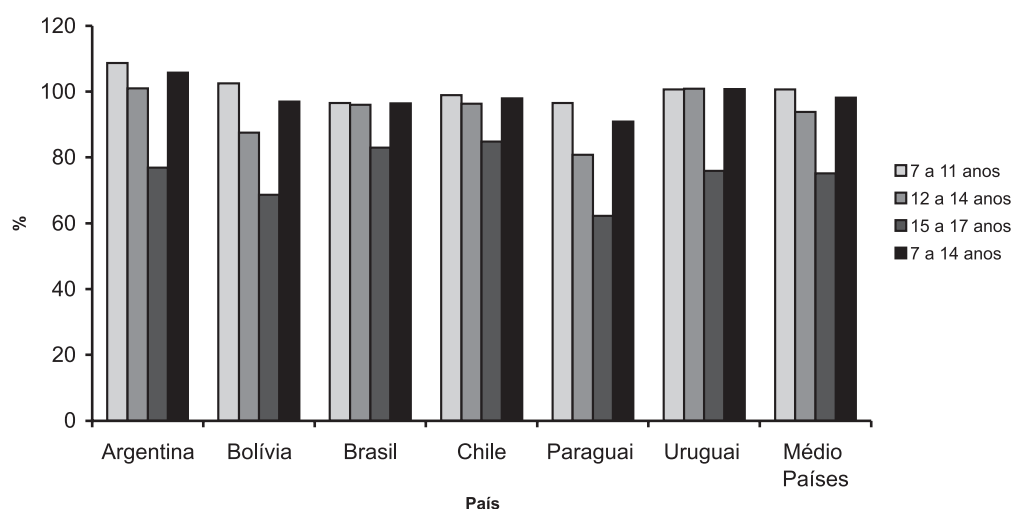
	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	69,1	69,1	71,6	74,3	76,9
Bolívia			61,6	65,9	68,6
Brasil	67,2	79,3	81,1	84,5	83,0
Chile	80,8	84,0	84,4	84,3	84,8
Paraguai	44,6	47,3	50,5	59,0	62,2
Uruguai	64,7	62,5	65,9	71,6	75,9
Médio *	65,3	68,4	70,7	74,7	76,6

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* Para o cálculo médio dos países, no caso de não haver a informação do ano, adotou-se a do ano seguinte, quando disponível.

Em resumo: as taxas de escolarização para 2000 mostram a seguinte situação:

**Gráfico 1: Taxas líquidas de escolarização por faixa de idade e país
Ano 2000**



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Os valores observados nos parágrafos anteriores sugerem a existência de jovens fora do sistema educacional sem a conclusão dos seus estudos de educação básica. Alguns países da região implementaram programas educacionais suplementares com o fim de oferecer oportunidade a esses jovens, para permitir-lhes a reinserção sob condições ajustadas a suas próprias necessidades e interesses. Dessa forma, alguns países contam com programas de alfabetização ou serviços educacionais que conduzam à conclusão da educação primária ou secundária, para jovens e adultos sem limite de idade. Tendo-se em conta a faixa de idade mais alta prevista para as taxas de escolarização, pode-se ter uma idéia do desafio que se enfrenta com esses programas.

Tabela 21: Porcentagem da população de 15 a 17 anos atendida em programas de educação de jovens e adultos. Período 1997 – 2000

	1997	1998	1999	2000
Argentina	6,4	6,0	5,7	5,2
Brasil	7,5	6,0	5,3	5,5
Chile	1,5	1,2	1,1	1,6
Paraguai	9,5	10,4	10,2	13,8
Médio	6,2	5,9	5,6	6,5

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

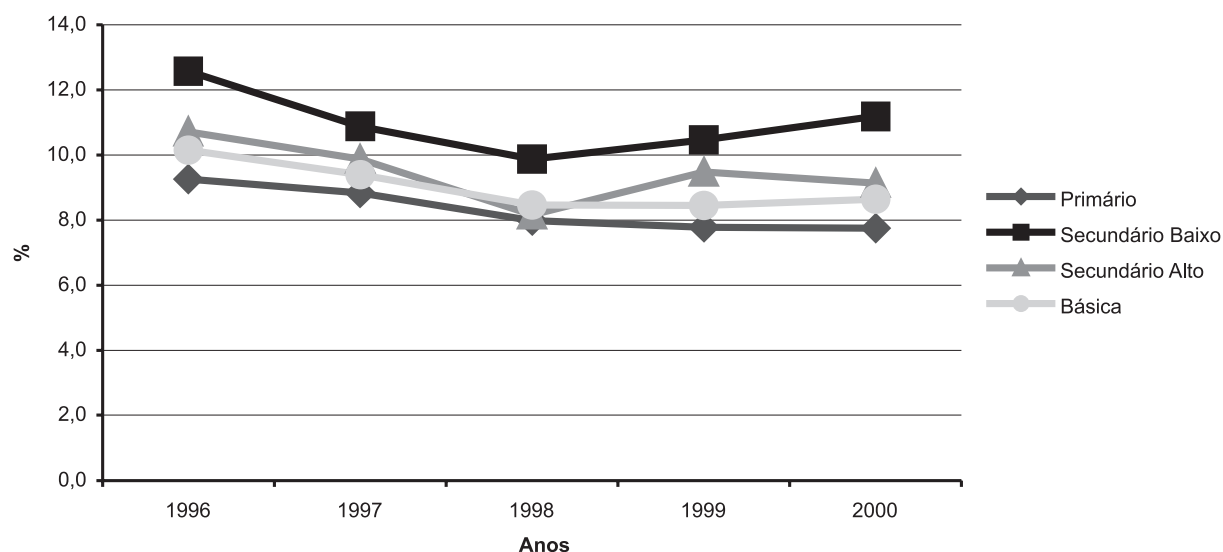
O Paraguai apresenta o maior grupo de alunos de 15 a 17 anos em programas de educação de jovens e adultos, o que mostra os esforços do país em incorporar os que não ingressaram ou concluíram seus estudos nos programas de educação comum, o que explica, em parte, o aumento da taxa de escolarização para esse grupo de idade (45% em 1966 e 62% em 2000).

Taxas de desempenho: aprovação, reprovação e abandono

As taxas de desempenho mostram a eficiência do processo educacional. Esses indicadores substituem, ao menos parcialmente, os de fluxo escolar, que, como se afirmou, admite conceitos distintos e dificilmente comparáveis na região. Nesse sentido, abandono refere-se a algo ocorrido durante o ano escolar e não implica, necessariamente, a deserção definitiva do sistema educacional. Por conseguinte, ao fim do ano escolar, um aluno terá sido aprovado, ou reprovado, ou terá abandonado, ao menos temporariamente.

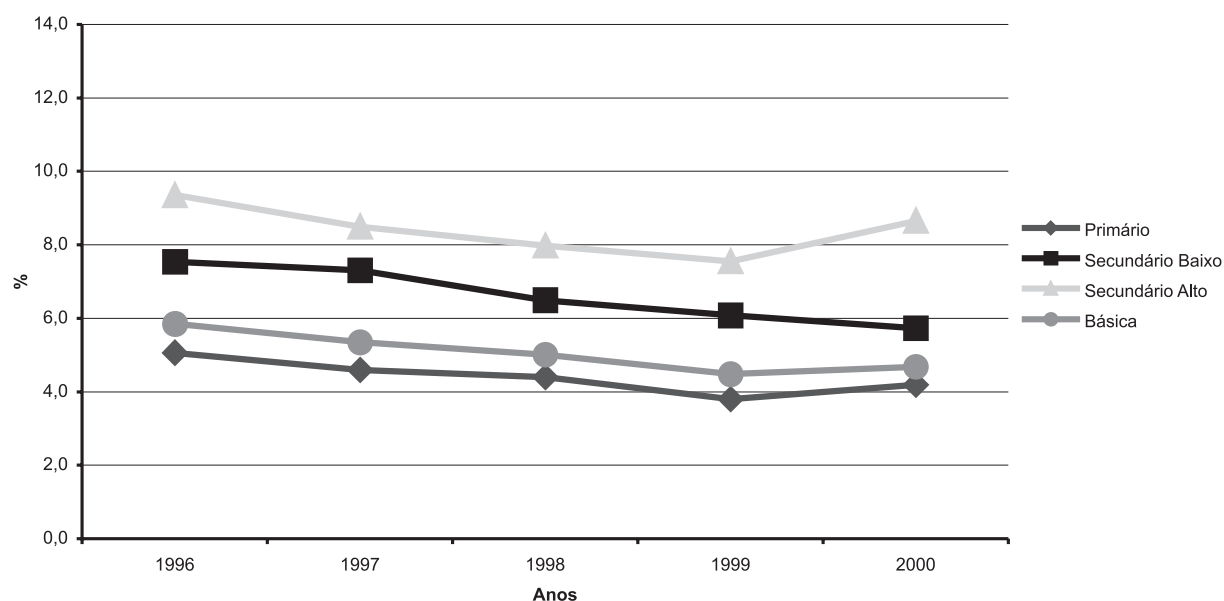
Essas taxas de desempenho apresentam certa estabilidade ao longo do período 1996-2000, em termos médios para a região. Sem dúvida, pode-se notar que as taxas de reprovação experimentaram um leve aumento nos últimos dois anos analisados, sendo o secundário baixo o nível com os maiores valores para todo o período. Por outro lado, as taxas de abandono têm comportamento decrescente ao longo dos anos, sendo, nesse caso, o secundário alto o nível que apresenta as taxas mais altas, com um incremento de 1 ponto até o ano 2000.

Gráfico 2: Taxas de reprovação por nível de ensino
Anos 1996 – 2000



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Gráfico 3: Taxas de abandono por nível de ensino
Anos 1996 – 2000

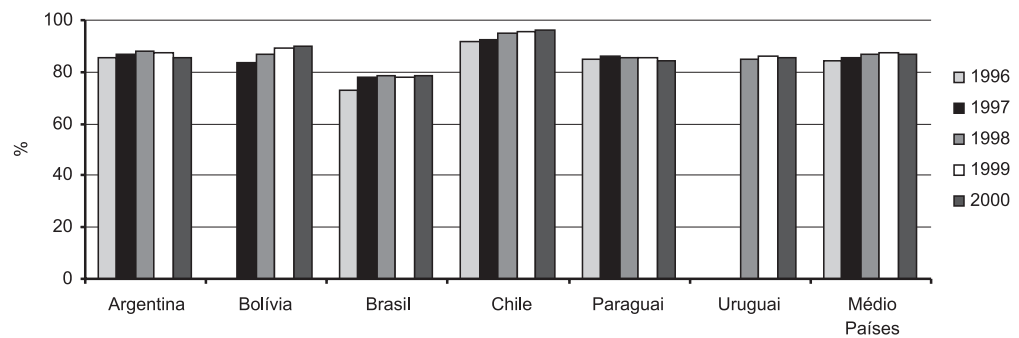


Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

A média da taxa de aprovação da região, para o ano 2000, em cada nível de ensino, encontra-se entre 80% e 90%; a média de reprovação, em torno de 9%; e a de abandono, de 5%. O Brasil apresenta as maiores taxas de abandono, superiores a 10%, e de aprovação, em torno de 78%, para todos os níveis de ensino. A Argentina e o Uruguai apresentam taxas de reprovação que diferem em até 10 pontos entre os níveis analisados, sendo o secundário baixo o nível com os valores mais elevados (18% e 20%, respectivamente). O Chile tem as melhores taxas de desempenho escolar, com taxas de aprovação superiores a 92% em todos os níveis, taxas de reprovação ao redor de 3% (7% para o secundário alto) e de abandono de até 3% (secundário alto).

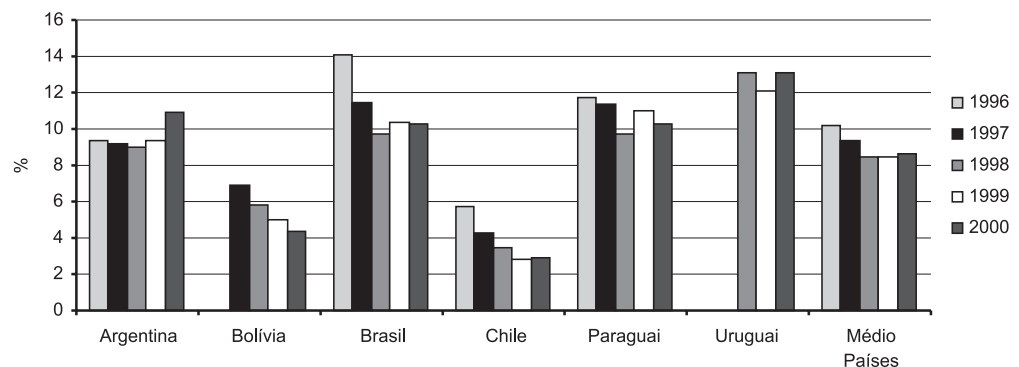
Os resultados para o ensino básico, ao longo do período de 1996 a 2000, mostram que as taxas de aprovação mantêm-se estáveis, e observam-se altas taxas de reprovação combinada com abandono. A aprovação encontra-se em torno de 87% e o abandono combinado com a reprovação, ao redor de 13%. Argentina e Paraguai mostram uma leve subida nas taxas de abandono ao final do período analisado.

Gráfico 4: Taxas de aprovação do ensino básico
Anos 1996 – 2000



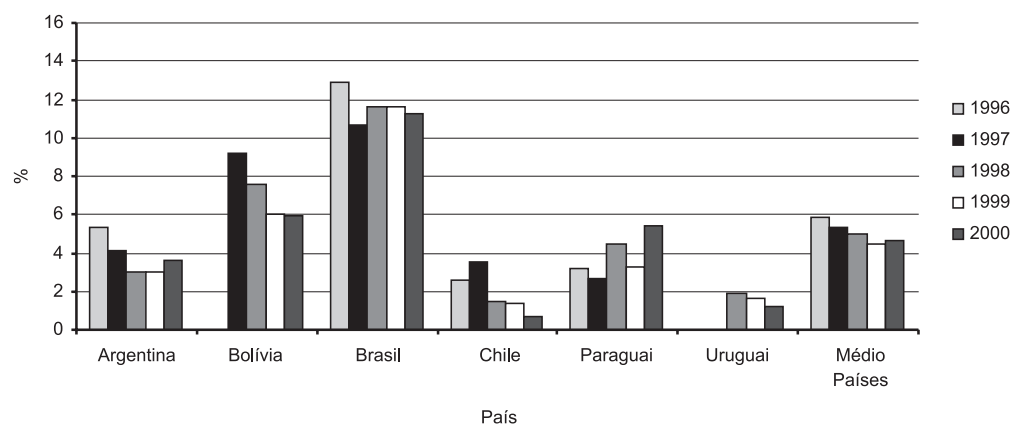
Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Gráfico 5: Taxas de reprovação do ensino básico
Anos 1996 – 2000



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

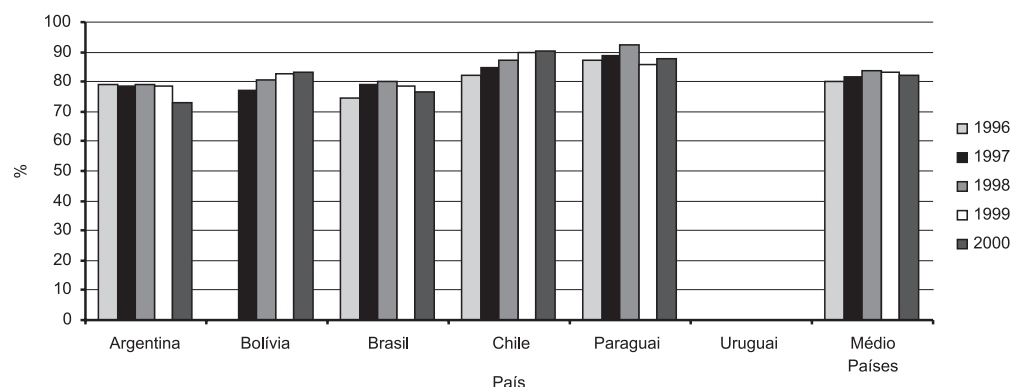
Gráfico 6: Taxas de abandono do ensino básico
Anos 1996 – 2000



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

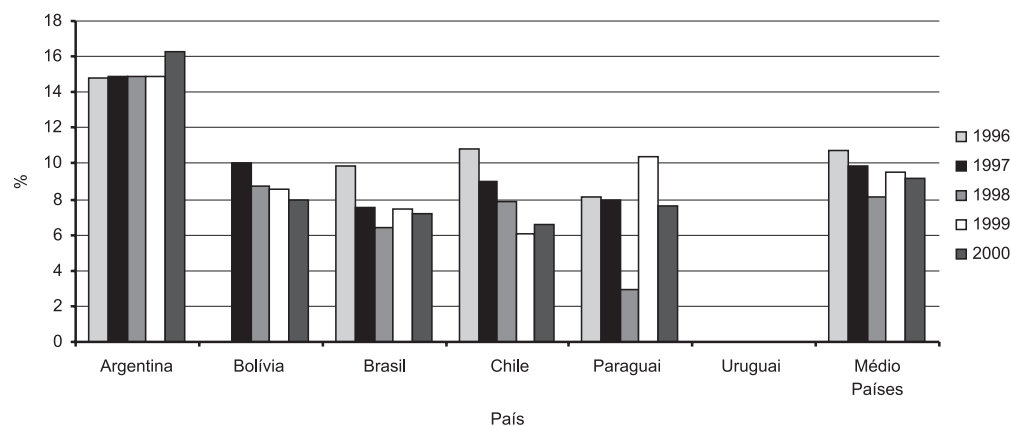
Os resultados mostram que o problema do desempenho escolar torna-se mais grave ao longo da vida escolar dos alunos, na qual a reprovação e o abandono crescem com a progressão no sistema educacional, com taxas combinadas de reprovação e abandono ao redor de 20%.

**Gráfico 7: Taxas de aprovação no nível secundário alto
Anos 1996 – 2000**



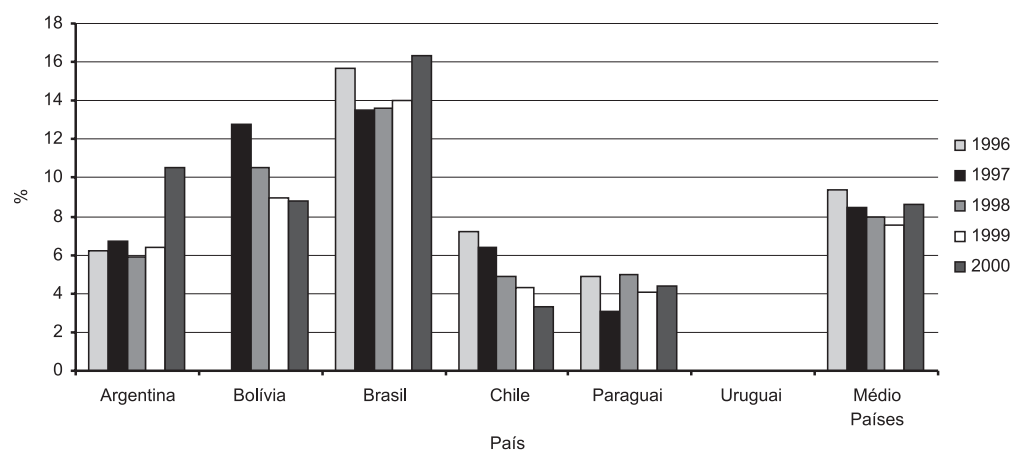
Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

**Gráfico 8: Taxas de reprovação no nível secundário alto
Anos 1996 – 2000**



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

**Gráfico 9: Taxas de abandono no nível secundário alto
Anos 1996 – 2000**



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

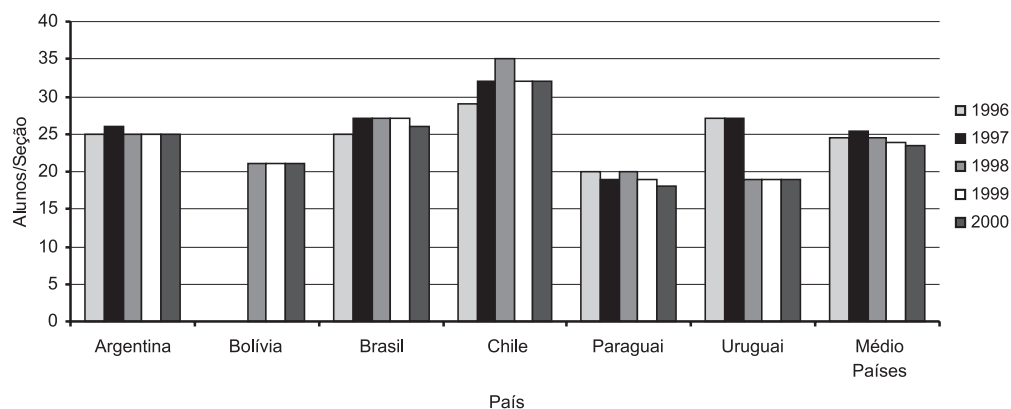
Alunos por sala

Este indicador traz informação sobre um dos aspectos organizacionais do sistema educacional, relativa ao uso dos locais e a concentração de alunos por grupos. Embora não se tenha encontrado evidência suficiente para se concluir que existe uma relação clara entre o tamanho da classe e o desempenho educacional dos alunos, na intenção de garantir a manutenção das melhores condições pedagógicas, a organização competente deveria levar em conta os valores registrados para esta relação. Para todos os países da região, o número de alunos por sala varia de 18 a 38 segundo o nível e o país, em geral com o nível primário apresentando valores menores e o secundário, os maiores, com o que o processo de ensino-aprendizagem tende a ser menos personalizado.

O tamanho do indicador não reflete, direta e necessariamente, a qualidade dos serviços de educação, que depende de outros fatores como as práticas pedagógicas, a qualificação dos docentes, etc. Além disso, é preciso levar em conta as variações internas do indicador, em especial as diferenças entre escolas urbanas e rurais, em como os valores anotados em escolas multisseriadas.

No caso do nível primário, o Chile apresenta uma relação de cerca de 32 alunos por sala no período; Argentina e Brasil, entre 25 e 30 alunos; e Bolívia, Paraguai e Uruguai, em torno de 20 alunos. Cabe registrar que este indicador refere-se à totalidade do nível primário, e que se inclui também em seu cálculo matrículas e salas de escolas em zonas rurais e escolas multisseriadas.

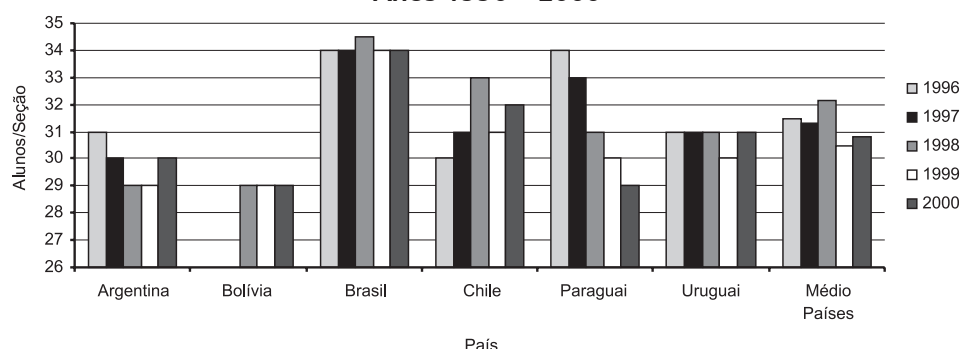
**Gráfico 10: Número de alunos por sala no nível primário
Anos 1996 – 2000**



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Para os secundários baixo e alto os valores indicam um comportamento estável através dos anos, e reduzem-se as diferenças entre os países. No ano 2000, para o secundário baixo, o Brasil apresentou a relação mais alta entre os países, com 34 alunos por sala, enquanto a Bolívia e o Paraguai apresentaram valor mais baixo, 29 por sala. Para o secundário alto, a relação de alunos por sala foi de 25 para o Paraguai e 38 para o Brasil; a Argentina teve uma média de 29; a Bolívia, de 33; o Chile, de 35; e o Uruguai, de 29.

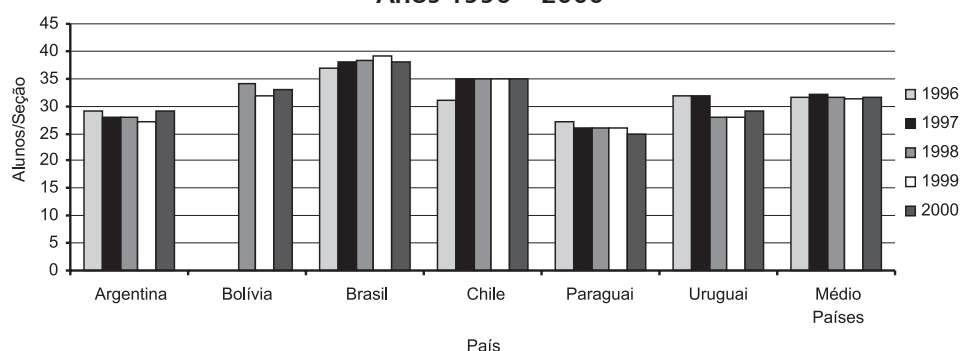
**Gráfico 11: Número de alunos por sala no nível secundário baixo
Anos 1996 – 2000**



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Acima de alguma situação particular, a tendência geral para a região é de que o número de alunos por sala cresce junto com o nível.

**Gráfico 12: Número de alunos por sala no nível secundário alto
Anos 1996 – 2000**



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

O atraso escolar dos alunos de 15 anos e a taxa de defasagem idade-série

O atraso escolar¹⁸ e a defasagem idade-série constituem indicadores complementares às taxas de desempenho, como uma ferramenta adicional para se avaliar a eficiência interna dos sistemas educacionais. Ambos os indicadores não só incluem de maneira cumulativa as situações de repetência nas trajetórias escolares dos alunos como também aquelas decorrentes do fracasso escolar, como o abandono e o reingresso no sistema, e as de ingresso tardio. Assim, os indicadores permitem o dimensionamento da quantidade de tempo extra que se espera que os alunos necessitem para terminar seus estudos, o que afeta os custos associados correspondentes.

Ambos os indicadores mostram situações de ineficiência de perspectivas distintas. Por um lado, as taxas de defasagem idade-série exibem a medida dos alunos que ingressaram tardiamente no sistema (2 anos ou mais) ou foram reprovados em mais de uma série, por nível educacional; por outro, o atraso escolar dos alunos de 15 anos determina qual é o grau de atraso, medido em quantidade de séries, desse grupo de alunos. A idade definida

¹⁸ A porcentagem de alunos em atraso pode ser vista enviesadamente por problemas de consistência entre os períodos de referência normativamente estabelecidos e os usados na reunião das informações. No caso do Chile, por exemplo, observam-se valores particularmente altos de atraso com um ano, o que tem origem nesse tipo de dificuldades.

para esse indicador corresponde à idade imediata seguinte à que corresponde ao término da educação obrigatória em todos os países da região, ou seja, expressa a localização relativa daqueles jovens escolarizados levando em conta que deveriam estar matriculados na primeira série do secundário alto.

Apesar de os grupos populacionais envolvidos em cada indicador não serem os mesmos, nenhum país da região mostrou evidências de mudanças significativas quanto ao desempenho dos alunos e suas trajetórias educacionais, pelo que, dado que ambos os indicadores expressas situações de ineficiência dos sistemas educacionais, é de esperar que se movimentem no mesmo sentido, já que elevados valores de defasagem idade-série traduzem-se em uma alta participação dos alunos de 15 anos com mais de 2 séries de atraso.

Basicamente, a estrutura de atraso escolar manteve-se constante durante o período analisado, segundo a informação disponível, com exceção do Uruguai, onde aumentou o percentual de alunos com atraso escolar a partir de 1999, apesar de em menor medida que o Brasil, o Chile e o Paraguai. As cifras regionais oscilam ao redor de 67%.

Conforme a informação do ano 1999, para o qual dispõe-se de informações sobre todos os países da região, tem-se o seguinte:

Tabela 22: Distribuição percentual dos alunos de 15 anos por número de séries atrasadas ou adiantadas. Ano 1999

	Atraso escolar	Séries atrasadas			Correspondência idade/série	Séries adiantadas	
		3 ou mais	2	1		1	2 ou mais
Argentina	40,2	4,9	13,1	22,2	56,1	3,6	0,1
Bolívia	63,5	13,6	18,0	31,9	30,5	5,9	0,0
Brasil	78,9	41,6	15,8	21,5	19,0	2,0	0,1
Chile	71,8	9,0	13,9	48,9	27,2	0,9	0,2
Paraguai	79,4	20,9	20,3	38,2	19,2	1,4	0,0
Uruguai	68,7	10,3	17,9	40,5	29,8	1,4	0,0
Médio *	67,1	16,7	16,5	33,9	30,3	2,5	0,1

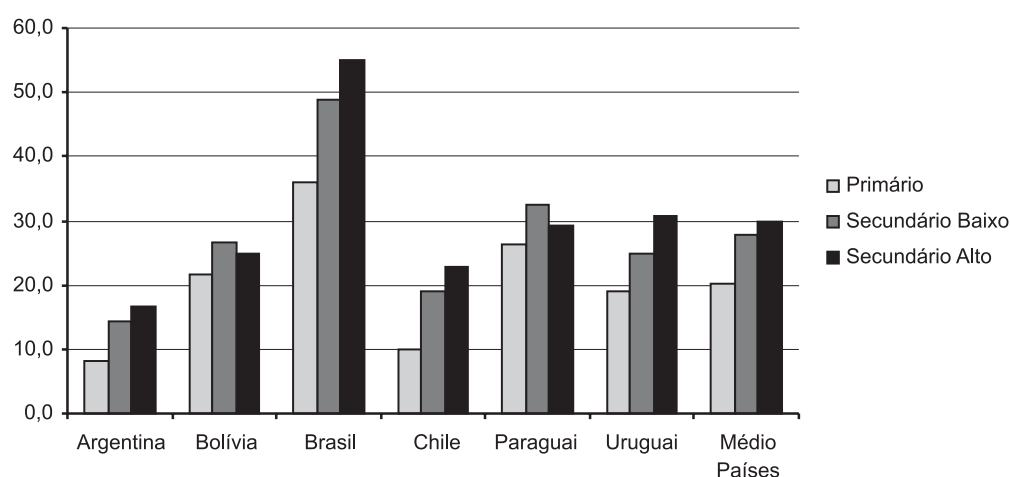
Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Os dados mostram que a Argentina apresenta os valores mais baixos de atraso escolar (40%), enquanto o Brasil e o Paraguai quase duplicam esse valor. No caso do Brasil, é importante assinalar que mais de 40% dos alunos apresentam um atraso de 3 ou mais séries.

Se esses resultados complementam-se com os referentes à tendência ascendente das taxas de escolarização na região, para o grupo de idades de 15 a 17 anos, sobressai a necessidade de se contar com políticas educacionais que promovam trajetórias de sucesso para os alunos. Por exemplo, o Brasil, apesar de ter uma das mais altas taxas de escolarização da região (83%) nesse grupo de idades, atinge o maior atraso escolar para os alunos de 15 anos (79%).

Quanto aos percentuais de alunos em defasagem idade-série, ou seja, matriculados em 2 ou mais séries abaixo da correspondente a sua idade, observa-se uma redução sistemática no período para todos os níveis educacionais e todos os países. Esse indicador reflete situações de ineficiência atuais e passadas dos sistemas educacionais, no sentido de que, uma vez que um aluno entra em defasagem idade-série, mantém essa condição até sua saída do sistema. Desse modo, se não existem altos índices de abandono definitivo, os percentuais de defasagem idade-série aumentam na progressão dos níveis educativos. No ano 2000 as médias regionais foram de 20% para o primário, 28% para o secundário baixo e 30% para o secundário alto.

**Gráfico 13: Taxas de defasagem idade-série por nível de ensino
Ano 2000.**



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Por país e ao longo dos anos, a situação não tem sido diferente; observa-se claramente uma redução nas taxas de defasagem idade-série em todos os países e em todos os níveis, como mostra a tabela 23.

**Tabela 23: Taxas de defasagem idade-série por nível de ensino
Anos 1997-2001**

	1997	1998	1999	2000	2001
Argentina					
Primária	8,8	8,7	8,3	8,1	8,1
Baixa secundária	16,9	16,0	15,0	14,2	13,9
Alta secundária	16,4	16,9	17,0	16,6	15,6
Bolívia					
Primária		21,7	22,3	21,8	20,3
Baixa secundária		27,2	25,9	26,7	25,4
Alta secundária		21,0	23,2	24,9	26,3
Brasil					
Primária	43,4	42,5	39,2	36,1	33,0
Baixa secundária	52,2	52,6	50,7	48,8	46,8
Alta secundária	53,9	53,9	54,8	54,9	53,3
Chile					
Primária	13,5	12,5	11,5	9,9	
Baixa secundária	22,7	22,0	20,3	19,1	
Alta secundária	20,2	23,2	22,4	22,7	
Paraguai					
Primária	29,4	28,6	27,6	26,4	25,6
Baixa secundária	36,1	36,3	35,2	32,4	31,5
Alta secundária	27,7	33,7	29,6	29,4	30,9
Uruguai					
Primária	19,0	19,0	18,7	18,9	19,3
Baixa secundária		15,7	25,1	24,9	24,5
Alta secundária		21,6	31,6	30,7	30,5

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

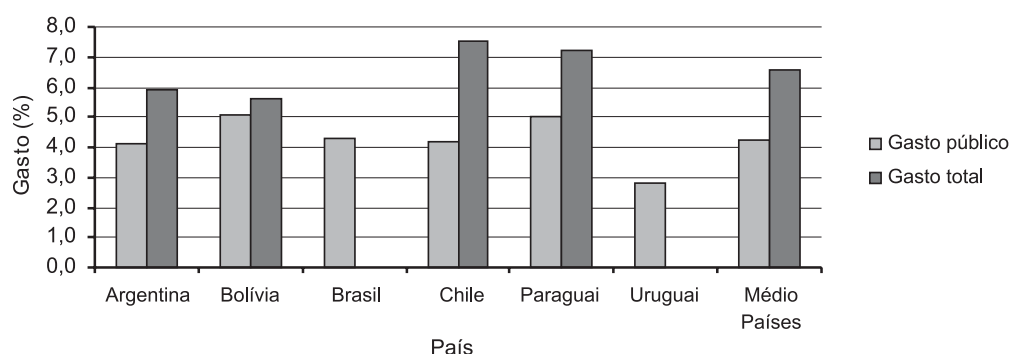
Os indicadores de gastos em educação e de pessoal docente

Os indicadores de gastos selecionados no Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional são aqueles desenvolvidos no marco do Projeto de Indicadores Mundiais de Educação (WEI) da Unesco e OCDE, quanto à sua definição e metodologia adotada. Isso foi possível graças à participação de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai no citado projeto, iniciado em setembro de 1997. No caso da Bolívia, cabe citar os esforços adicionais envidados para proporcionar a informação necessária à produção desses indicadores, em que pese não ter participado do projeto WEI. Sem dúvida, tornam-se necessários alguns ajustes metodológicos e conceituais mínimos para que se possa manter a comparabilidade e a consistência da informação.

Para as desagregações por nível de ensino, talvez a diferença de critério adotado (distintos agrupamentos de níveis) possa trazer alguma dificuldade no estabelecimento de um referencial geral para a região. Mesmo assim, para que se controle o efeito das diversas durações de cada nível sobre as despesas educacionais, é conveniente o uso de uma medida de despesa unitária (despesa por aluno). Dessa forma, por exemplo, um dado financeiro de um país com 6 anos para um certo nível de ensino não é diretamente comparável com o de outro país com uma duração diversa para esse mesmo nível; mas, ao se dividir pelo número de alunos, a comparação se torna mais plausível.

Os gastos em educação são relacionados com o PIB e com o total do gasto público para, em primeiro lugar, observar-se a possibilidade e o esforço do país em prover educação, e, em segundo lugar, em relação ao gasto público total, que seja possível avaliar e dimensionar a prioridade orçamentária que os governos nacionais dão à educação.

Gráfico 14: Gastos com educação como porcentagem do PIB
Ano 2000



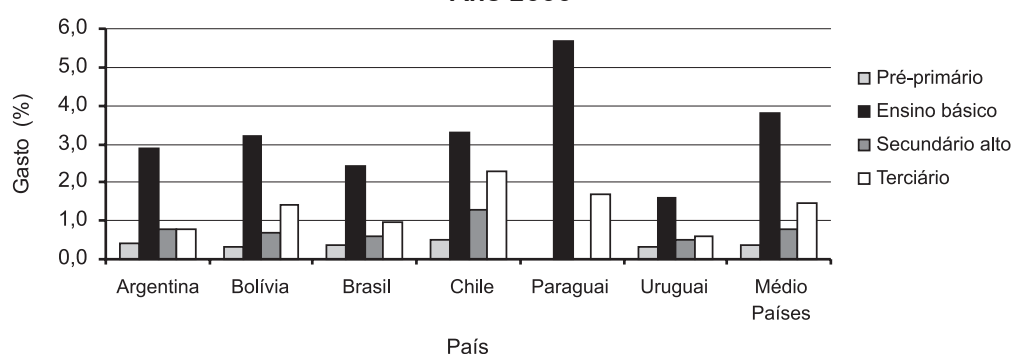
Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Nota: Brasil: Não há disponibilidade de dados para os gastos em educação no setor privado.

Com exceção do Uruguai, o gasto público em educação em 2000 manteve-se entre 4% e 5% do PIB. A maior proporção de inversão pública, expressa em termos de produto, ocorreu na Bolívia e no Paraguai, com 5% do PIB. A Argentina teve 4,1%; o Brasil, 4,3%; O Chile, 4,2%; e o Uruguai, 2,8% do PIB. O gasto total, incluído o privado (de empresas, organização não governamentais e famílias), foi de 5,9 para a Argentina, 5,6% para a Bolívia, 7,5% para o Chile e 7,2% para o Paraguai.

Por nível de ensino, o gasto público em educação apresentou a seguinte situação para 2000:

Gráfico 15: Gastos com educação como porcentagem do PIB por nível de ensino
Ano 2000

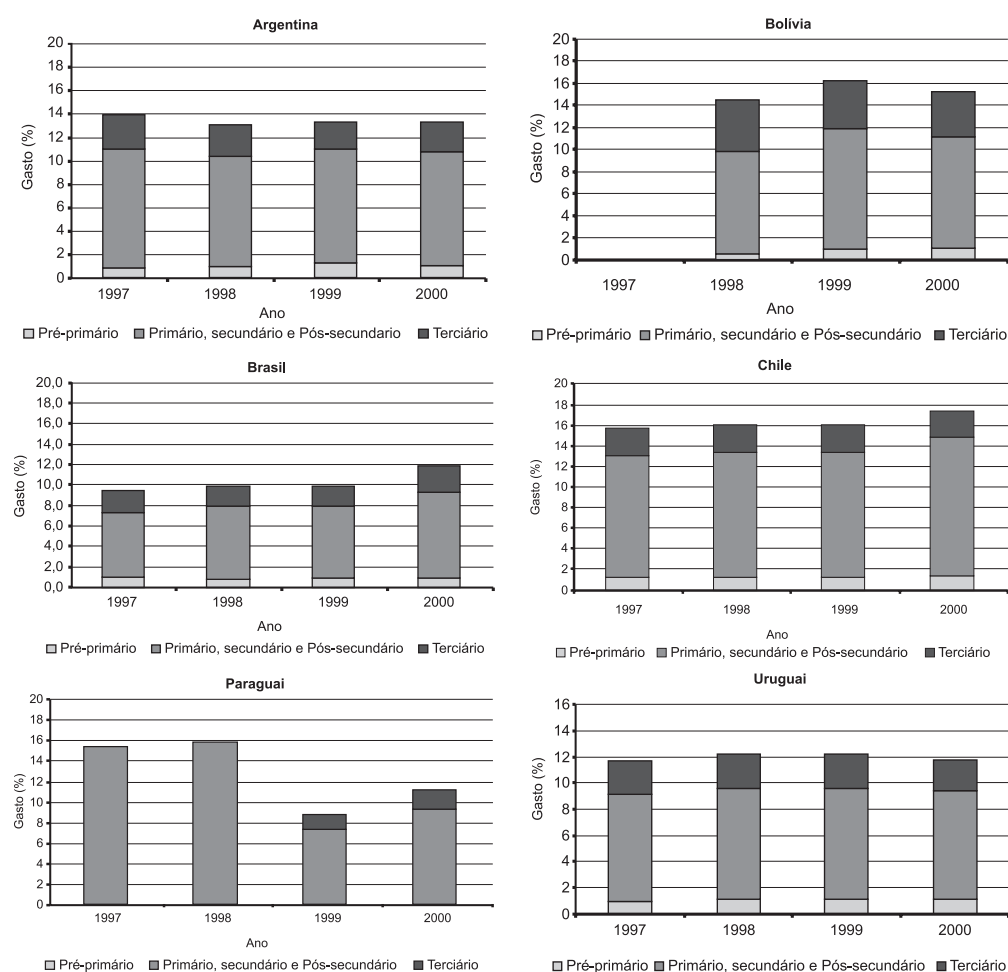


Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

A média regional para os níveis primário e secundário alcança 3,8% do PIB, sendo de 3,7% para a Argentina, 3,9% para a Bolívia, 3,9% para o Brasil, 4,6% para o Chile, 5,7% para o Paraguai (incluído o pré-primário) e 2,1% para o Uruguai.

Levado em conta o gasto público em educação como porcentagem do gasto público total, obtêm-se os seguintes dados por país:

Gráfico 16: Gasto público em educação como porcentagem do gasto público total
Anos 1997 – 2000



Nota: Ano 97 – 98. O Gasto público total inclui somente a administração central. O ano de 99 inclui a administração central e a descentralizada

Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

A Argentina apresenta no período valores em torno de 13,5% do gasto público total, situando-se os percentuais dos níveis primário e secundário ao redor de 10% do total.

A Bolívia destinou no período analisado 14,5% do seu gasto público total em 1998; 16,2% em 1999; e 15,3% em 2000. Os níveis primário e secundário foram os destinatários de 9,3% em 1998; 11% em 1999; e 10% em 2000 do total do gasto público.

O Brasil, até 1999, manteve o gasto público em educação em cerca de 10% do gasto público total; em 2000 o gasto subiu para 11,9%. Os níveis primário e secundário apresentaram gastos entre 6,3% em 1997 e 8,3% em 2000.

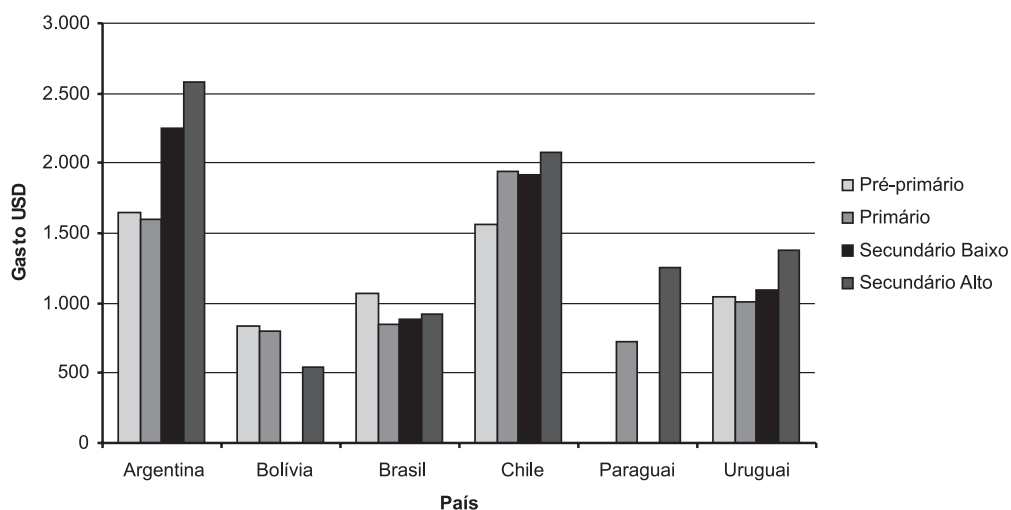
O Chile, ao longo do período 1997-2000, manteve o gasto público em educação entre 15,8% em 1997 e 17,5% do gasto público total em 2000. Os níveis primário e secundário reúnem ao redor de 12% do total do gasto público.

O Paraguai apresentou padrões de gastos distintos para os períodos 1997-1998 e 1999-2001. Para o mais recente, o gasto público em educação esteve ao redor de 10% do gasto público total, destinando-se aos níveis primário e secundário uma média de 8,5% do total do gasto público (incluído o nível pré-primário).

Finalmente, o Uruguai, entre 1997 e 2001, apresentou valores para o gasto público em educação em torno de 12% do gasto público total. Para os níveis primário e secundário, o país destinou em torno de 8,5% do total do gasto público.

Levado em conta a parcela da população atendida pelo sistema educacional, os níveis de gasto exibem diferenças importantes.

**Gráfico 17: Despesa por aluno por nível de ensino
Ano 2000. Em dólares estadunidenses PPC**



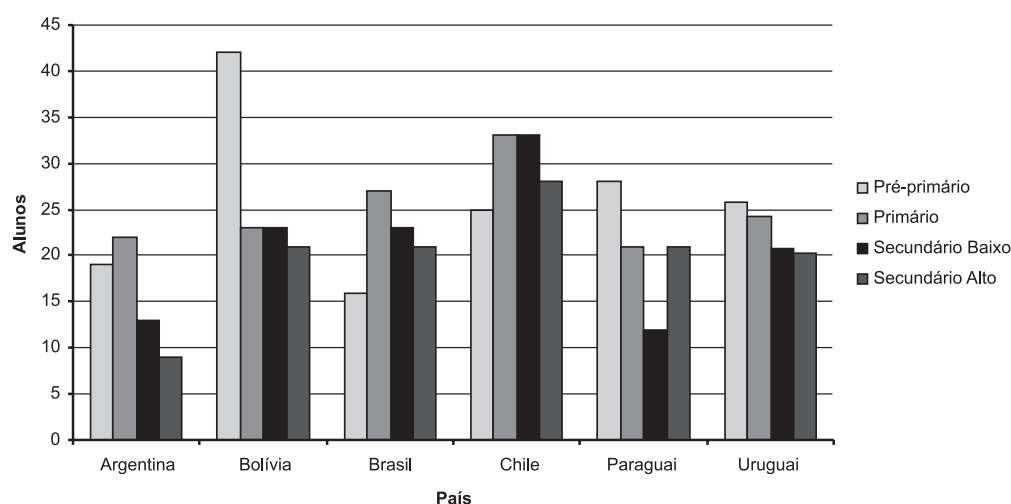
Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Nota: Bolívia: primário inclui secundário alto; Paraguai: primário inclui pré-primário; secundário alto inclui secundário baixo

Conforme a informação correspondente ao ano 2000, Bolívia, Brasil e Paraguai apresentam uma despesa média por aluno inferior a 1.300 dólares estadunidenses ajustados segundo a paridade do poder de compra (PPC) para o nível secundário alto e inferior a 1.000 dólares para o nível primário. O Uruguai tem níveis de despesa em torno de 1.300 dólares no secundário e 1.000 no primário. Por outro lado, Argentina e Chile têm padrões de despesa por aluno superiores a 1.500 dólares no primário e 2.000 dólares no secundário.

De outra parte, a quantidade de alunos por docente ilustra a resposta da organização do sistema educacional à demanda por educação, e dimensiona a inversão em recursos humanos docentes. Deve-se notar que as remunerações de docentes representam a maior parte das despesas em educação.

**Gráfico 18: Número de alunos por docente segundo o nível de ensino
Ano 2000**



Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Uma relação de alunos por docente maior pode significar uma despesa por aluno menor. Para a Argentina e ao longo do período considerado, a menor relação alunos/docente observa-se no nível secundário alto, em que a despesa por aluno é maior que 2.500 dólares estadunidenses. A menor despesa pública por aluno ocorre no nível primário, em que atinge 1.600 dólares. Veja-se que, para esse nível, a relação alunos/docente é mais alta.

Sem dúvida, nem sempre este é o caso. O Chile apresenta a maior relação de alunos por docente para os níveis primário e secundário baixo e, ao mesmo tempo, tem despesas por aluno de 1.940 e 1.914 dólares, respectivamente. Embora essas despesas sejam menores que as registradas no nível secundário alto, em que a despesa por aluno sobe a 2.081 dólares e a relação de alunos por docente é de 28 contra 33 observados no primário e no secundário baixo. Para o nível pré-primário a relação de alunos por docente é de 25, e a despesa sobe a 1.563 dólares. O resultado dessa associação entre esses indicadores tem relação também com outros fatores, como o patamar de qualificação e de remuneração dos docentes, que, usualmente, são maiores quanto maior é a posição do nível educacional.

O Brasil tem situação similar à observada na Argentina, em que um nível com maior relação alunos/docente apresenta também menor despesa por aluno. No pré-primário têm-se 1.066 dólares estadunidenses de despesa por aluno, com uma relação alunos/docente de 16, em 2000, enquanto no secundário tem-se uma relação de 21 e despesa de 920 dólares.

Por sua parte, Bolívia e Uruguai apresentam também situações similares, com relações alunos/docente no pré-primário de 45 e 31, e despesas por aluno relativamente altas, de 831 (a mais alta entre os níveis educacionais) e

1.039 dólares, respectivamente. São valores similares ao observado no primário, de 1.011 dólares e 21 alunos/docente.

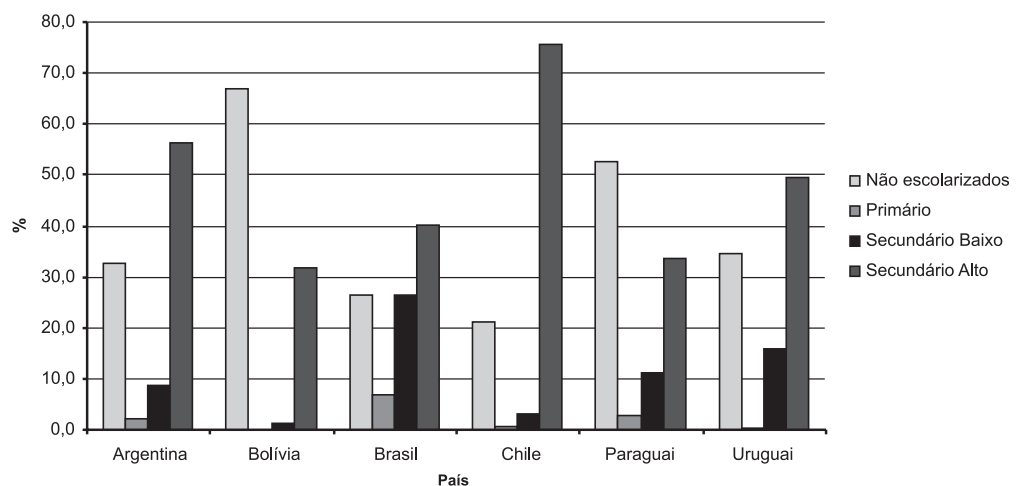
Por fim, o Paraguai apresenta uma relação de alunos por docente de 21 para o primário e de 22 para o secundário, para 2000, e despesas por aluno de 721 e 1.259 dólares estadunidenses, respectivamente.

Distribuição percentual da população de 17 anos por condição de escolarização

Conforme a definição dos níveis educacionais e da idade teórica para cursá-los, espera-se que os alunos na idade de 17 anos estejam concluindo a educação secundária, ou seja, estejam matriculados na última série do secundário alto, antes de inserir-se no mercado de trabalho e/ou prosseguir os estudos em programas pós-secundários ou superiores. Os não-escolares representam, nessa situação, aqueles alunos que não estão matriculados em nenhum nível de ensino.

Para o ano 2000, é possível ver que o Chile apresenta a menor proporção de não-escolares, 21%, e a maior de escolarizados no secundário alto, 75% das pessoas de 17 anos. A Bolívia apresenta situação oposta, com 67% de não-escolares e 31% matriculados no secundário alto. Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai apresentam situações intermediárias, mas diferentes entre si. Enquanto o Brasil tem uma grande quantidade de alunos de 17 anos matriculados no primário e no secundário baixo (33%), a Argentina tem só 11%, o Paraguai tem 13,6% e o Uruguai, 16%.

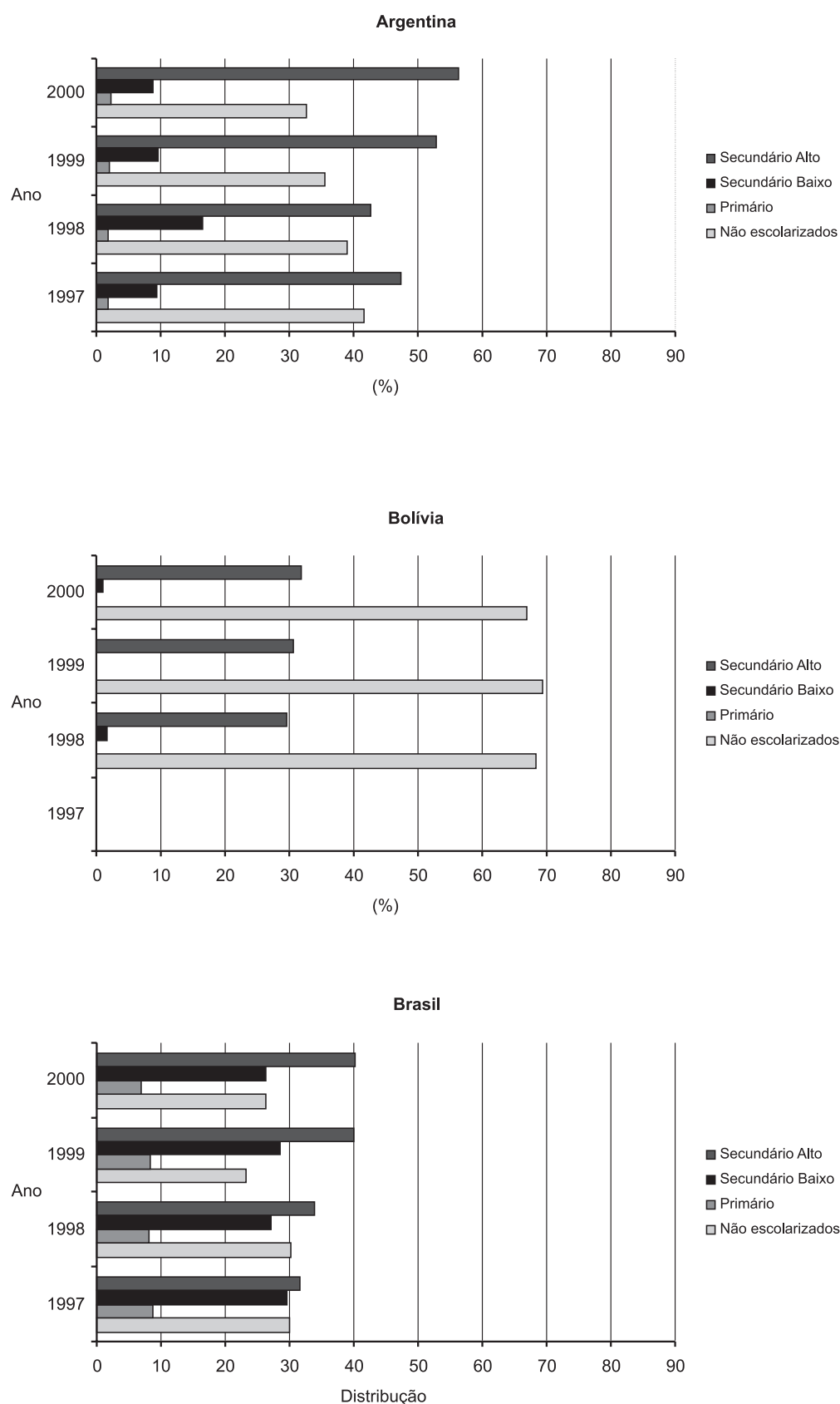
Gráfico 19: Distribuição percentual da população de 17 anos por condição de escolarização. Ano 2000

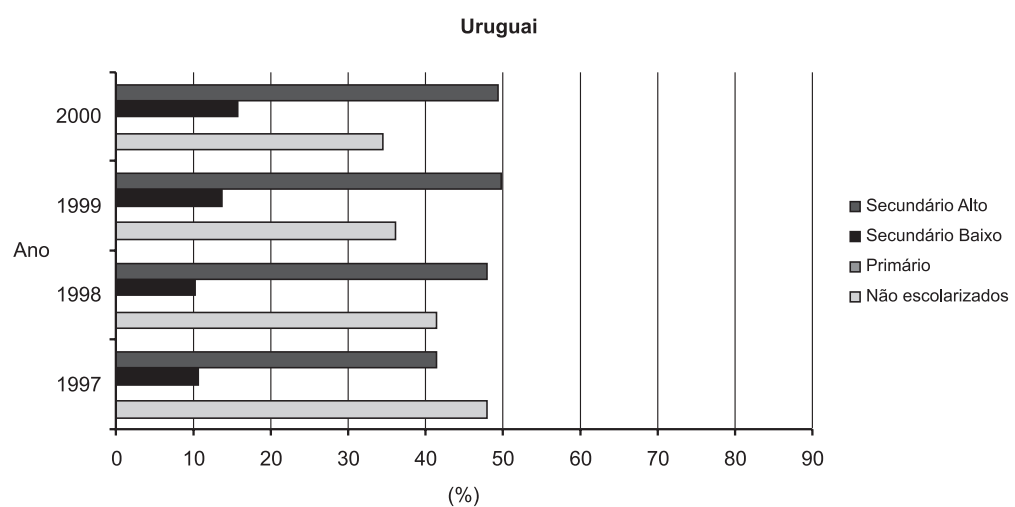
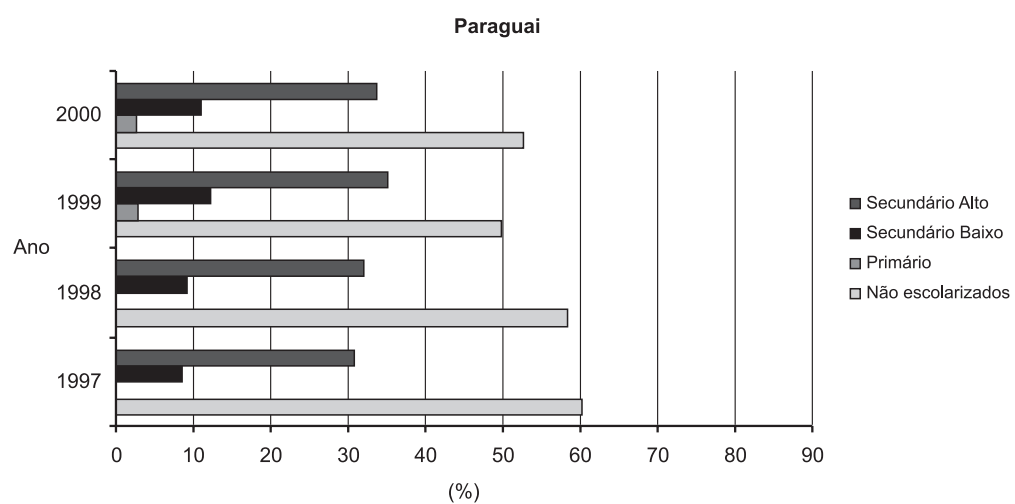
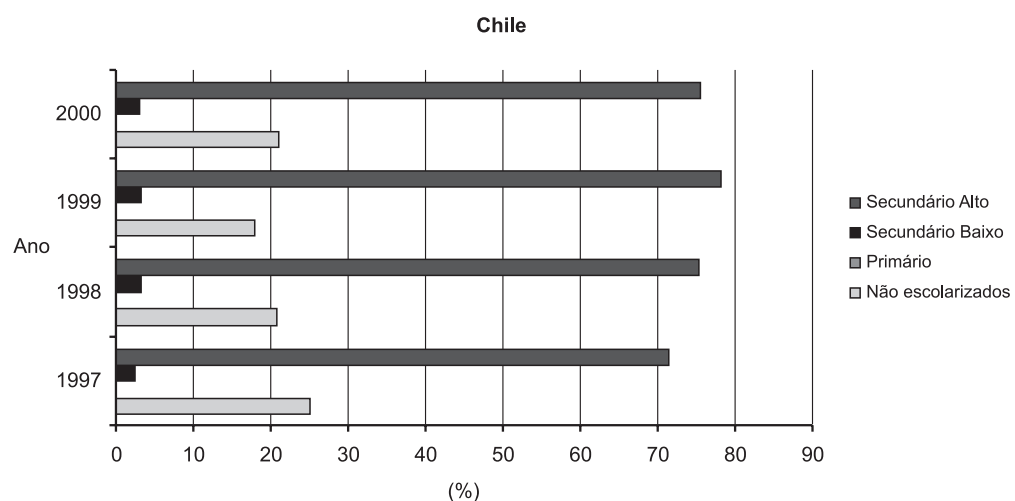


Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Se, além disso, analisa-se o indicador ao longo do período, é possível constatar mudanças em cada um dos países. Na Argentina, os não-escolares representavam ao redor de 42% em 1997 e os escolarizados no secundário alto, 47%. Em 2000, os números mudam para 33,7% de não-escolares e 56% de escolarizados no secundário alto.

Gráfico 20: Distribuição percentual da população de 17 anos por condição de escolarização. Anos 1997-2000





Fonte: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

A Bolívia, no mesmo período, apresentou mudanças menores, mas consistentes no tempo. Em 1998, os não-escolares representavam 68% e os escolarizados no secundário alto, 29%. Em 2000 os percentuais mudam para 67% de não-escolares e 32% de escolarizados no secundário alto.

Por outro lado, o Brasil manteve também a mesma tendência que a Argentina e a Bolívia. Enquanto, em 1997, 30% dos jovens de 17 anos estavam fora do sistema educacional e quase 32% escolarizados no secundário alto, em 2000, os não-escolares representavam 26% e os escolarizados no secundário alto, 40%. Sem dúvida, o Brasil difere quanto às magnitudes de cada uma das citadas condições, por ter no período um percentual relativamente pequeno de não-escolares e um grande número de jovens com atraso escolar.

No caso do Chile mantém-se a tendência regional. Assim em 1997, 25% dos jovens de 17 anos não eram escolares e 71% estavam matriculados no secundário alto. Para 2000, os percentuais refletem um decréscimo dos não-escolares (21%) um aumento para os escolarizados no secundário alto (75%).

O Paraguai apresentou mudanças importantes no percentual dos escolarizados entre os jovens de 17 anos. Em 1997, havia 60% de não-escolares e 31% de escolarizados no secundário alto. Para 2000, os percentuais apresentaram 53% de não-escolares e 34% de escolarizados no secundário alto.

Para o Uruguai os percentuais mostram também a mesma tendência. Em 1997, 41% dos jovens de 17 anos estavam fora do sistema educacional e 44%, escolarizados no secundário alto. Para 2000, os não-escolares eram 34% e os escolarizados no secundário alto, 49%.

Por conseguinte, fica claro que a porcentagem de pessoas de 17 anos fora do sistema educacional tem-se reduzido ao longo do período analisado, com o incremento, além disso, da quantidade de alunos no secundário alto.

4. PERFIL DOS PAÍSES

Um resumo dos indicadores que estabelecem o perfil geral dos países, tanto em termos econômicos e demográficos, quanto com relação à educação, é apresentado a seguir. A referência é o ano 2000, para o qual se dispõe de dados de todos os países, à exceção dos dados de matrícula total na Bolívia, disponíveis somente para 2001. O marco de referência para a região é a média dos países. Os gráficos apresentam os valores nacionais (pontos) como distância normalizada pelo desvio estandardizado com relação à média dos países (linha central).

Os principais indicadores usados apresentam os seguintes valores para a região:

- Total da população da região: 234.347.038
- Total da população escolarizada: 77.046.498
- PIB *per capita*: entre 2.424 e 12.377 US\$ PPC
- Analfabetismo: entre 2,2% e 13,8%
- Urbanização: entre 53,9% e 92,6%
- Média de cobertura escolar: 67%
- Média de homens com ao menos secundário alto (25-34 anos): 38,6%
- Média de homens com ao menos secundário alto (55-64 anos): 22,2%
- Média de mulheres com ao menos secundário alto (25-34 anos): 41,5%

-
- Média de mulheres com ao menos secundário alto (55-64 anos): 17,8%
 - Taxas líquidas de escolarização (7-14 anos): entre 90,9% e 100%
 - Taxas líquidas de escolarização (15-17 anos): entre 62,2% e 84,8%
 - Atraso escolar (alunos de 15 anos): entre 40,2% e 79,4%
 - Taxa de aprovação (educação básica): entre 78,4% e 96,4%
 - Taxa de defasagem idade-série (educação primária): entre 8,1% e 36,1%
 - Taxa de defasagem idade-série (educação secundária): entre 16,6% e 54,9%
 - Média do gesto público em educação (porcentagem do PIB): 4,3%
 - Despesa por aluno em educação primária (US\$ PPC): entre 722 e 1.940
 - Despesa por aluno em educação secundária alta (US\$ PPC): entre 545 e 2.579
 - Relação de alunos por docente (educação primária): entre 19 e 33
 - Relação de alunos por docente (educação secundária alta): entre 9 e 28

Apresentam-se a seguir os perfis de cada país:

Gráfico 21: Perfil da Argentina

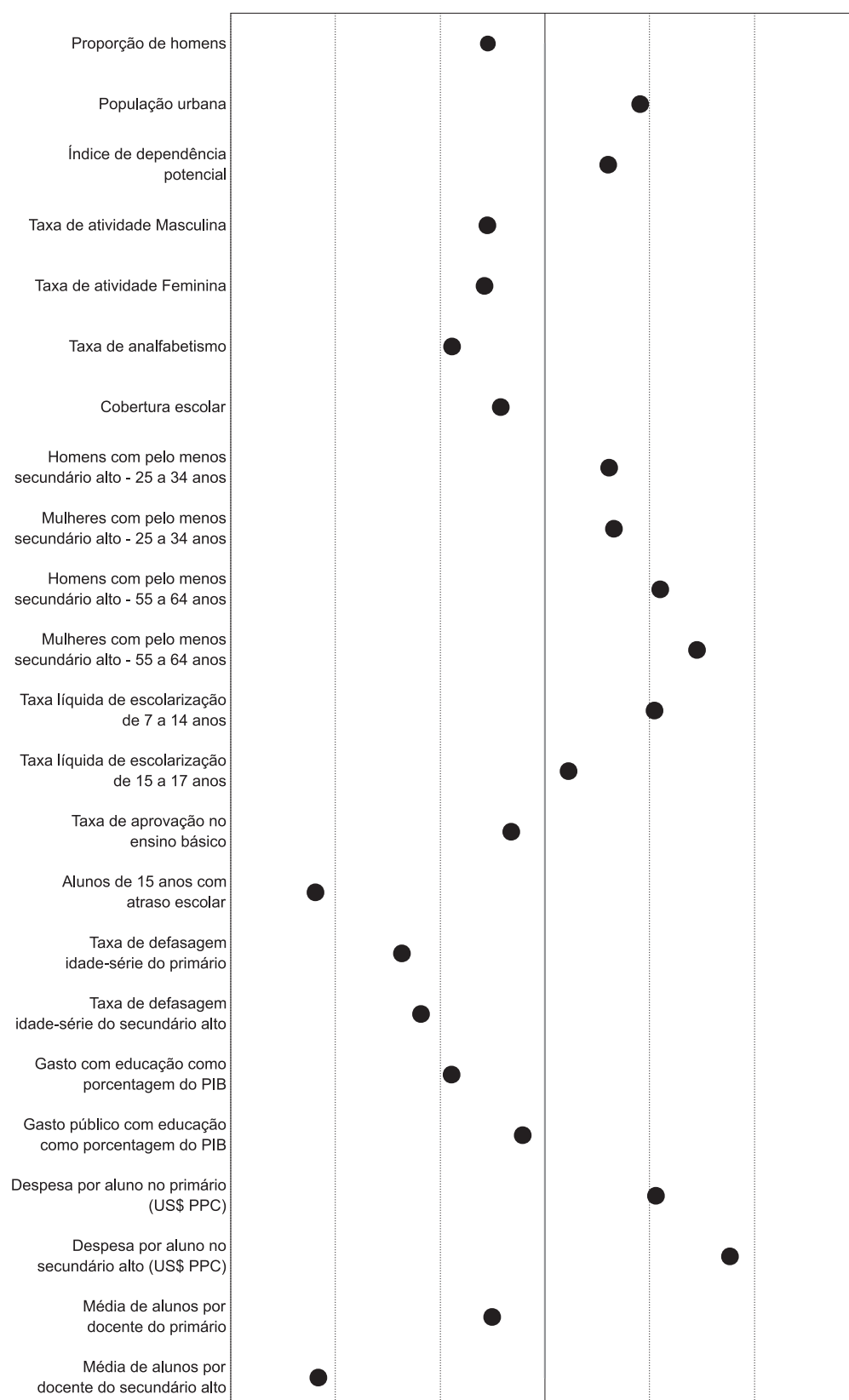


Gráfico 22: Perfil da Bolívia

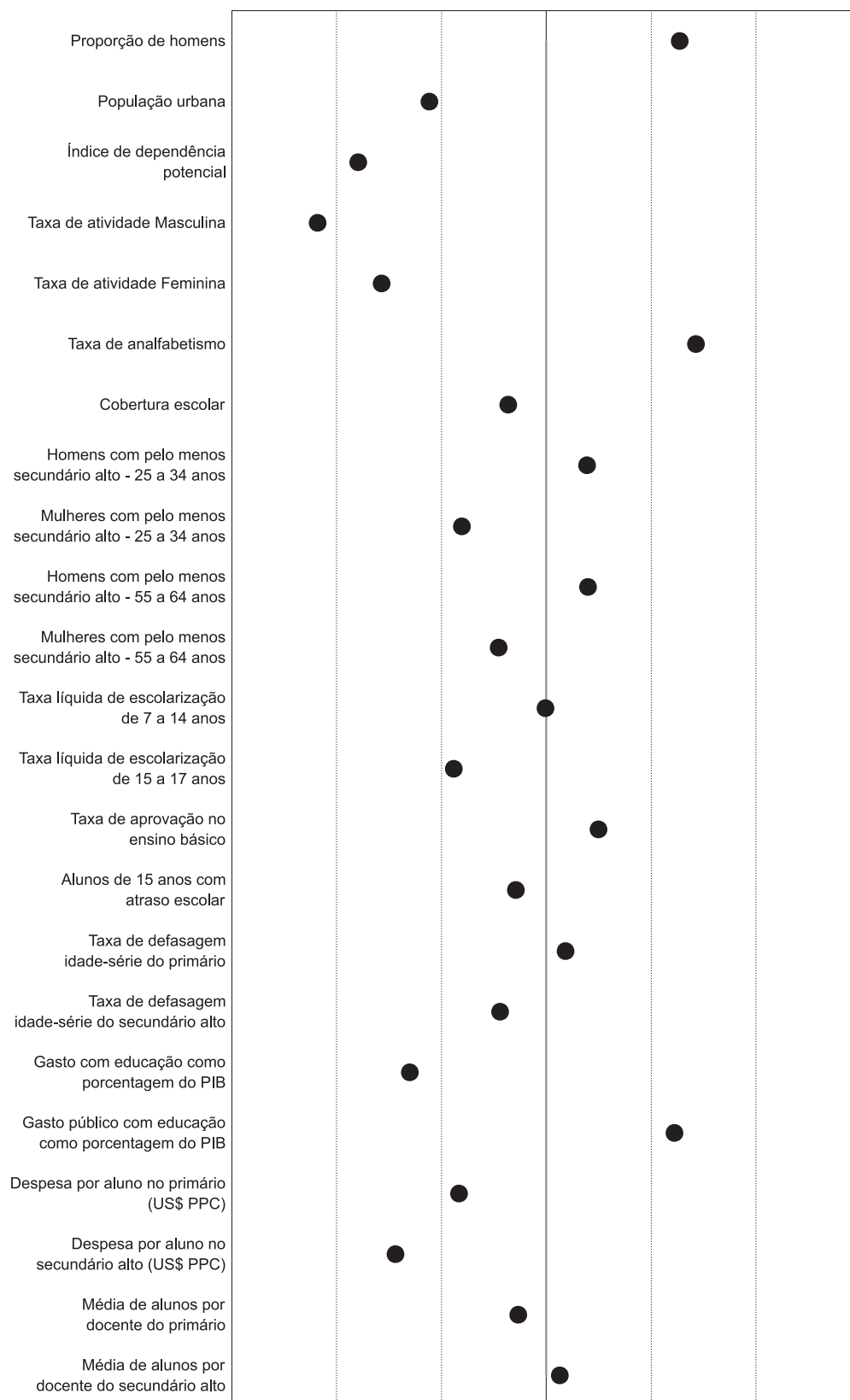


Gráfico 23: Perfil do Brasil

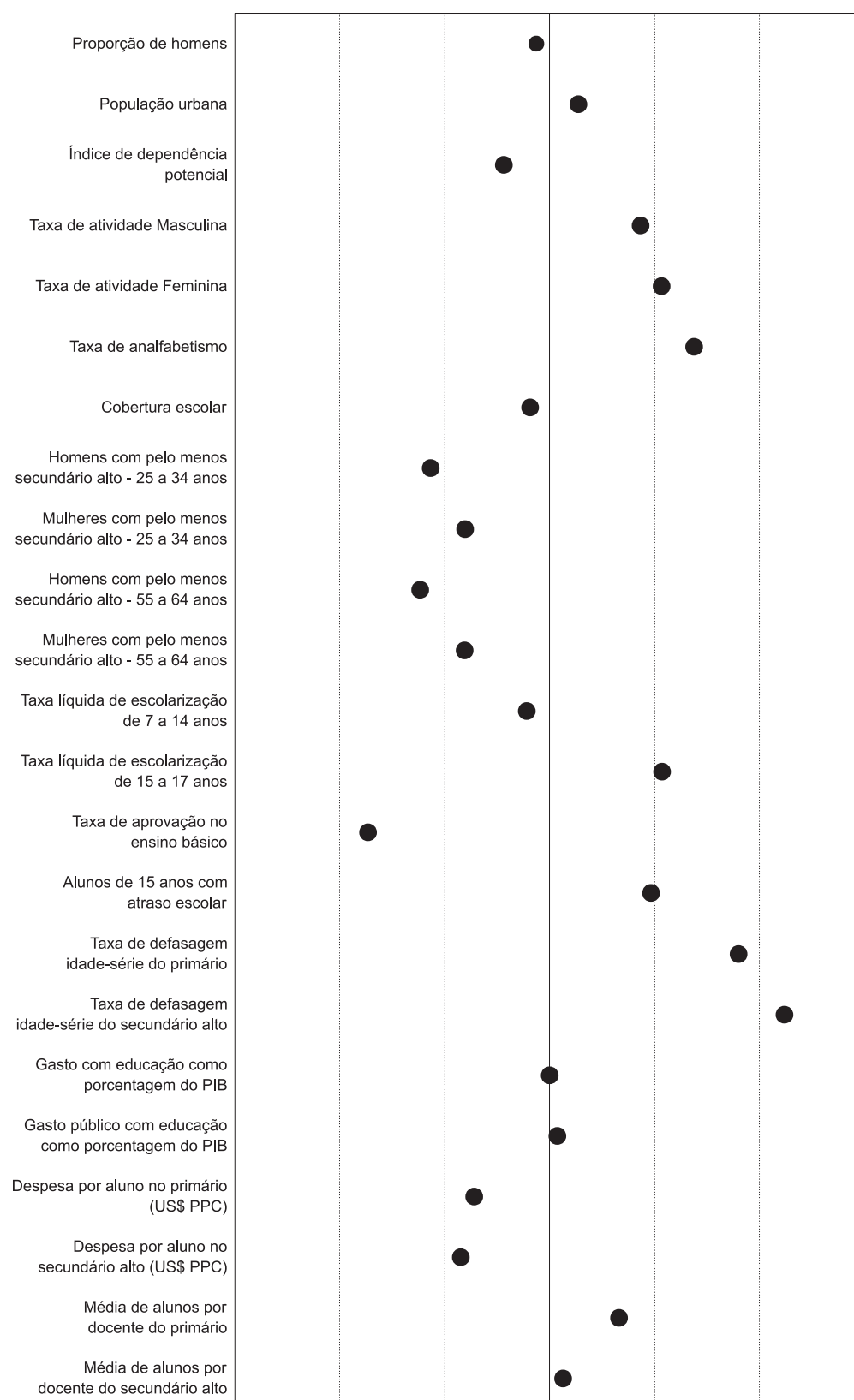


Gráfico 24: Perfil da Chile

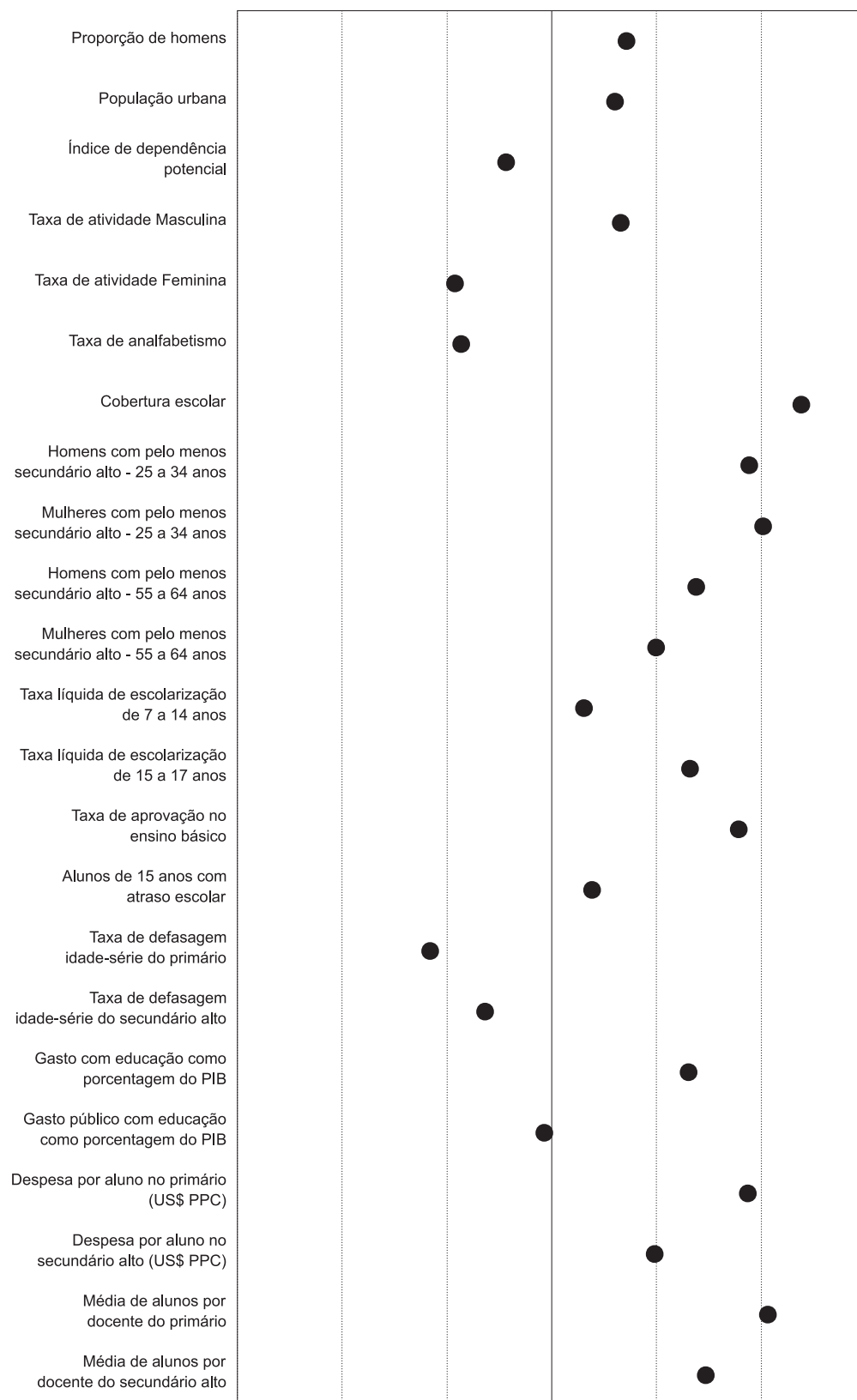


Gráfico 25: Perfil do Paraguai

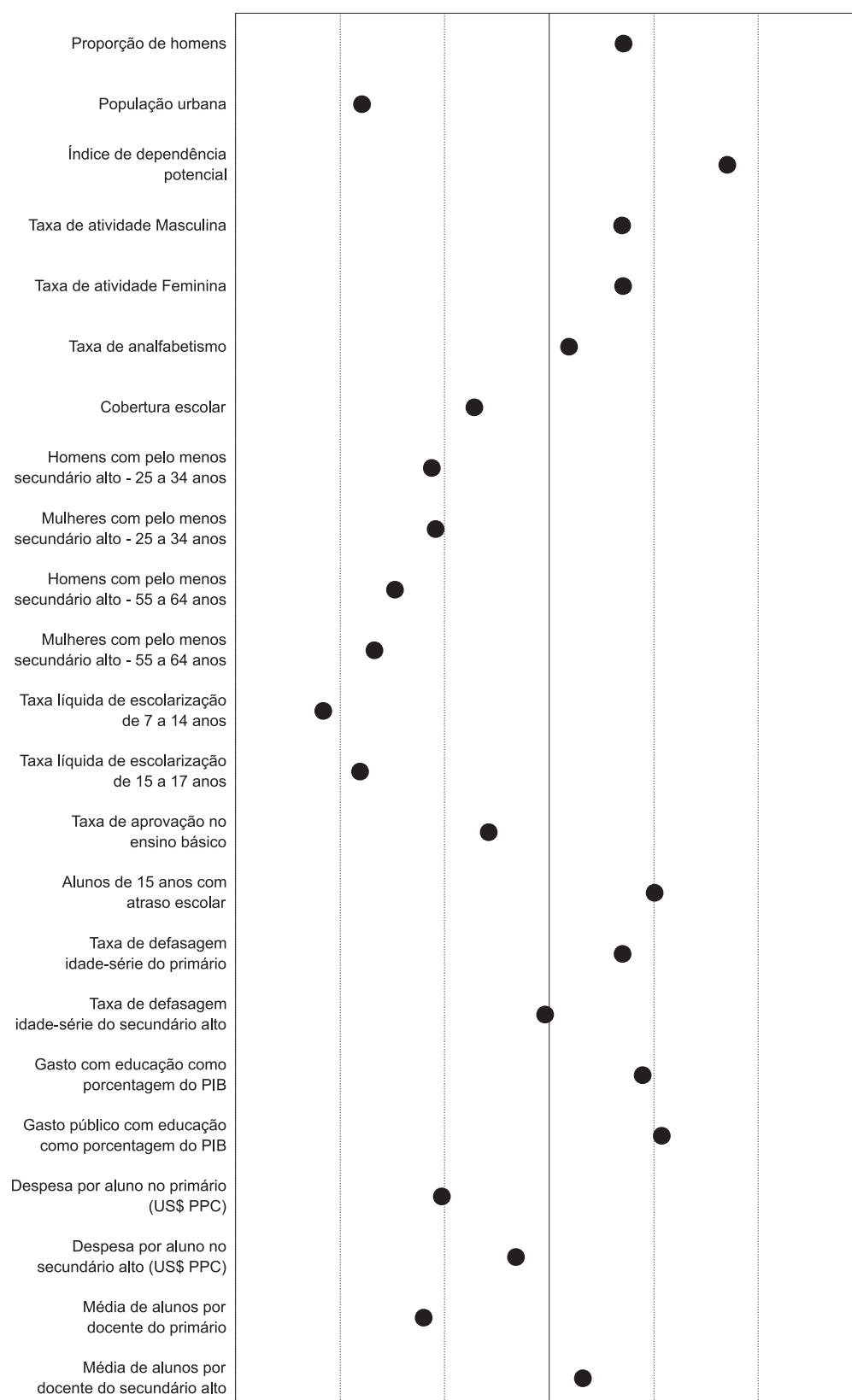
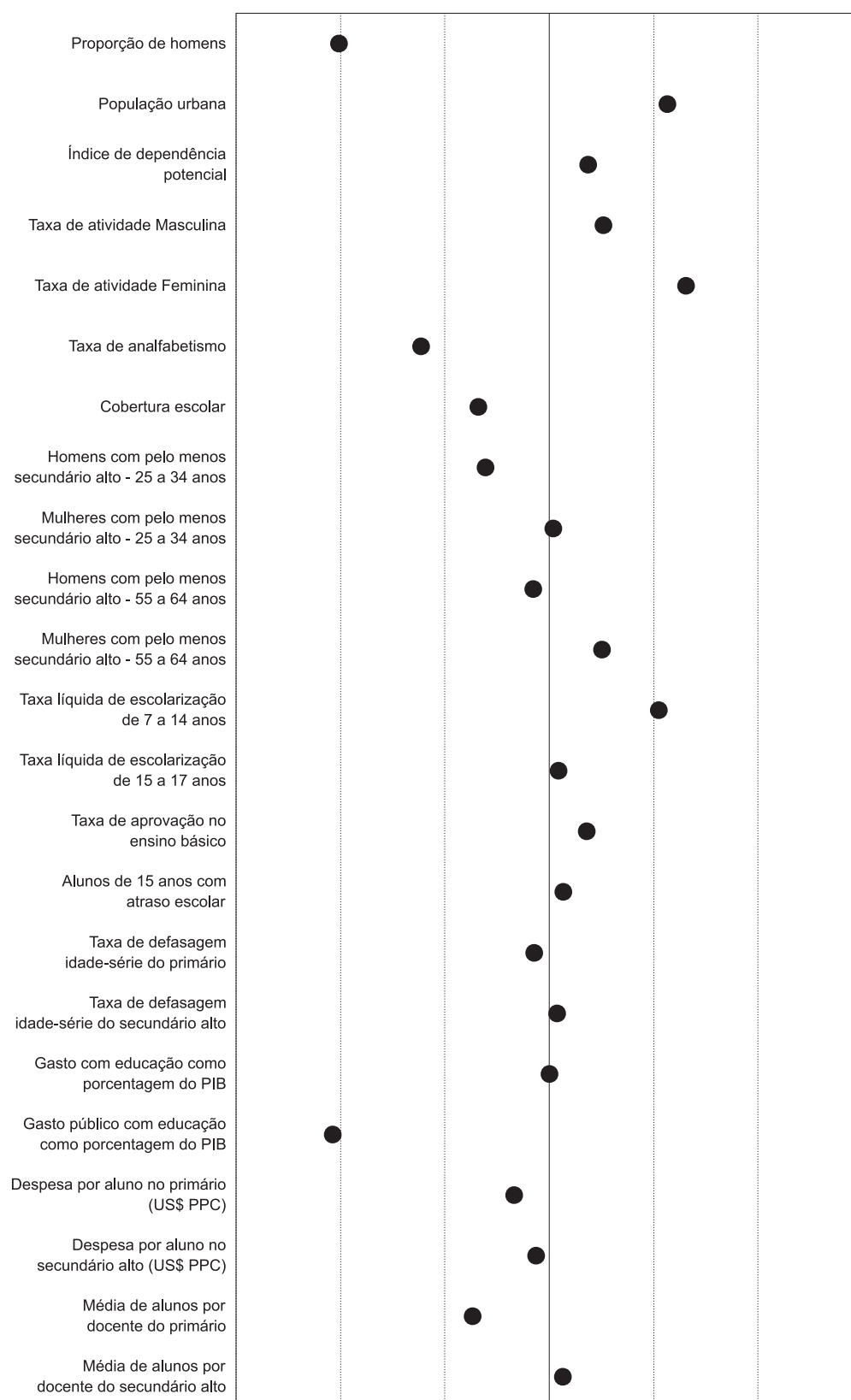


Gráfico 26: Perfil do Uruguai



5. CONCLUSÕES

O Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional tem tornado possível fornecer às autoridades educacionais dos países da região informação estatisticamente consistente, regionalmente comparável e relevante quanto às linhas de ação estabelecidas no plano estratégico. Essas características convertem-no em uma ferramenta importante para o monitoramento da situação educacional dos países-membros e associados do Mercosul. Desde sua implementação em 1997, o grupo de especialistas em estatísticas educacionais do Mercosul, mediante trabalho de cooperação e com a perspectiva de comparabilidade regional, vem alcançando o objetivo de construir e produzir para a região um conjunto de 15 indicadores educacionais que possibilitaram o estabelecimento de marcos referenciais para a região.

Os principais fatos mostrados pelo sistema de indicadores podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- altos índices de acesso à educação básica;
- firme evolução da conclusão da educação secundária nas últimas décadas;
- necessidade de programas educacionais para jovens e adultos para mitigar situações e analfabetismo e não-conclusão dos níveis obrigatórios;
- altas taxas de defasagem idade-série como produto da baixa eficiência dos sistemas educacionais;

- variações significativas, entre os países, do gasto em educação com relação à quantidade de população atendida.

Em caráter específico, os valores indicam significativos avanços dos países da região na direção da escolarização da população, com aumentos da cobertura escolar para o grupo de 5 a 29 anos – mais de 60% – e, em particular, do acesso à educação básica, com percentuais de mais de 95%. Nesse aspecto, os países da região vêm realizando importantes progressos para o atingimento dos objetivos e das metas formuladas no marco da iniciativa mundial, também assumidos pelos estados-membros e associados do Mercosul, de Educação para Todos (EPT) – Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990; Fórum Mundial de Educação para Todos, realizado em Dacar, Senegal, em 2000. Sem dúvida, os ministros da Educação têm identificado a existência de desafios importantes em matéria de educação. Assim, é importante assinalar a necessidade de incrementar o acesso ao ensino pré-primário e secundário, ampliar e melhorar os programas educacionais destinados a jovens e adultos, e assegurar padrões de qualidade nos programas educacionais oferecidos.

Nesse sentido, pode-se notar que ainda subsistem situações de analfabetismo que oscilam entre 2% e 14% da população adulta, e que pelo menos 25% da população de 15 a 17 anos não estão na escola. Embora seja certo que as proporções de conclusão dos estudos secundários tenham sido incrementadas consideravelmente, se comparados os grupos populacionais com idades entre 55 e 64 anos e entre 25 e 34 anos, em alguns países a situação requer atenção especial. Assim, para o primeiro grupo, observam-se valores entre 8% e 30%, que variam entre 28% e 59% para a população jovem adulta. Ou seja, em consonância com os objetivos da EPT, são necessários esforços adicionais para a ampliação e a melhoria dos programas educacionais para jovens e adultos, facilitando, desse modo, o acesso equitativo de todos os jovens e adultos à educação básica e permanente.

Os resultados para o quinquênio 1996-2000 também indicam na região a evolução em direção à igualdade entre gêneros com relação a oportunidades educacionais, evidenciada pelo incremento do percentual de escolarização das mulheres. A média regional da porcentagem de mulheres de 55 a 64 anos com pelo menos o secundário alto é de 17,8%, e de 41,9% para o grupo de 25 a 34 anos. Por outro lado, o mesmo indicador para a população masculina apresenta os valores de 22% e 39% para os mesmos grupos de idade no ano 2000.

De outra parte, merece atenção especial a situação constatada da ineficiência dos sistemas educacionais, ressaltada em taxas altas de repetência que conduzem a elevados percentuais de alunos com defasagem idade-série. Quatro dos seis países mantêm taxas de reprovação de pelo menos 10% no ensino básico, e as médias regionais das taxas de defasagem idade-série alcançam valores de 20% no primário, 28% no secundário e 30% no secundário alto, no ano 2000.

No período de 1997 a 2000 o gasto público em educação como porcentagem do PIB manteve-se entre cerca de 4% e 5%. A disparidade na região se apresenta significativa ao se avaliar a média de despesa por aluno, medida em dólares estadunidenses segundo a paridade do poder de compra – PPC. Mesmo que os países tenham apresentado tendência o aumento ao longo do período, as diferenças entre eles continuam relevantes.

Para o nível primário, no ano 2000, as cifras de despesa por aluno variam entre 720 e 1.600 dólares; para o nível secundário baixo, a faixa de

variação é de 880 a 2.500 dólares, e, para o secundário alto, de 550 a 2.800 dólares. A redução dessas disparidades na região deve ser decorrente da uma combinação de incrementos dos recursos destinados à educação e do uso mais eficiente desses recursos, dadas as variações observadas nas despesas por aluno e nos investimentos relativamente baixos. Cabe lembrar que no *Marco para as Américas* da EPT¹⁹ constitui questão de destaque a necessidade de se dedicar atenção especial aos baixos incrementos nos recursos para a educação e no uso ineficiente dos já destinados. Este tema integra as preocupações regionais que se acham refletidas no trabalho realizado pela Orealc/Unesco – Santiago e a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), *Investir melhor para investir mais. Financiamento e gestão da educação na América Latina e no Caribe*.

Esse conjunto de indicadores, embora permita conclusões gerais sobre a situação da educação na região, não é exaustivo, na medida em que não inclui o total das dimensões e variáveis educacionais e os resultados do sistema educacional, tanto à cobertura, quanto à equidade e os resultados do sistema educacional em relação ao desempenho escolar dos alunos. Em termos de cobertura, o grupo de especialistas empreendeu ações destinadas à incorporação de estatísticas e indicadores de educação superior, com a participação do Comitê Regional Coordenador de Educação Superior, que resultaram na inclusão de indicadores específicos em curto e médio prazos.

Sem dúvida, ainda restam pendentes linhas de ação no campo das estatísticas educacionais comparadas, que conduzam à inclusão de indicadores que mostrem com mais acerto as condições de iniquidade presentes na região, por meio de um trabalho articulado com as atividades estipuladas no plano estratégico definido pelos ministros da Educação dos países da região e pelo Comitê Coordenador Regional. Por outro lado, as atividades propostas pelo Grupo Gestor do Projeto “Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional”, destinadas à harmonização de tarefas com as diversas iniciativas regionais e internacionais existentes na região, provocarão em curto prazo maior eficiência no uso dos recursos nacionais no campo das estatísticas educacionais, por meio da convergência dos projetos em vigor.

Dessa forma, espera-se um intercâmbio de experiências que enriqueçam o trabalho regional e reúnam esforços para que se consiga assegurar a produção de estatísticas educacionais no Mercosul com consideração às realidades e necessidades dos países-membros e associados.

¹⁹ *Educação para Todos. Marco de Ação para as Américas*. Adotado na Conferência das Américas sobre Educação para Todos, São Domingo, República Dominicana, 10-12 de fevereiro de 2000.

ANEXOS

1. RESENHAS DE REUNIÕES TÉCNICAS E SEMINÁRIOS

*Seminário Estatísticas Educacionais Mersosul
Santiago do Chile – 13 a 17 de outubro de 1997*

A primeira reunião ocorreu durante o Seminário-Oficina do SIC, em que houve acordo sobre a confirmação do grupo de trabalho de especialistas em estatísticas educacionais e um conjunto básico de indicadores para o SEM, com a participação dos países associados.

*I Reunião Técnica
Buenos Aires, Argentina – 9 e 10 de junho de 1998*

O objetivo da reunião foi apresentar uma proposta para a construção de um número básico de indicadores viáveis para serem publicados no sítio Web do Mercosul Educacional. Com esse objetivo, as atividades foram dedicadas a:

- Selecionar um número pequeno de indicadores viáveis em curto prazo;
- Defini-los com precisão, incluindo-se as metodologias de cálculo;
- Identificar a informação disponível para o seu cálculo por parte de cada país e definir as planilhas

básicas estandardizadas necessárias para a coleta dos dados primários.

Para a comparabilidade entre os níveis de ensino, tendo-se como referência a Classificação Internacional Normalizada da Educação (Cine 97)²⁰ da Unesco, os países acordaram a seguinte adaptação de cada nível educativo por país:

Tabela 24: Duração em anos de cada nível de ensino²¹

PAIS	NÍVEL DE ENSINO			
	Pré-Primário ²¹	Primário	Secundário Baixo	Secundário Alto
ARGENTINA	3	6	3	3
BOLÍVIA*	3	6	2	4
BRASIL	3	4	4	3
CHILE**	3	6	2	4
PARAGUAI	2	6	3	3
URUGUAI	3	6	3	3

* A Bolívia iniciou sua participação no grupo a partir da reunião de 2000 no Uruguai.

** Na I Reunião Técnica, o Chile apresentou a duração de 4 anos para o primário e 4 para o secundário baixo. No entanto, no momento da confecção e envio das planilhas com a informação, propôs-se a duração de 6 anos para o primário e 2 anos para o secundário baixo, tal como foi adotado no projeto mundial de indicadores da Unesco/OCDE.

Esses quatro níveis de ensino coincidem com os níveis 0, 1, 2 e 3 da Cine 97, respectivamente. Além disso, definiu-se um nível de ensino uniforme para os países do Mercosul denominado *ensino básico* (cine 1 + 2), que inclui os níveis primário e secundário baixo (Cine 1 e Cine 2). A idéia original de passar um ano – o último do pré-escolar – para o nível primário explica-se pela dificuldade inicial do estabelecimento de critérios adequados para a definição do citado nível de forma comparável.

Para a classificação dos indicadores básicos identificaram-se duas categorias de análise: *globais* e *específicos*. As globais referem-se globalmente ao contexto socioeconômico nacional ou do sistema educacional, enquanto as específicas referem-se a aspectos particulares do sistema educacional.

Os *indicadores globais* referem-se à totalidade da população ou do sistema educacional de um país. Esses indicadores fornecem a informação correspondente à população total do país, proporção de homens, proporção de dependência potencial, porcentagem da população urbana, índice de dependência potencial, taxa de atividade, condição de alfabetização, cobertura escolar, produto interno bruto *per capita*. Também se referem à educação formal de cada país em termos da matrícula e das unidades educacionais por nível de ensino e pessoal docente por sexo.

²⁰ A Cine 97 é a Classificação Internacional Normalizada de Educação construída e aceita internacionalmente; foi criada para dar conta da multiplicidade de formas e de educação e de formação profissional, da diversidade dos tipos de fornecedores de educação e a utilização de outras modalidades não baseadas na escola com programas de educação a distância. A revisão atualmente em uso foi aprovada pela Conferência geral da Unesco, na 29ª reunião de novembro de 1997.

²¹ Originalmente definiu-se o nível pré-primário de apenas um ano de duração, mas ao se pôr em marcha o processo de coleta de informação acordou-se em considerar a definição de cada país em relação à aplicação da Cine 97.

Os indicadores específicos se referem a características próprias internas e externas do sistema educacional.

Indicador 1 – Distribuição percentual da população adulta total, economicamente ativa e desempregada por sexo e idade segundo nível de ensino completo.

Indicador 2 – Taxa líquida da escolarização por grupos de idade.

Indicadores 3, 4 e 5 – Taxas de aprovação, reprovação e abandono por nível de ensino.

Indicador 6 – Alunos por sala e nível de ensino.

Indicador 7 – Distribuição dos alunos de 15 anos segundo sua condição de avanço ou atraso escolar.

Para cada um dos indicadores selecionados, estabeleceram-se as definições, fórmulas de cálculo, planilhas de envio de informação (planilhas-base) e planilhas de apresentação dos resultados do indicador, e que a Argentina faria a coordenação das atividades de implementação dos processos de cópia, consistência, produção dos indicadores e preparação da publicação, que levem à difusão da informação através do sítio Web do Mercosul Educacional.

Nessa reunião também se identificou a necessidade de se dedicar esforço especial à definição dos níveis de ensino superiores ao secundário alto por meio da participação dos produtores de informação sobre a educação terciária de cada país nas atividades do Grupo de Especialistas.²² Além disso, propôs-se para ao futuro a organização de um seminário-oficina para discussão e consenso sobre definições relativas ao fenômeno da repetência e metodologias para sua medição.²³

Finalmente, decidiu-se incorporar as definições adotadas nesta reunião ao glossário de estatísticas educacionais do Mercosul.

II Reunião Técnica Brasília, Brasil – 17 a 19 de maio de 1999

O objetivo desta reunião foi a avaliação dos primeiros resultados obtidos na produção dos indicadores e a continuação do desenvolvimento do sistema de indicadores educacionais que permitam fornecer informação imprescindível à elaboração e avaliação da política educacional da região, exibindo-se forças e debilidades, com o propósito de gerar mais eficiência e equidade. Nesse sentido, propôs-se incorporar um novo conjunto de indicadores educacionais que permitam avanços na descrição da situação e dos processos educacionais dos países do Mercosul.

Dessa forma, ampliou-se o sistema de indicadores educacionais do Mercosul com a incorporação de novos indicadores, com o aproveitamento dos esforços dos países-membros e associados na participação em outros projetos regionais e mundiais nesse campo. Como, desde 1998, todos os países participantes do Sistema de Indicadores do Mercosul²⁴ participam do Projeto Mundial de Indicadores Educacionais (World Education Indicators – WEI) da UNESCO/Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

²² Esta proposta só pôde tornar-se concreta recentemente na reunião de dezembro de 2003 em Brasília, Brasil.

²³ O seminário-oficina foi realizado em setembro de 2001 em Brasília, Brasil.

²⁴ Na data dessa reunião a Bolívia não participava das atividades do Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional.

(OCDE), em que os países forneciam informação financeira para a produção de indicadores homogêneos e de consenso nessa área, decidiu-se adotar a mesma metodologia, e sua publicação seria uma reprodução dos indicadores correspondentes produzidos para o projeto WEI. Desse modo, tem-se:

- Indicador 8 – Gasto em Educação como porcentagem do PIB para Todos os Níveis de Ensino (Indicador B1.1a OCDE. *Education at a Glance* 1998 – 4 primeiras categorias).²⁵
- Indicador 9 – Gasto em Educação de Fontes Públicas e Privadas para Estabelecimentos Educacionais como porcentagem do PIB por Nível de Ensino (Indicador B1.1d OCDE. *Education at a Glance* 1998).
- Indicador 10 – Porcentagem do Gasto Educacional dentro do Gasto Público Total segundo Nível de Ensino (Indicador B2.1 OCDE. *Education at a Glance* 1998).
- Indicador 11 – Despesa Anual por Aluno (em dólares PPC) segundo Nível de Ensino (Indicador B4.1 OCDE. *Education at a Glance* 1998).
- Indicador 12 – Relação Alunos/Docente frente a Alunos por Nível de Ensino (Indicador B7.1 OCDE. *Education at a Glance* 1998).

E, em relação a situações educacionais específicas da região:

- Indicador 13 – Porcentagem de Defasagem Idade-Série por Nível de Ensino.
- Indicador 14 – Porcentagem de Alunos de 15 a 17 Anos em Educação de Adultos.
- Indicador 15 – Distribuição Percentual da População de 14 e 17 Anos segundo Condição da Escolarização e Nível de Ensino.

Dessa maneira, após dois de funcionamento, o Sistema de Indicadores Educacionais do Mercosul chegou a um conjunto-chave de 15 indicadores que cobrem temas do contexto sociodemográfico do sistema, relativos a acesso e eficiência interna e indicadores de impacto social. Os anos seguintes foram dedicados à atualização, com a introdução de melhorias e a consolidação dos processos de produção e difusão da informação.

III Reunião Técnica Montevideu, Uruguai – 3 e 4 de abril de 2000

A reunião concentrou-se na análise da informação produzida, especialmente na comparabilidade e sua consistência ao longo dos anos. As diferentes estruturas e idades que compõem cada um dos níveis de ensino definidos para cada país tornou necessária a exclusão da idade de 14 anos no indicador número 15: “Distribuição percentual da população de 14 e 17 anos por condição de escolarização e nível de ensino segundo países”. Isso se deve ao fato de que, na idade citada, a população deveria estar

²⁵ *Education at a Glance* é uma publicação anual da OCDE que apresenta um conjunto de indicadores comparados entre os países-membros. A partir de 1998, a publicação traz resultados do Projeto Mundial de Indicadores Educacionais (WEI) da Unesco/OCDE.

matriculada no secundário baixo na Argentina e no Paraguai, Uruguai e Brasil, e no secundário alto no Chile, o que colocava obstáculos à comparabilidade entre países.

Como as definições de cada indicador foram acordadas pelos países participantes e ajustadas por país em função de suas próprias formas de funcionamento e organização de seus respectivos sistemas educacionais, propôs-se um exame retrospectivo para se descrever a situação educacional no Mercosul e, se necessário, reanalisar aqueles indicadores cuja definição se afastasse da comparabilidade e homogeneidade regional.

Essas ações comprovam a importância das atividades de cooperação desenvolvidas no âmbito do Mercosul, além do compromisso assumido pelos países de trabalhar no sentido de melhorar cada vez mais a qualidade da informação e a consistência da comparação entre os indicadores. Isso permitiu que o Grupo de Especialistas passasse a preocupar-se cada vez mais com a análise e a difusão das informações, promovendo a realização de uma análise dos indicadores produzidos.

IV Reunião Técnica e Seminário de Indicadores de Fluxo Escolar no Âmbito dos Países do Mercosul e Associados Brasília, Brasil – 12 a 14 de setembro de 2001

A reunião teve como principal objetivo a realização do Seminário sobre Indicadores de Fluxo Escolar nos países da região, com a participação de especialistas desses países e expertos internacionais. A reunião foi um marco para facilitar e promover a apresentação, por parte dos países, das definições e terminologia utilizadas em relação ao fluxo escolar e trajetórias educacionais dos alunos, bem como os indicadores e as metodologias para seu cálculo, com o apoio da Orealc/Unesco.

Os países identificaram que existiam diferenças nas definições adotadas e nos processos educacionais envolvidos. A maioria dos modelos usados pelos países considera que o acesso inicial dá-se somente no primeiro ano do nível e que os alunos que saem do sistema não voltam a ele. Identificou-se a necessidade futura de um trabalho específico para a elaboração de uma metodologia que tenha leve em consideração as especificidades dos sistemas educacionais e que permita o cálculo mais adequado para os indicadores envolvidos.

O grupo identificou também a necessidade de definir e produzir indicadores para a educação superior e tecnológica por meio do trabalho conjunto e coordenado com os comitês coordenadores das áreas.

Finalmente, o CCR – Brasil como presidência *pro tempore* – apresentou ao Grupo de Especialistas a nova estrutura organizacional do Mercosul, que se configura como um novo modelo de gestão das atividades por meio de projetos específicos em consonância com o Plano Estratégico 2001 – 2005 do SEM. Desse modo, procuravam-se instrumentos mais eficientes de monitoramento das atividades dos grupos de trabalhos, que se constituíram como Grupos Gestores de Projetos. Assim, o Grupo de Especialistas debateu acerca das diretrizes gerais para a elaboração de um perfil de projeto a ser apresentado como proposta na próxima reunião do grupo, a ser levado ao SIC e ao CCR, como instâncias superiores de decisão. O perfil do projeto deveria seguir as especificações determinadas pelo CCR para a apresentação formal de perfis de projeto, para favorecer sua avaliação e sua possível aprovação.

A partir da IV Reunião, o Grupo de Especialistas trabalhou na elaboração do perfil do projeto sob a coordenação da Argentina, de acordo com as orientações do Plano Estratégico 2001 – 2005. O Plano, aprovado pelos ministros da Educação, determinou que o CCR estabeleceria as programações anuais para o setor, e para tanto firmou-se, como meta prioritária para o SIC, a de consolidar e integrar o sistema de informação em educação dos países-membros e associados, colocando à disposição do público, em internet, dados sobre a educação da região e o Setor Educacional do Mercosul. Identificou-se que, para o cumprimento adequado dessa meta, seria essencial que o Sistema de Indicadores Educacionais pudesse conferir prioridade a estratégias de atualização e progredir para a produção de indicadores solicitados por outras áreas temáticas.

A proposta aprovada pelo grupo resultou no perfil de projeto “Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional”, com duração de 4 anos. O projeto manteve a concepção original do Grupo de Especialistas do início das suas atividades, baseada num princípio fundamental para o desenvolvimento do sistema de indicadores educacionais no âmbito do Mercosul: assegurar um processo participativo de compatibilização metodológica e conceitual, respeitando as singularidades dos sistemas educacionais dos países participantes.

Além disso, propôs-se a busca da integração do projeto do Mercosul com os demais projetos existentes na região, identificando-se indicadores de acordo com sua pertinência para o Mercosul educacional que espelhem as necessidades, prioridades e graus de desenvolvimento dos países da região. O organismo responsável pela reunião de dados educacionais em plano mundial é a Unesco, por meio de seu Instituto de Estatística(UIS). Analisando-se então os projetos válidos à época e buscando-se a convergência de esforços da parte das equipes técnicas nacionais, foram identificadas as seguintes equivalências e proximidades entre os indicadores e informação básica próprios do Mercosul Educacional e a informação coletada pelo UIS:

Tabela 25: Equivalência de planilhas e metodologias entre o Mercosul Educacional e a Unesco

(continua)

MERCOSUL		UNESCO
INDICADOR	PLANILHA	PLANILHA
Indicador 1. Porcentagem da População que completou níveis de ensino selecionados por idade e sexo	Planilha 1. População Total por sexo e idade segundo máximo nível de ensino completado	Planilha DEM2 (WEI)
Indicador 2. Taxas líquidas de escolarização por grupos de idade	Planilha 2. População de 3 anos e mais e População escolarizada por nível de ensino e idade	Planilhas DEM1 e ENRL1 (WEI)
Indicador 3, 4 e 5. Taxas de aprovação, reprovação e abandono por nível de ensino	Planilha 3. Matrícula inicial, alunos aprovados e alunos reprovados por nível de ensino e série. Educação comum	NÃO DISPONÍVEL
Indicador 6. Média de alunos por classe por nível de ensino	Planilha 4. Matrícula e classes por nível de ensino segundo tipo de classe. Educação comum	NÃO DISPONÍVEL

Tabela 25: Equivalência de planilhas e metodologias entre o Mercosul Educacional e a Unesco

(conclusão)

MERCOSUL		UNESCO
INDICADOR	PLANILHA	PLANILHA
Indicador 7. Distribuição percentual dos alunos de 15 anos de idade por quantidade de séries atrasadas o adiantadas	Planilha 5. Matrícula por série consecutiva segundo idade	Planilha TABELA 5 e 6 (só educação comum)
Indicador 8. Gasto em educação como % do PIB por origem dos recursos (Todos os níveis de ensino)	Planilha 6. Gasto em educação como % do PIB por origem dos recursos (Todos os níveis de ensino)	Planilha FINANCE1 (WEI)
Indicador 9. Gasto em educação de fontes públicas e privadas como percentagem do PIB por nível de ensino	Planilha 7. Gasto em educação de fontes públicas e privadas como percentagem do PIB por nível de ensino	Planilha FINANCE1 (WEI)
Indicador 10. Porcentagem do gasto público em educação dentro do gasto público total por nível de ensino	Planilha 8. Porcentagem do gasto público em educação dentro do gasto público total por nível de ensino	Planilha FINANCE1 (WEI)
Indicador 11. Gasto por aluno (em dólares estadunidenses convertidos usando PPCs) por nível de ensino	Planilha 9. Gasto por aluno (em dólares estadunidenses convertidos usando PPCs) por nível de ensino	Planilha ENRL2 e FINANCE2 (WEI)
Indicador 12. Alunos por docente por nível de ensino	Planilha 10. Alunos por docente por nível de ensino	Planilhas ENRL2 e PERS1
Indicador 13. Taxa de defasagem idade-série por nível de ensino	Planilha 11. Alunos por nível de ensino e série segundo idade	Planilha TABELA 5 e 6 (só educação comum)
Indicador 14. Porcentagem de alunos de 15 a 17 anos em educação de adultos	Planilha 12. Alunos de 15 a 17 anos em el sistema educativo e em educação de adultos	NÃO DISPONÍVEL
Indicador 15. Distribuição percentual da população de 17 anos por condição de escolarização e nível de ensino	Planilha 2. População de 3 anos e mais e População escolarizada por nível de ensino e idade	Planilhas DEM1 e ENRL1 (WEI)

A comparação realizada é possível dado que ambos os projetos utilizam a Cine 97, o que permite concluir que não há diferenças significativas na produção de planilhas para os indicadores comuns. As eventuais distinções ocorrem na agregação de dados para se obter respostas específicas da região. Dessa forma, os países podem estabelecer mecanismos de produção da informação de modo a permitir a otimização do trabalho e também a comparação e cooperação com outras iniciativas internacionais.

O objetivo geral do projeto é produzir e difundir informações comparáveis, confiáveis e atualizadas sobre os sistemas educacionais dos países do Mercosul, mediante um conjunto de indicadores, com o fim de contribuir à formulação, ao monitoramento e à validação das políticas educacionais da região, em favorecimento do processo de integração do Setor Educacional.

O projeto contempla seis linhas de ação, a saber:

- A determinação de mecanismos de atualização de dados e indicadores;
- O desenvolvimento de novos indicadores educacionais pertinentes ao Setor;
- A realização de análises periódicas;
- A divulgação e difusão dos produtos obtidos;
- O fortalecimento dos sistemas de informação educacional da região mediante a interação com os componentes do SEM;

- A identificação e utilização de planilhas básicas e indicadores educacionais desenvolvidos em outros projetos de indicadores da região, sempre que contribuam para dimensionar as políticas e ações do Mercosul Educacional.

A execução do projeto está a cargo do Grupo Gestor do Projeto (GGP). Propôs-se manter o Grupo Técnico de Especialistas como membros do GGP, o que foi logo aprovado pelo SIC.

Por meio do projeto promove-se a realização de seminários/oficinas temáticos, com fins de compatibilização conceitual e metodológica, mediante a participação de especialistas nacionais e internacionais no tema a ser debatido. A partir das conclusões oriundas dos seminários/oficinas, o GGP seleciona os indicadores a serem incluídos no sistema, em função da sua pertinência com os objetivos do SEM.

Seguindo-se essa linha da ação, em dezembro de 2003 realizou-se um seminário-oficina para as estatísticas de educação superior, conforme o plano de atividades proposto no projeto.

Além dos seminários-oficinas anuais, o GGP deve realizar ao menos uma reunião de coordenação anual, para a avaliação das atividades desenvolvidas, a atualização progressiva dos indicadores e a incorporação de novos indicadores.

*Encontro dos integrantes do GGP durante a realização da
IV Oficina Regional de Estatísticas da Educação da Unesco
Quito, Equador - 11 de abril de 2003*

Em Quito, realizou-se uma reunião informal extraordinária dos integrantes do GGP, valendo-se da participação na Oficina Regional de Estatísticas de Educação do Instituto de Estatísticas da Unesco (IEU).

No encontro debateu-se a utilização, em caráter de experiência piloto, de alguns dos formatos de planilhas do projeto WEI-Unesco/OCDE (planilhas DEM) no lugar das usadas na etapa anterior do Sistema de Indicadores do Mercosul Educacional (Planilha nº 1). Para levar adiante a atividade, o Instituto de Estatística enviaria os manuais técnicos ao delegado da Bolívia, já que o país não participa do projeto WEI-Unesco/OCDE.

Confirmou-se a realização do Seminário de Indicadores Educacionais de nível superior sob a organização do Brasil, acordada em Fortaleza em 2002. O UIS, por intermédio da sua assessoria regional na Orealc/Unesco-Santiago, confirmou que contribuiria para a realização do citado seminário com a garantia de presença de pelo menos um representante de cada país, e também com prestação de assistência técnica com a participação de especialistas no tema.

*I Reunião do GGP,
Brasília, Brasil, e
Seminário-Oficina de Indicadores de Educação
Superior para o Mercosul
15 a 17 de dezembro de 2003*

A reunião do GGP ocorreu após a realização da Oficina “Indicadores de Educação Superior para o Mercosul”, resultado da primeira atividade conjunta

do Grupo GGP e da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior (CRCES), com a geração dos fundamentos para a produção e incorporação ao sistema de indicadores de educação superior. A oficina teve apoio da Unesco, por intermédio da Orealc e do UIS, além da expressão da vontade de manter futuras contribuições técnicas e financeiras para a execução do projeto.

A partir da reunião do GGP em 17 de dezembro, decidiu-se pela incorporação dos seguintes indicadores:

- Taxa de escolarização de alunos de 18 a 24 anos de idade;
- Taxa de incorporação ao nível superior;
- Porcentagem de alunos matriculados em programas de formação docente e outros tipos de programa – universitário, não universitário;
- Distribuição de alunos matriculados por tipos de carreira de graduação: especialização, mestrado, doutorados, pós-doutorado;
- Distribuição percentual de egressos de educação superior por grupos amplos e setores de educação definidos na Cine 97;
- Distribuição percentual de alunos por setor de gestão e nível educacional.

Apenas o primeiro indicador da lista anterior seria incluído na próxima publicação, ficando o restante para a etapa seguinte.

*II Reunião do GGP
Buenos Aires, Argentina – 26 e 27 de abril*

Nesta reunião iniciou-se o debate sobre os produtos referidos especificamente à implementação do projeto vigente, e aprovou-se a mudança de desenho da publicação dos indicadores no sítio Web do Mercosul Educacional. Decidiu-se incorporar os indicadores propostos na reunião anterior do GGP e dar início às atividades relacionadas à análise dos indicadores publicados no período 1996 – 2000. Para conduzir adiante a tarefa, conta-se com o apoio da Unesco (Orealc e UIS), dando-se origem à presente publicação.

No período de 6 anos de atividade, o grupo de especialistas, com o apoio do SIC e do CCR, pôde realizar e superar os desafios propostos desde o início, em outubro de 1997, com a incorporação daqueles indicadores que os países são capazes de produzir ou comparar pertinentes com as diretrizes do SEM; a realização de duas oficinas temáticas com a participação de especialistas, para fortalecer a capacidade de produção e análise dos sistemas educacionais da região e sua relação com outros países; bem como manter um processo de melhoria da produção e atualização da informação. A disposição dos membros do grupo em manter ao longo do período um trabalho cooperativo de busca da integração efetiva dos sistemas de estatísticas educacionais foi decisiva para a realização das tarefas propostas.

2. NOTAS METODOLÓGICAS

O trabalho desenvolvido no período de 1996 a 2000 exigiu dos países esforços para a produção de informações confiáveis e comparáveis. A aprendizagem foi progressiva, sempre na procura de manter a coerência estatística dos dados.

Para o cálculo de média dos países, se não havia a informação do ano, adotou-se a do ano seguinte, se disponível.

A partir dos dados de 2001, houve mudanças na classificação dos níveis de ensino, para efeito de melhor ajuste à classificação/Cine 97. Dessa maneira, a produção da informação permitirá o estabelecimento de comparações com outros projetos de indicadores, em particular os do Projeto de Indicadores Educacionais da Cúpula das Américas (Prie) e dos países-membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de facilitar otimizar a produção de informação básica com padronização de planilhas e de categorias de programas educacionais.

Além das notas específicas apresentadas por países, há algumas considerações metodológicas relevantes para a compreensão das informações produzidas pelos países.

Os indicadores globais foram coletados diretamente dos respectivos institutos nacionais de estatísticas, para os quais, segundo a disponibilidade de informação, muitas vezes não há coincidência com a data da vitrine. Sua presença na vitrine estatística é importante para se estabelecerem referências globais mais que para comparações entre países, já que não existe padronização das definições.

A informação usada nesta publicação foi atualizada para se poder realizar a comparação longitudinal. Nesse sentido, o Uruguai completou a informação para o ano 1996, a Bolívia incluiu alguns indicadores para o ano 1997, e o Brasil reavaliou alguns dos indicadores para o ano 1998, com destaque para os relativos a dados socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O PIB *per capita* não foi incorporado à publicação em razão de as cifras apresentadas não estarem padronizadas.

A categoria “Só até o primário completo” do indicador 1 inclui os indivíduos não escolarizados, os que não completaram o nível primário e os que completaram o primário. A categoria “Ao menos secundário alto” inclui os indivíduos que completaram o nível secundário alto e o nível terciário”

Os valores superiores a 100% no indicador 2 explicam-se pela falta de adequação dos números de matrícula nas idades com cobertura escolar universal, ou próxima dela, e a proporção da população nessas idades.

Para o cálculo da média dos países consideraram-se os números superiores a 100% como 100%.

Os dados financeiros do Brasil, anteriores a 2000, foram ajustados à metodologia adotada a partir desse ano, sem a inclusão do gasto financeiro com jubilados.

Indicadores do Mercosul Educacional

Identificaram-se dois tipos de indicadores: *globais* e *específicos*. Os primeiros referem-se globalmente ao contexto socioeconômico nacional ou ao sistema educacional como conjunto; os segundos referem-se a aspectos específicos do sistema educacional.

OS INDICADORES GLOBAIS

Referem-se à totalidade da população ou do sistema educacional de cada país. Esses indicadores foram baseados em padrões nacionais e não fizeram parte do desenvolvimento metodológico do grupo técnico de estatísticas representado no Grupo Gestor do Projeto de Indicadores do Mercosul Educacional (GGP).

Proporção de homens

A proporção de homens calcula a relação entre a população masculina e a feminina de um país multiplicada por 100.

População urbana

A porcentagem da população urbana calcula o grau de urbanização de um país medido da forma como a proporção percentual da população se aloja nas regiões consideradas urbanas conforme padrões nacionais.

Índice de dependência potencial

O indicador calcula a relação entre a população menor de 15 anos e maior de 64 anos e a população de 15 a 64 anos multiplicada por 10.

Taxa de atividade

O indicador calcula a proporção percentual da população de 15 anos e mais economicamente ativa (população de 15 anos e mais que participa do mercado de trabalho, com emprego ou sem emprego). A taxa refinada considera a população de 14 anos e mais. A taxa masculina inclui apenas a população masculina e a taxa feminina, a correspondente população masculina.

Taxa de analfabetismo

O indicador calcula a proporção percentual da população de 15 anos e mais que é analfabeta segundo padrões nacionais.

Cobertura escolar

A taxa calcula a relação entre o total dos alunos matriculados no sistema educacional de um país com relação à população de 5 a 29 anos de idade, segundo padrões internacionais, considerada como o potencial de escolarização no sistema educacional, incluídos todos os níveis de ensino.

OS INDICADORES ESPECÍFICOS

Estes indicadores referem-se a características específicas do sistema educacional.

Indicador 1 – Porcentagem da população que completou níveis de ensino selecionados por idade e sexo

O indicador calcula a proporção da população adulta por gênero e grupo de idade que completou um nível de ensino (primário, secundário ou superior).

$$NEA_{ij} = \frac{na_{ijg}}{p_{ig}} * 100; \text{ para } i = 1, 2, 3 \text{ (grupo 1 = 25 a 34 anos; grupo 2 = 35 a 44 anos; grupo 3 = 45 a 64 anos)}$$

Onde na_{ijg} = população que completou o nível j para o grupo de idade i e gênero g;
y p_{ig} = população para o grupo de idade i e gênero g.

Indicador 2 – Taxa líquida de escolarização por grupos de idade

O indicador calcula a proporção da população em idade de candidatar-se às séries referidas às idades teóricas selecionadas que efetivamente está matriculada.

Os grupos de idade para os quais se calcula o indicador são: 7-11 anos, 12-14 anos, 15-17 anos e 18-24 anos.

$$TNE_i = \frac{m_i}{p_i} * 100; \text{ para } i = 1, 2, 3, 4 \text{ (grupo 1 = 7 a 11 anos; grupo 2 = 12 a 14 anos; grupo 3 = 15 a 17 anos; grupo 4 = 7-14 anos)}$$

Onde m_i = matrícula para o grupo de idade i ;
y p_i = população para o grupo de idade i no ano j .

Indicadores 3, 4 e 5 – Taxas de aprovação, reprovação e abandono por nível de ensino

A taxa de aprovação é a proporção de alunos da matrícula inicial que atendeu satisfatoriamente às avaliações de uma determinada série de acordo com a legislação vigente e pode aspirar à série seguinte.

$$TAP_i = \frac{\sum_{l=1}^{k_i} ap_{li}}{\sum_{l=1}^{k_i} m_{li}} * 100 \quad \text{para } i = 1, 2, 3 \text{ e } 12 \text{ (Cine 1, Cine 2, Cine 3, Cine 12).}$$

Onde ap_{li} = aprovados da classe l para o nível i
 m_{li} = matrícula inicial da classe l para o nível i
 k_i = quantidade de classes para o nível i .

A taxa de reprovação é a proporção de alunos da matrícula inicial que não atendeu satisfatoriamente às avaliações de uma determinada série de acordo com a legislação vigente a não pode aspirar à série seguinte.

$$TRP_i = \frac{\sum_{l=1}^{k_i} rp_{li}}{\sum_{l=1}^{k_i} m_{li}} * 100 \quad \text{para } i = 1, 2, 3 \text{ y } 12 \text{ (Cine 1, Cine 2, Cine 3, Cine 12).}$$

Onde rp_{li} = aprovados da série l para o nível i
 m_{li} = matrícula inicial da série l para o nível i
 k_i = quantidade de séries para o nível i .

O abandono escolar é obtido por diferença e refere-se apenas ao abandono durante o ano escolar. Dessa maneira, a taxa de abandono é a proporção de alunos da matrícula inicial que abandona seus estudos durante o ano escolar.

Para os alunos aprovados, alunos reprovados e matrícula inicial por nível de ensino e série, os níveis são primário, secundário baixo e secundário alto.

Indicador 6 – Alunos por sala e nível de ensino

O indicador calcula a média de alunos que recebem aprendizagem numa mesma sala, medida como a relação entre a matrícula inicial no nível e o número de salas desse nível.

$AS_i = \frac{m_i}{s_i}$; i = níveis (pré-primário, primário, secundário baixo, secundário alto).

Onde m_i = alunos do nível i
 s_i = número de salas do nível i .

Indicador 7 – Distribuição dos alunos de 15 anos segundo sua condição de avanço/atraso escolar

Avanço/atraso escolar é a não-coincidência da série/ano cursada pelo aluno com relação à série/ano que teoricamente lhe corresponderia cursar para sua idade. O indicador calcula a distribuição percentual dos alunos de 15 anos segundo o número de séries/anos de avanço ou atraso escolar com respeito à série teórica.

$AR_t = \frac{nar_t}{n_{15}} * 100$; $t = 0, 1, 2, 3$ ou + séries de atraso, ou $t = 1, 2$ ou + séries de avanço. n_{15} = alunos de 15 anos matriculados no ensino comum.

Indicador 8 – Gasto em educação como porcentagem do PIB para todos os níveis de ensino

O indicador calcula a proporção do PIB de um país que é aplicada em educação.

$PGE_f = \frac{GE_f}{PBI} * 100$; f = fonte pública, privada ou total.

GE_f = gasto anual que a fonte f realiza com educação.

Indicador 9 – Gasto em educação de fontes públicas e privadas para estabelecimentos educacionais como porcentagem do PIB por nível de ensino

O indicador calcula a proporção do PIB que é aplicada em cada um dos níveis educacionais.

$PGE_i = \frac{GE_i}{PBI} * 100$; i = nível de ensino pré-primário, primário, secundário baixo, secundário alto e superior.

GE_i = gasto no nível de educação i .

Indicador 10 – Porcentagem do gasto educacional dentro do gasto público total, segundo nível de ensino

O indicador calcula a proporção do gasto público anual que é destinada a cada um dos níveis educacionais.

$PGPE_i = \frac{GPE_i}{GP} * 100$; i = nível de ensino pré-primário, primário, secundário baixo, secundário alto e superior.

GPE_i = gasto anual no nível de educação i.

GP = total do gasto público anual.

Indicador 11 – Gasto Anual por Aluno (PPC) segundo nível de ensino

O indicador calcula o gasto unitário num nível de ensino que é a proporção inversa por aluno num nível educacional. Para a comparação internacional os dados de gasto são convertidos em dólares pela PPC, índice de paridade de poder de compra, calculado todos os anos pelo Banco Mundial. Os alunos são convertidos em alunos-equivalente. Um aluno-equivalente é aquele que estuda em tempo integral no nível de ensino.

$GEA_i = \frac{GE_i}{nae_i}$; i = nível de ensino pré-primário, primário, secundário baixo, secundário alto e superior;
 GE_i = gasto anual com o nível de ensino i;
 nae_i = número de alunos-equivalente matriculados no nível i.

Indicador 12 – Relação aluno-docente por nível de ensino

O indicador calcula a relação de alunos de um nível por docentes que lecionam nesse nível educacional. Alunos e docentes são calculados como alunos-equivalente e docentes-equivalente em tempo integral.

$NAD_i = \frac{nae_i}{nde_i}$; i = nível de ensino pré-primário, primário, secundário baixo, secundário alto e superior;
 nae_i = número de alunos-equivalente matriculados no nível i.
 nde_i = número de docentes-equivalente no nível i.

As definições, informação necessária para a construção e as fórmulas de cálculo dos indicadores de recursos humanos e financeiros da educação (indicadores 8 a 12) coincidem com as definições da Unesco/OCDE para o projeto WEI.²⁶

²⁶ As publicações anuais da OCDE, *Education at a Glance*, apresentam as metodologias para esses indicadores.

Indicador 13 – Taxa de defasagem idade-série por nível de ensino

A taxa de defasagem idade-série calcula a proporção de alunos da matrícula inicial com idade a mais que a teórica mais um para a série correspondente. Convenciona-se tomar como defasagem idade-série aos alunos em mais de um além da idade teórica em razão das diferentes legislações dos países-membros do Mercosul. Este indicador não inclui os alunos de educação especial e de jovens e adultos.

$$TSE_i = \frac{nas_i}{m_i} * 100, i = \text{nível de ensino primário, secundário baixo e secundário alto.}$$

nas_i = número de alunos do nível i com idade maior que a teórica mais um.

m_i = matrícula inicial no nível i.

Indicador 14 – Porcentagem de alunos de 15 a 17 anos em educação de jovens e adultos

A porcentagem de alunos de 15 a 17 anos em educação de jovens e adultos calcula a proporção entre alunos do grupo de idade de 15 a 17 anos em educação de adultos e o total de alunos do grupo de idade de 15 a 17 anos matriculados no sistema educacional.

$$PEJA_i = \frac{njas_i}{m_i} * 100; i = \text{alunos do grupo de idade 15 a 17 anos.}$$

$njas_i$ = alunos de 15 a 17 anos de idade matriculados em educação de jovens e adultos;

m_i = total da matrícula inicial dos alunos do grupo de idade 15 a 17 anos.

Indicador 15 – Distribuição percentual da população de 17 anos segundo condição de escolarização e nível de ensino

A distribuição percentual da população de 17 anos segundo condição de escolarização e nível de ensino calcula a distribuição proporcional de alunos de 17 anos segundo a condição de escolarização e o nível de ensino em função do total da população de 17 anos, respectivamente. As condições de escolarização consideradas foram a do grupo de não-escolarizados, dos escolarizados no primário, no secundário baixo e no secundário alto.

Nota: Pode ser que exista uma pequena proporção de alunos de 17 anos no nível superior que estariam incluídos no grupo dos não-escolarizados. Supõe-se uma baixa participação dessa idade no nível superior.

$$PE_{ic} = \frac{pb_{ic}}{p_i} * 100; i = \text{idade de 17 anos; c = condição de escolarização (não-escolarizado, primário, secundário baixo, secundário alto);}$$

pb_{ic} = população de idade i com a condição de escolarização em nível (ou não-escolarização) c.

3. PLANILHA DE DADOS

A informação citada nesta publicação está publicada no sítio Web do Sistema de Informação e Comunicação do Mercosul Educacional, na seção Estatísticas (<http://sicmercosul.mec.gov.br>).

**ESTUDIO ANALÍTICO-DESCRIPTIVO
COMPARATIVO DEL SECTOR
EDUCATIVO DEL MERCOSUR
(1996-2000)**

PARTICIPANTES DEL GRUPO GESTOR DEL PROYECTO (GGP) "SISTEMA DE INDICADORES DEL MERCOSUR EDUCATIVO"

ARGENTINA

Nombre: **MARÍA LAURA ALONSO**
 Cargo: Coordinadora de Laboratorio de Estadística
 Institución: Ministerio de Educación, Ciencias y Tecnología
 Dirección: Paraguay 1657 – 1er. Piso contrafrente
 Teléfono/fax: +54 – 11-4129-1421/+54-11-4125-1447
 Correo Electrónico: malonso@me.gov.ar

Nombre: **IRENE OIBERMAN**
 Cargo: Coordinadora de la Red
 Institución: Ministerio de Educación, Ciencias y Tecnología/
 Red Federal de Información
 Dirección: Paraguay 1657 – 2º Piso contrafrente
 Teléfono/fax: +54 – 11-4129-1438/+54-11-4125-1447
 Correo Electrónico: ioiberman@me.gov.ar

BRASIL

Nombre: **OROSLINDA MARIA TARANTO GOULART**
 Cargo: Diretora de Tratamento e Disseminação de
 Informações Educacionais
 Institución: Ministerio de Educación/ Instituto de Estudos e
 Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
 Dirección: Anexo II do MEC, Brasília-DF, Brasil
 Teléfono: (61) 21048426/fax: (61) 21049441
 Correo Electrónico: linda.goulart@inep.gov.br

Nombre: **LILIANE LUCIA NUNES DE ARANDA OLIVEIRA**
 Cargo: Coordinadora de Análisis Estadísticos
 Institución: Ministerio de Educación/Instituto de Estudos e
 Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
 Dirección: Anexo II do MEC Sala 430, Brasília-DF, Brasil
 Teléfono/fax: (61) 21049070/ (61)21049441
 Correo Electrónico: liliane.oliveira@inep.gov.br

PARAGUAY

Nombre: **HILDA GONZÁLEZ GARCETE**
 Cargo: Jefa del Departamento de Estadística y Servicios de
 Información
 Institución: Dirección General de Planificación Educativa
 y Cultural

Dirección: 25 de mayo 171 c/Yegros – 4º piso – Asunción,
 Paraguay
 Teléfono/fax: +595 21 493 880/+595 21 492476
 Correo Electrónico: hilgonza@mec.gov.py

Nombre: **DALILA NOEMI ZARZA PAREDES**
 Cargo: Técnico
 Institución: Dirección General de Planificación Educativa y
 Cultural
 Dirección: 25 de mayo 171 c/ Yegros – 4º piso – Asunción,
 Paraguay
 Teléfono/fax: +595 21 493 880/+595 21 492476
 Correo Electrónico: dazarza@mec.gov.py;
 dazarza@yahoo.com

URUGUAY

Nombre: **MARA PÉREZ TORRANO**
 Cargo: Directora del Depto de Estadística.
 Institución: Ministerio de Educación y Cultura
 Dirección: Reconquista 535 piso 6
 Teléfono: (5982) 915-3857 interno 2
 Correo Electrónico: perezm@mec.gub.uy

BOLIVIA

Nombre: **SAÚL HENRY SANTA MARÍA SINGURI**
 Cargo: Profesional en Estadística Educativa
 Institución: Ministerio de Educación
 Dirección: Avenida Arce 2147, La Paz
 Teléfono/fax: (591 - 2) 72506996/(591-2) 2442272
 Correo Electrónico: ssantamaria@minedu.gov.bo

CHILE

Nombre: **CÉSAR MUÑOZ HERNÁNDEZ**
 Cargo: Analista del Departamento de Estudios y Desarrollo
 Institución: Ministerio de Educación
 Dirección: Alameda Nro. 1371 Piso 8, Santiago, Chile
 Teléfono/fax: (56-2) 3904861/(56-2)3800349
 Correo Electrónico: cesar.munoz@mineduc.cl



Documento elaborado con la colaboración técnica de la Unesco a través de su Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe (Orealc/Unesco – Santiago) y de la Asesoría Regional del Instituto de Estadística de la Unesco (UIS). Participaron de esta iniciativa: Sr^a Ana Luiza Machado (Directora Orealc/Unesco – Santiago), Sr. Cesar Guadalupe (Asesor Regional para América Latina y el Caribe del UIS), Sr. Daniel Taccari y Sr. Ivan Castro de Almeida (Consultores Orealc/Unesco – Santiago).

ESTUDIO ANALÍTICO-DESCRIPTIVO COMPARATIVO DEL SECTOR EDUCATIVO DEL MERCOSUR (1996-2000)

Sector Educativo del Mercosur (SEM)

Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo (SIC)

Grupo Gestor del Proyecto (GGP) "Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo"

Brasília-DF – Brasil
Inep
Junio de 2005

SUMARIO

Presentación	7
Resumen Ejecutivo	9
1. EL SECTOR EDUCATIVO DEL MERCOSUR Y EL SISTEMA DE INFORMACIÓN Y COMUNICACIÓN	11
El Grupo de Especialistas en Estadísticas Educativas y el Grupo Gestor del Proyecto "Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo	13
2. DESCRIPCIÓN DE LOS SISTEMAS EDUCATIVOS DE LA REGIÓN DESDE UNA PERSPECTIVA DE COMPARABILIDAD REGIONAL	17
La importancia de un análisis comparativo para el Mercosur	17
Marco conceptual de los indicadores educativos del Mercosur	18
La aplicación de la Cine 97	19
Argentina	22
Bolivia	23
Brasil	24

Chile	25
Paraguay	26
Uruguay	27
3. ANÁLISIS LONGITUDINAL COMPARATIVO ENTRE LOS PAÍSES DEL MERCOSUR.....	29
Los indicadores globales.....	30
4. PERFILES DE LOS PAÍSES	61
5. CONCLUSIONES	69
ANEXOS	73
1. Reseñas de Reuniones Técnicas e Seminarios	75
2. Notas Metodológicas	85
3. Tablas de Datos	93

PRESENTACIÓN

El reconocimiento consensuado del papel central de la educación en las estrategias de desarrollo de los países latinoamericanos, para afrontar los desafíos planteados por el avance de la revolución científico-tecnológica, la transformación productiva, la democratización y los procesos de integración continental, fue concebido desde los inicios de la conformación del Mercado Común del Sur (Mercosur). Este proceso se sustentó luego en la formalización del Protocolo de Intenciones, firmado por los Ministros de Educación el 13 de diciembre de 1991.

En dicho protocolo quedó establecida la conformación inicial del Sector Educativo del Mercosur (SEM), quedando como órgano máximo responsable la Comisión de Ministros del Sector, con la función principal de proponer las medidas tendientes a la coordinación de políticas educativas entre los Estados Partes, quienes a su vez son asesorados por el Comité Coordinador Regional (CCR).

El Plan Trienal aprobado en la II Reunión de Ministros del SEM el 1 de junio de 1992, identificó la formación de la conciencia ciudadana favorable al proceso de integración, la capacitación de recursos humanos para contribuir a la economía y la armonización de los sistemas educativos como áreas prioritarias para el desarrollo de las acciones que deben acompañar el proceso de integración. Para el desarrollo de las mismas se establecieron Programas y Sub-Programas, y se conformaron comisiones técnicas de trabajo. En este

marco se iniciaron las labores del Sistema de Información y Comunicación (SIC). Los procesos y avances posteriores se fueron definiendo a través de los sucesivos planes.

Más adelante, en el Plan de Acción del SEM vigente (2001–2005), fueron definidos como objetivos estratégicos el fortalecimiento de la conciencia ciudadana favorable al proceso de integración regional que valore la diversidad cultural; la promoción de una educación de calidad para todos en la región y de políticas de formación y capacitación de recursos humanos competentes; y la conformación de un espacio educativo regional de cooperación solidaria. Para llevar adelante las acciones de dicho Plan, el SEM se reestructuró en tres Comisiones Regionales Coordinadoras de Áreas,¹ el SIC y Grupos Gestores de Proyectos (GGP). El SIC en particular, abordó el objetivo de ofrecer informaciones comparables, confiables y actualizadas sobre los sistemas educativos de los países del Mercosur, por medio de un conjunto de indicadores, a fin de contribuir a la formulación, monitoreo y validación de las políticas educativas de la región, satisfacer los requerimientos de comunicación, gestión del conocimiento, información y trabajo cooperativo dentro del SEM, en todos los niveles de gestión. Estas instancias tienen como órgano superior al Comité Coordinador Regional, siendo la Reunión de Ministros de Educación, la máxima instancia decisora.

Los GGP constituyen instancias específicas convocadas *ad hoc* por el CCR, para elaborar proyectos y desarrollarlos, una vez aprobados por las instancias superiores. Así, el CCR ha aprobado el Proyecto “Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo”, para lo cual se ha conformado el GGP respectivo, integrado por los responsables de la gestión de las estadísticas educativas de los países miembros: Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, y asociados: Bolivia y Chile, a quienes se ha encomendado su desarrollo.

Una de las actividades correspondiente a dicho proyecto es el *Estudio analítico-descriptivo comparativo del SEM. Periodo 1996-2000*, en base a los indicadores producidos por el GGP en el ámbito del SIC. El Estudio se desarrolló con la cooperación de la Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe de la Unesco y del Instituto de Estadística de la Unesco a través de su asesoría regional.

Este material presenta un resumen ejecutivo y los resultados del estudio; se organiza en cinco secciones, la primera contiene los antecedentes, objetivos del Proyecto, la justificación y el marco conceptual del análisis. En la segunda se describen los sistemas educativos de los países miembros y asociados. En la tercera sección se realiza el análisis longitudinal comparativo en un contexto global demográfico, económico y educativo y en especial en las dimensiones de recursos, acceso y participación, proceso y resultados. La cuarta sección incluye el perfil de cada país. Y en última sección se presenta las conclusiones.

Se espera que el estudio brinde una contribución, en particular, a los gestores de las políticas educativas de la Región y en general a todos los organismos y/o personas interesadas en el desarrollo del sector.

¹ Para Educación Básica (CRC-EB), Educación Tecnológica (CRC-ET) y Educación Superior (CRC-ES).

RESUMEN EJECUTIVO

Desde su creación en 1991, el Sector Educativo del Mercosur (SEM) ha establecido objetivos y planes de acción que incluyen la producción, difusión y análisis de las informaciones respecto a los sistemas educativos de la región, sus logros y sus debilidades. El resultado de ese esfuerzo se materializó en la publicación anual *Vitrina Estadística* en la página Web del SEM desde 1998, con datos de 1996 a 2001, que es un resumen de un conjunto básico de indicadores educativos y de contexto socio-económico, en una perspectiva comparada entre los países miembros y asociados: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay.

El principal objetivo de este trabajo consiste en el análisis descriptivo-comparativo de dicho conjunto de indicadores, desde una perspectiva histórica, para los países de la región. Este conjunto de indicadores concluye verificando importantes logros hacia la asistencia escolar, con por lo menos 60% de la población de 5 a 29 años matriculada en el sistema, y al acceso a la enseñanza básica que en todos los países muestra tasas de escolarización de por lo menos 96%. Estos resultados son de gran importancia con relación al logro de los objetivos y metas formuladas en la iniciativa mundial Educación para Todos (EPT) tanto en la Conferencia Mundial de Educación para Todos celebrada en el año 1990 (Jomtien, Tailandia) como en el año 2000 (Dakar, Senegal). Sin embargo, el desafío de aumentar los niveles

de acceso a la enseñanza secundaria permanece, ya que por lo menos el 15% de la población de 15 a 17 años no está escolarizada, lo que también se traduce en la necesidad de extender y mejorar los programas de educación para jóvenes y adultos (también un objetivo de la EPT).

Los indicadores relativos a la población adulta señalan desigualdades con respecto a los logros educativos expresadas en tasas de analfabetismo que varían entre 2% a 14%, y porcentajes de la población con al menos secundario alto oscilando entre 8% y 30% para la población de 55 a 64 años y entre 28% y 59% entre la población de 25 a 34 años. Sin embargo, la comparación entre estos dos grupos de edad muestra también el importante grado de avance logrado a lo largo del tiempo.

Estos indicadores también muestran como la región ha evolucionado hacia la igualdad de oportunidades educativas con respecto al género. Los países presentan una evolución importante de los niveles de escolarización de las mujeres, observándose que el porcentaje promedio para la región con al menos secundario alto pasa de 18% entre la población de 55 a 64 años a 42% de 25 a 34 años, en el año 2000. Por otro lado, esta misma tasa pasa de 22% de varones entre 55 a 64 años, a 38% entre 25 a 34 años con al menos secundario alto.

Mejorar el logro escolar también es una necesidad para la región. Tasas de reprobación de al menos 10% en la enseñanza básica permanecen en 4 de los países lo que se traduce en que no menos del 39% de la población de 15 años se encuentre en condición de atraso escolar. Se destaca que en el marco de la EPT para la región este es un tema que aparece como pendiente y merecedor de la atención de los países. Niveles elevados de repetición derivan en mayor atraso escolar y deserción. Los promedios de atraso escolar de los países son de 20% para el primario, 28% para el secundario bajo y 30% para el secundario alto para el año 2000.

1. EL SECTOR EDUCATIVO DEL MERCOSUR Y EL SISTEMA DE INFORMACIÓN Y COMUNICACIÓN

La propuesta de integración firmada por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, por medio del “Tratado de Asunción” el 26 de marzo de 1991, sostiene la importancia de la educación como un espacio cultural y de integración no sólo económica sino también de fortalecimiento de ese proceso.

De esta manera, en diciembre de 1991, por medio de la resolución 7/91, el Consejo del Mercado Común, la instancia superior de decisiones para el Mercosur, instituye la Reunión de los Ministros de Educación de los Países Miembros del Mercosur con el objetivo de coordinar las políticas educativas para la región. Entonces se crea el Sector Educativo del Mercosur (SEM) con la firma del correspondiente Protocolo de Intenciones por parte de los Ministros de Educación.

Para la operacionalización de las decisiones de los Ministros, se constituyeron instancias de decisiones políticas y operativas con la tarea de proponer y ejecutar políticas educativas para la región. De esta forma, el Comité Coordinador Regional (CCR) es la instancia responsable de la implementación de las políticas y de asesoría a los Ministros de Educación. A través del CCR, se instituyen los programas y acciones de corto y largo plazo, se identifican los mecanismos y fuentes financieras necesarias para la realización de las actividades y se supervisan los Comités Técnicos y Grupos de Trabajo.

Los Comités Técnicos Regionales de Área (CTR) fueron constituidos para promover acciones en temáticas específicas: educación básica general, educación especial, educación tecnológica, educación superior y posgrado y sistema de información y comunicación. Su principal tarea era de coordinar acciones relativas a sus especificidades y proponer al CCR acciones propias. Conforme la necesidad de cada uno de los Comités Técnicos se constituyó Grupos de Trabajo con especialistas en cada una de las áreas, como responsables de la elaboración de estrategias y planes específicos. Esos grupos surgen con el propósito de dar cuenta de las acciones establecidas en los planes para el SEM establecidos por los Ministros de Educación.

Las actividades del SEM fueron definidas desde 1992, por medio de planes trienales que establecen los objetivos y las acciones para el sector educativo. Las prioridades para el sector comprendían:

1. Desarrollo de una conciencia ciudadana respecto a la integración;
2. Construcción de mecanismos operativos que proporcionen condiciones para la movilidad de los alumnos y maestros;
3. Compatibilización y armonización de los sistemas educativos;
4. Estímulo a una política de integración que fomente el desarrollo de una identidad cultural en la región.

Hasta 1995, las actividades se desarrollaban teniendo como principal eje la consolidación del proceso de integración y de definición de las prioridades para la región. Es importante tener en cuenta que la institucionalización del Mercosur es bastante flexible, no teniendo una estructura formal operativa permanente, por lo tanto el éxito de las iniciativas depende muchas veces de los esfuerzos desde el interior de los países y de la capacidad de articulación entre ellos para la adecuada realización de las actividades.

Con la firma de los Acuerdos de Complementación Económica, el 25 de junio de 1996 con Chile y el 17 de diciembre de 1996 con Bolivia, el Mercosur incorpora a dos nuevos países en calidad de países asociados.

El 20 de junio de 1996 el SEM aprobó el *Documento Mercosur 2000: Desafíos y Metas para el Sector Educativo*, enfatizando la importancia de promover acciones para proveer educación con calidad en la región, definiendo programas y proyectos de alcance regional en las siguientes áreas: renovación educativa, evaluación educativa, educación y trabajo, cooperación universitaria y sistema de información.

En este sentido, desde el inicio se ha reconocido la importancia de la educación como estrategia para el desarrollo de la integración económica y cultural y el rol de la información para alcanzar esos objetivos, lo que derivó en la creación del Comité Coordinador Técnico del Sistema de Información y Comunicación.

En dicho marco, se aprobó la necesidad de consolidar e integrar el sistema de información en educación de los países miembros y colocar a disposición del público en general, datos sobre la educación en la región y sobre el Sector Educativo del Mercosur.

A partir de 2001, el SEM sostiene una trayectoria de cambios en su organización con el objetivo de tornarse más ágil y capaz de responder a las proposiciones de los planes de acción definidos por los Ministros de Educación.

Así, la Reunión de los Ministros continua siendo la instancia más alta de decisiones de las políticas educativas para la región y el CCR, actúa como

la organización responsable de proponer estrategias y políticas, asesorar a los Ministros y ejecutar las decisiones de aquella instancia superior. Los cambios ocurren en las instancias operativas del SEM de modo que se organiza comités técnicos por nivel de enseñanza, creándose las Comisiones Regionales Coordinadoras de Área (CRCAs). Los Grupos de Trabajo se convierten en Grupos Gestores de Proyecto (GGP), teniendo como eje de trabajo proyectos con objetivos, metas y plazos definidos dentro de las CRCAs que posibiliten el seguimiento continuo de las actividades y de los resultados alcanzados.

En cuanto al Sistema de Información y Comunicación (SIC), éste ve fortalecidas sus actividades y su rol vinculado a la comunicación, la gestión del conocimiento y la producción y diseminación de información en el ámbito del SEM. La nueva institucionalización hace del SIC una instancia común a todos los comités técnicos y un ambiente de comunicación y de intercambio entre ellos.

De acuerdo con el Plan Estratégico 2001 – 2005 del SEM las principales líneas de acción del SIC son las siguientes:

- Difundir las acciones del SEM al interior de los sistemas educativos nacionales, en las jurisdicciones responsables de la gestión escolar, en las comunidades educativas y hacia el conjunto de la sociedad;
- Favorecer la circulación de conocimiento: mantener actualizada la información que provee el SIC y utilizar sus espacios de comunicación y difusión para el sector educativo;
- Fortalecer los nodos nacionales del SIC;
- Constituir una base terminológica;
- Contar con políticas de información, comunicación y gestión del conocimiento, en el ámbito regional educativo.

De esta manera, cada vez más la información es considerada como un elemento clave en el proceso de integración, sea como instrumento de intercambio regional o como medio de comunicación entre los países.

El Grupo de Especialistas en Estadísticas Educativas y el Grupo Gestor del Proyecto “Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo”

Desde su inauguración en diciembre de 1991, el SEM ha considerado como elemento clave para el proceso de integración de las políticas educativas la producción de información estadística para la región.

La VI Reunión de la Comisión Técnica Regional del Sistema de Información en Educación, realizada en Curitiba, Brasil, en noviembre de 1996, (ratificado en la XXII Reunión del Comité Coordinador Regional en Ciudad del Este, Paraguay en abril de 1997) acordó la realización de un seminario-taller en octubre de 1997 en Santiago de Chile, con el apoyo de la Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe de la Unesco (Orealc) con los siguientes objetivos:

- Definir un conjunto básico de indicadores comparables para el Sistema de Información del Mercosur;
- Establecer estrategias de acción para la producción de dichos indicadores y la incorporación de otros en el futuro de forma continua y actualizada;

- Compartir informaciones estadísticas por medio de la difusión vía internet.

En dicho seminario-taller, se discutió acerca de la situación de las estadísticas educativas en la región y se propuso un conjunto básico de indicadores educativos factibles de ser contruidos y que pudieran ser incorporados al sistema en el mediano plazo. También se promovió la creación de una red de cooperación para generar información e indicadores comparables por medio del establecimiento de un Grupo de Trabajo de Especialistas en estadísticas educativas. Las debilidades en la producción de ciertos indicadores, como los de enseñanza superior, serían manejadas de acuerdo con los temas y de forma conjunta con los Comités Técnicos Regionales de Área correspondientes.

Como resultado de la propuesta de indicadores educativos a ser incorporados en la primera etapa, se acordó trabajar con el siguiente conjunto básico de indicadores:

I – Indicadores de Contexto Nacional

- a) *Del Sistema Educativo*: matrícula, número de unidades educativas, edades teóricas, obligatoriedad escolar, duración de cada nivel, matrícula de educación superior por área de conocimiento;
- b) *Variables Económicas*: PBI² per capita;
- c) *Variables Demográficas*: población por edad, sexo, por condición de actividad y área de residencia;
- d) *Variables Sociales*: población por línea de pobreza y por necesidades básicas insatisfechas.

II – Características educativas de la población

- a) Nivel de instrucción de la población adulta: promedio de años de escolarización, población adulta según asistencia, por rango de edad y por nivel de escolaridad (primaria – completa o incompleta, media completa, superior completa – por área de conocimiento);
- b) Alumnos extranjeros por país del Mercosur y de los países Asociados.

III – Sistema Educativo

- a) *Acceso al Sistema*: cobertura de obligatoriedad, tasa neta de escolarización, por grupos de edad;
- b) *Eficiencia del Sistema*: Tasa de aprobación, reprobación y abandono y distribución porcentual de los alumnos de 15 años por grado.

Para la segunda etapa se acordó lo siguiente:

- a) *Demanda por nivel*;
- b) *Acceso al Sistema*: cobertura para la población de 15–17 años, acceso a la educación superior;
- c) *Indicadores de Eficiencia*: tasa de repitencia, promoción y deserción, esperanza de vida escolar, tasa de transición entre ciclos;
- d) *Condiciones de la Oferta Escolar*: formación de los docentes, alumnos por sección clase o turno, carga horaria, docente frente a curso;
- e) *Rendimiento o Logro*: a largo plazo, la comparación de la población de 15 años que se encuentra en el interior del sistema escolar, independiente del grado que cursen;

² Producto Bruto Interno

- f) *Financiamiento de la educación*: gasto como porcentaje del PIB, por nivel y corriente o de capital.

Es así como el Grupo de Especialistas en Estadísticas Educativas (en el período 1998–2001), y el Grupo Gestor del Proyecto (GGP) – desde el año 2002 – ha dado seguimiento a esta tarea de manera sistemática mediante reuniones técnicas y discusiones virtuales para el diseño, definición e implementación del sistema de indicadores solicitado. El impacto de sus acciones se ve reflejado en los resultados conseguidos hasta hoy. La publicación anual y continua de estadísticas educativas bajo el título de *Vitrina Estadística* en el sitio Web del SIC³ es actualizada y mejorada regularmente con la incorporación de nuevos indicadores.

También se ha encargado de propiciar talleres específicos sobre temas de especial interés para el Mercosur debido a problemas de comparabilidad regional o de estrecha vinculación con las diferentes CRCAs. En este sentido, se organizó dos seminarios taller. El primero acerca de los indicadores y estadísticas de eficiencia interna del sistema (relacionados con flujo escolar), y el segundo acerca de la producción de indicadores de educación superior, ambos con la participación de expertos internacionales y con apoyo de la Orealc/Unesco-Santiago.⁴

Las reuniones del Grupo de Especialistas, hasta 2001, y a las del Grupo Gestor del Proyecto desde 2002, fueron el principal foro para la toma de decisiones del seguimiento de las actividades, ratificadas luego por el SIC y el CCR. Desde 1997, ocurrieron ocho reuniones técnicas oficiales. Su desarrollo y progreso son descritos en el anexo correspondiente de este documento.

³ <http://sicmercosul.mec.gov.br>

⁴ Nótese que del conjunto de indicadores inicialmente propuesto, no se incluyó en la *Vitrina Estadística* los siguientes: los de flujo escolar – repetición, promoción y deserción-, el promedio de años de escolarización, las variables sociales, formación de los docentes. Esta decisión obedeció a dificultades metodológicas relativas a las diferentes definiciones y mecanismos de producción de la información usados nacionalmente, lo que no garantizaba una comparabilidad rigurosa. Las variables sociales tienen una dificultad adicional ya que dependen de otras fuentes de información y no son competencia de las áreas de estadísticas educativas tradicionales de los países. Los indicadores de educación superior fueron incorporados al sistema en la última etapa debido a la necesidad de contar con un tratamiento propio y definiciones específicas, diferentes de las usadas en otros niveles educativos. Sin embargo, los resultados del taller y de las discusiones al interior del GGP han llevado a definir un conjunto básico de indicadores de educación superior a ser incorporados en la *Vitrina Estadística*. Es importante tener en cuenta la dificultad de armonización de los conceptos para este nivel, debido a las múltiples modalidades y duración de los programas educativos.

2. DESCRIPCIÓN DE LOS SISTEMAS EDUCATIVOS DE LA REGIÓN DESDE UNA PERSPECTIVA DE COMPARABILIDAD REGIONAL

La importancia de un análisis comparativo para el Mercosur

El análisis desde una perspectiva comparada tiene un rol importante y complementa los análisis efectuados internamente en los países. El proceso de integración requiere del desarrollo de información consistente para que las personas que toman decisiones en el ámbito del Mercosur tengan elementos de referencia comunes. El análisis de la información es una vía básica para construir argumentos o relatos que sean de utilidad al tomador de decisiones en cualquiera de los ámbitos hacia el interior del sistema educativo y fuera de él.

La información es un instrumento importante para la reflexión que sustenta los procesos de toma de decisión tanto internos como en el ámbito del Mercosur. Los estudios comparados pueden ayudar a comprender los orígenes de los problemas e identificar eventuales soluciones. Un análisis comparado de los indicadores puede traer evidencias sobre las situaciones presentes en la región indicando problemas y progresos logrados.

A través de la comparación internacional también es posible evaluar la situación educativa de un país con relación a otro u otros. De esta manera, se puede identificar debilidades y fortalezas, muchas veces no percibidas en el interior del propio país. Para el Mercosur en particular, el análisis

puede servir como un eje de construcción de políticas comunes e integradas que favorezcan la movilidad y la mejora de la calidad de la educación en la región.

Marco conceptual de los indicadores educativos del Mercosur

Por medio de la educación los países buscan permitir que sus ciudadanos

desarrollen sus capacidades y potencial tanto para su propia vida como para participar activamente en la sociedad. Asimismo, la educación brinda mayores oportunidades para competir en el mercado y acceder a los ingresos económicos de un país. La educación contribuye al desarrollo de ciudadanos plenos y, en este sentido, es un mecanismo legítimo para contribuir a una mayor equidad.

En este marco, el contexto socio-económico de un país (a través de los datos globales de población, asistencia, PBI *per capita*, distribución por sexo y nivel de urbanización) sirve como un elemento de referencia para conocer el potencial y las oportunidades para el desarrollo de políticas educativas consistentes con ese perfil global.

Por ejemplo, un país con una población rural significativa tiene que enfrentar desafíos específicos para garantizar la equidad y una educación de calidad para todos. Por otra parte, un país con una población joven tiene que enfrentar temas de acceso de las personas al sistema educativo de una magnitud relativa mayor.

Al reconocer el valor social de la educación, los países necesitan decidir cómo invertir tanto en infraestructura física, docentes, materiales educativos, etc., según su propia disponibilidad de recursos. Para cumplir con los objetivos, se requiere sistemas educativos que sean tanto eficientes, lo que significa utilizar mejor los recursos financieros y humanos disponibles, como eficaces, lo que implica asegurar adecuados niveles de aprendizaje, equidad e impactos positivos en la vida social.

Comparar internacionalmente sistemas educativos permite a los países mirar sus sistemas y sus políticas educativas con relación a un contexto mayor, lo cual puede permitir confirmar sus fortalezas así como mostrar opciones educativas desarrolladas en otros países para enfrentar desafíos similares. Además, en el proceso de integración y ampliación en el marco del espacio educativo del Mercosur, la comparación internacional puede favorecer la construcción de dicho espacio de intercambio y movilización y lograr una educación de calidad en la región. De esta forma, el Plan Estratégico 2001–2005 del Sector Educativo del Mercosur establece como prioritario:

Contribuir a los objetivos del Mercosur conformando un espacio educativo común, estimulando la formación de la conciencia ciudadana para la integración, la movilidad y los intercambios con el objeto de lograr una educación de calidad para todos, con atención especial a los sectores más vulnerables en un proceso de desarrollo con justicia social y respeto a la diversidad cultural de los pueblos de la región.

En este sentido, los indicadores del Mercosur buscan dar cuenta de las diversas dimensiones identificadas de modo que sirvan como instrumento de integración y contribuyan a la formulación de políticas educativas

para los países miembros y asociados así como para la región. Es decir, buscan brindar información tanto en el contexto en que se desarrolla la educación como en la forma en que los sistemas educativos se organizan y se relacionan dinámicamente.

Para dar cuenta de esas relaciones básicas entre las distintas dimensiones, el sistema de estadística e indicadores educativos comparable entre países del Mercosur organiza su provisión de información según el contexto social, económico y demográfico, el funcionamiento y desempeño del sistema educativo y el impacto social de la educación. De esta manera, se busca tener un sistema de información que sea políticamente relevante y que contribuya a la toma de decisiones respecto a la educación de la región.

Dado lo anterior, la producción y análisis de la información toma en consideración los siguientes aspectos:

- a) El contexto en el cual se desenvuelve la educación: Contexto demográfico, social y económico, y descripción general del Sistema Educativo. El Mercosur incorporó indicadores globales para dar cuenta de ese aspecto, además del porcentaje de la población que ha completado niveles de enseñanza seleccionados por edad y sexo.
- b) Recursos invertidos en educación: humanos y financieros. El Mercosur presenta los indicadores financieros y humanos básicos, gasto en relación al PBI, gasto por alumno, gasto por docente y por sección y datos globales de docentes.
- c) El Sistema Educativo: Acceso, cobertura y participación. El Mercosur provee datos de tasas brutas y netas de escolarización por rango de edad compatibles con las edades teóricas de los alumnos y por nivel de enseñanza.
- d) El Sistema Educativo: Eficiencia interna. El Mercosur proporciona tasas de aprobación, reprobación y abandono, tasas de sobreedad y distribución porcentual de los alumnos de 15 años de edad por cantidad de grados atrasados o adelantados.
- e) Equidad en las oportunidades educativas y resultados del sistema. El Mercosur aún no ha avanzado en esta dimensión.
- f) Impacto social de la educación: El Mercosur incorporó el indicador distribución porcentual de la población de 17 años por condición de escolarización y nivel de enseñanza y de nivel de instrucción de la población adulta así como el nivel de analfabetismo de la población adulta.

Las dificultades para contar con mayores indicadores, principalmente sobre equidad y logro académico de la educación, se vinculan a la baja disponibilidad de información y también a la ausencia de tratamiento de este tipo de informaciones de manera comparable. Por ejemplo, la distribución de la matrícula y de la población por área de residencia o por nivel de pobreza, si bien nacionalmente disponible, no siempre se encuentra organizada de acuerdo a procedimientos metodológicos comparables.

La aplicación de la Cine 97

La Clasificación Internacional Normalizada de Educación, revisión 1997 de la Unesco (Cine 97) presenta conceptos, definiciones y clasificaciones normalizados para el sistema educativo y clasifica los programas a través de su contenido según dos criterios estructurales: por nivel

y sectores educativos. Un programa educativo comprende un conjunto o secuencia de actividades educativas orientadas a lograr un objetivo predefinido. El nivel educativo es considerado con un conjunto de experiencias de aprendizaje y de competencias que deben ser desarrolladas por los alumnos. El nivel se refiere al grado de complejidad del contenido del programa. La combinación de la complejidad de los programas con la edad teórica oficial de ingreso al nivel son criterios prácticos para la definición del nivel educativo. El Mercosur hizo un trabajo de ajuste a la clasificación Cine 97 bajo dichos criterios y así permitir la comparabilidad de los indicadores no solamente en el ámbito del Mercosur, sino también a nivel internacional.

Durante la I Reunión Técnica realizada en 1998 en Buenos Aires, se empezó a discutir y definir los niveles educativos. Además, el Mercosur decidió utilizar un nivel de enseñanza que combina los niveles 1 y 2 de la clasificación, denominado nivel de enseñanza básica el cual da cuenta de prácticamente toda la educación obligatoria en su conjunto, y tienen características comunes para los países de la región.

Las características principales que definen cada uno de estos niveles educativos son:

- Cine 0* – Organización en escuelas o centros de aprendizaje, basada en actividades educativas sistemáticas y normalmente anterior a la obligatoriedad. La edad teórica normalmente va de 3 a 5 años y cada período lectivo tiene una duración mínima de 200 horas al año.
- Cine 1* – Comienzo del aprendizaje sistemático de lectura, escritura y aritmética. Generalmente coincide con el inicio de la obligatoriedad. La edad teórica normalmente es de 6 a 11 años. Corresponde con la primera etapa de la educación básica.
- Cine 2* – Empieza el aprendizaje por medio de asignaturas y se supone que el alumno tiene completo dominio de las competencias básicas de lenguaje y aritmética. Normalmente el último grado coincide con la culminación de la obligatoriedad. La edad teórica normalmente es de 12 a 14 años. Corresponde con la segunda etapa de la educación básica.
- Cine 3* – programas con mayor especialización del aprendizaje normalmente con profesores mas calificados o especializados (como en la enseñanza técnica). Normalmente es posterior a la educación básica u obligatoria.

Para los países del Mercosur la configuración de esos niveles, comparados a los niveles nacionalmente definidos, es la siguiente:

Cuadro 1: Niveles de enseñanza comparados según la Cine 97

	Edades teóricas para cursar el grado																	
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Argentina																		

Fuente: Relatorio de las reuniones técnicas del Grupo de Estadísticas y *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Las modalidades de enseñanza se ajustan a la Cine 97 a través de las características de sus programas, donde el primer ciclo de enseñanza secundaria corresponde a la educación secundaria baja y el segundo ciclo del dicho nivel a la educación secundaria alta en la Cine97. Los programas de Educación Especial y de Jóvenes y Adultos son clasificados de acuerdo con su nivel educativo. Los programas de alfabetización de adultos son incluidos en el nivel 1.

El cuadro muestra poca diferencia en cuanto al alcance de los niveles de enseñanza. Argentina y Uruguay tienen 10 años de obligatoriedad, Paraguay 9 años y Bolivia, Brasil y Chile 8 años. La educación básica corresponde a 9 años de escolarización para Argentina, Paraguay y Uruguay y 8 años para Bolivia, Brasil y Chile.

En términos de las edades oficiales para cursar cada uno de los niveles adoptados se tiene la siguiente situación:

Cuadro 2: Niveles de enseñanza y edades oficiales de escolarización

	CINE 0		CINE 1		CINE 2		CINE 3		Obligatoriedad	
	Edades		Edades		Edades		Edades		Edades	
	Inicio	Fin	Inicio	Fin	Inicio	Fin	Inicio	Fin	Inicio	Fin
Argentina	3	5	6	11	12	14	15	17	5	14
Bolivia	3	5	6	11	12	13	14	17	6	13
Brasil	4	6	7	10	11	14	15	17	7	14
Chile	3	5	6	11	12	13	14	17	6	13
Paraguay	4	5	6	11	12	14	15	17	6	14
Uruguay	3	5	6	11	12	14	15	17	5	14

Fuente: Relatorio de las reuniones técnicas del Grupo de Estadísticas y *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Si bien de la aplicación de la Cine 97 se desprenden algunas diferencias entre países en cuanto a la duración en años de los niveles educativos y las edades oficiales de ingreso, independientemente de las formas de organización todos los países comparten la edad 17 años, como la edad oficial de término de la educación secundaria. Asimismo, la educación secundaria habilita a sus egresados a acceder a los programas educativos de educación superior universitarios y no universitarios.

Respecto a los niveles educativos es importante señalar que en el período considerado, no se han elaborado indicadores específicos para la educación superior, por lo cual no se incluye dicho nivel educativo en el presente análisis. Recuérdese que en diciembre de 2003, en Brasilia, se abordó el tema teniendo como resultado la incorporación de algunos indicadores referidos a este nivel a partir del año académico 2001.

Durante la década de los 90 los países del Mercosur presentaron cambios importantes en su marco legal, dirigidos a garantizar una educación básica y obligatoria de entre 8 y 10 años según los países y el año de referencia, de mejoramiento de la calidad de la educación y de búsqueda de la ampliación del acceso a la educación secundaria y superior.⁵ Por otra parte han contribuido al proceso de democratización y consolidación de las instituciones democráticas. Específicamente se puede enumerar las siguientes características:

- Universalización del acceso a la educación primaria;
- Mejoramiento de la calidad de la educación;
- Fortalecimiento de la profesión docente;
- Ampliación del acceso a la educación secundaria y superior;
- Programas específicos de equidad social.

A continuación se presenta una breve descripción de los sistemas educativos de los países miembros y asociados.⁶

Argentina

El sistema de educación argentino, tradicionalmente de gestión centralizada y organizado en cuatro niveles de enseñanza, está experimentando un proceso de gran transformación en los últimos años. La promulgación de las leyes de transferencia de los servicios educativos a las provincias (año 1992), Federal de Educación (1993) y de Educación Superior (1995) constituyen parte del marco legal de este proceso. La primera ley transfiere las escuelas aún dependientes del gobierno nacional a las provincias, la segunda establece los lineamientos básicos de organización de la educación inicial, primaria y secundaria y la tercera contiene los lineamientos generales de organización del nivel terciario, universitario y no universitario.

Los objetivos centrales de esta transformación son el mejoramiento de la calidad educativa y el logro de una mayor equidad a través de un incremento de la escolarización de los sectores más desfavorecidos. Efectivamente, la ley Federal de Educación de 1993 ha extendido la

⁵ Los procesos de reforma educativa en América Latina han sido reseñados en Unesco (2001) *La Situación de la Educación 1980-2000*.

⁶ Estas descripciones han sido tomadas de <http://sicmercosul.mec.gov.br/asp/Estatistica/sistemas.asp>, excepto la de Bolivia que ha sido preparada para este documento por no estar disponible en la misma fuente.

educación obligatoria a 10 años (antes sólo era de 7 años) por lo que, mientras antes la obligatoriedad escolar estaba restringida sólo al nivel de enseñanza primario, actualmente abarca el último año del nivel inicial y los 9 años de la Educación General Básica.

La estructura del sistema educativo actual, está compuesto por cuatro niveles de enseñanza: Inicial, Educación General Básica, Educación Polimodal y Educación Superior.

La Educación Inicial se ocupa de la educación de los niños de 3 a 5 años de edad, siendo obligatorio sólo el último año.

La Educación General Básica comprende tres ciclos de tres años cada uno con características curriculares, pedagógicas y organizativas definidas. Se ocupa de la enseñanza de niños y adolescentes entre 6 y 14 años de edad.

La Educación Polimodal es de tres años y abarca la educación de jóvenes de 15 a 17 años. Esta educación incluye dos tipos de formación (general y orientada) que se traducen, respectivamente, en la enseñanza de contenidos básicos comunes para todos los estudiantes y en contenidos orientados a diferentes áreas del conocimiento y del quehacer social y productivo que dan lugar a cinco modalidades: ciencias naturales; economía y gestión de las organizaciones; humanidades y ciencias sociales; producción de bienes y servicios y comunicación, artes y diseño.

La Educación Superior es la educación post-secundaria propiamente dicha y la llevan a cabo instituciones que imparten educación universitaria y no universitaria a través de carreras que duran 5 o 6 años en el caso de las primeras, y 3 o 4 años en el caso de las no universitarias.

Bolivia

La Constitución Política del Estado Boliviano establece que la educación es la más alta función del Estado, es universal, gratuita en los establecimientos fiscales y obligatoria en el nivel primario.

Entre las reformas estructurales que modifican las bases económicas, sociales e institucionales del país, se encuentra la Reforma Educativa dispuesta mediante la Ley 1565 del 7 de julio de 1994. Las principales características de esta reforma son: su integralidad, es decir que está transformando tanto los aspectos pedagógico-curriculares, como los institucionales y administrativos del sistema educativo y abarcará todos los niveles de la educación; el enfoque intercultural y la enseñanza bilingüe (en lengua indígena como primera lengua y en castellano como segunda) a los niños con lengua materna indígena; la creación de una estructura de participación social en educación, con la que se busca favorecer el control de la calidad educativa, cuidando particularmente su adecuación a las necesidades de aprendizaje y a las necesidades del desarrollo local.

De esta forma el sistema educativo boliviano se constituye por dos áreas de organización curricular: la educación formal y la educación alternativa. La educación formal es la prioritaria en tanto atiende a todos los educandos del país. La educación alternativa es complementaria y atiende a quienes no pueden desarrollar su educación en el área formal.

Para ambas áreas de organización curricular del sistema educativo boliviano existen los siguientes niveles: educación inicial, primaria, secundaria y superior.

Los niveles inicial, primario y secundario están formados por ciclos. Los ciclos constituyen períodos de duración variada dentro de un

determinado nivel en los cuales los educandos desarrollan determinadas competencias, como parte del proceso educativo.

Los ciclos del nivel inicial son: el ciclo de la estimulación y el desarrollo temprano que atiende a niños de 0 a 5 años de edad, es de carácter no formal y no escolarizado, quedando principalmente confiado a la familia y a la comunidad, bajo el patrocinio de entidades públicas y privadas; el segundo ciclo es el de preparación para niños de 5 años de edad, de carácter formal y escolarizado siendo responsabilidad del Ministerio de Educación Cultura y Deportes, ofrecer y propiciar el desarrollo de diversas formas y modalidades de atención para la ampliación de cobertura con calidad y equidad.

El nivel primario está organizado en tres ciclos, el primero de aprendizajes básicos tiene un promedio de tres años de duración y comprende las edades de 6 a 8 años; el segundo ciclo de aprendizajes esenciales, también tiene una duración media de tres años y comprende las edades de 9 a 11 años, el tercer y último ciclo del nivel primario es el de aprendizajes aplicados, dura dos años, entre los 12 y los 13 años de edad.

El nivel de educación secundaria está destinado a la población escolar que, a partir de los 14 años de edad, acredite haber desarrollado las competencias establecidas para el nivel primario. Tiene dos ciclos: aprendizajes tecnológicos y aprendizajes diferenciados, cada uno tiene una duración promedio de dos años.

El nivel de educación superior comprende la educación post-secundaria a cargo de las universidades públicas y privadas, así como aquella que se realiza en Institutos Técnicos Superiores e Institutos Normales Superiores, dependientes del Servicio de Educación Pública.

La educación alternativa es un área suplementaria y complementaria a la educación formal, normada y coordinada por el Ministerio de Educación, las modalidades de la educación alternativa son: educación de adultos que está destinada a los educandos mayores de 15 años que no pudieron iniciar o completar la educación primaria, la secundaria o ninguna de éstas; la educación permanente que se prolonga a lo largo de toda la vida, se caracteriza por estar instituida e impulsada a iniciativa de grupos sociales organizados en respuesta a sus necesidades e interés en la línea de la Participación Popular; y la educación especial que a través de entidades especializadas tanto públicas como privadas, trata a los niños y adolescentes con deficiencias graves o profundas con compromiso intelectual, físico-biológico, psíquico-afectivo y/o social, en procura de integrarlos a las unidades educativas.

Brasil

El desarrollo reciente del sistema educativo brasileño está inserto en el proceso de consolidación democrática, marcado por un nuevo arreglo institucional que se caracteriza por el elevado grado de autonomía de los tres niveles de gobierno y por la descentralización de las políticas educativas. La Constitución Federal de 1988, y la Enmienda Constitucional nº 14 de 1996 y la nueva Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) instituida por la Ley 9394 de 1996, son las leyes principales que regulan el actual sistema educativo brasileño.

La actual estructura del sistema educativo regular comprende la educación básica (formada por la *educação infantil*, *ensino fundamental* y *ensino médio*) y la educación superior. De acuerdo a la legislación vigente,

compete a los municipios actuar prioritariamente en *ensino fundamental* y en *educación infantil*, y a los Estados y el Distrito Federal en *ensino fundamental* y *medio*. El gobierno federal, por su parte, ejerce en materia educativa una función redistributiva y supletoria, cabiéndole prestar asistencia técnica y financiera a los Estados, al Distrito Federal y a los Municipios. Asimismo, el gobierno federal se encarga de la organización del sistema de educación superior.

La educación infantil, primera etapa de la educación básica, es ofrecida en *creches* para niños de hasta 3 años de edad y en *pré-escolas* para los niños de 4 a 6 años. El *ensino fundamental*, tiene una duración mínima de ocho años, es obligatorio y gratuito en la escuela pública, cabiendo al Poder Público garantizar su oferta para todos incluso a aquellos que no tuvieron acceso a la edad prevista. De acuerdo a la LDB es deber de los padres o de los responsables efectuar la matrícula de los menores en este nivel de enseñanza a partir de los 7 años. El *ensino medio*, etapa final de la educación básica, tiene una duración mínima de tres años y atiende la formación general del educando pudiendo incluir programas de preparación general para el trabajo y, opcionalmente, la habilitación profesional. La Enmienda Constitucional nº 14 prevé su progresiva universalización.

En adición a la enseñanza regular, la educación formal es integrada por: la educación especial, para quienes tengan necesidades especiales; la educación de jóvenes y adultos, destinada a aquellos que no tuvieron acceso o continuidad de estudio en *ensino fundamental* o *medio* a la edad apropiada. La educación profesional, incluye diferentes formas, para el trabajo, para las ciencias y para la tecnología con el objetivo de conducir al desarrollo permanente de las aptitudes para la vida productiva. La enseñanza de nivel técnico es suministrada de forma independiente de del *ensino medio* regular. Este último, por su parte, es requisito para la obtención del diploma de técnico.

La educación superior abarca los cursos de graduación en las diferentes áreas profesionales y se encuentra abierta a personas que han concluido el *ensino medio* o equivalente y han pasado a través de procesos de selección. También hace parte de este nivel de enseñanza los estudios de postgrado que comprenden programas de maestría, doctorado y cursos de especialización. Una innovación prevista en la nueva LDB es la creación de cursos secuenciales por campo del conocimiento, de diferentes niveles de alcance, que estarán abiertos a candidatos que satisfagan los requisitos establecidos por las instituciones de educación superior.

Chile

El Sistema Educacional chileno se caracteriza por tener una organización descentralizada, donde la administración de los establecimientos es realizada por personas o instituciones municipales y particulares denominados "sostenedores", que asumen ante el Estado la responsabilidad de mantener en funcionamiento el establecimiento educacional. De esta forma, el sistema está conformado por establecimientos subvencionados (municipales y particulares), particulares pagados y por corporaciones de administración delegada (gremios empresariales o corporaciones privadas que administran establecimientos de Educación Media, Técnico- Profesionales, con financiamiento público vía convenio).

La estructura del sistema educativo consta de cuatro niveles de enseñanza: Educación Pre-Escolar, Educación Básica, Educación Media y Educación Superior.

El nivel de Educación Pre-Escolar atiende a niños de hasta 5 años de edad por medio de una variedad de instituciones tanto públicas como privadas. No es obligatoria y la matrícula consiste en su mayor parte de niños entre 4-5 años de edad.

El nivel de Educación General Básica tiene una estructura de ocho años obligatorios para alumnos entre 6 y 13 años de edad. Estos son seguidos por cuatro años de Educación Media para alumnos entre 14 y 17 años de edad, que a partir del año 2003 son obligatorios, como producto de la política de 12 años de escolaridad. El currículum de educación general se extiende hasta el segundo año de Educación Media para todos los estudiantes. Los dos últimos años de Educación Media, están organizados en dos modalidades: Científico-Humanista y Técnico-Profesional.

La Educación Superior, corresponde al nivel de enseñanza post-secundario y es impartida por tres tipos de instituciones: Universidades, Institutos Profesionales y Centros de Formación Técnica. Las Universidades se clasifican en Universidades Tradicionales, creadas antes de 1981 y que reciben aporte directo del Estado además de aporte privado de parte de los alumnos, y en Universidades Privadas de posterior creación, las que se financian exclusivamente con los aranceles pagados por los estudiantes. Adicionalmente, la totalidad de los Centros de Formación Técnica e Institutos Profesionales son privados.

En términos generales, la reforma educacional implementada en la década del 90 ha considerado 4 pilares fundamentales. En primer lugar, el desarrollo de programas de mejoramiento e innovación tecnológica, con el objetivo de mejorar el proceso de enseñanza/aprendizaje, poniendo énfasis en su calidad y equidad. Ello ha requerido enriquecer la base sobre la cual estaban funcionando los establecimientos educacionales del país y fomentar la descentralización, autonomía y creatividad pedagógicas. Lo anterior, ha incluido la entrega de textos y otros materiales y equipamiento destinados a la innovación pedagógica.

En segundo lugar, el desarrollo profesional de los docentes, con el objetivo de fortalecer la profesión de los educadores a través de elevar la calidad de su formación inicial, ofrecer oportunidades de perfeccionamiento, incentivos como becas, pasantías -nacionales y en el extranjero – y de desempeño, premios de excelencia y mejoramiento gradual de las condiciones de trabajo y de salario. En tercer lugar, una reforma curricular con tres grandes objetivos: actualizar los contenidos de la Educación Básica y Media; impulsar una educación de calidad, incorporando los avances en pedagogía; y descentralizar el currículum escolar, partiendo de la definición central de los objetivos fundamentales y contenidos mínimos del sistema escolar, de modo que los colegios cuenten con amplios rangos de libertad para definir sus planes y programas de estudios.

Finalmente, en cuarto lugar, la implantación de la Jornada Escolar Completa, aumentando las horas de clases y estudios de todos los alumnos del país, con el objetivo de mejorar sus resultados y aprendizaje.

Paraguay

La educación en el Paraguay ha pasado por diversas transformaciones y reformas.

El Sistema Educativo vigente es el que inició a partir del año 1994, con la implementación de la Reforma Educativa, cuya prioridad es la de

mejorar la calidad y pertinencia de la educación, garantizando la igualdad de oportunidades para todos.

La educación paraguaya tiene como marco legal la Constitución Nacional y la Ley General de Educación. El Ministerio de Educación y Cultura es el responsable de la organización y la administración del sistema educativo nacional.

El sistema educativo paraguayo incluye la educación de régimen general (formal, no formal y refleja), la educación de régimen especial y otras modalidades de atención educativa. La Educación Formal se estructura en tres niveles: el primer nivel comprende la Educación Inicial y la Educación Escolar Básica; el segundo nivel, la Educación Media, y el tercer nivel corresponde a la Educación Superior.

La Educación Inicial no es obligatoria y comprende: jardín maternal (0-2 años), jardín de infantes (3-4 años) y el preescolar, para niños de 5 años. Se desarrolla en las modalidades escolarizada y no escolarizada.

La Educación Escolar Básica es obligatoria y gratuita en las escuelas de gestión oficial por ley. Comprende nueve grados y se imparte a niños de 6 a 14 años de edad. Este nivel se divide en tres ciclos de tres años de duración cada uno: Primer ciclo (1°, 2° y 3° grado), segundo ciclo (4°, 5° y 6° grado) y tercer ciclo (7°, 8° y 9° grado).

La Educación Media tiene una duración de tres años, cuenta con un solo ciclo, constituido por tres cursos. Consta de las siguientes modalidades: Bachillerato Científico (con énfasis en Letras y Artes; con énfasis en Ciencias Sociales; y con énfasis en Ciencias Básicas y Tecnología;), y la modalidad Bachillerato Técnico (Industrial, Servicios y Agropecuario).

La Educación Superior se desarrolla a través de universidades, institutos superiores, y otras instituciones de formación profesional del tercer nivel, IFD e institutos técnicos. Incluye grados universitarios y no universitarios. Las universidades públicas y privadas, y las instituciones superiores de enseñanza son parte del sistema educativo, y tienen autonomía en su gestión.

Uruguay

En la República Oriental del Uruguay la Constitución y la norma legal establecen la gratuidad de la educación en todos los niveles, y en 10 años la obligatoriedad de la educación desde la educación inicial hasta el Ciclo Básico de la educación Media.

Los objetivos centrales de la actual política educativa, aprobado por Ley n° 16.736 del 5 de enero de 1996 son:

- La consolidación de la equidad social;
- La dignificación de la formación y la función docente;
- El fortalecimiento de la gestión institucional.

El Sistema Educativo Uruguayo esta organizado en 4 niveles:

- Educación Inicial;
- Educación Primaria;
- Educación Media: ciclo básico y bachillerato;
- Educación Terciaria o Superior.

Educación inicial: atiende la población infantil comprendida entre los 3 a 5 años inclusive. Es gratuita en todo el tramo etario y obligatoria para los niños de 5 años de edad.

Educación primaria: atiende a la población de 6 a 14 años en las modalidades de educación común, especial (atiende a niños con capacidades diferentes) y rural.

Educación media: Ciclo Básico – atiende a la población estudiantil egresada de educación primaria, es común a todas las orientaciones. Segundo ciclo: Bachillerato Diversificado y Educación Técnica. El primer grado del bachillerato se divide en tres áreas básicas, Biología, Humanística y Científica las que se diversifican en 6 opciones en el segundo y último grado y es requisito para el ingreso a estudios terciarios. La Educación Técnica tiene distintas modalidades las que se extienden de 1 a 7 años. Se divide en cuatro sectores, Agrario, Industrial, Artístico Artesanal y Servicios. La Educación Técnico Profesional a través de sus cursos más avanzados habilita el ingreso a estudios Universitarios y de Formación Docente. El segundo ciclo de educación es de carácter gratuito.

Educación Terciaria o Superior: este nivel se divide en:

- Universitaria;
- Equivalente a Terciaria Universitaria;
- Terciaria no Universitaria.

La educación Universitaria comprende la Universidad de la República (autónoma y gratuita), Universidades Privadas e Institutos Universitarios Privados. La educación Equivalente a Terciaria Universitaria comprende 3 instituciones públicas: Instituto Superior de Educación Física, Escuela Naval y Escuela Nacional de Policía. La educación Terciaria no Universitaria comprende a Institutos de Formación Docente, Escuela Municipal de Arte Dramático “Margarita Xirgú”, Centro de Diseño Industrial en la órbita del Ministerio de Educación y Cultura, Escuela Militar y Escuela Militar de Aeronáutica en la órbita del Ministerio de Defensa, e Institutos Privados.

3. ANÁLISIS LONGITUDINAL COMPARATIVO ENTRE LOS PAÍSES DEL MERCOSUR

El análisis descriptivo de los indicadores se basa en la información producida a partir de las actividades del Grupo Técnico de Especialistas en Estadísticas hasta el año 2001 y del GGP “Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo” a partir de entonces, presentada en la *Vitrina Estadística* del Mercosur. Esta información corresponde a los años académicos 1996 a 2000 y tiene como principal objetivo, establecer un marco descriptivo referencial para la región identificando el ámbito donde ocurre el proceso educativo y las principales decisiones acerca de las políticas educativas en cada uno de los países desde una perspectiva comparada.

Los datos de contexto fueron facilitados por los países atendiendo a los estándares adoptados por los institutos nacionales de estadística, instituciones que definen los aspectos conceptuales y metodológicos correspondientes. Estos indicadores posibilitan el establecimiento de un marco de referencia global donde los sistemas educativos están inmersos.

A diferencia de los datos globales, los datos relativos al sistema educativo y al impacto social de la educación fueron desarrollados en el interior del grupo de especialistas por medio del establecimiento de estándares metodológicos y criterios de cálculo comunes.

Es por ello que se decidió analizar los indicadores globales en términos de los valores nacionales promedio y las diferencias metodológicas en su construcción no fueron

consideradas en el análisis. Es importante tener en cuenta que por ser datos de naturaleza agregada y bajo perspectivas nacionales, las posibles inconsistencias entre países no imposibilitan el uso como una referencia global.⁷

Los indicadores globales

La información de contexto es fundamental para entender las condiciones en las cuales el sistema educativo se desarrolla. Un ejemplo de ello lo constituyen los cambios en las pirámides de edad, los cuales son esenciales para dimensionar la demanda potencial por nivel educativo. El Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo incluye un conjunto básico de indicadores globales que permiten construir una imagen del ámbito en que el sistema educativo se desarrolla. Estos fueron clasificados en: demográficos, y económicos y educativos. El primer grupo establece el marco referencial general para el segundo. Es decir, el sistema educativo es visto a la luz de los elementos demográficos y económicos dado que los aspectos demográficos impactan en el tamaño del sistema y la demanda potencial por educación, mientras que los aspectos económicos determinan la capacidad que el país tiene de financiar la educación.

Los indicadores demográficos y económicos

Los indicadores demográficos y económicos considerados son:

- población total;
- razón de masculinidad;
- población urbana;
- índice de dependencia potencial;
- tasa de actividad;
- PBI *per capita*.

El primero señala el tamaño potencial del sistema educativo, mientras que el segundo y el tercero señalan la manera en que las políticas educativas deben ser formuladas e implementadas para proveer educación con equidad. Así, la razón de masculinidad es un referencial para políticas que tengan en cuenta el género, y el área de residencia – población urbana y rural – para cuestiones relacionadas con oportunidad y acceso a la educación. La dependencia potencial puede servir para identificar qué tipo de distribución de edad posee el país, elemento importante también para las políticas educativas. Países con una proporción de población joven mayor derivan en valores más altos para este indicador, mientras que con una población joven adulta de mayor tamaño, el valor del indicador tiende a disminuir.

Las tasas de actividad y del PBI *per capita* son referencias económicas de la capacidad de financiación existentes en un país. El complemento de la tasa de actividad representa a los jubilados, estudiantes, incapacitados, ancianos y otros que por algún motivo no participan del mercado laboral.

⁷ Es importante notar que los institutos nacionales de estadística junto con la Comisión Económica para América Latina de las Naciones Unidas (Cepal) vienen desarrollando esfuerzos hacia la armonización de las definiciones, metodologías de cálculo y consistencia de estos indicadores.

Por otro lado, se puede decir en términos generales, que el PBI *per capita* constituye un indicador referente de la riqueza media de un país. Según el Informe sobre el Desarrollo Humano del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (Pnud) correspondiente año 2000, el PBI per capita, medidos en dólares estadounidenses PPA⁸ y el Índice de Desarrollo Humano muestran que Argentina, Chile y Uruguay son países considerados de alto nivel de desarrollo, mientras que Bolivia, Brasil y Paraguay son clasificados como de desarrollo medio.

**Cuadro 3: Desarrollo Humano
Año 2000**

	PBI per capita (USD PPA)	Índice de Desarrollo Humano	Nivel de Desarrollo Humano
Argentina	12.377	0,844	Alto
Bolivia	2.424	0,653	Medio
Brasil	7.625	0,757	Medio
Chile	9.417	0,831	Alto
Paraguay	4.426	0,740	Medio
Uruguay	9.035	0,831	Alto

Fuente: UNDP. *Human Development Report 2002*.

*Población total, razón de masculinidad, población urbana,
dependencia potencial*

En el periodo 1995 – 2000 la población para el total de los países miembros y asociados presentó un crecimiento promedio anual de casi el 2%. Sin embargo, el crecimiento no es uniforme en la región. Así, Argentina, Brasil Chile y Uruguay presentan tasas menores al promedio simple de los valores observados en los países, mientras que Bolivia y Paraguay tienen tasas superiores.

**Cuadro 4: Tasa de crecimiento poblacional promedio anual (en porcentaje)
Años 1995 – 2000**

	Pob. 0-14 años	Pob. 15-64 años	Pob. 65+ años	Total
Argentina	0,4	1,6	1,9	1,3
Bolivia	1,9	2,7	3,3	2,4
Brasil	-0,4	2,3	3,3	1,5
Chile	0,0	1,7	3,2	1,4
Paraguay	1,6	3,4	2,2	2,6
Uruguay	0,5	0,6	1,7	0,7
Promedio	0,7	2,1	2,6	1,7

Fuente: Cepal/Celade. *Boletín Demográfico*, n. 73, enero 2004.

Debe notarse que mientras Brasil representa el 70,9% del total de la población de la región, Uruguay representa el 1,4%.

⁸ La Paridad de Poder Adquisitivo (PPA) es un procedimiento de corrección de valores monetarios destinado a representar poderes de compra equivalentes. Es decir, un dólar PPA debe permitir comprar bienes equivalentes en diversos lugares.

**Cuadro 5: Distribución de la población del Mercosur
Año 2000**

	Porcentaje del total MERCOSUR%
Argentina	15,5
Bolivia	3,4
Brasil	70,9
Chile	6,4
Paraguay	2,4
Uruguay	1,4

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

En términos de urbanización, Uruguay presenta el mayor nivel con 93%, Argentina, Brasil y Chile muestran tasas con valores entre 80% y 90%, mientras en Bolivia y Paraguay se observa niveles de urbanización menores al 70%. El promedio simple de los valores observados en los países es de 78%, para el año 2000.

Los datos observados para el período de referencia de este informe muestran mucha estabilidad a nivel de cada país. Si bien la población tiende a concentrarse en las áreas urbanas en todos los países, las fracciones de ésta que habitan en el campo se mantienen prácticamente constantes a lo largo del período. Esto deriva en el mantenimiento de desafíos diferenciados en este aspecto con relación a la formulación y ejecución de políticas educativas con respecto a esa variable.

**Cuadro 6: Porcentaje de población urbana⁹
Años 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	88,4	88,9	89,1	89,3	89,6
Bolivia			62,0	62,8	62,8
Brasil	78,4	77,8	79,6	79,7	81,2
Chile	84,9	84,9	85,2	85,4	85,6
Paraguay	52,2	53,7	53,7	53,9	53,9
Uruguay	90,8	92,0	92,2	92,4	92,6
Promedio¹	76,1	76,6	77,0	77,3	77,6

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

De esta manera, los indicadores de urbanización muestran situaciones muy distintas para la región y por lo tanto impactos y desafíos diferenciados en los sistemas educativos.

La razón de masculinidad a lo largo de este periodo oscila alrededor del 96%, con pequeñas variaciones de no más de 3 puntos para el año 2000. En todos los casos se observa un mayor porcentaje de población femenina.

Los indicadores de dependencia potencial identifican también situaciones diferenciadas entre los países. Brasil y Chile presentan valores por debajo del promedio regional (que se encuentra en torno a 60%), indicando un envejecimiento progresivo de su población con la población de 0

⁹ Para el cálculo promedio de los países, ausente la información del año, se cogió la del año siguiente, cuando disponible.

a 14 años representando en el año 2000 un 30% del total. Argentina y Uruguay alcanzan porcentajes de dependencia en torno al 60% y, por lo tanto, presentan una estructura de edad con una fluctuación bastante suave, con una población adulta mayor (65 años y más) de casi 10% para Argentina y 13% para Uruguay. Paraguay presenta una situación singular en la región con una cantidad muy grande de población joven, en torno de 39% del total de la población para el año de 2000. Pero es importante señalar que desde 1996 hubo una disminución significativa del indicador, ya que en dicho año el valor era casi del 81% en Paraguay.

Cuadro 7: Razón de masculinidad
Años 1996 – 2000

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	95,6	96,3	96,3	96,3	96,3
Bolivia			98,8	98,9	98,9
Brasil	97,3	95,9	96,0	95,8	96,9
Chile	97,9	97,9	98,0	98,1	98,1
Paraguay	101,6	99,4	99,4	96,9	98,1
Uruguay	93,9	92,2	94,2	94,2	94,2
Promedio	97,5	96,8	97,1	96,7	97,1

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Cuadro 8: Índice de dependencia potencial
Años 1996 – 2000

Índice de dependencia potencial	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina*	65,1	62,1	62,1	62,1	62,1
Brasil	62,5	54,5	56,3	55,4	54,9
Chile	55,7	56,0	55,7	55,5	55,3
Paraguay	80,9	85,9	85,9	76,7	65,4
Uruguay	59,7	59,9	60,2	60,4	60,5
Promedio**	64,8	63,7	64,0	62,0	59,6

Fuente: Cepal/Celade, *Boletín Demográfico*, n. 73, enero 2004.

* *Vitrina* 1996, datos de 1991. *Vitrinas* de 1997 a 2000, datos de 1995

** Para el cálculo promedio de los países, ausente la información del año, se tomó la del año siguiente, cuando se encontraba disponible

La razón de dependencia potencial promedio para la región al variar de 65% en 1996 a 60% en el 2000 revela una tendencia al envejecimiento de la población y, por lo tanto, impactará en el conjunto de los sistemas educativos pues la presión derivada de la demanda educativa en términos de acceso pasará a ser ejercida en los niveles educativos más altos. Esto, por su parte, permitirá brindar atención creciente a los temas vinculados a la equidad y los mayores niveles de logros de aprendizaje. Según datos de la Cepal,¹⁰ mientras la población de 0 a 14 años representaba 32% del total de la población para el total de los países en 1995, en 2000 dicho grupo de edad pasó a representar casi el 30% del total de la población.

¹⁰ Datos y del *Boletín Demográfico* de Cepal, n. 73, enero 2004.

Tasa de actividad

La tasa de actividad se refiere a la relación entre la población económicamente activa y la población total en edad de trabajar, normalmente, de 15 a 65 años. Es un indicador de la oferta laboral de una sociedad. En el año 2000, el promedio regional se encuentra en torno al 56%. Brasil, Paraguay y Uruguay presentan tasas superiores a dicho promedio regional, mientras que Argentina y Chile por debajo. Existe una característica común entre los países del Mercosur: las tasas masculinas son altas y las femeninas marcadamente menores. La desagregación por género muestra una disminución muy significativa de las respectivas tasas para las mujeres, mientras que para los hombres, en general, los números crecen fuertemente. En el año 2000, la tasa de actividad masculina promedio para la región era de 72,5%, mientras la femenina era 44%. El mercado laboral sigue manteniendo un alto nivel de inequidad social respecto a género.

Cuadro 9: Tasas de actividad por sexo
Años 1996 – 2000

Tasa de actividad	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	56,7	58,2	58,2	58,2	42,8
Bolivia					
Brasil	66,1	66,9	66,9	67,6	62,4
Chile	54,2	55,9	54,4	54,4	54,4
Paraguay		57,9	57,9	57,3	60,5
Uruguay	60,2	58,9	61,2	60,9	61,3
Promedio*	47,4	59,6	59,7	59,7	56,3
Masculina	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	75,1	76,2	76,2	76,2	62,6
Bolivia					
Brasil	82,0	82,4	82,0	81,9	76,8
Chile	74,7	74,7	74,7	74,7	74,7
Paraguay	57,3	74,4	74,4	73,9	75,1
Uruguay	74,3	71,5	73,5	73,0	73,3
Promedio*	72,7	75,8	76,2	75,9	72,5
Femenina	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	39,6	41,4	41,4	41,4	37,4
Bolivia					
Brasil	51,4	52,6	52,8	54,4	48,8
Chile	34,6	34,6	35,0	35,0	35,0
Paraguay	42,7	41,4	41,4	41,3	46,3
Uruguay	47,3	47,5	49,9	50,0	50,5
Promedio*	43,1	43,5	44,1	44,4	43,6

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* Para el cálculo promedio de los países, ausente la información del año, se tomó la del año siguiente, cuando se encontraba disponible.

Los indicadores educativos globales

Los indicadores educativos globales constituyen un conjunto de informaciones generales acerca del sistema educativo y de sus logros, que contribuyen a contextualizar los procesos que ocurren hacia su interior. A partir de ellos se puede dar cuenta de cuestiones generales como el acceso total a los diversos programas educativos, la asistencia, la demanda total por educación, la capacidad de financiamiento del sector. Su importancia

radica en ayudar a establecer referenciales para que las personas involucradas con las políticas educativas cuenten con elementos para una reflexión comparativa e integrada. Así, estos indicadores tienen el objetivo de contribuir a la identificación de situaciones internas del sistema educativo y de su relación con el ambiente externo, para apoyar en la toma de decisiones. La *Vitrina Estadística* del Mercosur Educativo presenta un conjunto básico de este tipo de indicadores: tasa de analfabetismo, tasa de asistencia, matrícula total, matrícula en educación común y no común, número de docentes y de unidades educativas.

La tasa de analfabetismo

A lo largo de los años 90, todos los países de la región experimentaron reformas educativas que ampliaron el acceso estableciendo normas legales para garantizar o fortalecer las garantías para la universalización del acceso a la educación primaria. El impacto al final del siglo pasado en las tasas de analfabetismo se refleja en la tendencia general decreciente, tanto en el promedio regional como en los países miembros y asociados. El promedio de los países decrece consistentemente en el periodo, pasando de 8,4% a 6,9%. Argentina, Chile y Uruguay presentan tasas menores que 4%, mientras, Bolivia, Brasil y Paraguay tasas superiores a 8%, necesitando emprender esfuerzos específicos para la superación del analfabetismo. Uruguay, por su cuenta, presenta la menor tasa de la región, 2,2%.

Cuadro 10: Tasa de analfabetismo
Años 1996 – 2000

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7
Bolivia			15,2	15,0	13,8
Brasil	14,7	14,7	13,8	13,3	13,6
Chile	4,7	4,7	4,6	4,5	3,8
Paraguay	10,1	8,9	8,9	7,7	8,4
Uruguay	3,1	3,1	3,1	3,1	2,2

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Tasa de asistencia, matrícula en el Sistema Educativo

Las políticas inclusivas de las reformas educativas de los países impactan sobre el total de la matrícula en la región. La tasa de asistencia escolar es la relación entre la matrícula total y la población en condiciones de asistir a algún programa educativo. Algunas iniciativas internacionales como el proyecto de indicadores de la Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE) se refieren a la población de 5 a 29 años (que se considera podría estar estudiando en algún nivel educativo).¹¹

La asistencia promedio en la región en el período considerado presentó resultados positivos respecto al acceso a la educación, y el incremento en el total de matrícula fortalece el argumento. Para la región, el promedio de tasas de asistencia para 2000 alcanza el 63% y se observan incrementos

¹¹ Desde 1997 a 1999, Chile ha utilizado el rango de edades 5 a 18 años por lo que se lo excluye del análisis regional.

sostenidos para las matrículas en los sistemas educativos.¹² En la región el promedio de crecimiento en el periodo 1997 – 2000 fue del 12%, mientras que para Argentina se observa un crecimiento del 12%, Brasil 12%, Paraguay 25% y Uruguay 11%.

En relación a la universalización del acceso a la educación primaria, es necesario contar con indicadores específicos. Las tasas netas de escolarización son indicadores más adecuados para medir participación y acceso al sistema, que serán presentadas más adelante junto con otros indicadores específicos del sistema educativo.

**Cuadro 11: Tasa de asistencia escolar y matrícula total
Años 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	59,9	64,1	64,6	67,0	63,1
Bolivia			68,9	70,2	63,7
Brasil	63,0	63,9	69,7	71,6	65,6
Chile	91,7	91,7	92,1	93,5	92,8
Paraguay	59,9	60,9	60,9	60,1	60,1
Uruguay	59,0	58,0	58,8	88,6	60,4
Matricula total	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	10.537.415	10.743.510	11.080.999	11.281.473	11.757.059
Bolivia		2.224.558	2.059.213	2.107.080	2.197.089
Brasil	49.406.535	51.515.239	52.685.662	54.483.441	55.111.347
Chile	3.557.989	3.652.787	3.972.324	4.134.038	4.200.882
Paraguay	1.328.776	1.411.921	1.479.106	1.593.387	1.657.864
Uruguay	782.179	815.222	829.397	841.765	868.305

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Nota: Bolivia sólo educación común.

Los alumnos matriculados en programas de educación común representan por lo menos el 95% de la matrícula total en todos los países analizados. Los programas de educación no común se refieren a programas educativos que dan cuenta de otras modalidades de aprendizaje no regular, como educación especial y de jóvenes y adultos. Los datos en el cuadro 12 muestran que los sistemas se organizan en torno de la enseñanza común y que la educación no común sirve para atender un grupo específico de alumnos, generalmente de volúmenes menores.

Cuadro 12: Distribución porcentual de la matrícula en programas comunes y no comunes. Año 2000

	Educación común	Educación no común
Argentina	94,3	5,7
Brasil	93,8	6,2
Chile	96,1	3,9
Paraguay	95,0	5,0
Uruguay	98,9	1,1

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

¹² Se excluye Bolivia dado que no existe información sobre la matrícula de educación no formal.

Personal docente

Los datos muestran que hubo crecimiento para todos los países de la región¹³ pero de manera heterogénea. Así, mientras Paraguay prácticamente ha duplicado la cantidad de docentes entre el año 1996 y el año 2000, Chile sólo tuvo un incremento del 2,6%.

Cuadro 13: Personal docente
Años 1996 – 2000

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	655.750	655.750	655.750	655.750	655.750
Bolivia		80.678	87.136	87.557	88.988
Brasil	1.614.064	2.020.903	2.067.248	2.388.820	2.463.130
Chile	140.652	140.652	136.949	139.761	144.377
Paraguay	40.865	41.086	51.325	73.786	79.447
Uruguay	43.749	56.948	54.182	51.331	57.534

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Nota: Argentina año 1994.

Si bien una característica importante de los docentes es que son mayoritariamente mujeres, las proporciones en las que esto se da no son similares. Argentina y Brasil tienen la mayor proporción de mujeres docentes, en torno al 82%, mientras que Bolivia, Chile y Paraguay, poseen por lo menos 30% de hombres docentes. Cuestiones culturales, financieras, de mercado laboral o una combinación de ellos pueden conducir esas diferentes configuraciones.

Cuadro 14: Distribución Porcentual de Docentes por Sexo
Año 2000

	Hombres	Mujeres
Argentina	17,9	82,1
Bolivia	41,6	58,4
Brasil	17,4	82,6
Chile	30,0	70,0
Paraguay	31,3	68,7

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Los indicadores educativos específicos

Los indicadores educativos específicos fueron desarrollados y producidos desde la primera reunión técnica el 1998, en Buenos Aires basados en el principio de participación y consenso de todos los países en cuanto a la definición y compatibilización metodológica conceptual de los indicadores educativos seleccionados manteniendo las singularidades de los sistemas educativos de los países. La estrategia del grupo fue la de elaborar indicadores que pudieran ser producidos por todos y que, al mismo tiempo, posibilitaran adquirir una visión global de la situación educativa en la región y en los países. Muchos de los indicadores que se produjeron tienen que ver con la inquietud acerca de la

¹³ Se excluye a Argentina del análisis ya que sólo existen datos referidos al año 1994.

eficiencia de los sistemas educativos y su financiamiento, y con la equidad social de la educación. Este último, todavía un desafío para el futuro, en términos, principalmente, de acuerdos metodológicos.

De esta manera, fueron elaborados 15 indicadores específicos durante el transcurso de la primera etapa del plan de trabajo del Grupo de Especialistas en Estadísticas Educativas. De este conjunto, los indicadores de financiamiento siguen siendo los que presentan mayores dificultades de elaboración, principalmente, los relacionados con gasto privado. Los países integrantes de la OCDE, han abordado el tema desde el año 1990, y todavía subsisten dificultades en esta materia.¹⁴ El esfuerzo de cooperación internacional, con la participación de organismos internacionales como OCDE, Unesco (a través de su Instituto de Estadística – UIS), Eurostat a través de diferentes proyectos de indicadores internacionalmente comparables como el proyecto WEI, y en el caso específico de América Latina y el Caribe a través de la Orealc/Unesco-Santiago, ha arrojado resultados muy satisfactorios respecto a la homogenización y desarrollo de cuestiones metodológicas relacionadas con temas de información educativa, por medio de la promoción de reuniones técnicas y difusión de manuales metodológicos.

Tal como se mencionara anteriormente, los indicadores educativos específicos tratados en el presente informe son entonces aquellos desarrollados por el Grupo de Especialistas como resultado de sus actividades derivadas de las metas establecidas en el Plan Estratégico del SEM para el período 1996-2000.¹⁵ A saber:

- porcentaje de la población que ha completado niveles de enseñanza seleccionados por edad y sexo;
- tasas de escolarización por edad;
- tasas de aprobación, reprobación y abandono por nivel de enseñanza;
- promedio de alumnos por sección por nivel de enseñanza;
- distribución porcentual de los alumnos de 15 años de edad por cantidad de grados atrasados o adelantados;
- gastos en educación como porcentaje del PBI por origen de los fondos;
- gasto en educación de fuentes públicas y privadas como porcentaje del PBI por nivel de enseñanza;
- porcentaje del gasto público total por nivel de enseñanza;
- gasto por alumno por nivel de enseñanza;
- alumnos por docente por nivel de enseñanza;

¹⁴ Se puede evidenciar las dificultades de los países mirando los resultados del proyecto INES de la OCDE el cual, a partir de 1995, introdujo nuevos instrumentos para la recolección de los datos necesarios para la producción de indicadores comparables. En las primeras publicaciones de *Education at a Glance*, solamente 3 de los 29 países miembros, para el año fiscal de 1990, consiguieron proveer los datos necesarios para el cálculo de todos los indicadores relacionados con gasto por alumno por nivel educativo. Mientras que 15 no presentaron información suficiente para calcular ninguno de ellos. Los datos de la misma publicación para el año de 1998, respecto al año fiscal de 1995, presentaron cambios significativos en la producción de los mismos indicadores: 12 de los 30 países pudieron proveer información completa para el cálculo de gasto por alumno por nivel de educación, en contraste con 4 países que no presentaron datos suficientes para el cálculo de ninguno de ellos. *Education at a Glance* es una publicación de la OCDE que presenta un conjunto de indicadores comparados entre los países miembros. Desde el año 1998, el informe presenta también indicadores para los países participantes del Proyecto Mundial de Indicadores (WEI) que conducen la OCDE y la Unesco. Mientras que en la publicación de 2003, referente al año de 2000, apenas Luxemburgo, entre los países de la OCDE no ha presentado ningún dato financiero.

¹⁵ Incluidos en la *Vitrina Estadística*.

- tasa de sobriedad por nivel de enseñanza;
- porcentaje de alumnos de 15 a 17 años en educación de adultos;
- distribución de la población de 17 años por condición de escolarización y nivel de enseñanza.

Porcentaje de la población que ha completado niveles de enseñanza seleccionados por edad y sexo

Este indicador brinda una aproximación al esfuerzo realizado por el sistema educativo en la preparación de recursos humanos, tanto para la inserción en el mercado laboral, como para el desarrollo del bienestar social e individual, en búsqueda de la superación de la pobreza y la mejora de la equidad social. También expresa los cambios recientes relacionados con el aumento de la escolarización producto de las reformas educativas basadas en la universalización de la educación básica y del aumento de la equidad en la educación.

El promedio para los países del Mercosur del porcentaje de la población con al menos secundario alto entre 25 y 34 años para el año de 2000 era 1,7 veces mayor que el observado para los varones entre 55 y 64 años y 2,3 mayor en el caso de las mujeres.

Mientras que en el año 1996, para el promedio de los países de la región,¹⁶ el 36% de los hombres entre 25 y 34 años tenían al menos el secundario alto completo, en el año 2000, el promedio regional pasó a 38%. Para las mujeres la situación es levemente diferente. En 1996, el promedio para la región era de 41% y en el año 2000 43%. El resultado demuestra una tendencia en la región caracterizada por niveles crecientes de logros educativos, principalmente entre las mujeres.

La relación entre el porcentaje de personas con nivel primario o menos y con nivel secundario alto o más, para los diferentes grupos de edad, busca medir el retraso y sus avances en el periodo de la escolarización de su población. Países con relación inferior a uno tienen más personas del grupo considerado con nivel secundario que hasta nivel primario. Cuanto menor es la relación, más escolarizada es la población. Véase que, el porcentual de mujeres entre 55 y 64 años con sólo hasta primario completo era en el año 1996, 4,9 veces el porcentaje de mujeres del mismo grupo de edad con al menos secundario alto completo. En el año 2000, esta relación pasa a ser 3,8. Para los varones, las mismas relaciones, eran iguales a 4,0 y 3,0 para 1996 y 2000 respectivamente.

Cuadro 15: Relación entre población con nivel primario o menos y con nivel secundario alto o más por Sexo. Años 1996 y 2000(*)

	1996		2000	
	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres
25 a 34 años	1,1	0,9	1,1	0,8
55 a 64 años	4,0	4,9	3,0	3,8

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

(*) No incluye Bolivia.

El promedio regional para el grupo de 25 a 34 años evidencia situaciones parecidas entre los grupos con distintos niveles de escolaridad.

¹⁶ Excluyendo a Bolivia dado que no se dispone de información para el año 1996.

Sin embargo, hacia el interior de la región se observan diferencias considerables, a saber:

Cuadro 16: Relación entre población con nivel primario o menos y con nivel secundario alto por sexo. Años 1996 y 2000

	1996		2000	
	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres
25 a 34 años				
Argentina	1,55	1,20	0,68	0,49
Bolivia			0,87	1,30
Brasil	2,24	1,82	1,94	1,43
Chile	0,37	0,35	0,27	0,24
Paraguay	0,88	0,88	2,14	1,83
Uruguay	1,37	0,81	1,41	0,85
55 a 64 años				
Argentina	4,66	5,68	1,75	2,14
Bolivia			2,71	5,28
Brasil	6,73	8,97	5,22	6,21
Chile	2,36	3,12	1,75	2,49
Paraguay	2,95	4,54	5,86	10,72
Uruguay	5,77	4,69	3,25	3,29

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Brasil y Paraguay presentan las relaciones más altas, mientras que Argentina, Chile y Uruguay alcanzan los valores más bajos en la región, consecuencia de los esfuerzos en lograr la universalización de la educación básica. Si bien Bolivia, Brasil y Paraguay muestran avances en este terreno, aún quedan metas por cumplir para alcanzar dicho objetivo. Este indicador también evidencia una tendencia positiva en asegurar la equidad de género, revirtiendo la situación pre-existente en algunos casos. Así, puede observarse que las relaciones expuestas en el cuadro determinan una mayor diferencia entre los grupos de edad para las mujeres que para los varones, producto de la creciente escolarización de las mujeres durante las décadas pasadas.

Tasas netas de escolarización por edad¹⁷ y porcentaje de alumnos de 15 a 17 años en educación de adultos

Las tasas netas de escolarización para la región tienen el objetivo de identificar el nivel de cobertura de la población en el sistema educativo. La tasa neta de escolarización de 7 a 11 años evalúa el grado de cobertura de la atención educativa a los niños con edades que se corresponden principalmente con la educación primaria. Por otro lado, la tasa correspondiente

¹⁷ Tasas específicas de matrícula por edad según nomenclatura Unesco.

a las edades 12 a 14 años, además de permitir el análisis de la cobertura en el sistema educativo de los niños con edades de concurrir a la primera etapa de la educación secundaria, posibilita analizar de una manera general si el sistema educativo tiene la capacidad de mantener los alumnos en la escuela, una vez comparada con la tasa referida al grupo de edad anterior. En cuanto a la tasa referida a la unión de los dos grupos de edad anteriores, de 7 a 14 años, brinda información sobre el efecto de la obligatoriedad de la educación y el porcentaje de alumnos que están siendo atendidos por el sistema educativo, principalmente en educación básica. Por último, la tasa de 15 a 17 años es importante para identificar el porcentaje de alumnos que permanecen escolarizados en el sistema una vez sobrepasada la edad oficial correspondiente al tramo obligatorio. El análisis conjunto de los estos indicadores permite evaluar la cobertura a los niños desde el inicio de la enseñanza obligatoria hasta el final de la educación secundaria.

Los valores observados para las tasas netas de escolarización para las edades 7 a 11 años, indican que los niños en dicho rango de edad son atendidos por los sistemas educativos en un nivel muy próximo a la universalidad. Argentina, Bolivia, Chile y Uruguay presentan tasas del orden del 100% para todo el período considerado, mientras que Brasil, y Paraguay superan el 95%.

**Cuadro 17: Tasas netas de escolarización de la población de 7 a 11 años
Años 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	105,3	105,3	106,8	107,3	108,7
Bolivia			103,0	104,1	102,5
Brasil	97,4	96,0	95,8	96,2	96,6
Chile	96,0	99,1	98,3	99,3	98,9
Paraguay	95,1	94,6	95,9	96,5	96,5
Uruguay	102,4	103,3	102,8	101,4	100,7
Promedio*	97,7	97,9	98,0	98,4	98,4

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* Para el cálculo promedio de los países, ausente la información del año, se tomó la del año siguiente, cuando se encontraba disponible.

Nota: Si bien este indicador no puede superar el valor de 100%, la no correspondencia entre las cifras de matrícula y los datos de población deriva en valores que superan este nivel.

En el cuadro anterior (y en los siguientes referidos a este indicador) se han calculado los promedios regionales truncando en 100% aquellos valores que superan dicho valor, y no incluyen a Bolivia en su construcción con el fin de facilitar el análisis de la evolución promedio en la región en el período considerado dada la ausencia de información para los años 1996 y 1997 para dicho país.

La tasa de escolarización de 12 a 14 años muestra diferentes situaciones para los países de la región, tanto en lo relativo a la magnitud como a su evolución en el tiempo. Así, Uruguay es el único país que alcanza tasas del 100% para el período considerado (exceptuando el año 1999). Por otro lado, Argentina, Brasil y Chile muestran una tendencia ascendente pero con distintos grados de crecimiento, siendo de más de 7 puntos para Argentina y de 3 puntos para Brasil y Chile. Bolivia mantiene tasas debajo de 90% con un comportamiento menos sostenido que el resto de los países de la región. En el caso de Paraguay, se observa un comportamiento

descendente pasando de tasas del orden del 85% al comienzo del período, a valores del 80% sobre el final del mismo. A pesar de la evolución de algunos países, el promedio para la región se mantiene alrededor del 93%, lo cual supone la necesidad de concentrar mayores esfuerzos en desarrollar políticas educativas que posibiliten a todos los niños permanecer en el sistema educativo y continuar sus estudios luego de cumplir los 12 años (cuando usualmente habrían de culminar la educación primaria), acompañadas de acciones que promuevan la equidad y mejores niveles de logro en la educación ofrecida.

**Cuadro 18: Tasas netas de escolarización de la población de 12 a 14 años
Años 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	93,3	93,3	96,8	98,5	101,0
Bolivia			82,7	90,1	87,5
Brasil	93,5	95,5	95,8	97,3	96,0
Chile	93,0	91,3	90,8	93,0	96,3
Paraguay	85,3	86,6	79,4	79,8	80,8
Uruguay	100,0	102,8	103,3	98,4	100,9
Promedio*	93,0	93,3	92,6	93,4	94,6

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* Para el cálculo promedio de los países, ausente la información del año, se tomó la del año siguiente, cuando se encontraba disponible.

Los valores agregados a nivel regional para la tasa de escolarización para el rango de edades de 7 a 14 años permiten evaluar el impacto de las políticas educativas en la consecución de la cobertura universal para la población en edad de cursar la educación básica. El promedio regional para el periodo 1996 - 2000, se muestra estable alrededor del 96%.

**Cuadro 19: Tasas netas de escolarización de la población de 7 a 14 años
Años 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	100,8	100,8	103,1	104,0	105,8
Bolivia			95,8	99,2	97,0
Brasil	95,9	95,8	95,8	96,6	96,4
Chile	94,9	96,3	95,6	97,0	97,9
Paraguay	91,7	91,8	90,0	90,5	90,9
Uruguay	101,5	103,1	103,0	100,3	100,8
Promedio*	96,5	96,8	96,3	96,8	97,0

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* Para el cálculo promedio de los países, ausente la información del año, se tomó la del año siguiente, cuando se encontraba disponible.

Es posible ver que la cobertura de la población en edad de cursar la educación básica, con excepción de Paraguay, tiende a la universalización en el corto plazo. Las tasas anteriores, muestran que en Paraguay el problema mayor no es tanto el acceso a la educación, sino el mantener a los alumnos en el sistema educativo durante las edades correspondientes a la escolarización obligatoria.

El acceso a la educación del grupo de edades 15 a 17 años, generalmente asociado con las edades correspondientes a la última etapa del nivel secundario, constituye el mayor desafío para todos los países de la región aunque con diferentes intensidades. En términos generales, este parece ser el nivel donde el acceso sufrió una evolución mayor, observándose un crecimiento sostenido en todos los países. El promedio de los países de la región muestra un crecimiento de más de 10 puntos entre 1996 y 2000 (de 65% a 77% respectivamente). Por su parte, Chile presenta una cobertura de casi el 85% para el año 2000, la mayor en la región y ha experimentado un crecimiento de 4 puntos en el período analizado. Por otro lado, Brasil con un 83% de escolarización en el año 2000, presenta un crecimiento de 15 puntos comparado con el año 1996, siendo Paraguay el país con mayor incremento (17 puntos) a pesar de seguir siendo el país con menor escolarización en la región para este grupo de edades (62%).

**Cuadro 20: Tasas netas de escolarización de la población de 15 a 17 años
Años 1996 – 2000**

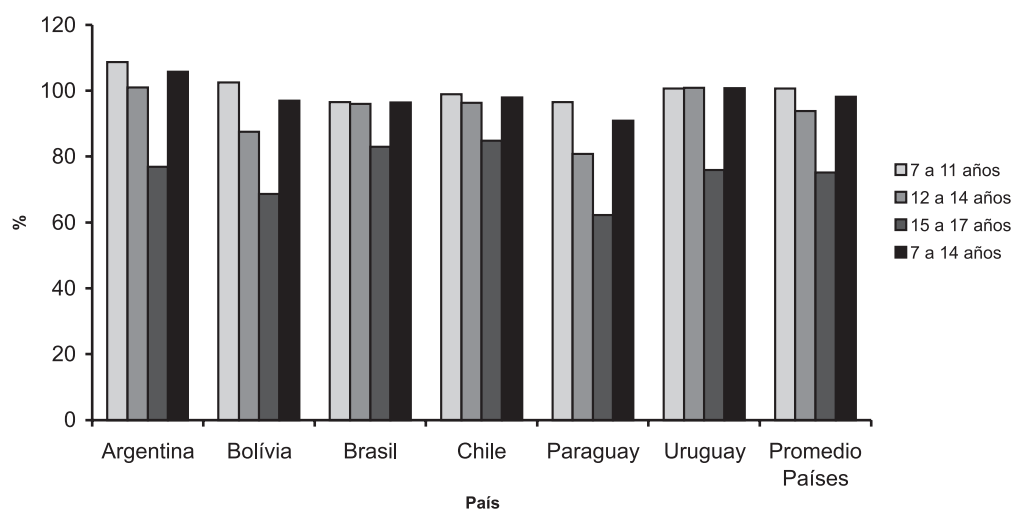
	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	69,1	69,1	71,6	74,3	76,9
Bolivia			61,6	65,9	68,6
Brasil	67,2	79,3	81,1	84,5	83,0
Chile	80,8	84,0	84,4	84,3	84,8
Paraguay	44,6	47,3	50,5	59,0	62,2
Uruguay	64,7	62,5	65,9	71,6	75,9
Promedio*	65,3	68,4	70,7	74,7	76,6

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* Para el cálculo promedio de los países, ausente la información del año, se tomó la del año siguiente, cuando se encontraba disponible.

Resumiendo, las tasas de escolarización para el año 2000 muestran la siguiente situación:

**Gráfico 1: Tasas netas de escolarización por rango de edad
Año 2000**



Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Los valores observados en los párrafos anteriores sugieren la existencia de jóvenes fuera del sistema educativo sin haber terminado sus estudios de educación básica. Algunos países de la región han implementado programas educativos remediabiles con el fin de ofrecer oportunidades a estos jóvenes permitiéndoles la reinserción bajo condiciones ajustadas a sus propias necesidades e intereses. De esta forma, algunos países cuentan con programas de alfabetización, o servicios educativos conducentes a la conclusión de la primaria y secundaria, para jóvenes y adultos sin límite de edad. Si se tiene en cuenta el rango de edad más alto elegido para las tasas de escolarización, se puede tener una idea del desafío que se enfrenta con dichos programas.

Cuadro 21: Porcentaje de la población de 15 a 17 años atendida en programas de educación de jóvenes y adultos. Años 1997 – 2000

	1997	1998	1999	2000
Argentina	6,4	6,0	5,7	5,2
Brasil	7,5	6,0	5,3	5,5
Chile	1,5	1,2	1,1	1,6
Paraguay	9,5	10,4	10,2	13,8
Promedio	6,2	5,9	5,6	6,5

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

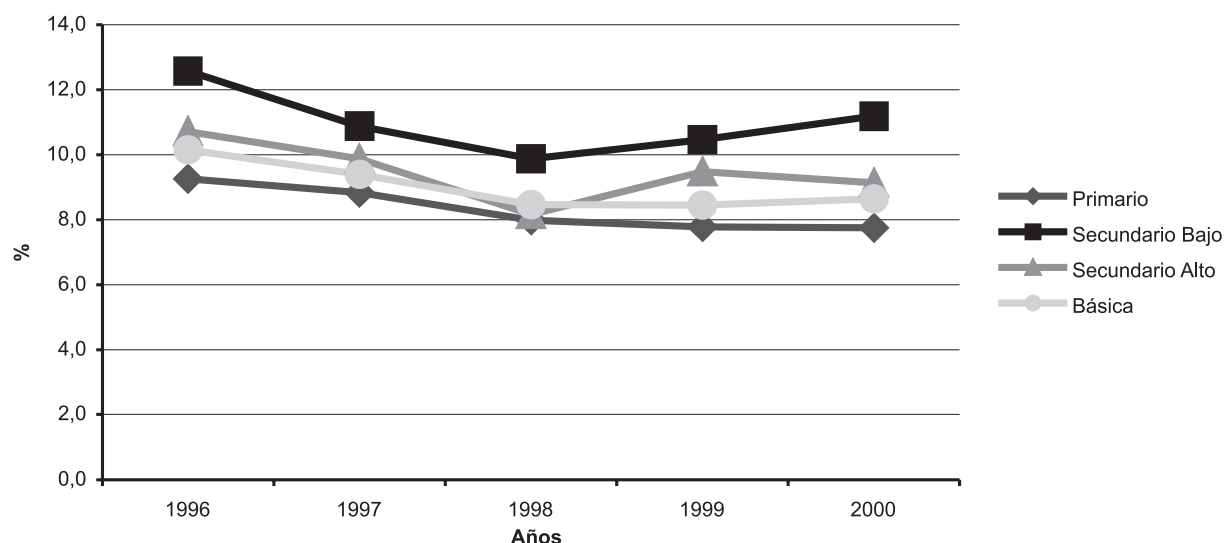
Paraguay presenta el mayor grupo de alumnos de 15 a 17 años en programas de educación de jóvenes y adultos lo que indica los esfuerzos del país en incorporar a aquéllos que no han ingresado o concluido sus estudios dentro de los programas de educación común, explicando, en parte, el incremento de la tasa de escolarización para ese grupo de edad (45% en 1996 y 62% en 2000).

Tasas de rendimiento: aprobación, reprobación y abandono

Las tasas de rendimiento muestran la eficiencia del proceso educativo. Estos indicadores sustituyen, por lo menos parcialmente, los de flujo escolar que, como se mencionó anteriormente, tienen conceptos distintos en la región y difícilmente comparables. En este sentido, el abandono se refiere al ocurrido durante el transcurso del año escolar y no necesariamente implica una deserción definitiva del sistema educativo. Por consiguiente, al final del año escolar, un alumno ha sido aprobado o reprobado, o ha abandonado el sistema educativo, por lo menos temporalmente.

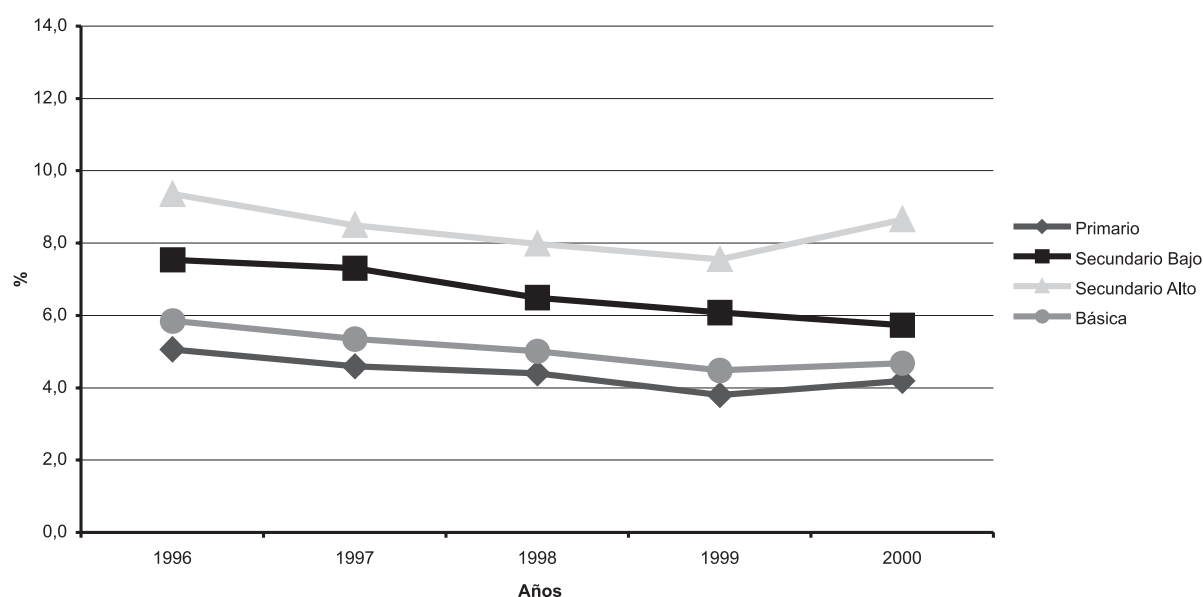
Estas tasas de rendimiento presentan cierta estabilidad a lo largo del periodo 1996 - 2000 en términos promedio para la región. Sin embargo, puede notarse que las tasas de reprobación han sufrido un leve incremento en los dos últimos años analizados, siendo la baja secundaria el nivel con los mayores valores para todo el período. Por otro lado, las tasas de abandono tienen un comportamiento decreciente al avanzar sobre los años, siendo en este caso, el nivel secundario alto, el que presenta las tasas más altas con un incremento de 1 punto hacia el año 2000.

**Gráfico 2: Tasas de reprobación por nivel de enseñanza
Años 1996 - 2000**



Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

**Gráfico 3: Tasas de abandono por nivel de enseñanza
Años 1996 - 2000**

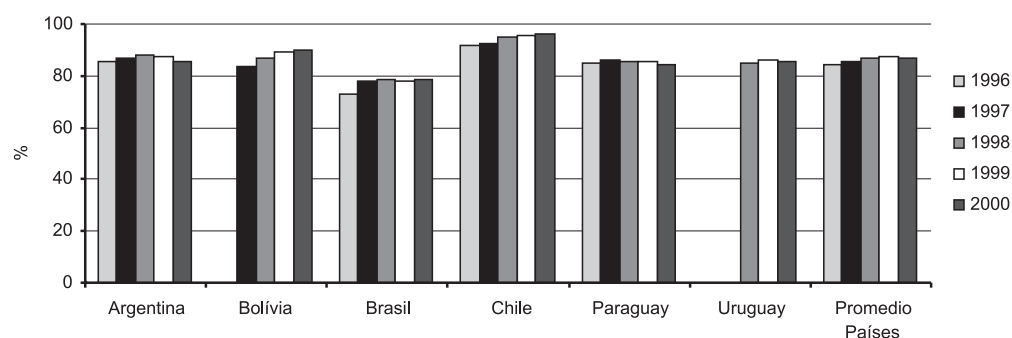


Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

El promedio de la tasa de aprobación de la región para el año 2000, en cada nivel de enseñanza, se encuentra entre 80% y 90%. El promedio de reprobación en torno al 9% y de abandono, 5%. Brasil presenta las mayores tasas de abandono, (superiores al 10% en todos los niveles) y de aprobación en torno del 78%, para todos los niveles de enseñanza. Argentina y Uruguay presentan tasas de reprobación que difieren hasta en 10 puntos entre los niveles analizados, siendo secundario bajo el nivel con los valores más elevados (18% y 20% respectivamente). Chile tiene las mejores tasas de rendimiento escolar con tasas de aprobación superiores al 92% en todos los niveles, tasas de reprobación de alrededor del 3% (7% para secundario alto) y abandono de hasta 3% (secundario alto)

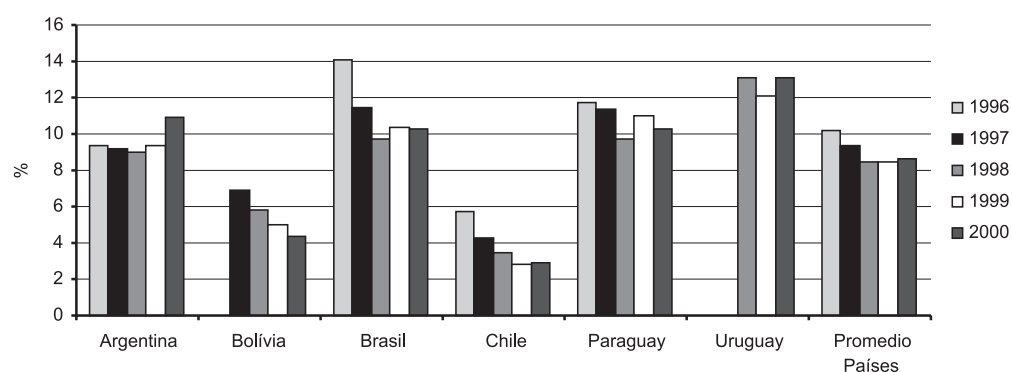
Los resultados para la enseñanza básica a lo largo del periodo 1996 a 2000, muestran que las tasas de aprobación se mantienen estables, y se observa altas tasas de reprobación combinada con abandono. La aprobación se encuentra en torno al 87% y el abandono combinado con la reprobación alrededor del 13%. Por otro lado, Argentina y Paraguay muestran un leve ascenso en las tasas de abandono sobre el final del período analizado.

**Gráfico 4: Tasas de aprobación de la enseñanza básica
Años 1996 – 2000**



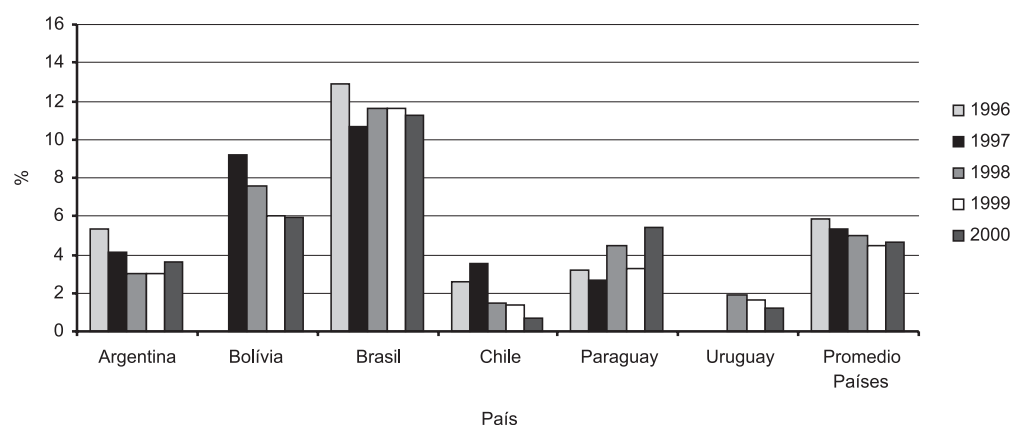
Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

**Gráfico 5: Tasas de reprobación de la enseñanza básica
Años 1996 – 2000**



Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

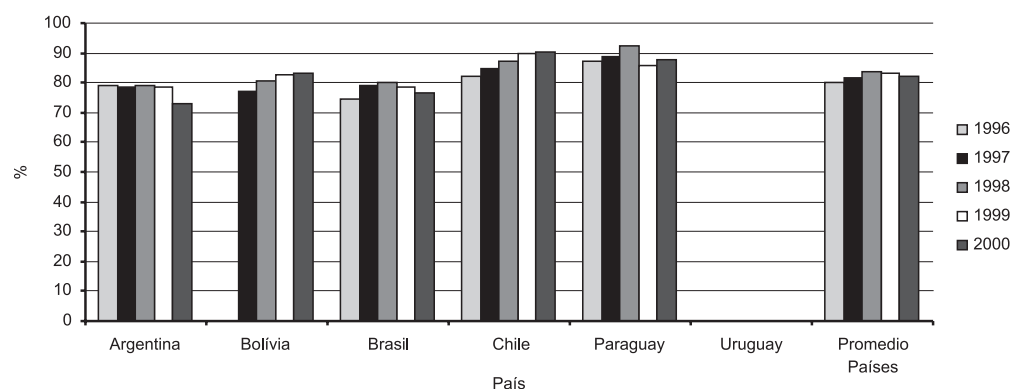
**Gráfico 6: Tasas de abandono de la enseñanza básica
Años 1996 – 2000**



Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

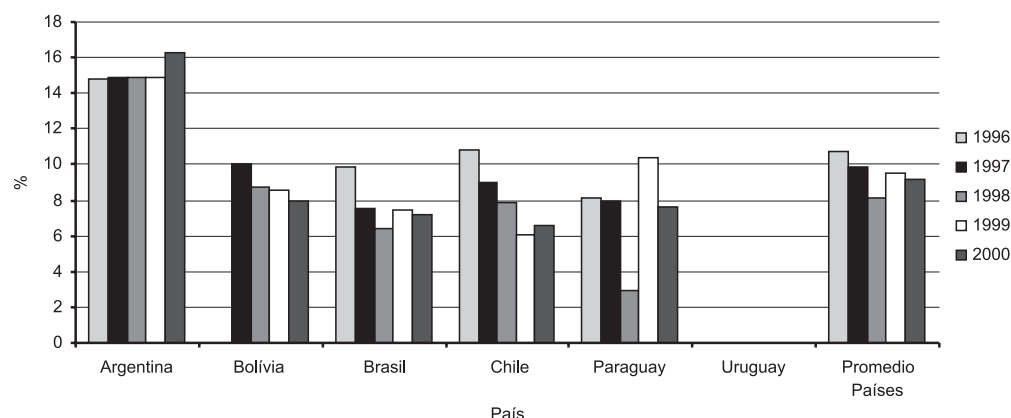
Los resultados muestran que el problema del rendimiento escolar se torna más grave a lo largo de la vida escolar de los alumnos, donde la reprobación y el abandono crecen con la progresión en el sistema educativo, con tasas combinadas de abandono y reprobación de alrededor del 20%.

**Gráfico 7: Tasas de aprobación en el nivel secundario alto
Años 1996 – 2000**



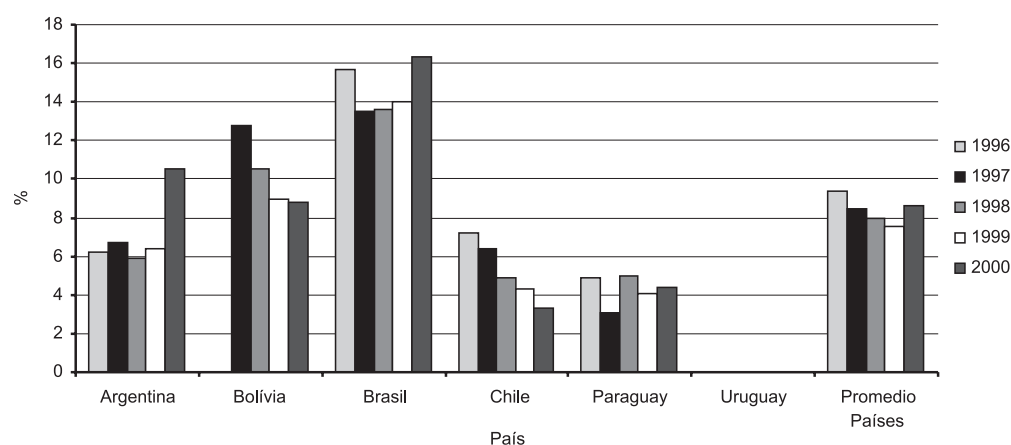
Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

**Gráfico 8: Tasas de reprobación en el nivel secundario alto
Años 1996 – 2000**



Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

**Gráfico 9: Tasas de abandono en el nivel secundario alto
Años 1996 – 2000**



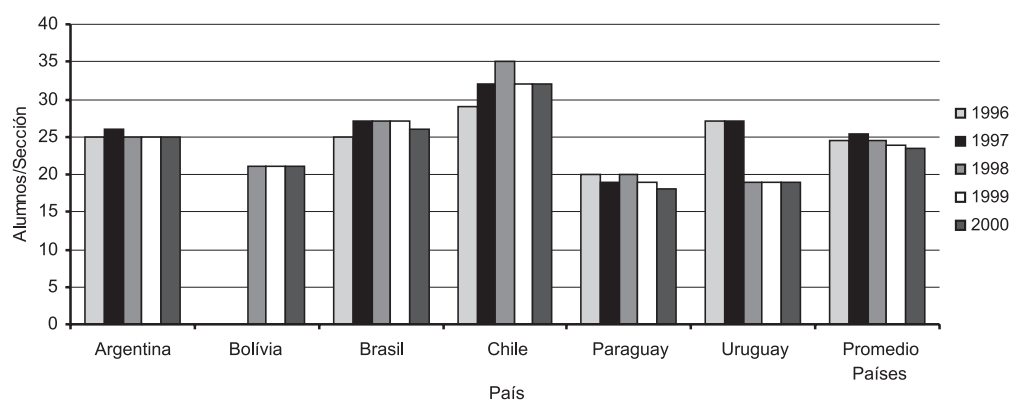
Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Alumnos por sección

Este indicador brinda información sobre uno de los aspectos organizacionales del sistema educativo, en cuanto a la utilización de los locales y la concentración de alumnos por grupos. Si bien no se ha encontrado evidencia suficiente para concluir que existe una clara relación entre el tamaño de la clase y el rendimiento educativo de los alumnos (logro académico), en busca de garantizar el mantenimiento de las mejores condiciones pedagógicas, la organización del servicio debiera tener en cuenta los valores alcanzados por esta relación. Para todos los países de la región, el número de alumnos por sección varía entre 18 y 38 alumnos según el nivel y el país, aunque generalmente el nivel primario presenta valores menores y el secundario los mayores donde el proceso de enseñanza-aprendizaje tiende a ser menos personalizado. El tamaño del indicador no necesariamente evalúa directamente la calidad de los servicios educativos ya que ésta depende de otros factores como las prácticas pedagógicas, la calificación de los docentes, etc. Asimismo, es necesario tomar en cuenta las variaciones internas del indicador, en especial las diferencias entre escuelas urbanas y rurales, así como los valores observados en escuelas multigrado.

En el caso del nivel primario, Chile presenta una relación de aproximadamente 32 alumnos por sección en el período, Argentina y Brasil entre 25 y 30 alumnos y Bolivia, Paraguay y Uruguay en torno de 20 alumnos. Cabe mencionar que este indicador se refiere a la totalidad del nivel primario, incluyendo también en su cálculo a la matrícula y secciones de escuelas en zonas rurales y escuelas multigrado.

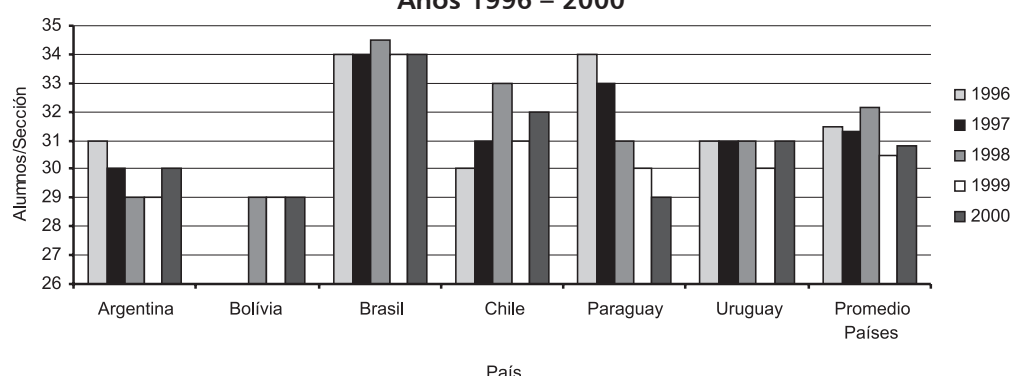
**Gráfico 10: Número de alumnos por sección en el nivel primario
Años 1996 – 2000**



Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Para el secundario bajo y secundario alto los valores indican un comportamiento estable a través de los años y disminuyen las diferencias entre los países. En el año 2000 para el secundario bajo, el país que presentó la relación más alta fue Brasil con 34 alumnos por sección mientras que Bolivia y Paraguay presentaron los valores más bajos con 29 alumnos por sección. Para el secundario alto también la relación alumnos por sección se encuentra en 25 para Paraguay y 38 para Brasil. Argentina tuvo un promedio de 29, Bolivia 33, Chile 35 y Uruguay 29.

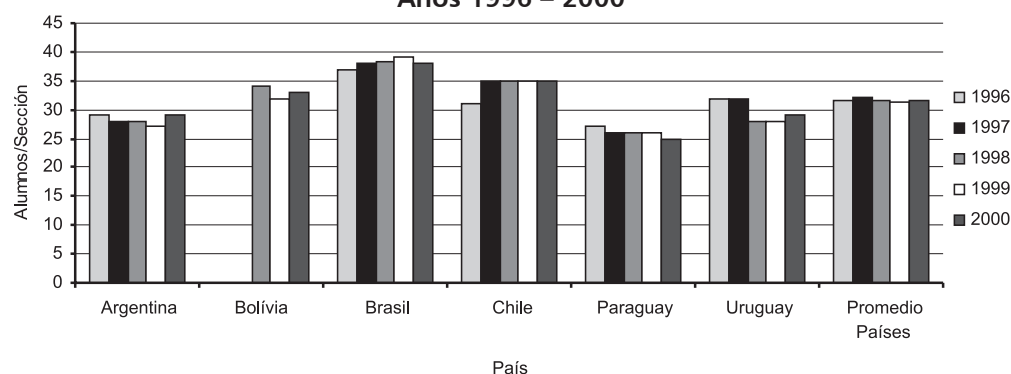
**Gráfico 11: Número de alumnos por sección en el nivel secundario bajo
Años 1996 – 2000**



Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Más allá de alguna situación particular, la tendencia general para la región indica que el número de alumnos por sección se hace mayor a más alto el nivel educativo.

**Gráfico 12: Número de alumnos por sección en el nivel secundario alto
Años 1996 – 2000**



Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Retraso escolar de los alumnos de 15 años y tasa de sobreedad

El retraso escolar¹⁸ y la sobreedad constituyen indicadores complementarios a las tasas de rendimiento, como una herramienta adicional para evaluar la eficiencia interna de los sistemas educativos. Ambos indicadores, no sólo incluyen de manera acumulativa las situaciones de repetición en las trayectorias escolares de los alumnos, sino también aquellas derivadas del fracaso escolar como el abandono y reingreso al sistema, y las de ingreso tardío. Así, estos indicadores permiten dimensionar la cantidad de tiempo extra que se espera los alumnos necesiten para terminar sus estudios, lo que impacta sobre los costos asociados correspondientes.

Ambos indicadores muestran situaciones de ineficiencia desde distintas perspectivas. Por un lado, las tasas de sobreedad muestran la magnitud de los alumnos que han ingresado tardíamente al sistema (2 años o más) o reprobado más de un grado, por nivel educativo; mientras que el atraso escolar de los alumnos de 15 años, determina cuál es el grado de atraso medido en cantidad de grados, de este grupo de alumnos. La edad definida para este indicador se corresponde con la edad inmediata siguiente a la correspondiente

¹⁸ El porcentaje de alumnos atrasados, puede verse sesgado por problemas de consistencia entre los períodos de referencia normativamente establecidos y los usados en el acopio de información. En el caso de Chile, por ejemplo, se observa valores particularmente altos de atraso con un año, lo que se origina en este tipo de dificultades.

con el término de la educación obligatoria en todos los países de la región, es decir que evalúa la ubicación relativa de aquellos jóvenes escolarizados teniendo en cuenta que debieran estar matriculados en el primer grado de la secundaria alta. Si bien los grupos poblacionales involucrados en cada indicador no son los mismos, ningún país de la región ha mostrado evidencias de cambios sustantivos en cuanto al rendimiento de los alumnos y sus trayectorias educativas, por lo que, dado que ambos indicadores expresan situaciones de ineficiencia de los sistemas educativos, es de esperar se muevan en el mismo sentido ya que valores elevados de sobreedad se traducen en una alta participación de los alumnos de 15 con más de 2 grados atrasados.

Básicamente, la estructura de atraso escolar se ha mantenido constante durante el período analizado según la información disponible, con excepción de Uruguay, el cual ha incrementado el porcentaje de alumnos con atraso escolar a partir del año 1999 aunque en menor medida que Brasil, Chile y Paraguay. Las cifras regionales oscilan alrededor del 67%.

Según la información del año 1999 (año para el cual se dispone de información de todos los países de la región), se tiene lo siguiente:

Cuadro 22: Distribución porcentual de los alumnos de 15 años por número de grados atrasados o adelantados. Año 1999

	Retraso escolar	Grados atrasados			Correspondencia edad/grado	Grados adelantados	
		3 o más	2	1		1	2 o más
Argentina	40,2	4,9	13,1	22,2	56,1	3,6	0,1
Bolivia	63,5	13,6	18,0	31,9	30,5	5,9	0,0
Brasil	78,9	41,6	15,8	21,5	19,0	2,0	0,1
Chile	71,8	9,0	13,9	48,9	27,2	0,9	0,2
Paraguay	79,4	20,9	20,3	38,2	19,2	1,4	0,0
Uruguay	68,7	10,3	17,9	40,5	29,8	1,4	0,0
Promedio*	67,1	16,7	16,5	33,9	30,3	2,5	0,1

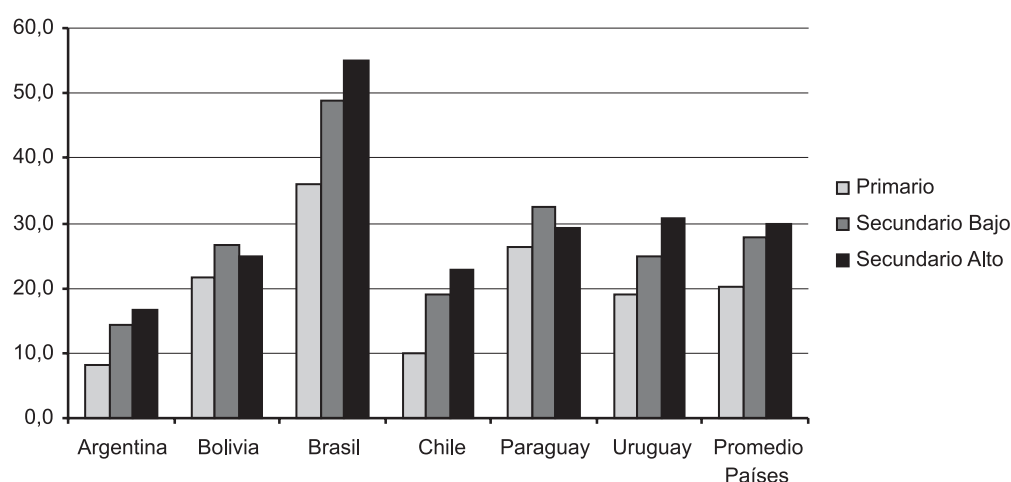
Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Los datos muestran que Argentina presenta los valores más bajos de retraso escolar (40%), mientras que Brasil y Paraguay casi duplican ese valor. En el caso de Brasil, es importante notar que más del 40% de los alumnos presentan un atraso de 3 o más grados.

Si estos resultados se complementan con aquellos referidos a la tendencia ascendente de las tasas de escolarización en la región para el grupo de edad 15 a 17 años, se subraya la necesidad de tener políticas educativas que promuevan trayectorias educativas exitosas para los alumnos. Por ejemplo, Brasil a pesar de tener una de las tasas más altas de escolarización de la región (83%) en este grupo de edad alcanza junto a Paraguay, el mayor atraso escolar para los alumnos de 15 años de edad (79%).

En cuanto a los porcentajes de alumnos en sobreedad, es decir matriculados en 2 o más grados por debajo de aquel correspondiente a su edad, se observa una disminución sistemática a lo largo del período para todos los niveles educativos y en todos los países. Este indicador refleja situaciones de ineficiencia actuales y pasadas de los sistemas educativos, en el sentido de que una vez un alumno entra en sobreedad, mantiene dicha condición hasta su egreso del sistema educativo. Por lo tanto, si no existen altos índices de abandono definitivo, los porcentajes de sobreedad aumentan al avanzar sobre los niveles educativos. En el año 2000 los promedios regionales fueron del 20% para primario, 28% para secundario bajo y 30% para secundario alto.

**Gráfico 13: Tasas de sobreedad por nivel de enseñanza
Año 2000**



Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Por país y a lo largo de los años, la situación no es diferente, observándose claramente una disminución en las tasas de sobreedad en todos los países y en todos los niveles, según muestra el cuadro siguiente.

**Cuadro 23: Tasas de sobreedad por nivel de enseñanza
Años 1997-2000**

	1997	1998	1999	2000	2001
Argentina					
Primaria	8,8	8,7	8,3	8,1	8,1
Baja secundaria	16,9	16,0	15,0	14,2	13,9
Alta secundaria	16,4	16,9	17,0	16,6	15,6
Bolivia					
Primaria		21,7	22,3	21,8	20,3
Baja secundaria		27,2	25,9	26,7	25,4
Alta secundaria		21,0	23,2	24,9	26,3
Brasil					
Primaria	43,4	42,5	39,2	36,1	33,0
Baja secundaria	52,2	52,6	50,7	48,8	46,8
Alta secundaria	53,9	53,9	54,8	54,9	53,3
Chile					
Primaria	13,5	12,5	11,5	9,9	
Baja secundaria	22,7	22,0	20,3	19,1	
Alta secundaria	20,2	23,2	22,4	22,7	
Paraguay					
Primaria	29,4	28,6	27,6	26,4	25,6
Baja secundaria	36,1	36,3	35,2	32,4	31,5
Alta secundaria	27,7	33,7	29,6	29,4	30,9
Uruguay					
Primaria	19,0	19,0	18,7	18,9	19,3
Baja secundaria		15,7	25,1	24,9	24,5
Alta secundaria		21,6	31,6	30,7	30,5

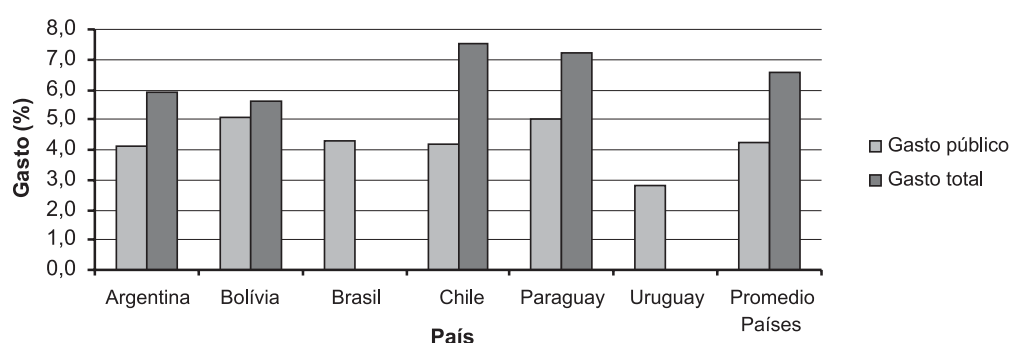
Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Los indicadores de gasto en educación y de personal docente

Los indicadores de gasto seleccionados en el Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo, son aquéllos desarrollados en el marco del Proyecto de Indicadores Mundiales de Educación (WEI) de Unesco y OCDE, en cuanto a su definición y metodología empleada. Esto ha sido posible debido a la participación de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay en dicho proyecto iniciado en septiembre de 1997. En el caso de Bolivia, cabe mencionar los esfuerzos adicionales realizados para proporcionar la información necesaria para poder producir estos indicadores, a pesar de no participar del proyecto WEI. Sin embargo, se hace necesario ciertos ajustes metodológicos y conceptuales mínimos para poder mantener la comparabilidad y consistencia de la información. Para las desagregaciones por nivel de enseñanza es posible que la diferencia de criterio adoptado (distintos agrupamientos de niveles) pueda traer algunas dificultades en establecer un referencial general para la región. Asimismo, a efectos de controlar el efecto de las diferentes duraciones de cada nivel sobre el gasto educativo, es conveniente utilizar una medida del gasto unitario (gasto por alumno). Es decir, por ejemplo, un dato financiero de un país con 6 años en un cierto nivel de enseñanza no es directamente comparable con otro país con una duración diferente para ese mismo nivel, pero al dividirse por el número de alumnos, la comparación resulta más plausible.

En una primera instancia, los gastos en educación son relacionados con el PBI y con el total del gasto público para poder evaluar las posibilidades y esfuerzos de los países en proveer educación. Por otro lado, si se relaciona con el gasto público total, es posible evaluar y dimensionar la prioridad presupuestal que los gobiernos nacionales dan a la educación.

**Gráfico 14: Gasto en educación como porcentaje del PBI
Año 2000**



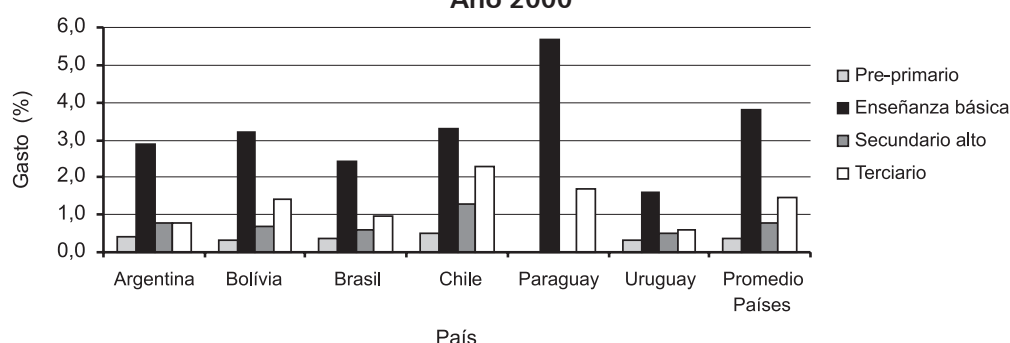
Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Nota: Brasil: No hay información sobre los gastos en educación para el sector privado.

A excepción de Uruguay, el gasto público en educación en el año 2000 se mantuvo entre 4% y 5% del PBI. La mayor proporción de inversión pública expresada en términos del producto ocurrió en Bolivia y Paraguay con 5% del PBI. Argentina mostró 4,1%, Brasil 4,3%, Chile 4,2% y Uruguay 2,8% del PBI. El gasto total, incluyendo el esfuerzo privado (de empresas, organizaciones no gubernamentales y familias) ha sido de 5,9% para Argentina, 5,6% para Bolivia, 7,5% para Chile y 7,2% para Paraguay.

Por nivel de enseñanza el gasto público en educación presentó la siguiente situación para el año 2000:

Gráfico 15: Gasto en educación como porcentaje del PBI por nivel de enseñanza
Año 2000

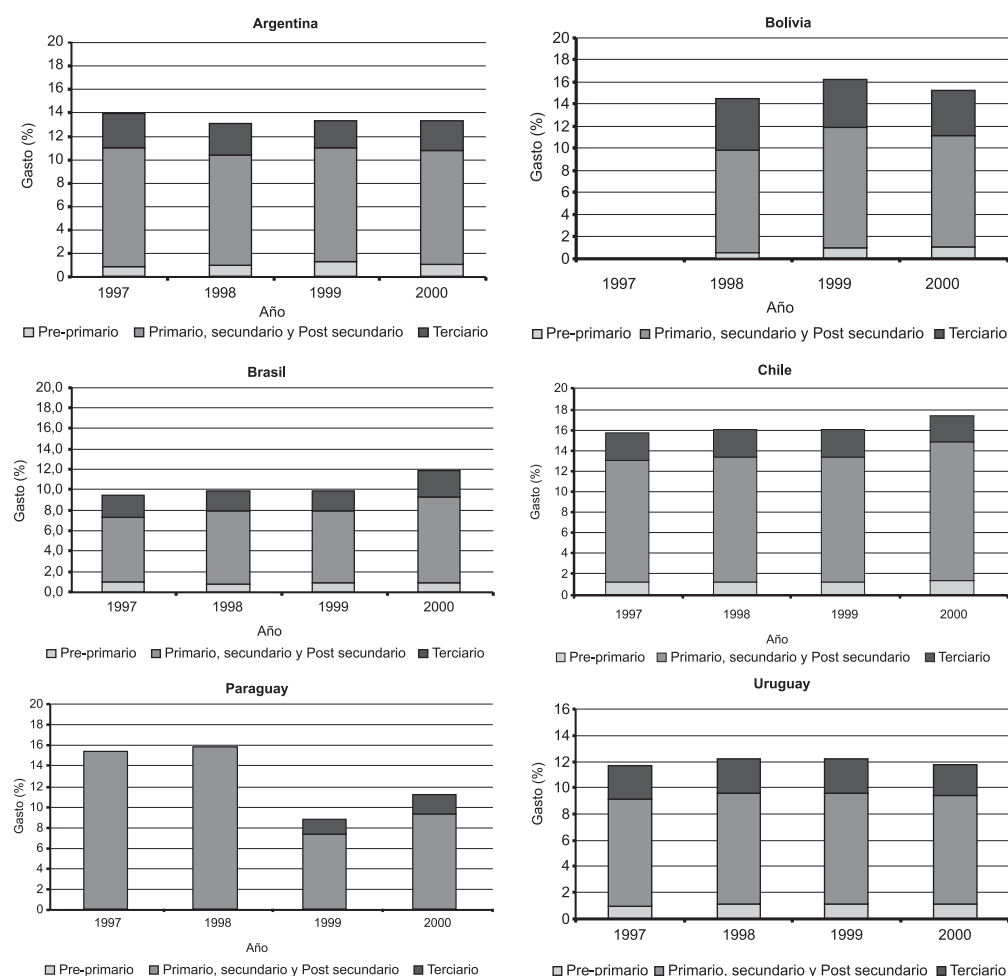


Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

El promedio regional para los niveles primario y secundario alcanza un 3,8% del PBI, siendo del 3,7% para Argentina, 3,9% para Bolivia, 3,0% para Brasil, 4,6% para Chile, 5,7% para Paraguay (incluye pre-primario) y 2,1% para Uruguay.

Si se tiene en cuenta el gasto público en educación como porcentaje del gasto público total, se obtienen los siguientes comportamientos por país:

Gráfico 16: Gasto público en educación como porcentaje del gasto público total
Años 1997 – 2000



Año 97 – 98. El gasto público total sólo incluye administración central. Año 99, incluye a la administración central y descentralizada.

Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Argentina presenta en el período valores en torno al 13,5% del total del gasto público total, siendo el porcentaje de los niveles primario y secundario de alrededor del 10% del total.

Bolivia destinó en el período analizado 14,5% de su gasto público total en el año 1998, 16,2% en el año 1999 y 15,3% en el año 2000. Los niveles primario y secundario fueron los destinatarios del 9,3% en 1998, 11% en 1999 y 10,0% en 2000 del total del gasto público.

Brasil, hasta 1999, mantuvo el gasto público en educación en aproximadamente 10% del gasto público total, mientras que en 2000 el gasto aumentó a 11,9%. Los niveles primario y secundario presentaron gastos entre 6,3% en 1997 y 8,3% en 2000.

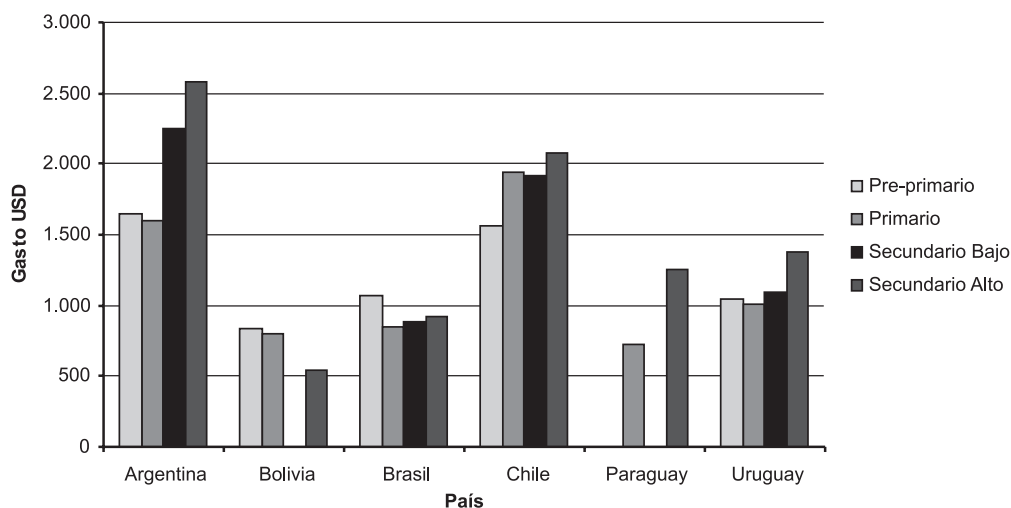
Chile, a lo largo del periodo 1997 a 2000, mantuvo el gasto público en educación entre 15,8% en 1997 y 17,5% del gasto público total en 2000. Los niveles primario y secundario explican alrededor del 12% del total del gasto público.

Paraguay presentó estándares de gasto distintos para el período 1997 – 1998 y para el período 1999 – 2001. Para el más reciente, el gasto público en educación estuvo en torno al 10% del gasto público total, destinando a los niveles primario y secundario un promedio de 8,5% del total del gasto público (estos valores incluyen al nivel pre-primario).

Por último, Uruguay durante el periodo de 1997 a 2001, presentó valores para el gasto público en educación en torno al 12% del gasto público total. Específicamente para el nivel primario y secundario el país destinó alrededor del 8,5% del total del gasto público.

Si se tiene en cuenta el volumen de la población atendida por el sistema educativo, los niveles de gasto muestran importantes diferencias.

**Gráfico 17: Gasto por alumno por nivel de enseñanza
Año 2000. En dólares estadounidenses PPA**



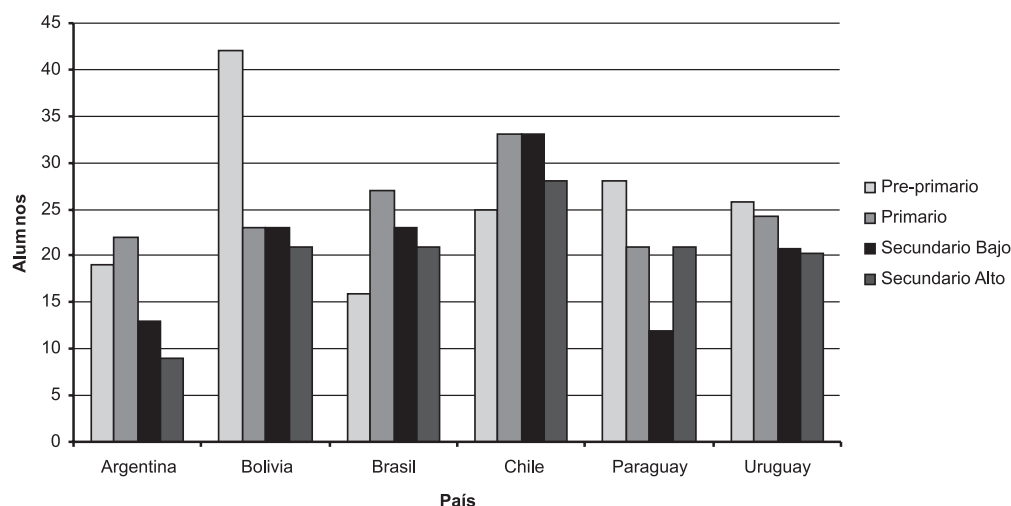
Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Nota: Bolivia: primario incluye secundario alto; Paraguay: primario incluye pre-primario, secundario alto incluye secundario bajo.

Según la información correspondiente al año 2000, Bolivia, Brasil y Paraguay presentan un gasto promedio por alumno inferior a 1.300 dólares estadounidenses ajustados según paridad de poder adquisitivo (PPA) para el nivel secundario alto e inferior a 1.000 dólares para el nivel primario. Uruguay tiene niveles de gasto en torno a los 1.300 dólares en el secundario y 1.000 en el primario. Por otro lado, Argentina y Chile, tienen estándares de gasto por alumno superiores a 1.500 dólares estadounidenses en el primario y 2.000 dólares en el secundario.

Por otra parte, la cantidad de alumnos por docente, brinda una idea de la organización del sistema educativo para dar respuesta a la demanda educativa, y dimensiona la inversión en recursos humanos docentes. Debe notarse que las remuneraciones docentes representan la mayor parte de los gastos en educación.

**Gráfico 18: Número de alumnos por docente según nivel de enseñanza
Año 2000**



Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Una relación alumnos por docente mayor puede significar un gasto por alumno menor. Para Argentina y a lo largo de todo el período considerado, la menor relación alumno docente se observa en el nivel secundario alto donde el gasto por alumno es mayor que 2.500 dólares estadounidenses. El menor gasto público por alumno ocurre en el nivel primario donde alcanza los 1.600 dólares. Véase que para ese nivel la relación alumnos docentes es la mas alta.

Sin embargo, éste no es siempre el caso. Chile presenta la mayor relación de alumnos por docente para los niveles primario y secundario bajo y al mismo tiempo tiene niveles de gasto por alumno de 1.940 y 1.914 dólares respectivamente. Aunque estos niveles son menores que los registrados en el nivel secundario alto donde el gasto por alumno asciende a 2.081 dólares y la relación de alumnos por docente es de 28 contra los 33 observados en la primaria y baja secundaria. Para el nivel pre-primario la relación alumnos por docente es 25 alumnos por docente y el gasto asciende a 1.563 dólares por alumno. El resultado de esa asociación entre esos indicadores tiene que ver también con otros factores como, el nivel de calificación y de remuneración de los docentes, que usualmente son mayores con el avance de los niveles educativos.

Brasil tiene situación similar a la observada en Argentina, donde el nivel con mayor relación alumnos por docente, presenta también menor gasto por alumno. El pre-primario presentó 1.066 dólares estadounidenses de gasto por alumno con una relación alumno por docente de 16 en 2000, mientras el secundario alto presentó una relación alumnos por docente de 21 y gasto de 920 dólares estadounidenses.

Por su parte, Bolivia y Uruguay presentan también situaciones similares con números de alumnos por docente en el pre-primario de 45 y 31 alumnos, respectivamente, y gastos por alumnos relativamente altos, 831

dólares, el más alto entre los niveles de educación y 1.039 dólares para Uruguay. Valores similares a lo observado en el primario de 1.011 dólares con 21 alumnos por docente.

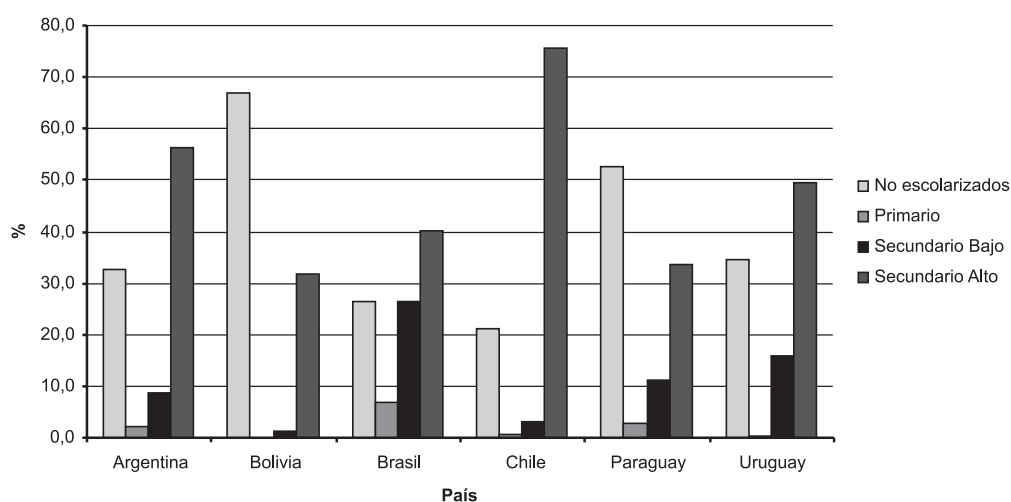
Por último, Paraguay presenta una relación alumnos por docente de 21 para el primario y 22 para el secundario, para el año de 2000, donde el gasto por alumno fueron 721 dólares estadounidenses y 1.259 dólares, respectivamente.

Distribución porcentual de la población de 17 años por condición de escolarización

Según la definición de los niveles educativos y las edades teóricas para cursarlos, se espera que los alumnos a la edad de 17 años, estén concluyendo la educación secundaria, es decir estén matriculados en el último grado del secundario alto, antes de insertarse en el mercado laboral y/o seguir estudiando en programas post-secundarios o superiores. Los no escolarizados representan, en esa situación, aquellos alumnos que no están matriculados en algún nivel de enseñanza.

Para el año de 2000, es posible ver que Chile presenta la menor proporción de no escolarizados 21% y la mayor de escolarizados en el secundario alto 75% de las personas de 17 años. Bolivia, presenta la situación opuesta con 67% de no escolarizados y con 31% matriculados en el secundario alto. Brasil, Paraguay, Argentina y Uruguay presentan situaciones intermedias, pero diferentes entre sí. Mientras Brasil posee una gran cantidad de alumnos de 17 años matriculados en primario y secundario bajo (33 %), Argentina tiene sólo 11%, Paraguay con 13,6%, y Uruguay con 16%.

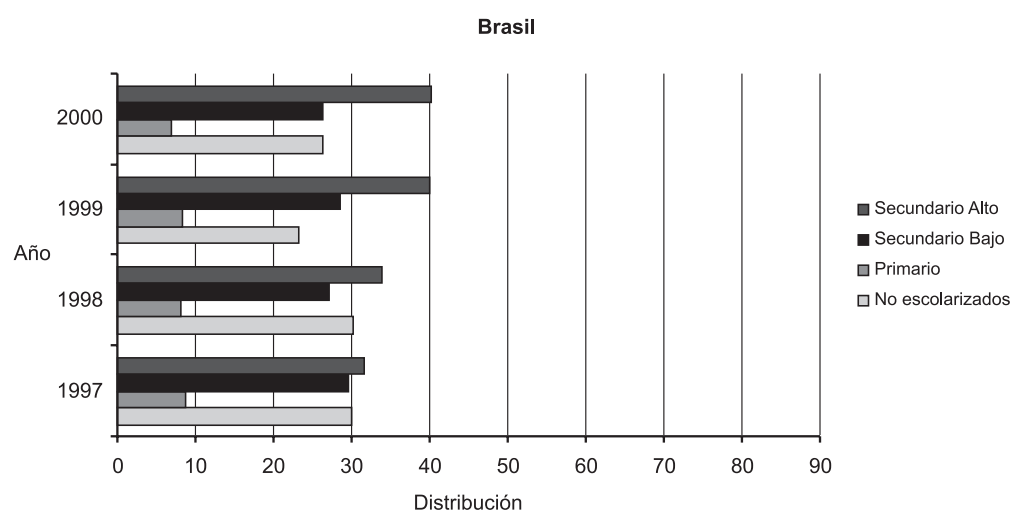
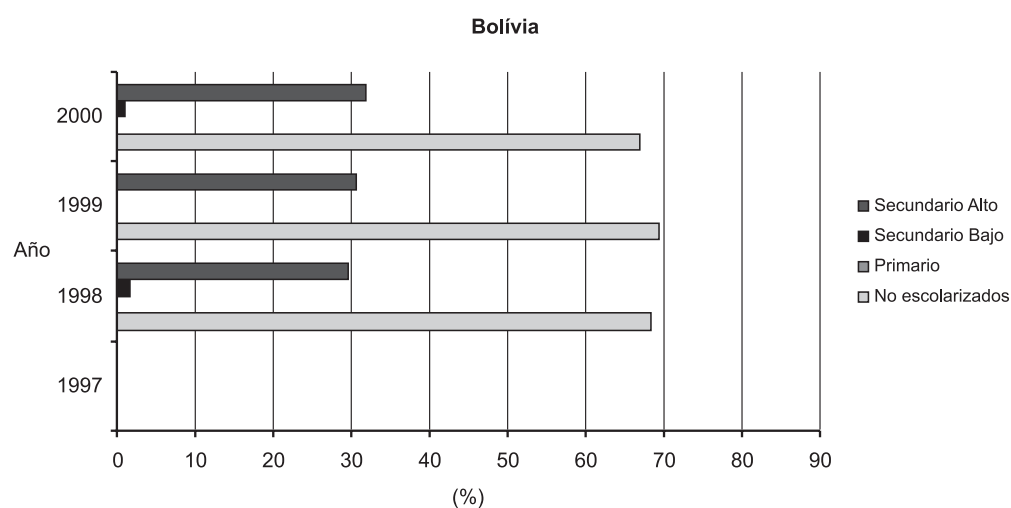
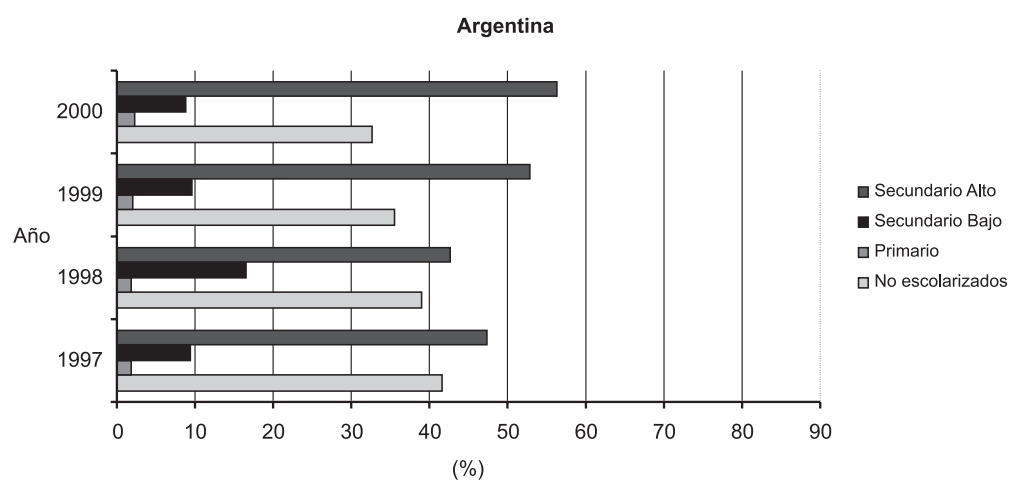
Gráfico 19: Distribución porcentual de la población de 17 años por condición de escolarización. Año 2000

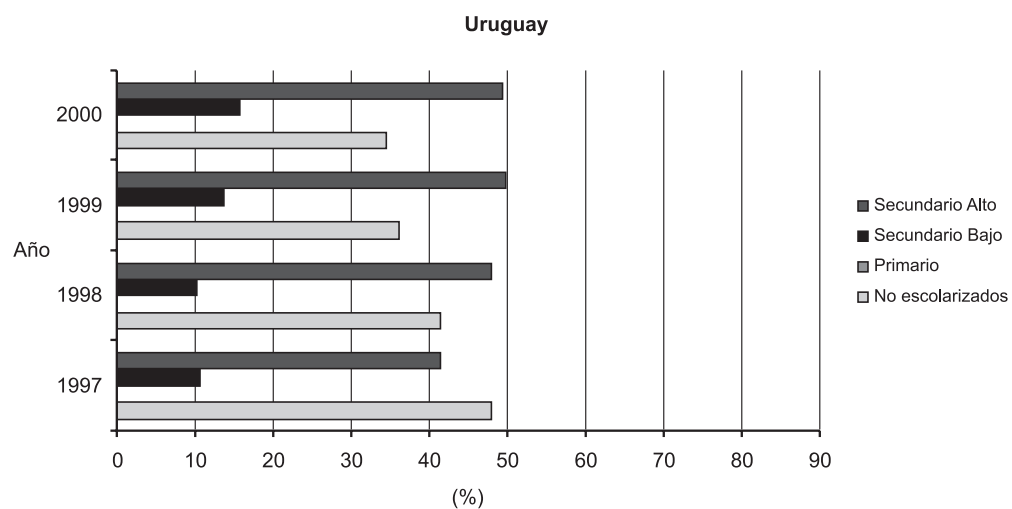
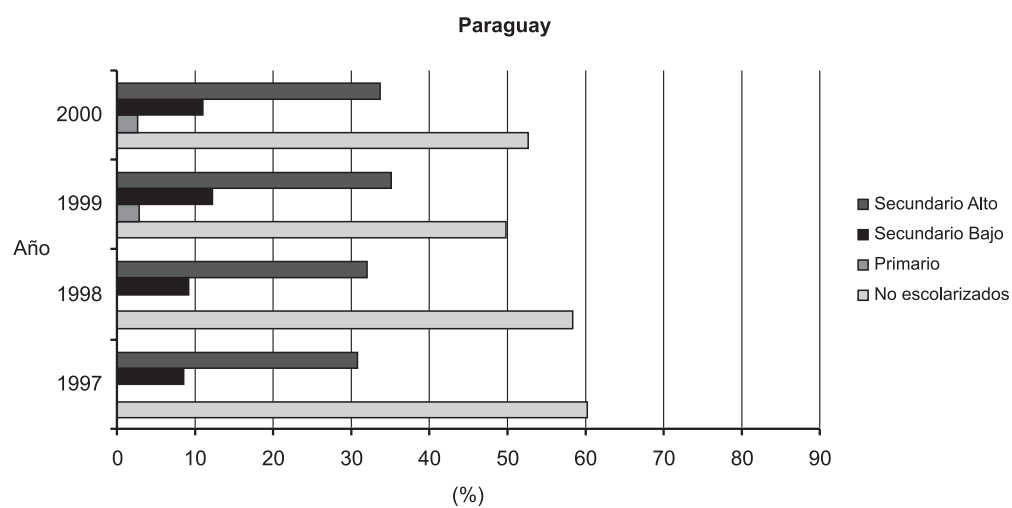
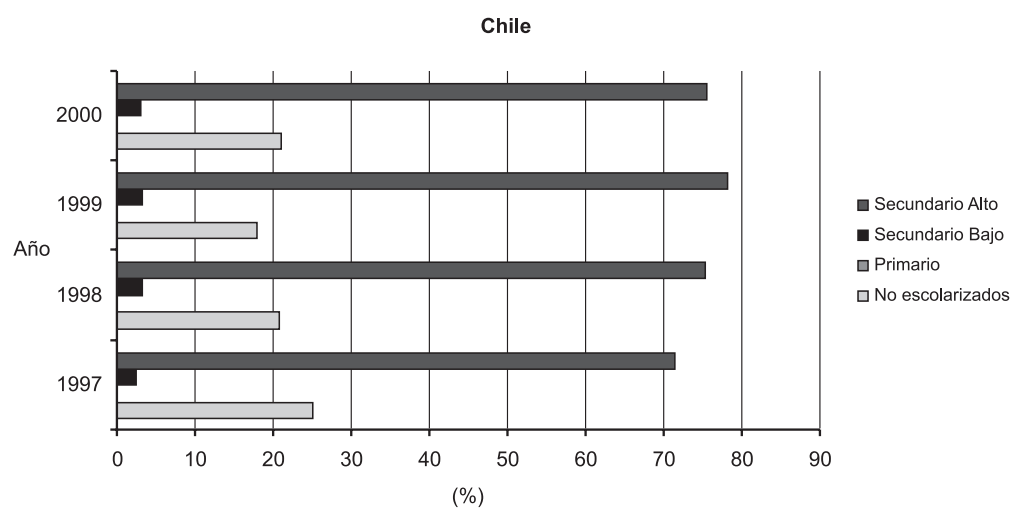


Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Si además se analiza el indicador a lo largo del período es posible ver cambios en cada uno de los países. Los no escolarizados en Argentina representaban alrededor del 42% en 1997 y los escolarizados en el secundario alto 47%. En 2000, las cifras cambian a 33% de no escolarizados y 56% de escolarizados en el secundario alto.

Gráfico 20: Distribución porcentual de la población de 17 años por condición de escolarización. Años 1997-2000





Fuente: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Bolivia en el mismo periodo tuvo cambios menores, pero consistentes en el tiempo. En 1998, los no escolarizados representaban 68% y los escolarizados en el secundario alto 29%. En 2000, las cifras cambian a 67% de no escolarizados y 32% de escolarizados en el secundario alto.

Por otro lado, Brasil mantuvo también la misma tendencia que Argentina y Bolivia. Mientras en 1997, 30% de los jóvenes de 17 años estaban fuera del sistema educativo y casi 32% escolarizados en el secundario alto, en el 2000, los no escolarizados representaban 26% y los escolarizados en secundario alto 40%. Sin embargo, Brasil difiere de los otros países en cuanto a las magnitudes de cada una de dichas condiciones, por tener en el periodo un porcentaje relativamente pequeño de no escolarizados, y un número alto de jóvenes con retraso escolar.

En el caso de Chile, la tendencia regional se mantiene. Así, en 1997, el 25% de los jóvenes de 17 años no estaban escolarizados y el 71% estaban matriculados en el secundario alto. Para 2000, las cifras reflejan un descenso de los no escolarizados (21) y un aumento para los escolarizados en secundario alto (75%).

Paraguay, presentó cambios importantes en el porcentaje de los no escolarizados entre los jóvenes de 17 años. En 1997, había 60% de no escolarizados y 31% de escolarizados en secundario alto. Para 2000, las cifras representaron 53% de no escolarizados y 34% de escolarizados en secundario alto.

Para Uruguay las cifras muestran también la misma tendencia, donde en 1997, 41% de los jóvenes de 17 años estaban fuera del sistema educativo y 44% escolarizados en secundario alto. Para 2000, los no escolarizados eran 34% y los escolarizados en secundario alto 49%.

Por lo tanto, es claro que el porcentaje de personas de 17 años fuera del sistema educativo ha disminuido a lo largo del período analizado, incrementándose además la cantidad de alumnos en el secundario alto.

4. PERFILES DE LOS PAÍSES

Un resumen de los indicadores que establecen el perfil general de los países tanto en términos económicos y demográficos, como respecto a la educación es presentado a continuación. La referencia es el año de 2000, donde se dispone de datos de todos los países excepto datos de matrícula total de Bolivia disponibles para 2001, solamente. El marco de referencia para la región es el promedio de los países. Los gráficos presentan los valores nacionales (puntos) como su distancia normalizada por el desvío estandarizado respecto del promedio de los países (línea central).

Los principales indicadores usados muestran los siguientes valores para la región:

- Total de población de la región: 234.347.038.
- Total de población escolarizada: 77.046.498.
- PBI *per capita*: entre 2.424 y 12.377 USD PPA.
- Analfabetismo: entre 2,2 y 13,8%.
- Urbanización: entre 53,9 y 92,6%.
- Asistencia escolar promedio: 67%.
- Hombres con al menos secundario alto promedio (25-34 años): 38,6
- Hombres con al menos secundario alto promedio (55-64 años): 22,2
- Mujeres con al menos secundario alto promedio (25-34 años): 41,5

-
- Mujeres con al menos secundario alto promedio (55-64 años): 17,8
 - Tasas netas de escolarización (7-14 años): entre 90,9 y 100%
 - Tasas netas de escolarización (15-17 años): entre 62,2 y 84,8%
 - Atraso escolar (alumnos de 15 años): entre 40,2 y 79,4%
 - Tasa de aprobación en el nivel de enseñanza básica: entre 78,4 y 96,4%
 - Tasa de sobreedad en el nivel primario: entre 8,1 y 36,1
 - Tasa de sobreedad en el nivel secundario: entre 16,6 y 54,9
 - Gasto público en educación promedio (porcentaje del PBI): 4,3%
 - Gasto por alumno en nivel primario (USD PPA): entre 722 y 1.940
 - Gasto por alumno en el nivel secundario alto (USD PPA): entre 545 y 2.579
 - Alumnos por docente en el nivel primario: entre 19 y 33
 - Alumnos por docente en el nivel secundario alto: entre 9 y 28

A continuación se presenta los perfiles de cada país:

Gráfico 21: Perfil de Argentina

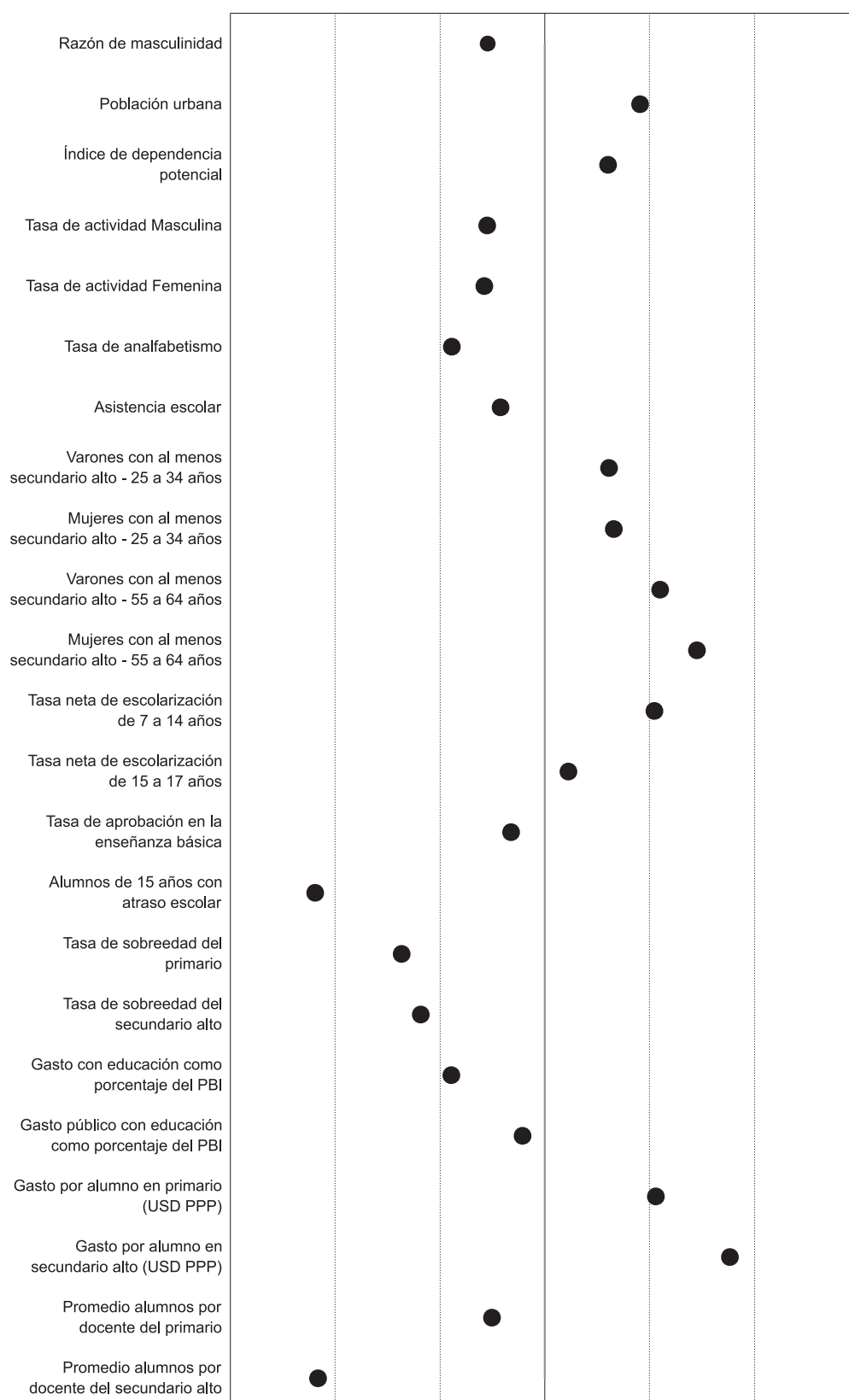


Gráfico 22: Perfil de Bolivia

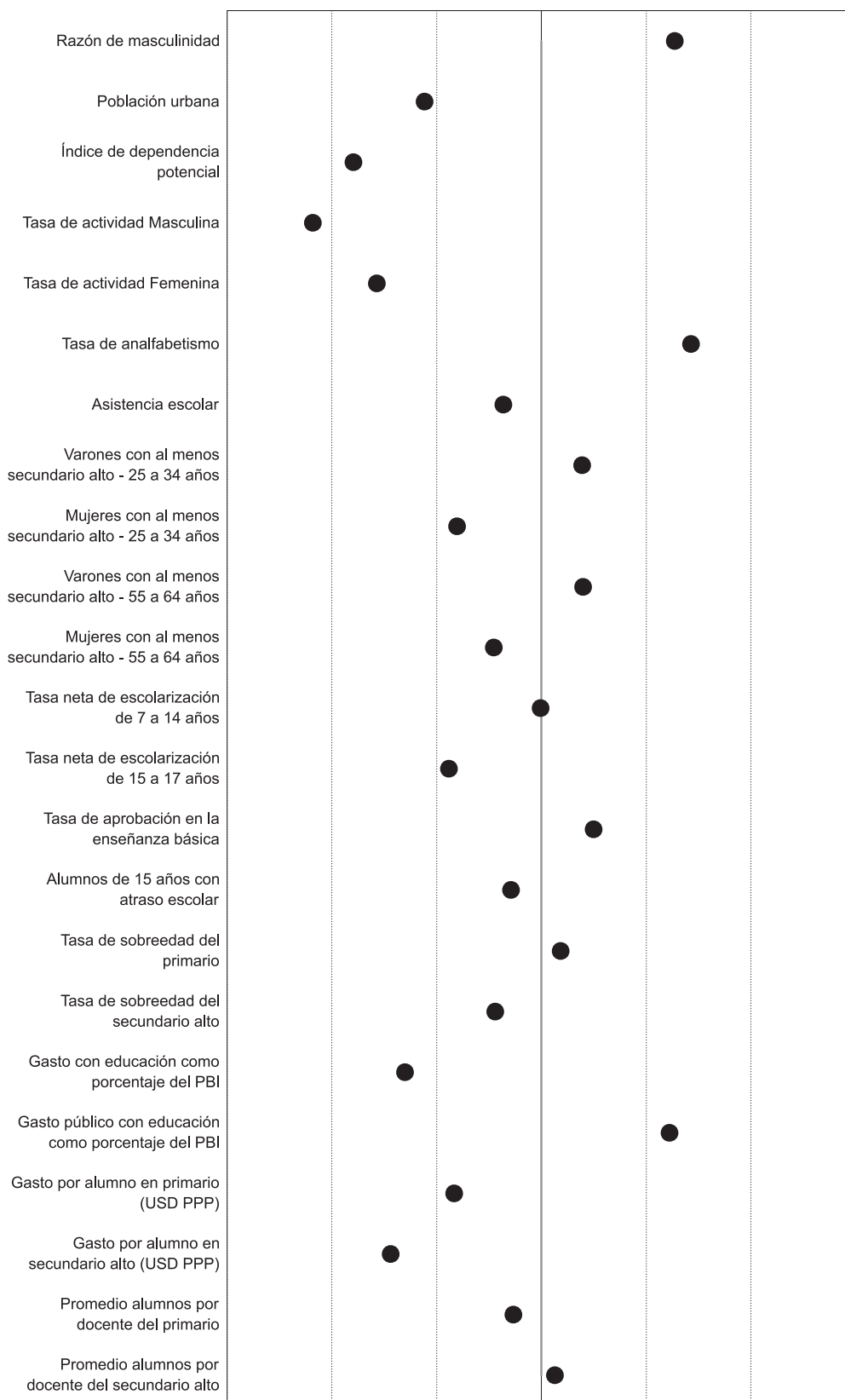


Gráfico 23: Perfil de Brasil

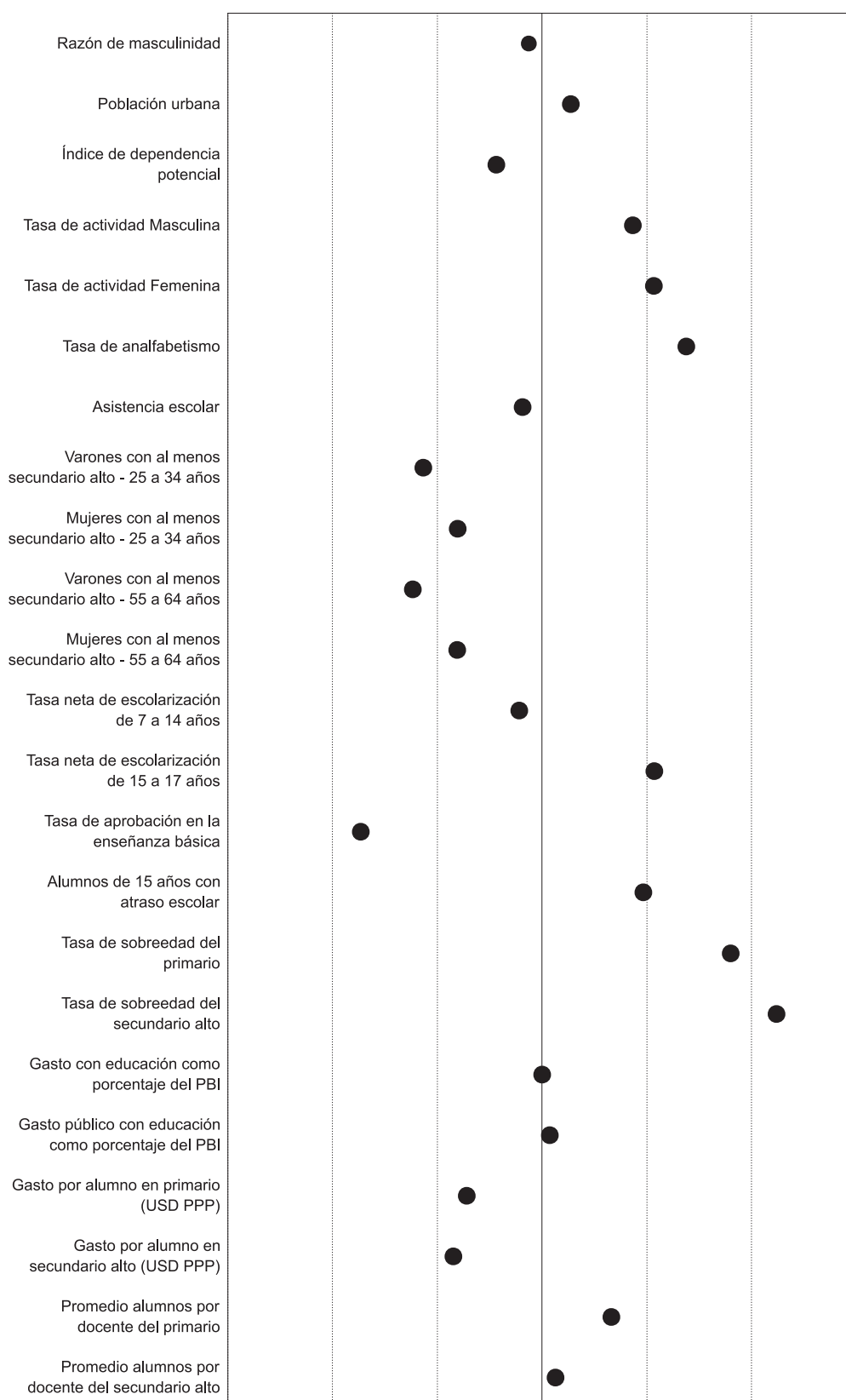


Gráfico 24: Perfil de Chile

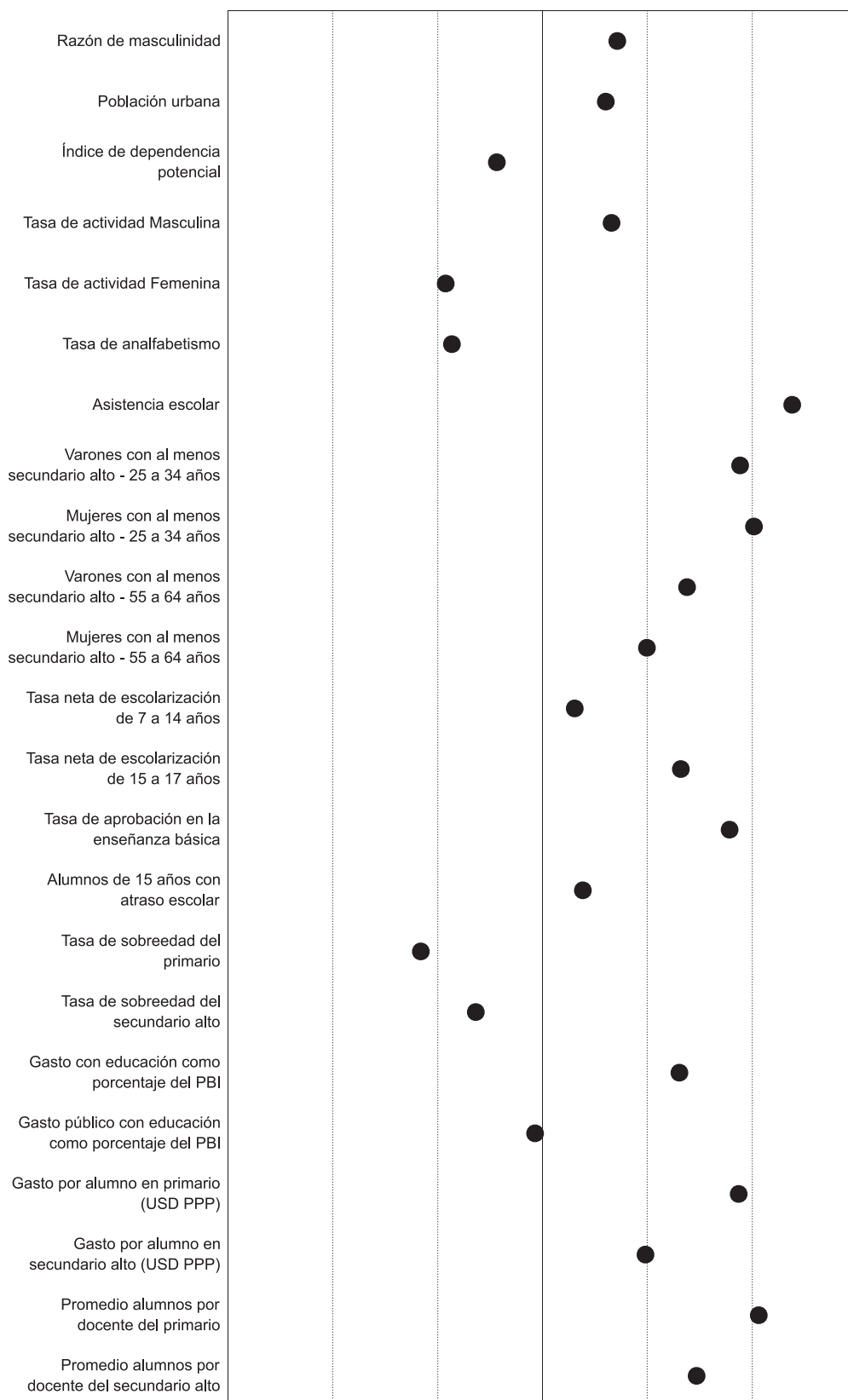


Gráfico 25: Perfil de Paraguay

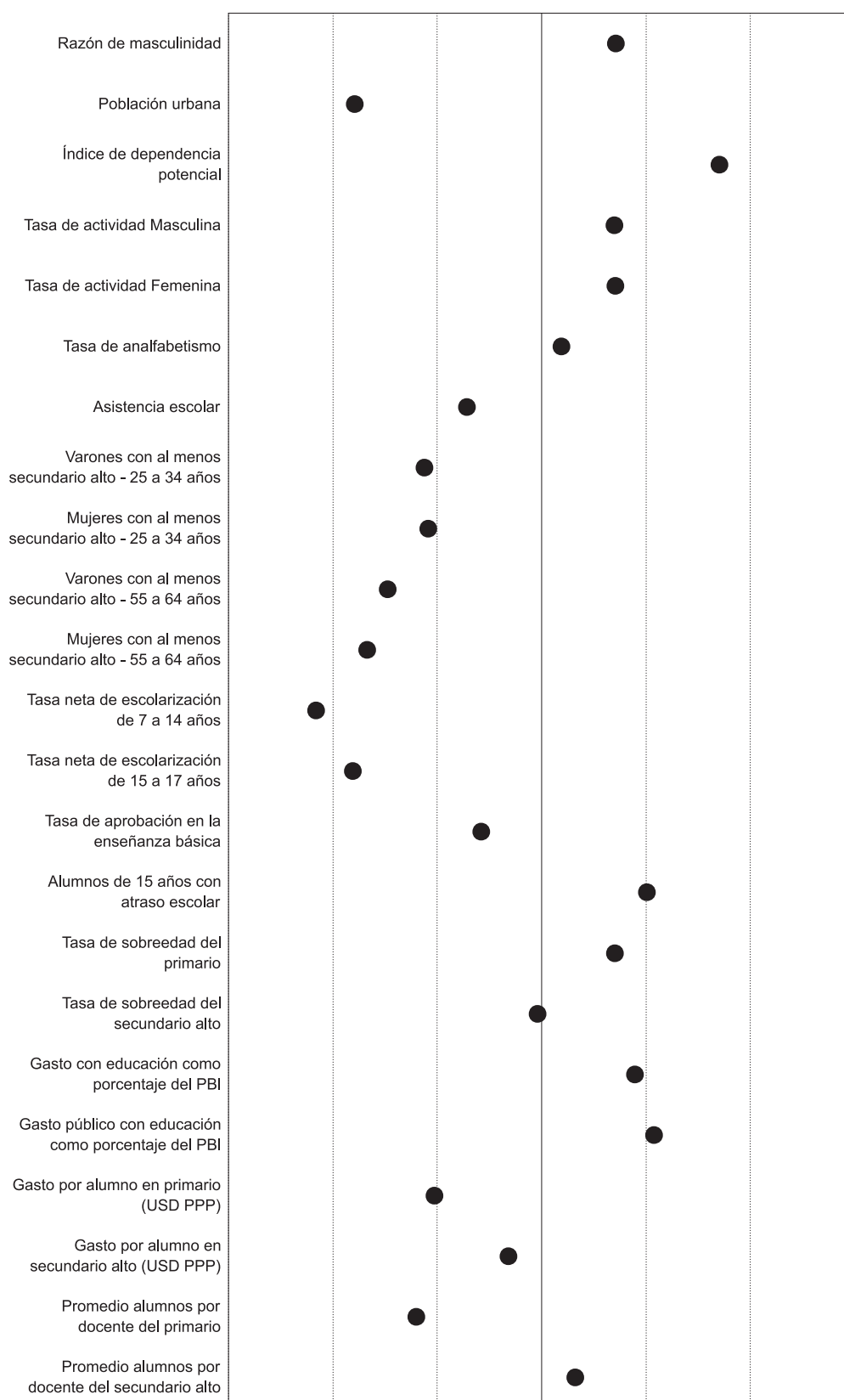
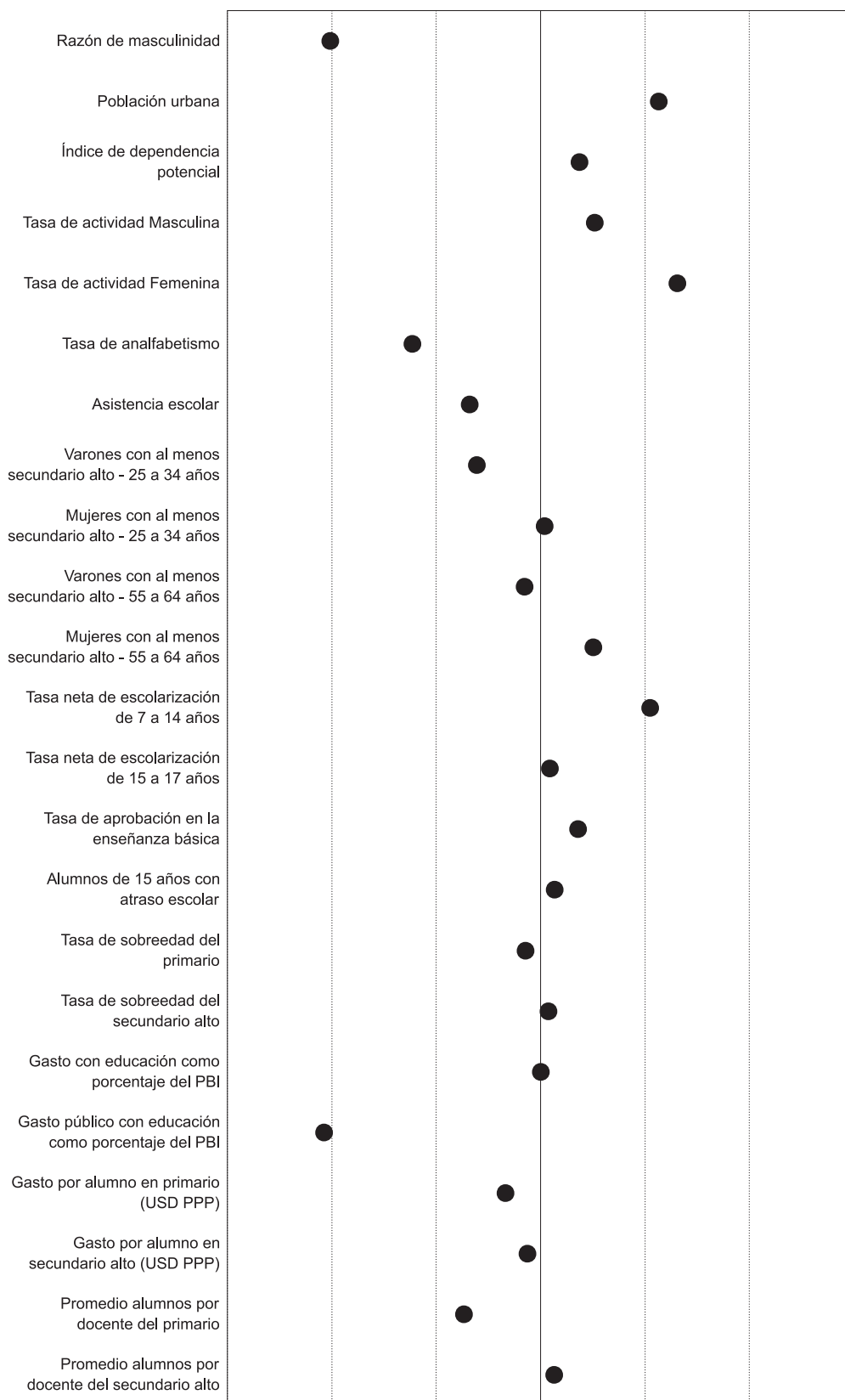


Gráfico 26: Perfil de Uruguay



5. CONCLUSIONES

El Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo ha permitido brindar a las autoridades educativas de los países de la región información estadísticamente consistente, regionalmente comparable y relevante con las líneas de acción establecidas en el plan estratégico. Estas características lo convierten en una herramienta importante para el monitoreo de la situación educativa de los países miembros y asociados del Mercosur. Desde su inauguración en 1997, el grupo de especialistas en estadísticas educativas del Mercosur, mediante el trabajo cooperativo y desde una perspectiva de comparabilidad regional, ha alcanzado el objetivo de construir y producir para la región un conjunto de 15 indicadores educativos que posibilitaron el establecimiento de marcos referenciales para la región.

Los principales hechos mostrados por el sistema de indicadores pueden resumirse en los siguientes puntos:

- altos índices de acceso a la educación básica;
- marcada evolución de la culminación de la educación secundaria en las últimas décadas;
- necesidad de programas educativos para jóvenes y adultos para paliar situaciones de analfabetismo y no conclusión de los niveles obligatorios;
- altas tasas de sobreedad producto de ineficiencia de los sistemas educativos;

- variaciones significativas entre países del gasto en educación relativo a la cantidad de población atendida.

Específicamente, las cifras indican avances significativos de los países de la región en relación a la escolarización de la población, con aumentos de la asistencia escolar para el grupo de 5 a 29 años – más del 60% –, y en particular respecto al acceso a la enseñanza básica con tasas de más del 95%. En ese aspecto, los países de la región han realizado progresos importantes hacia el logro de los objetivos y metas formuladas en el marco de la iniciativa mundial, también asumida por los estados miembros y asociados de Mercosur, de Educación para Todos (EPT) (Conferencia Mundial de Educación para Todos en Jomtien, Tailandia, en el año 1990, Foro Mundial de sobre la Educación para Todos realizado en Dakar, Senegal en el año 2000). Sin embargo, los Ministros de Educación han identificado la existencia de desafíos importantes en materia educativa. Así, es importante señalar la necesidad de aumentar el acceso a la enseñanza pre-primaria y secundaria, extender y mejorar los programas de educación destinados a jóvenes y adultos, y asegurar parámetros de calidad en los programas educativos ofrecidos.

En este sentido, puede notarse que todavía subsisten situaciones de analfabetismo que oscilan entre el 2% y el 14% de la población adulta y que al menos el 25% de la población de 15 a 17 años en la región no está escolarizada. Si bien es cierto que los niveles de culminación de los estudios secundarios se han incrementado considerablemente si se compara el grupo poblacional con edades entre 55 a 64 años con el grupo 25 a 34 años, en algunos países la situación requiere de especial atención. Así, para el primer grupo se observan valores entre 8% y 30%, mientras que para la población joven adulta, entre 28% y 59%. Es decir, en consonancia con los objetivos de EPT, se necesitan esfuerzos adicionales para extender y mejorar los programas de educación para jóvenes y adultos, facilitando de esta manera el acceso equitativo a todos los jóvenes y adultos a la educación básica y permanente.

Los resultados para el quinquenio 1996 - 2000 también indican la evolución en la región en dirección a la igualdad entre géneros en cuanto a oportunidades educativas, evidenciada en un incremento de la escolarización de las mujeres. El promedio regional del porcentaje de mujeres con al menos secundario alto respecto a la población de 55 a 64 años es de 17,8% siendo de 41,9% para el grupo de 25 a 34 años. Por otro lado, el mismo indicador para la población masculina presenta valores de 22% y 39% para los mismos grupos de edad en el año 2000.

Por otra parte, merece especial atención la situación observada en cuanto a la ineficiencia de los sistemas educativos, evidenciada en altas tasas de repetición que conducen a elevados porcentajes de alumnos en sobreedad. Cuatro de los seis países mantienen tasas de reprobación de por lo menos 10% en la enseñanza básica y los promedios regionales de las tasas de sobreedad alcanzan los valores del 20% para el primario, 28% para el secundario bajo y 30% para el secundario alto para el año 2000.

En el período de 1997 a 2000 el gasto público en educación como porcentaje del PBI se mantuvo entre unos 4% a unos 5%. La disparidad en la región se presenta significativa cuando se evalúa el promedio de gasto por alumno, medido en dólares estadounidenses según paridad de poder adquisitivo (PPA). A pesar de que los países presentaron una tendencia al incremento a lo largo de este período, las diferencias entre ellos son importantes.

Para el nivel primario, en el año 2000 las cifras de gasto por alumno varían entre 720 y 1.600 dólares, para el nivel secundario bajo el rango de

variación es de 880 a 2.500 dólares y para el secundario alto de 550 a 2.800 dólares. La reducción de estas disparidades en la región debe ser consecuencia de una combinación de incrementos en los recursos destinados para la educación y el uso más eficiente de dichos recursos, dadas las variaciones observadas en el gasto por alumno y las inversiones relativamente bajas. Cabe recordar que en el Marco de Acción para las Américas de la EPT¹⁹ se hace hincapié en la necesidad de prestar especial atención a los bajos incrementos en los recursos para la educación y el uso ineficiente de los ya destinados. Este tema forma parte de las preocupaciones regionales las cuales se ven reflejadas en el trabajo realizado por la Orealc/Unesco-Santiago y la Comisión Económica para América Latina (Cepal), *Invertir mejor para invertir más. Financiamiento y gestión de la educación en América Latina y el Caribe*.

Si bien este conjunto de indicadores básicos permite llegar a conclusiones generales sobre la situación de la educación en la región, el mismo no es exhaustivo en el sentido de que no incluye el total de las dimensiones y variables educativas tanto respecto a la cobertura, como a la equidad y resultados del sistema educativo en relación a logro académico de los alumnos. En términos de cobertura, el grupo de especialistas ha llevado adelante acciones tendientes a la incorporación de estadísticas e indicadores de educación superior con la participación del Comité Regional Coordinador de Educación Superior, las cuales han resultado en la inclusión de indicadores específicos en el corto y mediano plazo. Sin embargo, aún quedan pendientes líneas de acción en el terreno de las estadísticas educativas comparadas, que conduzcan a la inclusión de indicadores que muestren más acertadamente las condiciones de inequidad presentes en la región, mediante un trabajo articulado con las actividades estipuladas en el plan estratégico definido por los Ministros de Educación de los países de la región y por el Comité Coordinador Regional. Por otro lado, las actividades propuestas por el Grupo Gestor del Proyecto "Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo" tendientes a la armonización de tareas con las distintas iniciativas regionales e internacionales existentes en la región, provocarán en el corto plazo, una mayor eficiencia en el uso de los recursos nacionales en el terreno de las estadísticas educativas mediante la convergencia de los proyectos vigentes. De esta forma, se espera un intercambio de experiencias, tal que enriquezcan el trabajo regional y aún en esfuerzos para lograr afianzar la producción de estadísticas educativas en el Mercosur atendiendo a las realidades y necesidades de los países miembros y asociados.

¹⁹ *Educación para Todos*. Marco de Acción para las Américas. Adoptado en la Conferencia de las Américas sobre Educación para Todos. Santo Domingo, República Dominicana, 10-12 de febrero de 2000.

ANEXOS

1. RESEÑAS DE REUNIONES TÉCNICAS Y SEMINARIOS

*Seminario Estadísticas Educativas Mercosur
Santiago de Chile – 13 a 17 de octubre de 1997*

La primera reunión ocurrió durante el Seminario Taller del SIC donde se acordó la conformación del grupo de trabajo de especialistas en estadísticas educativas y un conjunto básico de indicadores para el SEM, con la participación de los países asociados.

*I Reunión Técnica
Buenos Aires, Argentina – 9 y 10 de junio de 1998*

El objetivo de la reunión fue presentar una propuesta para la construcción de un número básico de indicadores factibles de ser publicados en el sitio Web del Mercosur Educativo. Con tal objeto las jornadas se dedicaron a:

- Seleccionar un número pequeño de indicadores factibles al corto plazo;
- Definirlos precisamente, incluyendo las metodologías de cálculo;
- Dar cuenta de la información necesaria para su cálculo;
- Identificar la información disponible para su cálculo por parte de cada uno de los países y definir las

tablas bases estandarizadas necesarias para la recolección de los datos primarios.

Para la comparabilidad entre los niveles de enseñanza, teniendo como referencia la Clasificación Internacional Normalizada de la Educación (Cine '97)²⁰ de la Unesco los países acordaron la siguiente adaptación de cada nivel educativo por país:

Cuadro 24: Duración en Años de cada Nivel de Enseñanza²¹

PAIS	NIVEL DE ENSEÑANZA			
	Pre-Primario ²¹	Primario	Secundario Bajo	Secundario Alto
ARGENTINA	3	6	3	3
BOLIVIA*	3	6	2	4
BRASIL	3	4	4	3
CHILE**	3	6	2	4
PARAGUAY	2	6	3	3
URUGUAY	3	6	3	3

* Bolivia empezó su participación en el grupo a partir de la reunión de 2000 en Uruguay.

** En la I Reunión Técnica, Chile presentó como duración 4 años para Primario y 4 años para Secundario Bajo. Sin embargo, al momento de la confección y envío de las tablas con la información, se propuso como duración 6 años para Primario y 2 años para Secundario Bajo, tal como se adoptó en el proyecto mundial de indicadores de la Unesco/OCDE.

Estos cuatro niveles de enseñanza coinciden con los niveles 0, 1, 2 y 3 de la Cine 97 respectivamente. Se definió, además, un nivel de enseñanza uniforme para los 5 países del Mercosur denominado *enseñanza básica* (Cine1+2) que incluye los niveles Primario y Secundario Bajo (Cine 1 y Cine 2). La idea original de tomar un año – el último año del pre-escolar – para el nivel pre-primario, se explica por la dificultad inicial de establecer criterios adecuados para la definición de dicho nivel de modo comparable.

Para la clasificación de los indicadores básicos se identificaron dos categorías de análisis: *globales* y *específicos*. Mientras los primeros se refieren globalmente al contexto socio-económico nacional o al sistema educativo como conjunto, los segundos se refieren a aspectos específicos del sistema educativo.

Los indicadores globales se refieren a la totalidad de la población o del sistema educativo de cada país. Estos indicadores dan cuenta de la información correspondiente a la población total del país, razón de masculinidad, razón de dependencia potencial, porcentaje de población urbana, índice de dependencia potencial, tasa de actividad, condición de alfabetismo, asistencia escolar, producto bruto interno *per capita*. También se refieren a la educación formal del país en términos de la matrícula y las unidades educativas por nivel de enseñanza y el personal docente por sexo.

²⁰ La Cine 97 es la Clasificación Internacional Normalizada de la Educación construida y aceptada internacionalmente; fue creada para dar cuenta de la multiplicidad de formas de educación y de formación profesional, de la diversidad de los tipos de proveedores de educación y la utilización de otras modalidades no basadas en la escuela con programas de educación a distancia. La revisión actualmente en uso fue aprobada por la Conferencia General de la Unesco en la 29ª reunión de noviembre de 1997.

²¹ Originalmente se definió el nivel pre-primario de sólo un año de duración, pero al poner en marcha el proceso de recolección de información se acordó tomar la definición de cada país en relación a la aplicación de la Cine '97.

Los *indicadores específicos* se refieren a características propias del sistema educativo tanto internas y externas al sistema.

Indicador 1 – Distribución porcentual de la población adulta total, económicamente activa y desocupada por sexo, edad según nivel de enseñanza completado.

Indicador 2 – Tasa neta de escolarización por grupos de edad.

Indicador 3, 4 y 5 – Tasas de aprobación, reprobación y abandono por nivel de enseñanza.

Indicador 6 – Alumnos por sección y nivel de enseñanza.

Indicador 7 – Distribución de los alumnos de 15 años según su condición de adelanto/retraso escolar.

Para cada uno de los indicadores seleccionados, se establecieron las definiciones, fórmulas de cálculo, tablas de envío de información (tablas base), y tablas de presentación con los resultados del indicador, acordando que Argentina tomaría bajo su coordinación las actividades de implementación de los procesos de acopio, consistencia, producción de los indicadores y preparación de la publicación, que conduzcan a la difusión de la información a través del sitio Web del Mercosur Educativo.

También en esta reunión técnica se identificó la necesidad de dedicar un esfuerzo especial a la definición de los niveles de enseñanza superiores al secundario alto mediante la participación de los productores de información de educación terciaria de cada país en las actividades del Grupo de Especialistas.²² Además, se propuso para el futuro la organización de un seminario taller para discutir y consensuar definiciones sobre el fenómeno de la repitencia y metodologías para su medición.²³

Finalmente, se decidió incorporar las definiciones adoptadas en esta Reunión al glosario de estadísticas educativas del Mercosur.

II Reunión Técnica Brasilia, Brasil – 17 a 19 de mayo de 1999

El objetivo de esta reunión fue el de evaluar los primeros resultados obtenidos en la producción de los indicadores y continuar con el desarrollo del sistema de indicadores educativos que permitan brindar información imprescindible para la elaboración y evaluación de la política educativa de la región mostrando debilidades y fortalezas con el propósito de generar mayor eficiencia y equidad. En este sentido, se propuso incorporar un nuevo conjunto de indicadores educativos que permitan avanzar en la descripción de la situación y los procesos educativos de los países del Mercosur.

Así se amplió el sistema de indicadores educativos del Mercosur con la incorporación de nuevos indicadores, tratando de aprovechar los esfuerzos de los países miembros y asociados en la participación de otros proyectos regionales y mundiales en esta materia. Dado que desde 1998, todos los países participantes del Sistema de Indicadores del Mercosur²⁴ participan del proyecto Mundial de Indicadores Educativos (World Education Indicators

²² Esta propuesta recién pudo concretarse en la reunión de diciembre de 2003 en Brasilia, Brasil.

²³ El seminario taller fue realizado el septiembre de 2001 en Brasilia, Brasil.

²⁴ A la fecha de esta reunión Bolivia no participaba de las actividades del Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo.

– WEI) de la Unesco/Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE) en que los países suministraban información financiera para la producción de indicadores consensuados y homogéneos en esta área, se decidió adoptar la misma metodología y su publicación sería una reproducción de los indicadores correspondientes producidos para el proyecto WEI. Así se tiene:

- Indicador 8: Gasto en Educación como porcentaje del PBI para todos los Niveles de Enseñanza. (Indicador B1.1a OCDE. *Education at a Glance* 1998 – 4 primeras categorías.²⁵)
- Indicador 9: Gasto en Educación de Fuentes Públicas y Privadas para Establecimientos Educativos como porcentaje del PBI por Nivel de Enseñanza. (Indicador B1.1d OCDE. *Education at a Glance* 1998).
- Indicador 10: Porcentaje del Gasto Educativo dentro del Gasto Público Total, según Nivel de Enseñanza. (Indicador B2.1 OCDE. *Education at a Glance* 1998).
- Indicador 11: Gasto Anual por Alumno (en dólares PPP) según Nivel de Enseñanza. (Indicador B4.1 OCDE. *Education at a Glance* 1998).
- Indicador 12: Relación Alumno-Docente frente a Alumnos por Nivel de Enseñanza. (Indicador B7.1 OCDE. *Education at a Glance* 1998).

Y en relación a situaciones educativas específicas de la región:

- Indicador 13: Porcentaje de Sobreedad por Nivel de Enseñanza.
- Indicador 14: Porcentaje de alumnos de 15 a 17 años en Educación de Adultos.
- Indicador 15: Distribución Porcentual de la Población de 14 y 17 años según Condición de Escolarización y Nivel de Enseñanza.

De esta manera, después de dos años de funcionamiento, el Sistema de Indicadores Educativos del Mercosur arribó a un conjunto clave de 15 indicadores, cubriendo, cuestiones del contexto socio-demográfico del sistema, relativos a acceso y eficiencia interna e indicadores de impacto social. Los años siguientes fueron dedicados a la actualización, introduciendo mejoras y consolidando los procesos de producción y difusión de la información.

III Reunión Técnica Montevideo, Uruguay – 3 y 4 de abril de 2000

La reunión se concentró en el análisis de la información producida, especialmente en la comparabilidad y su consistencia a lo largo de los años. Las diferentes estructuras y edades que componen cada uno de los niveles de enseñanza definidos para cada país hizo necesario excluir dentro del indicador número 15: “Distribución porcentual de la población de 14 y 17 años por condición de escolarización y nivel de enseñanza según países”,

²⁵ *Education at a Glance* es una publicación anual de la OCDE, la cual presenta un conjunto de indicadores comparados entre los países miembros. A partir del año 1998, la publicación presenta los resultados del Proyecto Mundial de Indicadores Educativos (WEI) de Unesco/OCDE.

la edad 14 años. Esto es debido a que a dicha edad en Argentina, Paraguay, Uruguay y Brasil, la población debiera estar matriculada en Secundario Bajo, mientras que para Chile en Secundario Alto, lo cual atentaba contra la comparabilidad entre países

Como las definiciones de cada indicador fueron acordadas por los países participantes y ajustadas por cada país en función de las propias formas de funcionamiento y organización de sus respectivos sistemas educativos, se propuso hacer una mirada retrospectiva para describir la situación educativa en el Mercosur y, si fuera necesario, replantear aquellos indicadores cuya definición se aleje de la comparabilidad y homogeneidad regional.

Estas actividades comprueban la importancia de las actividades cooperativas desarrolladas en el ámbito del Mercosur, además del compromiso asumido por los países de trabajar en el sentido de mejorar cada vez mas la calidad de la información y la consistencia de la comparación entre los indicadores. Esto permitió que el Grupo de Especialistas comenzara a preocuparse cada vez mas con el análisis y difusión de las informaciones, promoviendo la realización de un análisis de los indicadores producidos.

*IV Reunión Técnica y
Seminario de indicadores de Flujo Escolar en el Ámbito
de los Países del Mercosur y Asociados
Brasilia, Brasil – 12 a 14 de septiembre de 2001*

La reunión tuvo como principal objetivo la realización del Seminario sobre Indicadores de Flujo Escolar en los países de la región, con la participación de especialistas de los países y expertos internacionales. La reunión fue un marco para facilitar y promover la presentación por parte de los países acerca de las definiciones y terminología utilizadas en relación al flujo escolar y trayectorias educativas de los alumnos, como así también los indicadores y las metodologías para su estimación, con el apoyo de Orealc/Unesco-Santiago.

Los países identificaron que existían diferencias en las definiciones adoptadas y en los procesos educativos involucrados. La mayoría de los modelos utilizados por los países consideran que el acceso inicial es solamente en el primer grado del nivel y que los alumnos que salen del sistema no regresan a él. Se identificó la necesidad futura de un trabajo específico para la elaboración de una metodología que tenga en cuenta las especificidades de los sistemas educativos y que permita la estimación mas adecuada para los indicadores involucrados.

El grupo identificó, también, la necesidad de definir y producir indicadores para la educación superior y tecnológica a través del trabajo conjunto y coordinado con los comités coordinadores de dichas áreas.

Finalmente, el CCR – Brasil como presidencia *pro tempore* – presentó al Grupo de Especialistas la nueva estructura organizacional del Mercosur que se configura como un nuevo modelo de gestión de las actividades a través de proyectos específicos en consonancia con el Plan Estratégico 2001 – 2005 del SEM. De esta manera, se buscaba instrumentos más eficientes de monitoreo de las actividades de los grupos de trabajos, que se conformarían como Grupos Gestores de Proyectos. Así, el Grupo de Especialistas discutió sobre los lineamientos generales para la elaboración de un perfil de proyecto a presentarse como propuesta en la próxima reunión del grupo, para ser elevada al SIC y al CCR como las instancias superiores de decisión. El perfil del proyecto debería seguir las especificaciones

determinadas por el CCR para la presentación formal de perfiles de proyecto para su evaluación y posible aprobación.

*V Reunión Técnica
Fortaleza, Brasil – 10 de septiembre de 2002*

A partir de la IV Reunión, el Grupo de Especialistas trabajó en la elaboración del perfil del proyecto bajo la coordinación de Argentina, de acuerdo con las orientaciones del Plan de Estratégico 2001 – 2005. El Plan, aprobado por los Ministros de Educación, determinó que el CCR establecería las programaciones anuales para el sector, y en este sentido, se estableció como meta prioritaria para el SIC la de consolidar e integrar el sistema de información en educación de los países miembros y asociados, poniendo a disposición del público general en internet, datos sobre la educación de la región y sobre el Sector Educativo del Mercosur. Se identificó que para el cumplimiento adecuado de esa meta era esencial que el Sistema de Indicadores Educativos pudiera priorizar estrategias de actualización y avanzar a la producción de indicadores demandados por otras áreas temáticas.

La propuesta elaborada por el grupo derivó en el perfil de proyecto “Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo”, con duración de 4 años. El proyecto mantuvo la idea original del Grupo de Especialistas al inicio de sus actividades, basada en un principio fundamental para el desarrollo del sistema de indicadores educativos en el ámbito de Mercosur: asegurar un proceso participativo de compatibilización metodológica y conceptual, respetando las singularidades de los sistemas educativos de los países participantes.

Además, se propuso buscar una integración del proyecto de Mercosur con el resto de los proyectos existentes en la región, identificando indicadores de acuerdo a su pertinencia para el Mercosur educativo, que reflejen las necesidades, prioridades y niveles de desarrollo de los países de la región. En este sentido, el organismo responsable del acopio de datos educativos a nivel mundial es la Unesco a través de su Instituto de Estadística (UIS). Analizando entonces los proyectos vigentes a la fecha y buscando la convergencia de esfuerzos por parte de los equipos técnicos nacionales, se identificaron las siguientes equivalencias y proximidades entre los indicadores e información básica propia del Mercosur educativo, y la información recolectada por el UIS:

Cuadro 25: Equivalencia de tablas y metodologías entre Mercosur Educativo y Unesco

(continua)

MERCOSUR		UNESCO
INDICADOR	TABLA	TABLA
Indicador 1. Porcentaje de la población que ha completado niveles de enseñanza seleccionados por edad y sexo	Tabla 1. Población Total por sexo y edad según máximo nivel de enseñanza completado	Tabla DEM2 (WEI)
Indicador 2. Tasas netas de escolarización por grupos de edad	Tabla 2. Población de 3 años y más y población escolarizada por nivel de enseñanza y edad	Tablas DEM1 y ENRL1 (WEI)
Indicador 3, 4 y 5. Tasas de aprobación, reprobación y abandono por nivel de enseñanza	Tabla 3. Matrícula inicial, alumnos aprobados y alumnos reprobados por nivel de enseñanza y grado. Educación común	NO DISPONIBLE
Indicador 6. Promedio de alumnos por sección por nivel de enseñanza	Tabla 4. Matrícula y secciones por nivel de enseñanza según tipo de sección. Educación común	NO DISPONIBLE

Cuadro 25: Equivalencia de tablas y metodologías entre Mercosur Educativo y Unesco

MERCOSUR		(conclusión)
INDICADOR	TABLA	TABLA
Indicador 7. Distribución porcentual de los alumnos de 15 años de edad por cantidad de grados atrasados o adelantados	Tabla 5. Matrícula por grado consecutivo según edad	Tabla CUADRO 5 Y 6 (sólo educación común)
Indicador 8. Gasto en educación como % del PBI por origen de los fondos (Todos los niveles de enseñanza)	Tabla 6. Gasto en educación como % del PBI por origen de los fondos (Todos los niveles de enseñanza)	Tabla FINANCE1 (WEI)
Indicador 9. Gasto en educación de fuentes públicas y privadas como porcentaje del PBI por nivel de enseñanza	Tabla 7. Gasto en educación de fuentes públicas y privadas como porcentaje del PBI por nivel de enseñanza	Tabla FINANCE1 (WEI)
Indicador 10. Porcentaje del gasto público en educación dentro del gasto público total por nivel de enseñanza	Tabla 8. Porcentaje del gasto público en educación dentro del gasto público total por nivel de enseñanza	Tabla FINANCE1 (WEI)
Indicador 11. Gasto por alumno (en dólares estadounidenses convertidos usando PPPs) por nivel de enseñanza	Tabla 9. Gasto por alumno (en dólares estadounidenses convertidos usando PPPs) por nivel de enseñanza	Tabla ENRL2 y FINANCE2 (WEI)
Indicador 12. Alumnos por docente por nivel de enseñanza	Tabla 10. Alumnos por docente por nivel de enseñanza	Tablas ENRL2 y PERS1
Indicador 13. Tasa de sobreedad por nivel de enseñanza	Tabla 11. Alumnos por nivel de enseñanza y grado según edades	Tabla CUADRO 5 Y 6 (sólo educación común)
Indicador 14. Porcentaje de alumnos de 15 a 17 años en educación de adultos	Tabla 12. Alumnos de 15 a 17 años en el sistema educativo y en educación de adultos	NO DISPONIBLE
Indicador 15. Distribución porcentual de la población de 17 años por condición de escolarización y nivel de enseñanza	Tabla 2. Población de 3 años y más y población escolarizada por nivel de enseñanza y edad	Tablas DEM1 y ENRL1 (WEI)

La comparación realizada es posible dado que ambos proyectos utilizan la Cine '97, y la misma permite concluir que no hay diferencias significativas en la producción de las tablas para los indicadores comunes. Las eventuales distinciones ocurren en la agregación de datos para dar respuestas específicas de la región. De este modo los países pueden establecer mecanismos de producción de la información tal que permitan la optimización del trabajo y también la comparación y cooperación con otras iniciativas internacionales.

El objetivo general del proyecto es el de producir y difundir informaciones comparables, confiables y actualizadas sobre los sistemas educativos de los países del Mercosur, por medio de un conjunto de indicadores, a fin de contribuir a la formulación, monitoreo y validación de las políticas educativas de la región, favoreciendo el proceso de integración del Sector Educativo.

El proyecto contempla seis líneas de acción, a saber:

- La determinación de mecanismos de actualización de datos e indicadores;
- El desarrollo de nuevos indicadores educativos pertinentes al Sector;
- La realización de análisis periódicos;
- La divulgación y difusión de los productos obtenidos;
- El fortalecimiento de los sistemas de información educativa de la región mediante la interacción con los componentes del SEM;

- La identificación y utilización de tablas básicas e indicadores educativos desarrollados en otros proyectos de indicadores de la región siempre que contribuyan a medir las políticas y acciones del Mercosur educativo.

La ejecución del proyecto está a cargo del Grupo Gestor del Proyecto (GGP). Se propuso mantener el Grupo Técnico de Especialistas como miembros del GGP, propuesta luego aprobada por el SIC.

A través del proyecto se promueve la realización de seminarios/talleres temáticos, con fines de compatibilización conceptual y metodológica mediante la participación de especialistas nacionales e internacionales en el tema a ser discutido. El GGP selecciona, a partir de las conclusiones arribadas en los seminarios/talleres, que indicadores incluir en el sistema, en función de su pertinencia con los objetivos del SEM.

Siguiendo esta línea de acción, en diciembre de 2003 se realizó un seminario taller para las estadísticas de educación superior, conforme el plan de actividades propuesto en el proyecto.

Además de los seminarios/talleres anuales, el GGP debe realizar al menos una reunión de coordinación anual, para la evaluación de las actividades desarrolladas, la actualización progresiva de los indicadores y la incorporación de nuevos indicadores.

*Encuentro de los integrantes del ggp durante la realización del
IV taller regional de estadísticas de la educación de la unesco
Quito, Ecuador – 11 de abril de 2003*

En Quito, se realizó una reunión informal extraordinaria de los integrantes del GGP, aprovechando de la participación en el Taller Regional de Estadísticas de Educación del Instituto de Estadísticas de la Unesco (UIS).

En el encuentro se discutió la utilización en carácter de experiencia piloto, de algunos de los formatos de las tablas del proyecto WEI-Unesco/OCDE (tablas DEM) en reemplazo de las utilizadas en la etapa anterior del Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo (Tabla nº 1). Para llevar adelante esta actividad, el Instituto de Estadística enviaría los manuales técnicos al delegado de Bolivia, debido a que dicho país no participa del proyecto WEI-Unesco/OCDE.

Se confirmó la realización del Seminario de Indicadores Educativos de nivel Superior bajo la organización de Brasil, acordada en Fortaleza en 2002. El UIS a través de su asesoría regional en la Orealc/Unesco-Santiago, confirmó, también, que contribuiría en la realización de dicho Seminario, en lo relativo a garantizar la asistencia de al menos un representante de cada país, y prestar asistencia técnica mediante la participación de especialistas en la materia.

*I Reunión del GGP
Brasilia, Brasil y
Seminario Taller de Indicadores de Educación
Superior para el Mercosur
15 a 17 de diciembre de 2003*

La reunión del GGP ocurrió después de la realización del Taller “Indicadores de Educación Superior para el Mercosur”, resultado de la primera

actividad conjunta del grupo GGP y el Comisión Regional Coordinador de Educación Superior (CRCES), generando los fundamentos para la producción e incorporación al sistema de indicadores de educación superior. El taller tuvo el apoyo de la Unesco a través de la Orealc y el UIS, además de la expresión de voluntad de mantener futuros aportes técnicos y financieros para la ejecución del proyecto.

De la reunión del GGP el 17 de diciembre, se decidió incorporar los siguientes indicadores:

- Tasa de escolarización de alumnos de 18 a 24 años de edad;
- Tasa de incorporación al nivel superior;
- Porcentaje de alumnos matriculados en programas de formación docente y otros por tipo de programa – universitario, No universitario;
- Distribución de alumnos matriculados por tipos de carrera de grado: especialización, maestrías, doctorados, postdoctorados;
- Distribución porcentual de egresados de educación superior por grupos amplios y sectores de educación definidos en la Cine 97.
- Distribución porcentual de alumnos por sector de gestión y nivel educativo.

Sólo el primer indicador de la enumeración anterior sería incluido en la próxima publicación, dejando el resto para la siguiente etapa.

II Reunión del GGP
Buenos Aires, Argentina – 26 y 27 de abril de 2004

En esta reunión se comienzan a discutir los productos referidos específicamente a la implementación del proyecto vigente, aprobándose el cambio de diseño de la publicación de los indicadores en el sitio Web del Mercosur Educativo. Se decide incorporar los indicadores propuestos en la reunión anterior del GGP y comenzar las actividades relacionadas con el análisis de los indicadores publicados en el período 1996 – 2000. Para llevar adelante esta tarea, se cuenta con el apoyo de la Unesco (Orealc y UIS) dando origen al presente informe.

En el periodo de 6 años de actividad, el grupo de especialistas con el apoyo del SIC y del CCR, pudo realizar y superar los desafíos propuestos desde el inicio, en octubre de 1997, con la incorporación de aquellos indicadores que los países son capaces de producir o comparar pertinentes con los lineamientos del SEM; la realización de dos talleres temáticos con la participación de especialistas en el tema, para fortalecer la capacidad de producción y análisis de los sistemas educativos de la región y su relación con otros países; así como mantener un proceso de mejoría de la producción y actualización de la información. La aptitud de los miembros del grupo a favor de mantener a lo largo del período un trabajo cooperativo en búsqueda de la integración efectiva de los sistemas de estadísticas educativas, fue decisiva para la realización de las tareas propuestas.

2. NOTAS METODOLOGICAS

El trabajo desarrollado para el periodo de 1996 a 2001 exigió de los países esfuerzos en la producción de informaciones confiables y comparables. El aprendizaje fue progresivo, siempre en búsqueda de mantener la coherencia estadística de los datos.

Para el cálculo promedio de los países, ausente la información del año, se tomó la del año siguiente, cuando se encontraba disponible.

A partir de datos de 2001, hubo cambios en la clasificación de los niveles de enseñanza para efectos de un mejor ajuste a la clasificación Cine 97. De esta manera, la producción de la información permitirá establecer comparaciones con otros proyectos de indicadores, particularmente, el Proyecto de Indicadores de Educativos de la Cumbre de las Américas (Prie) y de los países miembros de la Organización para la Cooperación Económica y Desarrollo (OCDE), además de permitir optimizar la producción de información base con estandarización de tablas y de categorías de programas educativos.

Además de las notas específicas presentadas por países, hay algunas consideraciones metodológicas relevantes para entender las informaciones producidas por los países.

Los indicadores globales, fueron recolectados directamente de los respectivos institutos nacionales de estadísticas, los cuales según la disponibilidad de

información, muchas veces no coincide con la fecha de la vitrina. Su presencia en la *Vitrina Estadística* es importante para establecer referenciales globales más que para comparaciones propias entre países, ya que no hay una estandarización de las definiciones.

La información utilizada en este informe fue actualizada a fin de poder realizar la comparación longitudinal. En este sentido, Uruguay completó la información para el año 1996, Bolivia incluyó algunos indicadores para el año 1997, y Brasil reevaluó algunos de los indicadores para el año de 1998, principalmente, los relativos a datos socio-económicos del Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

El PBI *per capita* no ha sido incorporado en el informe debido a que las cifras presentadas no están estandarizadas.

La categoría "Sólo hasta primario completo" del indicador 1 incluye a los individuos no escolarizados, a los que no completaron el nivel primario y a los que completaron el primario. La categoría "al menos secundario alto" incluye a los individuos que completaron el nivel secundario alto y el nivel terciario.

Los valores superiores a 100% en el indicador 2 se explican por la falta de adecuación de las cifras de matrícula en las edades con cobertura escolar universal, o cercana a ella, y la de proyección de la población en esas edades.

Para el cálculo del promedio de los países se consideró las cifras superiores a 100% como 100%.

Los datos financieros de Brasil, previos al 2000, fueron ajustados a la metodología adoptada a partir de este año, sin la inclusión de gastos financieros con jubilados.

Indicadores del Mercosur Educativo

Se identificaron dos tipos de indicadores: globales y específicos. Mientras los primeros se refieren globalmente al contexto socio-económico nacional o al sistema educativo como conjunto, los segundos se refieren a aspectos específicos del sistema educativo.

LOS INDICADORES GLOBALES

Se refieren a la totalidad de la población o del sistema educativo de cada país. Estos indicadores fueron basados en estándares nacionales y no hizo parte del desarrollo metodológico del grupo técnico de estadísticas representado en el Grupo Gestor del Proyecto de Indicadores Educativos del Mercosur Educativo (GGP).

Razón de masculinidad

La razón de masculinidad calcula la relación entre la población masculina e la femenina de un país multiplicado por 100.

Población urbana

El porcentaje de población urbana calcula el nivel de urbanización de un país medidos como la proporción porcentual de la población ubicada en las regiones consideradas urbanas respecto a estándares nacionales.

Índice de dependencia potencial

El indicador calcula la relación entre la población menor de 15 años y de más de 64 años y la población de 15 a 64 años multiplicado por 100.

Tasa de actividad

El indicador calcula la proporción porcentual de la población de 15 años y más económicamente activa (población de 15 años y más que participa del mercado laboral, empleado o desempleado). La tasa refinada considera la población de 14 años y más. La tasa masculina incluye solamente la población masculina y la tasa femenina la correspondiente población femenina.

Tasa de analfabetismo

El indicador calcula la proporción porcentual de la población de 15 años y más que es analfabeta según estándares nacionales.

Asistencia escolar

La tasa calcula la relación entre el total de los alumnos matriculados en el sistema educativo de un país con relación a la población de 5 a 29 años de edad, segundo estándares internacionales, considerada como el potencial de escolarización en el sistema educativo, incluyendo todos los niveles de enseñanza.

LOS INDICADORES ESPECÍFICOS

Estos indicadores se refieren a características específicas del sistema educativo.

Indicador 1 – Porcentaje de la población que ha completado niveles de enseñanza seleccionados por edad y sexo

El indicador calcula la proporción de la población adulta por género y grupo de edad que ha alcanzado un nivel de enseñanza (primario, secundario, superior)

$$NEA_{ij} = \frac{na_{ijg}}{p_{ig}} * 100; \text{ para } i = 1, 2, 3 \text{ (grupo 1 = 25 a 34 años; grupo 2 = 35 a 44 años; grupo 3 = 45 a 64 años)}$$

Donde na_{ijg} = población que ha alcanzado el nivel j para el grupo de edad i y género g ;
y p_{ig} = población para el grupo de edad i y género g .

Indicador 2 – Tasa neta de escolarización por grupos de edad

El indicador calcula la proporción de la población en edad de concurrir a los grados referidos a las edades teóricas seleccionadas que efectivamente está matriculada.

Los grupos de edad para los cuales se calcula el indicador son: 7-11 años, 12-14 años, 15-17 años y 7-14 años.

$$TNE_i = \frac{m_i}{p_i} * 100; \text{ para } i = 1, 2, 3, 4 \text{ (grupo 1 = 7 a 11 años; grupo 2 = 12 a 14 años; grupo 3 = 15 a 17 años; grupo 4 = 7-14 años)}$$

Donde m_i = matrícula para el grupo de edad i ;
y p_i = población para el grupo de edad i en el año j .

Indicador 3, 4 y 5 – Tasas de aprobación, reprobación y abandono por nivel de enseñanza

La tasa de Aprobación es la proporción de alumnos de la matrícula inicial que rindió satisfactoriamente las evaluaciones de un grado dado de acuerdo a la legislación vigente y puede aspirar al grado siguiente.

$$TAP_i = \frac{\sum_{l=1}^{k_i} ap_{li}}{\sum_{l=1}^{k_i} m_{li}} * 100 \quad \text{para } i = 1, 2, 3 \text{ y } 12 \text{ (Cine 1, Cine 2, Cine 3, Cine 12).}$$

Donde ap_{li} = aprobados del grado l para el nivel i
 m_{li} = matrícula inicial del grado l para el nivel i
 k_i = cantidad de grados para el nivel i .

La *tasa de reprobación* es proporción de alumnos de la matrícula inicial que no rindió satisfactoriamente las evaluaciones de un grado dado de acuerdo a la legislación vigente y no puede aspirar al grado siguiente.

$$TRP_i = \frac{\sum_{l=1}^{k_i} rp_{li}}{\sum_{l=1}^{k_i} m_{li}} * 100 \quad \text{para } i = 1, 2, 3 \text{ y } 12 \text{ (Cine 1, Cine 2, Cine 3, Cine 12).}$$

Donde rp_{li} = aprobados del grado l para el nivel i
 m_{li} = matrícula inicial del grado l para el nivel i
 k_i = cantidad de grados para el nivel i .

El abandono escolar se obtiene por diferencia y solo se refiere al abandono durante el año escolar. De esta manera la *tasa de abandono* es la proporción de alumnos de la matrícula inicial que abandona sus estudios durante el año escolar.

Para los alumnos aprobados, alumnos reprobados y matrícula inicial por nivel de enseñanza y grado. Los niveles son primario, secundario bajo y secundario alto.

Indicador 6 – Alumnos por sección y nivel de enseñanza

El indicador calcula el promedio de alumnos que reciben enseñanza en una misma sección, medidos como la relación entre la matrícula inicial en el nivel por el número de secciones de este nivel.

$AS_i = \frac{m_i}{s_i}$; i = niveles (pre-primario, primario, secundario bajo, secundario alto).

Donde m_i = alumnos del nivel i
 s_i = número de secciones en el nivel i .

Indicador 7 – Distribución de los alumnos de 15 años según su condición de adelanto/retraso escolar

Adelanto/retraso escolar es la no-coincidencia del grado/año cursado por el alumno con relación al grado/año que teóricamente le correspondería cursar para su edad. El indicador calcula la distribución porcentual de los alumnos de 15 años según número de grados/años de adelanto o atraso escolar respecto del grado teórico.

$AR_t = \frac{nar_t}{n_{15}} * 100$; $t = 0, 1, 2, 3$ o $+$ grados de retraso, o $t = 1, 2$ o $+$ grados de adelanto. n_{15} = alumnos de 15 años matriculados en la enseñanza común.

Indicador 8 – Gasto en educación como porcentaje del PBI para todos los niveles de enseñanza

El indicador calcula la proporción del PBI de un país que es invertida en educación;

$PGE_f = \frac{GE_f}{PBI} * 100$; f = fuente pública, privada o total.
 GE_f = gasto anual que la fuente f realiza con educación.

Indicador 9 – Gasto en educación de fuentes públicas y privadas para establecimientos educativos como porcentaje del PBI por nivel de enseñanza

El indicador calcula la proporción del PBI que es invertida en cada uno de los niveles educativos.

$$PGE_i = \frac{GE_i}{PBI} * 100; i = \text{nivel de enseñanza pre-primario, primario, secundario bajo, secundario alto y superior.}$$

GE_i = gasto en el nivel de educación i.

Indicador 10 – Porcentaje del gasto educativo dentro del gasto público total, según nivel de enseñanza

El indicador calcula la proporción del gasto público anual que es asignada a cada uno de los niveles educativos.

$$PGPE_i = \frac{GPE_i}{GP} * 100; i = \text{nivel de enseñanza pre-primario, primario, secundario bajo, secundario alto y superior.}$$

GPE_i = gasto anual en el nivel de educación i.

GP = total del gasto público anual.

Indicador 11 – Gasto Anual por Alumno (PPA) según nivel de enseñanza

El indicador calcula el gasto unitario en un nivel de enseñanza que es la proporción invertida por alumno en un nivel educativo. Para la comparación internacional los datos de gasto son convertidos en dólares estadounidenses por la PPA, el índice de paridad del poder de compra, calculado todos los años por el banco mundial. Los alumnos son convertidos a alumnos-equivalente. Un alumno-equivalente es aquel que estudia a tiempo completo en el nivel de enseñanza.

$$GEA_i = \frac{GE_i}{nae_i}; i = \text{nivel de enseñanza pre-primario, primario, secundario bajo, secundario alto y superior;}$$

GE_i = gasto anual con el nivel de enseñanza i;

nae_i = número de alumnos-equivalente matriculados en el nivel i.

Indicador 12 – Relación alumno-docente por nivel de enseñanza

El indicador calcula la relación de alumnos de un nivel por docentes que enseñan en este nivel educativo. Alumnos y docentes son calculados como alumnos-equivalente y docentes-equivalente a tiempo completo.

$$NAD_i = \frac{nae_i}{nde_i}; i = \text{nivel de enseñanza pre-primario, primario, secundario bajo, secundario alto y superior;}$$

nae_i = número de alumnos-equivalente matriculados en el nivel i.

nde_i = número de docentes-equivalente en el nivel i .

Las definiciones, información necesaria para la construcción y fórmulas de cálculo de los indicadores de recursos humanos y financieros de la educación (indicadores 8 a 12), coinciden con las definidas por Unesco/OCDE para el proyecto WEI.²⁶

Indicador 13 – Tasa de sobreedad por nivel de enseñanza

La tasa de Sobreedad calcula la proporción de alumnos de la matrícula inicial con edad mayor a la teórica más uno para el grado correspondiente. Se decide tomar como sobreedad a los alumnos en más de un año por arriba de la edad teórica debido a las diferentes legislaciones de los países miembros del Mercosur. Este indicador no incluye los de educación especial y de jóvenes y adultos.

$TSE_i = \frac{nas_i}{m_i} * 100$, i = nivel de enseñanza primario, secundario bajo y secundario alto.

nas_i = número de alumnos del nivel i con edad mayor a la teórica más uno.

m_i = matrícula inicial en el nivel i .

Indicador 14 – Porcentaje de alumnos de 15 a 17 años en educación de jóvenes y adultos

El porcentaje de Alumnos de 15 a 17 años en Educación de Jóvenes y Adultos calcula la proporción de alumnos del grupo de edad 15 a 17 años en educación de adultos del total de alumnos del grupo de edad 15 a 17 años matriculados en el sistema educativo.

$PEJA_i = \frac{njas_i}{m_i} * 100$; i = alumnos del grupo de edad 15 a 17 años.

$njas_i$ = alumnos de 15 a 17 años de edad matriculados en educación de jóvenes y adultos;

m_i = total de la matrícula inicial de los alumnos del grupo de edad 15 a 17 años.

Indicador 15 – Distribución Porcentual de la población de 17 años según condición de escolarización y nivel de enseñanza

La distribución Porcentual de la Población de 17 años según Condición de Escolarización y Nivel de enseñanza calcula la distribución proporcional de alumnos de 17 años según condición de escolarización y nivel de

²⁶ Las publicaciones anuales de la OCDE, *Education at a Glance* presentan las metodologías para estos indicadores.

enseñanza en función del total de población de 17 años respectivamente. Las condiciones de escolarización consideradas fueron la de los grupos de los no-escolarizados, los escolarizados en el primario, en el secundario bajo y en el secundario alto.

Nota: Puede existir una pequeña proporción de alumnos de 17 años en el nivel Superior, los cuales estarían incluidos dentro de los no escolarizados. Se supone una baja participación de esta edad en el nivel Superior.

$$PE_{ic} = \frac{pb_{ic}}{p_i} * 100; i = \text{edad de 17 años}; c = \text{condición de escolarización (no-escolarizado, primario, secundario bajo, secundario alto);}$$

pb_{ic} = población de edad i con la condición de escolarización en nivel (o no-escolarización) c.

3. TABLAS DE DATOS

La información citada en este informe se encuentra publicada en el sitio Web del Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo, bajo la sección Estadísticas (<http://sicmercosul.mec.gov.br>).

**COMPARATIVE
ANALYTIC-DESCRIPTIVE STUDY
OF MERCOSUR EDUCATIONAL
SECTOR
(1996-2000)**

PARTICIPANTS IN THE PROJECT MANAGING GROUP (GGP) "EDUCATIONAL MERCOSUR INDICATOR SYSTEM"

ARGENTINA

Name: MARÍA LAURA ALONSO
Position: Coordinadora de Laboratorio de Estadística
Institution: Ministerio de Educación, Ciencias y Tecnología
Address: Paraguay 1657 – 1er. Piso contrafrente
Telephone/fax: +54 – 11-4129-1421/+54-11-4125-1447
E-Mail: malonso@me.gov.ar

Name: IRENE OIBERMAN
Position: Coordinadora de Proyectos Informáticos
Institution: Ministerio de Educación, Ciencias y Tecnología/
Red Federal de Información
Address: Paraguay 1657 – 2º Piso contrafrente
Telephone/fax: +54 – 11-4129-1438/+54-11-4125-1447
E-Mail: ioiberman@me.gov.ar

BRAZIL

Name: OROSLINDA MARIA TARANTO GOULART
Position: Diretora de Tratamento e Disseminação de
Informações Educacionais
Institution: Ministério da Educação/Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira (Inep)
Address: Anexo II do MEC, Brasília-DF, Brasil
Telephone: (61) 210-48426/fax: (61) 2104-9441
E-Mail: linda.goulart@inep.gov.br

Name: LILIANE LUCIA NUNES DE ARANDA OLIVEIRA
Position: Coordenadora de Análises Estatísticas
Institution: Ministério da Educação/Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira (Inep)
Address: Anexo II do MEC Sala 430, Brasília-DF, Brasil
E-Mail: liliane.oliveira@inep.gov.br

PARAGUAY

Name: HILDA GONZÁLEZ GARCETE
Position: Jefa del Departamento de Estadística y Servicios
de Información

Institution: Dirección General de Planificación Educativa y
Cultural
Address: 25 de mayo 171 c/Yegros – 4º piso – Asunción,
Paraguay
Telephone/fax: +595 21 493 880/+595 21 492476
E-Mail: hilgonza@mec.gov.py

Name: DALILA NOEMI ZARZA PAREDES
Position: Técnico
Institution: Dirección General de Planificación Educativa y
Cultural
Address: 25 de mayo 171 c/ Yegros – 4º piso – Asunción,
Paraguay
Telephone/fax: +595 21 493 880/+595 21 492476
E-Mail: dazarza@mec.gov.py; dazarza@yahoo.com

URUGUAY

Name: MARA PÉREZ TORRANO
Position: Directora del Depto de Estadística.
Institution: Ministerio de Educación y Cultura
Address: Reconquista 535 piso 6
Telephone: (5982) 915-3857 interno 2
E-Mail: perezm@mec.gub.uy

BOLIVIA

Name: SAÚL HENRY SANTA MARÍA SINGURI
Position: Profesional en Estadística Educativa
Institution: Ministerio de Educación
Address: Avenida Arce 2147, La Paz
Telephone/fax: (591 - 2) 72506996/(591-2) 2442272
E-Mail: ssantamaria@minedu.gov.bo

CHILE

Name: CÉSAR MUÑOZ HERNÁNDEZ
Position: Analista del Departamento de Estudios y Desarrollo
Institution: Ministerio de Educación
Address: Alameda Nro. 1371 Piso 8, Santiago, Chile
Telephone/fax: (56-2) 3904861/(56-2)3800349
E-Mail: cesar.munoz@mineduc.cl



This present document was elaborated with technical support from the Unesco through its Regional Office for Education in Latin America and the Caribbean (Orealc/Unesco - Santiago) and also from Unesco Institute for Statistics. Participants in the initiative are: Mrs Ana Luiza Machado (Director for Orealc/Unesco – Santiago), Mr Cesar Guadalupe (UIS Regional Advisor for Latin America and the Caribbean), Mr Daniel Taccari and Mr Ivan Castro de Almeida (Consultants at Orealc/Unesco – Santiago).

COMPARATIVE ANALYTIC-DESCRIPTIVE STUDY OF MERCOSUR EDUCATIONAL SECTOR (1996-2000)

Mercosur Educational Sector (SEM)

Communication and Information System of Educational Mercosur (SIC)

Mercosur Educational Indicator System Project Managing Group (GGP)

Brasília-DF – Brazil
Inep
June 2005

CONTENTS

Introduction	7
Executive Summary	9
1. THE EDUCATIONAL SECTOR OF MERCOSUR AND THE COMMUNICATION AND INFORMATION SYSTEM	11
The Educational Statistics Specialist Group and the "Mercosur Educational Indicator System" Project Managing Group	13
2. DESCRIPTION OF THE EDUCATIONAL SYSTEMS OF THE REGION FROM A REGIONAL COMPARABILITY PERSPECTIVE	17
The importance of a comparative analysis for Mercosur	17
Conceptual Benchmark of Mercosur Educational Indicators	18
The Application of Cine 97	19
Argentina	22
Bolivia	23
Brazil	24

Chile	25
Paraguay	26
Uruguay	27
 3. COMPARATIVE LONGITUDINAL ANALYSIS AMONGST MERCOSUR COUNTRIES	 29
Global indicators	30
 4. COUNTRIES PROFILES	 61
 5. CONCLUSIONS	 69
 APPENDICES	 73
1. Reports of Technical Meetings and Seminars	75
2. Methodological Notes	85
3. Data Tables	93

INTRODUCTION

The consensus acknowledgement of the central role of education in the development strategies of Latin-American countries, facing challenges posed by the advances of technical-scientific revolution, productive transformation, democratization and processes of continental integration were elements conceived at the beginning of the conformation of the Southern Common Market (Mercosur). This process was held along with the formalization of the Intentions Protocol, signed by the Ministers of Education on 13th December 1991.

In the mentioned Protocol, it was established the initial conformation of Mercosur Educational Sector (SEM), having a Commission of Ministers of the Sector as its highest responsible organ, with the main function of proposing guideline measures to the coordination of educational policies among the Member States, who are assisted permanently by their respective Regional Coordinating Committee (CCR).

The Triennial Plan, approved in the II SEM Minister Meeting on 1st June 1992, identified the formation of citizenship awareness favourable to the process of integration, the capacitating of human resources to contribute to the economy and the harmonization of educational systems as priority areas to the development of actions that have to follow the process of integration. For their own development, Programmes and Sub-Programmes have been

established along with the need for creation of technical working teams. It was from this point that the work of the Communication and Information System (SIC) took place. The following processes and advances were being defined through successive plans.

Later, in the Action Plan of SEM in effect (2001-2005), it was defined as strategic objectives: a) the strengthening of citizenship awareness favourable to the regional integration process that values cultural diversity; b) the promotion of qualitative education for all in the region through policies of formation and capacitating of competent human resources; and c) the conformation of a regional educational space of cooperation and solidarity. In order to carry on with the actions in the Plan, SEM got restructured into three Coordinating Regional Commissions of Area,¹ SIC and Project Managing Groups (GGP). SIC, in particular, approached the objective of offering comparable, reliable and updated information on the educational systems of Mercosur countries, through a set of indicators, in order to contribute to the formulation, monitoring and validation of the educational policies in the region and also to meet the requirements of communication, knowledge management, information and cooperative work in SEM, under all levels of management. These working groups are under the Regional Coordinating Committee, and the Minister of Education Commission, which is the highest authority for the sector.

The GGP are specific groups called on an *ad hoc* basis by the CCR to elaborate projects and develop them once they are approved by higher authorities. Thus, the CCR has approved the "Indicator System Project of Educational Mercosur", for which it has been conformed the respective GGP, integrated by the people in charge of managing educational statistics in the member countries: Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay, and associated: Bolivia and Chile, to whom their development has been required.

One of the activities of the project mentioned above is *SEM's Descriptive-comparative Analytic Study, Period 1996-2000*, based on the indicators produced by GGP within SIC. The study was developed under the cooperation of the Regional Workshop of Education for Latin America and Caribbean, from Unesco and the Statistics Institute of Unesco through its regional representatives.

This paper presents an executive summary and the results of the study. It is organised in five sections: the first one contains the background, the objectives of the Project, the justification and the conceptual benchmark of the analysis. The second one describes the educational systems of members and associated countries. The third section describes the comparative longitudinal analysis within a global demographic economic and educational context, particularly under the resources, access and participation, process and result dimensions. The fourth section includes the profile of each country. And the last section presents the conclusions.

It is hoped that this study brings a contribution, particularly to the managers of educational policies in the Region, and in general for all organisms and/or people interested in the development of the sector.

¹ For Basic Education (CRC-EB), Technological Education (CRC-ET), and Higher Education (CRC-ES)

EXECUTIVE SUMMARY

Since its creation in 1991, the Educational Sector of Mercosur (SEM) has established objectives and plans of action that include the production, publishing and analysis of information related to the educational systems of the region, their attainments and their weaknesses. The result of this effort has been materialized in the annual publication of *Vitrina Estadística (Statistics Display)* in SEM's web page, since 1998, containing data from 1996 to 2001. They are a summary of a basic set of educational indicators and of socio-economic context under a compared perspective amongst member and associated countries: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Paraguay and Uruguay.

The main objective of this work is the comparative-descriptive analysis of the mentioned set of indicators, from a historic perspective, for the countries in the region. This set of indicators verifies the important achievements in school attendance: at least 60% of the population between 5 and 29 years of age, enrolled in the system, and the access to this basic teaching that in all countries show schooling rates of at least 96%. These results are of great importance regarding the achievement of aims and objectives set in the world initiative of Education for All (EPT), in the World Conference of Education for All in 1990 (Jomtien, Thailand) and in 2000 (Dakar, Senegal). However, the challenge of increasing the levels of access to secondary schooling still remains once 15% of the population between the age of

15 and 17 is not being educated, what is also translated in the need for extending and improving the educational programmes for youth and adults (also an objective of EPT).

The indicators related to adult population point at inequalities with respect to the educational attainments expressed in the illiteracy rates which vary from 2% to 14%, and percentages of the population with at least upper secondary schooling fluctuating from 8% to 30% for people between the ages of 55 to 64 and from 28% to 59% for people ranging from 25 to 34 years of age. However, the comparison between these two groups of age also shows an important degree of progress achieved along the years.

These indicators also show how the region has evolved towards educational equal opportunities in relation to gender. The countries have presented an important evolution in the levels of women schooling, observing that the average percentage for the region with at least upper secondary goes over 18% in the 55-64 age group to 42% for the 25-34 age group, in the year 2000. On the other hand, this same rate goes over 22% of men in the age group 55-64 to 38% in the 25-34 age group, with at least upper secondary schooling.

Improving school attainment is also a need for the region. Failure rates of at least 10% in basic schooling remains in four of the countries. This means that not less than 39% of the 15-year-old population is behind in their school years. It is highlighted that in the EPT benchmark for the region, this is a subject that seems to be pending and deserving the countries' attention. The high rates of repeating the same school year result in higher rates of repetition and desertion, with countries mean of 20% for primary, 28% for junior secondary and 30% for upper secondary, for year 2000.

1. THE EDUCATIONAL SECTOR OF MERCOSUR AND THE COMMUNICATION AND INFORMATION SYSTEM

The integration proposal signed by Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay, through the “Asunción Treaty” on 26th March 1991, holds the importance of education as a cultural and integration space, not only economically, but also for strengthening this process.

Thus, in December 1991, through Resolution 7/91, the Common Market Council, the higher organ for decisions at Mercosur, institutes Mercosur Member Countries’ Ministers of Education Meeting, with the objective of coordinating the educational policies for the region. Then, it is created Educational Sector of Mercosur (SEM) – with the Ministers’ signature of the corresponding Protocol of Intentions.

For executing the Ministers decisions, it was constituted organs of policy and operational decisions, aiming at proposing and executing educational policies for the region. Thus, the Regional Coordinating Committee (CCR) is the organ responsible for implementing policies and providing assistance to the Ministers of Education. It is through CCR that programmes and actions of either short or long term are instituted; mechanisms and necessary financial sources for carrying out the activities are identified; and Technical Committees and Work Groups are supervised.

The Regional Technical Committees of Area (CTR) were constituted in order to promote actions regarding specific fields: general basic education, special education, technological education, graduate and post-graduate

education, and information and communication system. Their main responsibility was to coordinate actions regarding their specific fields and to propose their own actions to CCR. According to the needs of each Technical Committee, Groups of Work were constituted, with experts in each area responsible for the elaboration of strategies and specific plans. These groups were created with the purpose of executing the actions established in the plans for SEM, set by the Ministers of Education.

The activities of SEM had been defined since 1992, through the triannual plans that set objectives and actions for the educational sector. The priorities for the sector were:

1. Development of citizenship awareness regarding the integration;
2. Elaboration of operational mechanisms that provide conditions for teachers and students mobility;
3. Compatibility and harmony in the educational systems; and
4. Incentive to a policy of integration that feeds the development of a cultural identity in the region.

Until 1995, the activities were developed under the main axis of consolidation of the integration process and the definition of the priorities for the region. It is important to have in mind that the institutionalization of Mercosur is quite flexible, not having a permanent formal operational structure. Therefore, the success of the initiatives depends many times on efforts made inside the countries and the capacity of articulation among them for the adequate completion of the activities.

With the signature of the Agreements of Economic Complementation, on 25th June 1996 with Chile and on 17th December 1996 with Bolivia, Mercosur incorporates one of the youngest countries in the status of associated countries.

On 20th June 1996, SEM approved the document *Mercosur 2000: Challenges and Aims for the Educational Sector*, emphasizing the importance of promoting actions to provide education with quality for the region, defining programmes and projects of regional scope in the following fields: educational renovation, educational evaluation, education and work, university cooperation and information system.

Thus, since the beginning it has been acknowledged the importance of education as strategy for the development of cultural and economic integration, and the role of information to achieve these objectives. This has led to the creation of the Technical Coordinating Committee of Information and Communication System.

In the above mentioned benchmark, it was approved the necessity of consolidating and integrating the information system with the member countries' educational system and publish to the general public data about education in the region and about the Educational Sector of Mercosur.

From 2001, SEM has undergone many changes in its own organization, with the objective of becoming more dynamic and capable of responding to the proposals of the action plans defined by the Ministers of Education.

Thus, the Ministers Meeting keeps on being the highest sphere for decisions on the educational policies for the region and CCR, acts as the organ responsible for proposing strategies and policies, and for assisting the Ministers and executing their decisions. The changes are on the operational sectors of SEM, in which technical committees are organized by teaching levels, creating the Regional Coordinating Commissions of Area (CRCAs). The Work Groups have been converted into Project Management

Groups (GGP), having their work axis on projects, with objectives, aims and deadlines defined within the CRCAs that enable a continuous following of the activities and of the results achieved.

As for the Communication and Information System (SIC), it has had its activities strengthened and its role linked to communication, knowledge management, and the production and publishing of information in the scope of SEM. The new institutionalization has made SIC an organ common to all technical committees and an environment for communication and interchange amongst them.

According to SEM's Strategy Plan 2001-2005, the main lines of action for SIC are the following:

- To make SEM's actions well known throughout the national educational systems, in their jurisdictions, responsible for school management, in their educational communities, and the society as a whole;
- To favour the circulation of knowledge: keep updated the information that SIC provides and use its spaces of communication and broadcasting for the educational sector;
- To constitute a terminological data base;
- To rely on information policies, communication and management of knowledge, within the educational regional scope.

This way, information has been more and more considered as a key element in the integration process, be it as an instrument of regional interchange or as a means of communication amongst the countries.

The Educational Statistics Specialist Group and the "Mercosur Educational System" Project Managing Group

Since its launching in December 1991, SEM has considered the educational policies and the production of statistics information for the region the key elements for the integration process.

The VI Meeting of the Regional Technical Commission of Information System in Education, held in Curitiba, Brazil, in November 1996, (ratified in the XXII Meeting of the Regional Coordinating Committee, in Ciudad del Este, Paraguay in April 1997) agreed on carrying out a Workshop in October 1997 in Santiago de Chile, with the support of the Regional Workshop of Education for Latin America and Caribbean, of Unesco (Orealc), with the following objectives:

- to define a basic set of comparable indicators for the Information System of Mercosur;
- to establish strategies of action for the production of the mentioned indicators and the incorporation of others in the future in an updated and continuous way; and
- to share statistic information by means of publishing via internet.

In the workshop mentioned it was discussed the situation of the educational statistics in the region and it was proposed a basic set of feasible educational indicators which could be incorporated to the system in the medium-term. It was also promoted the creation of a network of cooperation to generate information and comparable indicators by means of the

establishment of a Working Group of Experts in educational statistics. The weaknesses in the production of certain indicators, such as the ones in higher education, would be handled according to the fields and in a joint manner with the corresponding Regional Technical Committees of the Area.

As a result of the proposal of the educational indicators to be incorporated in the first stage, it was agreed to work with the following basic set of indicators:

I – Indicators of National Context:

- a) *Of the Educational System*: enrolments, number of educational units, theoretical ages, compulsory education, duration of every level, higher education enrolments per field of knowledge;
- b) *Economic Variables*: GDP *per capita*;
- c) *Demographic Variables*: population per age, gender, per activity condition and residential area; and
- d) *Social Variables*: population by poverty line and by basic needs that have not been met.

II – Educational characteristics of the population

- a) Level of education of the adult population: by means of years of schooling, adult population according to attendance, by age range and by level of schooling (primary – complete or incomplete; secondary – complete; higher – complete, by field of knowledge); and
- b) Foreign students by Mercosur country and by the Associated countries.

III – Educational System

- a) *Access to the System*: compulsory education coverage, net rate of schooling, per age groups;
- b) *Efficiency of the System*: rates of passing, failure and deserting; and percentage distribution of 15 year-old students per school year.

For the second phase it was agreed the following:

- a) *Demand per level*;
- b) *Access to the system*: coverage for the population aged 15-17, access to higher education;
- c) *Indicators of Efficiency*: rate of failing, progressing and desertion, schooling life expectancy, rate of transition between cycles;
- d) *Conditions of School Offer*: teachers' education, students per section, class or school day (morning/afternoon), hours of lessons, teacher in relation to course;
- e) *Performance or Attainment*: a long-term comparison of the population aged 15, who is inside the school system, independently of the year they are attending;
- f) *Education Funding*: expenditure as a percentage of GDP, per level and current or capital.

The Working Group of Experts in Educational Statistics (1998-2001 period) and the GGP (since 2002) carried out this work in a systematic way, through technical meetings and virtual discussion for the design, definition and implementation of the required indicator system. The impact of their actions is seen reflected in the results obtained until today. The annual and

continuous publication of educational statistics under the title *Vitrina Estadística (Statistics Display)* found in SIC's website² is updated and improved regularly with the incorporation of new indicators.

Specific workshops on subjects of special interest for Mercosur have also been organized due to problems of regional comparability or of close link with the different CRCAs. The first one was about the indicators and statistics of the system's internal efficiency (related to the school flow), and the second was about the production of indicators of higher education, both with the participation of international experts and with the support of Orealc/Unesco – Santiago.³ The meetings of the Experts Group, until 2001, and the ones of the Project Managing Groups, since 2002, were the main forum for decision making on the carrying out of the activities, soon ratified by SIC and by CCR. Since 1997, eight technical official meetings have been held. Their development and progress are described in the corresponding attachment to this document.

² <http://sicmercosul.mec.gov.br>

³ From the set of indicators initially proposed it was not included in *Vitrina Estadística* the following ones: school flow – repetition, progression, and desertion – education years mean, social variables, teachers' qualification. This decision was due to methodological difficulties regarding different definitions and mechanisms of production of information used nationally, which did not grant rigorous comparability. Social variables have an additional difficulty, once they require other sources of information and they are not competence of the areas of traditional educational Statistics. The indicators of higher education were incorporated to the system in the last stage due to the need of having a proper treatment and specific definitions, different from the ones used in other educational levels. However, the results of the workshop and the discussions within GGP have led to the definition of a basic set of indicators of Higher Education to be incorporated to *Vitrina Estadística*. It is important to bear in mind the difficulty of harmonization of the concepts for that level, due to the multiple modalities and duration of educational programmes.)

2. DESCRIPTION OF THE EDUCATIONAL SYSTEMS OF THE REGION FROM A REGIONAL COMPARABILITY PERSPECTIVE

The Importance of a comparative analysis for Mercosur

The comparative perspective of the analysis has an important role and complements the analysis done internally in the countries. The process of integration requires the consistent development of information in order that the people who make decisions in the scope of Mercosur have common elements of reference. The analysis of information is a basic way to build arguments or reports that are useful for the decision maker in any scope inside or outside the educational system.

Information is an important instrument for the reasoning that sustains the decision making processes, both internal and in the Mercosur scope. Comparative studies can help the understanding of the sources of problems and the identification of eventual solutions. A comparative analysis of the indicators can bring evidence about the present situation in the region pointing at problems and attained progress.

Through the international comparison is also possible to evaluate the educational situation of a country in relation to another or others. Therefore, it is possible to identify weaknesses and strength, many times not noticed inside the country itself. For Mercosur, in particular, the analysis can work as an axis of building common and integrated

policies that favour mobility and improvement to the quality of education in the region.

Conceptual benchmark of Mercosur educational indicators

It is by means of education that the countries seek to allow their citizens to develop their capacities and potential both to live their own lives and to take part actively in society. Likewise, education offers more opportunities to compete in the market and to access the economic returns of a country. Education contributes to the development of complete citizens and this is a legitimate mechanism to contribute to more equality.

In this benchmark, the socio-economic context of a country (through the global data of population, attendance, GDP *per capita*, gender distribution and urbanization level) works as an element of reference to learn the potential and the opportunities for the development of consistent educational policies within this global profile.

For example, a country with a meaningful rural population has to face specific challenges to grant equality and education of quality to all. On the other hand, a country with a young population has to face the matter of people's access to the educational system under a relative greater magnitude.

In acknowledging the social value of education, the countries need to decide how to invest in physical infrastructure, teachers, educational material, etc, according to their own resources availability. In order to comply with the objectives, it is demanded from educational systems that they are efficient, meaning using the financial and human resources available in a better way, and effective, which implicates assuring adequate levels of learning, equality and positive impact in social life.

Comparing educational systems internationally allows the countries to see their own systems and their own educational policies within a broader context, which can confirm their strengths and show educational options developed in other countries to face similar challenges. Besides, in the process of integration and broadening in the benchmarking of the educational space of Mercosur, the international comparison can favour the building of such space of interchange and mobility and achieve an education of quality in the region. Thus, the 2001-2005 Strategic Plan of the Educational Sector of Mercosur establishes as priority:

To contribute to the objectives of Mercosur, conforming a common educational space, stimulating the formation of citizenship awareness for the integration, mobility and interchange aiming at achieving an education of quality for all, with special attention to the more vulnerable sectors in a process of development with social justice and respect towards the cultural diversity of the people of the region.

Thus, Mercosur indicators seek to show the various dimensions identified, in a way that they serve as a tool of integration and contribute to the formulation of educational policies for the member countries and associated as much as for the region. In other words, they seek to provide information not only related to the context that education develops, but also to the way in which the educational systems are organized and related dynamically.

In order to realize these basic relations between distinct dimensions, the statistics system and comparable educational indicators amongst

Mercosur countries organize its provision of information according to the social, economic and demographic context, and the functioning and performance of the educational system and the social impact of education. So that, it is sought to have an information system that is politically relevant and that contributes to decision making in relation to education in the region.

Considering what is said above, the production and analysis of information takes into account the following aspects:

- a) the context in which education is developed: social economic and demographic contexts, and general description of the Educational System. Mercosur has incorporated global indicators to realize this aspect, in addition to the percentage of population that has completed their schooling levels, divided per age and gender.
- b) Resources invested in education: human and financial. Mercosur presents basic human and financial indicators, expenditure in relation to GDP, expenditure per student, expenditure per teacher and per section and per teachers' global data.
- c) The Educational System: access, coverage and participation. Mercosur provides data of gross and net rates of schooling per age range compatible with the theoretical ages of students per level of schooling.
- d) The educational system: internal efficiency. Mercosur provides passing, failing and deserting rates, overage rates and percentage distribution of 15 year-old students per quantity of school years behind or ahead.
- e) Equality in educational opportunities and results of the system. Mercosur has not yet advanced in this dimension.
- f) Social impact of education: Mercosur has incorporated the percentage distribution indicator of the population aged 17, per schooling and learning levels, and per level of schooling of the adult population, as well as the level of illiteracy in the adult population.

The difficulties to count on major indicators, mainly about equality and academic achievement of education are linked to the low availability of information and also to the lack of treatment of this type of information in a comparable manner. For example, the distribution of enrolments and of population per residential area or poverty level, when nationally available it is not always found organized according to the comparable methodological procedures.

The application of Cine 97

The International Standard Classification of Education, 1997 Unesco's review (Cine 97) presents concepts, definitions and standard classification for the educational system and classifies the programmes through their contents according to two structural criteria: per level and educational sectors. An educational programme comprises a set or sequence of educational activities guided to the achievement of a predetermined objective. The educational level is considered along with a set of learning experiences and competencies that have to be developed by the students.

The level refers to the degree of complexity of the programme contents. The combination of the programme complexity with the official theoretical age for attending the levels is the practical criteria for the definition of the educational level. Mercosur has done an adjustment to Cine 97 classification in relation to those criteria in order to allow the comparability of the indicators not only in Mercosur scope, but also at international level.

During the I Technical Meeting held in 1998, in Buenos Aires, discussions started to take place in order to define the educational levels. Besides, Mercosur decided to use a new level of teaching which combines levels 1 and 2 of the classification, named basic education level, which comprises practically all compulsory education in its set and has common characteristics for the countries of the region.

The main characteristics that define each one of these educational levels are:

- Cine 0* – organization in schools or learning centres, based on systematic educational activities and normally previous to the compulsory time. The theoretical age normally is from 3 to 5 and every term has a minimum duration of 200 hours per year.
- Cine 1* – Beginning of the systematic learning of reading, writing and arithmetic. Generally coincides with the beginning of the compulsory time. The theoretical age normally is from 6 to 11. It corresponds to the first cycle of basic education.
- Cine 2* – Beginning of learning through assignments and it is supposed that the student has complete mastering of the basic competencies: language and arithmetic. Normally the last year coincides with the culmination of the compulsory time. The theoretical age is normally from 12 to 14. It corresponds to the second cycle of basic education.
- Cine 3* – Programmes comprising learning specialization, normally with higher qualified or specialized teachers (such as technical teaching). Normally it is after basic or compulsory education.

For Mercosur countries the configuration of these levels, compared to the levels nationally defined, is the following:

Table 1: Teaching levels compared according to Cine 97

	Theoretical ages for school year attendance																	
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Argentina																		
Bolivia																		
Brazil																		
Chile																		
Paraguay																		
Uruguay																		

Source: Relatorio de las reuniones técnicas del Grupo de Estadísticas y *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

The teaching modalities are adjusted to Cine 97 classification through the characteristics of their programmes, to which the first cycle of secondary teaching corresponds to the lower secondary education and the second cycle of the level mentioned to the upper secondary education in cine 97. The programmes of Special Education and of Youth and Adults are classified according to their educational level. The adult literacy programmes are included in level 1.

The table shows little difference in relation to reaching all teaching levels. Argentina and Uruguay have 10 years of compulsory education, Paraguay 9 years and Bolivia, Brazil and Chile 8 years. Basic education corresponds to 9 years of schooling for Argentina, Paraguay and Uruguay and 8 years for Bolivia, Brazil and Chile.

At the end of the official ages for attendance of every level adopted the following situation is found:

Table 2: Teaching levels and schooling official ages

	CINE 0		CINE 1		CINE 2		CINE 3		Compulsory	
	Ages		Ages		Ages		Ages		Ages	
	Beginning	End	Beginning	End	Beginning	End	Beginning	End	Beginning	End
Argentina	3	5	6	11	12	14	15	17	5	14
Bolivia	3	5	6	11	12	13	14	17	6	13
Brazil	4	6	7	10	11	14	15	17	7	14
Chile	3	5	6	11	12	13	14	17	6	13
Paraguay	4	5	6	11	12	14	15	17	6	14
Uruguay	3	5	6	11	12	14	15	17	5	14

Source: Relatorio de las reuniones técnicas del Grupo de Estadísticas y *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Despite Cine 97 application pointing at some differences between countries regarding the duration in years of the educational levels and the official starting ages, independently of the ways of organizing, all countries share the age of 17 as the official age of ending secondary education. Likewise, secondary education enables its leavers access to educational programmes in higher education, at university or not.

In the 90s Mercosur countries presented important changes in their legal benchmark, aimed at granting basic and compulsory education between 8 and 10 years according to the countries and the year of reference for improvement of the education quality and broadening of access to secondary and higher education⁴. They have also contributed to the process of democratization and consolidation of the democratic institutions. Specifically, the following characteristics can be enumerated:

- Universalization of access to primary education;
- Improvement of the quality of education;
- Strengthening of teaching profession;
- Broadening of access to secondary and higher education; and
- Specific programmes of social equality.

Below it is presented a brief description of the educational systems of the member countries and associated.⁵

Argentina

The Argentinean educational system, traditionally of centred management and organized in four levels of teaching, has been experiencing a great process of change in the last years. The enactment of transferring the educational services law to the Provinces (1992), Federal of Education (1993) and of Higher Education (1995) constitutes part of the legal benchmark of this process. The first law transfers the schools, still dependent on the national government to the provinces, the second establishes the basic lines of the organization of initial, primary and secondary education, and the third contains general lines of organization of the tertiary level, at university or not.

The central objectives of this transformation are the improvement of educational quality and the achievement of higher equality through increasing and improving schooling in the sectors that had been neglected. Effectively, the 1993 Federal Law of Education had extended the compulsory education to 10 years (before it was 7 years), consequently, while before compulsory education was restricted to primary teaching, presently it includes the last year of the initial level and 9 years of Basic General Education.

The structure of the present educational system is composed of four levels of teaching: Initial, Basic General Education, Polimodal Education and Higher Education.

The Initial Education covers education for children from ages 3-5, being compulsory only the last year.

⁴ The processes of educational reform in Latin America have been reported at Unesco(2001), *The Situation of Education 1980-2000*.

⁵ These descriptions have been taken from <http://sicmercosul.mec.gov.br/asp/Estatística/sistemas.asp>, except the one for Bolivia, which has been especially prepared for this document, due to lack of availability in the same source.

The Basic General Education comprises three cycles, each one with defined curricular, pedagogical and organizational characteristics. It is concerned with teaching children and teenagers from 6 to 14 years old.

Polimodal Education takes three years and includes the education of youth from 15 to 17 years old. This education takes in two kinds of formation (general and oriented) which are, respectively, the teaching of common basic contents for all students and contents oriented to different areas of knowledge and of social and productive tasks which place five modalities: natural sciences; economy and organization management; humanities and social sciences; services and welfare production; and communication, arts and design.

Higher Education is postsecondary education, carried out by universities or non-university institutions offering courses that take 5 to 6 years at university level and 3 to 4 at the others.

Bolivia

The Political Constitution of the Bolivian State establishes that education is the highest function of the State. It is universal, free in the fiscal establishments and compulsory at the primary level.

Amongst the structural reforms that modify the economic, social and institutional basis of the country, there is the Educational Reform described in the 1565 Law of 7th July 1994. The main characteristics of this reform are: its integrity, that is to say, it is transforming curricular-pedagogic aspects as well as the administrative and institutional ones of the educational system and will comprise all levels of education: the intercultural focus and the bilingual teaching (in indigenous language as first language and in Spanish as second language) to children with indigenous mother tongue; the creation of a structure of social participation in education, seeking to favour educational quality control, focusing on adequate learning needs to the local development needs.

Thus, the Bolivian educational system is constituted of two areas of curricular organization: formal education and alternative education. Formal education is the priority and assists all children in the country. The alternative education is to complement and assists the ones who cannot follow their education in a formal area.

For both areas of curricular organization of the Bolivian educational system there are the following levels: initial education, primary, secondary and higher.

The initial, primary and secondary levels are structured in cycles. The cycles constitute periods of varied duration within a determined level in which students develop determined competencies, as part of the educational process.

The initial level cycles are: the cycle of stimulation and early development for children aged 0-5, it has a no formal or schooling character, being mainly trusted to the family and the community, under the sponsorship of private and public entities; the second cycle is the preparation for children aged 5; it has a formal and schooling character, being the responsibility of the Ministry of Education Culture and Sports to offer and provide the development of several ways and modalities of attention to broadening the coverage with quality and equality.

The primary level is organized in three cycles: the first is basic learning, takes an average of three years and comprises the ages of 6 to 8; the second cycle is essential learning, also taking three years, comprising the ages of 9

to 11; and the third and last cycle of the primary level is of applied learning, takes an average of two years, from the ages of 12 to 13.

The secondary level is addressed to the school population who, from the age of 14 onwards, has developed the established competencies for the primary level. It has two cycles: technological learning and different learning, each one has an average duration of two years.

The higher education level comprises postsecondary education under the charge of public and private universities, as well as the one that is carried out in Polytechnic Institutes and Teachers Training Institutes, dependent on the Public Education System.

The alternative education is a supplementary and complementary area to the formal education, ruled and coordinated by the Ministry of Education Culture and Sports. The alternative education modalities are: adult education addressed to students over 15 who could not begin or finish their primary education, the secondary or any of them. The permanent education that goes all life long is under the initiative of social groups organized to meet the needs and interests of specialized entities both public and private. It covers children and teenagers with severe deficiencies that have affected their intellectual, physic-biologic, psycho-affective and/or social abilities and seeks their integration in the educational units.

Brazil

The recent development of the Brazilian educational system is uncertain in its process of democratic consolidation, marked by a new institutional arrangement that is characterized by the high degree of autonomy of the three levels of government and by the decentralization of the educational policies. The 1988 Federal Constitution, the Constitutional Amendment no. 14/1996, and the new Bases and Directions of National Education Law (LDB) instituted by Law 9394/1996 are the main laws that rule the present Brazilian educational system.

The present structure of the regular educational system comprises the basic education (formed by *infant education*, *fundamental education* and *medium education*) and the higher education. According to the legislation in effect, it is responsibility of the city councils to act prioritarilly on *infant and fundamental education* and the States and Federal District on *fundamental and medium education*. The Federal Government, in terms of educational matter, has a supplementary and redistributive function, having to provide technical and financial assistance to the States, to the Federal District and to the municipalities. The Federal Government is also in charge of the higher education system.

The infant education, the first stage of basic education, is offered in nurseries (*creches*) for children up to 3 years old and pre-schools for children aged 4 to 6. The *fundamental education* has a minimum duration of 8 years. It is compulsory and free in the public school, being the responsibility of the Public Power to grant its offer for all, including those who did not have access under the theoretical age. According to LDB, it is a duty of the parents or legal responsible to enrol the children in this level from the age of 7. The medium education, the last stage of basic education has a minimum duration of three years and covers the general student's formation and it can include programmes of general preparation for work and, optionally, professional capacitating. Constitutional Amendment no 14 anticipates its progressive universalization.

In addition to regular teaching, formal education also includes: special education, for people with special needs; youth and adult education, for those who did not have access to or could not pursue their studies at the fundamental or medium levels, at the appropriate expected age. Professional education includes different forms, for work, science and technology, aiming at a permanent development of the aptitudes for productive life. Teaching at technical level is provided independently from the regular medium education level. This one is a requirement for obtaining the certificate as a technician.

Higher education comprises graduation courses in different professional areas and is open for people who have finished the medium education level or its equivalent and have passed the entrance examinations. The higher education level also has post graduation courses that include Masters, Doctoral and Specialization programmes. An innovation that has been anticipated in the new LDB is the creation of sequential courses per field of knowledge, of different levels of scope, which will be open to candidates who meet the entrance criteria established by the higher education institutions.

Chile

The Chilean Educational System is characterized by its decentralized organization, where the administration of the establishments is in the charge of people or private and municipal institutions, named "sponsors" (*"sostenedores"*). They take, before the State, the responsibility of keeping the educational establishment working. So that, the system is conformed by subsidized establishments (municipal and private), paying private establishments and corporations of delegated administration (enterprise guilds or private corporations that manage establishments of Medium Education, Technical-Professional, with public funding via covenant.

The structure of the educational system has four levels of teaching: Pre-school Education, Basic Education, Medium Education and Higher Education.

The Pre-school Education level assists children up to the age of 5, by means of a variety of institutions, both public and private. It is not compulsory and the major part of enrolments is of 4-5 year old children.

The Basic General Education level comprises 8 compulsory years for students from age 6 to 13. Those are followed by four more compulsory years (from year 2003) of Medium Education for pupils from the age of 14 to 17. The general educational curriculum is for all students up to the second year of Medium Education. The two last ones are organized into two modalities: Scientific-Humanist and Technical-Professional.

The Higher Education level corresponds to the post-secondary teaching level and is conveyed by three types of institutions: Universities, Professional Institutes and Technical Formation Centres. The universities are classified as Traditional Universities, created before 1981, which receive direct support from the State besides private support from the students, and as Private Universities, created afterwards, which are self-financed through payments made by the students. Additionally, the totality of the Technical Formation Centres and the Professional Institutes are private.

In general terms, the educational reform implemented in the 90s considered four fundamental pillars. First, the development of technological innovation and improvement programmes, aiming at improving the

teaching/learning process, emphasizing its quality and equality. It was necessary to enrich the basis under which the educational establishments in the country were working and to promote decentralization, autonomy and pedagogical creativity. The previous one, included handing in of texts and other material and equipment addressed to pedagogical innovation.

Second, the professional development of teachers, with the objective of strengthening the profession of educators by improving the quality of their initial formation, offering in-service training opportunities, scholarships, national and international internship, prizes and gradual improvement of wages and working conditions.

Third, a curricular reform with three main objectives: update the contents of Medium and Basic Education; push forward quality in education, incorporating the advances in pedagogy; and decentralize the school curriculum, from the central definition of the fundamental objectives and minimum contents of the school system, in a way that schools can count on a wide degree of freedom to define their plans and study programmes.

Finally, the implantation of the Complete School Journey, increasing the number of hours of lessons and study of all students in the country, with the objective of improving their results and learning.

Paraguay

Education in Paraguay has undergone several changes and reforms.

The Educational System in effect is the one that began in year 1994, with the implementation of the Educational Reform, whose priority is to improve the quality and relevance of education, granting equality of opportunities for all.

The Paraguayan education has the National Constitution and the General Educational Law as its legal benchmark. The Ministry of Education and Culture is responsible for the organization and administration of the national educational system.

The Paraguayan educational system includes the general education (formal, non-formal and reflexive), the special education and other modalities of educational matter. Formal education is structured in three levels: the first level comprises Initial Education and Basic School Education; the second level is Medium Education; and the third level corresponds to Higher Education.

Initial Education is not compulsory and comprises: nursery (ages 0-2), kindergarten (ages 3-4) and pre-school, for 5 year-old children. Its activities can be under school care or not.

Basic School Education is compulsory and free in schools under official management by law. It comprises nine years and is for children between the ages of 6 and 14. This level is divided into three cycles of three years each: first cycle (1st, 2nd, and 3rd years), second cycle (4th, 5th and 6th years) and third cycle (7th, 8th and 9th years).

Medium Education lasts three years, has got only one cycle, constituted by three courses in the following modalities: Scientific Bachelor's degree (focus on Languages and Arts; Social Sciences; and Technological and Basic Sciences); and Technical Baccalaureate (industrial, services and farming).

Higher Education is developed through the universities, higher institutes and other institutions of higher professional education, IFD, and technical institutes. It includes university or non-university degrees. Public and private universities, and higher teaching institutions are part of the educational system and are autonomous in their management.

Uruguay

In the East Republic of Uruguay, the constitution and the legal norm establish that education is free for all levels and compulsory for 10 years from the initial up to the Basic Cycle of Medium Education.

The central objectives of the present educational policy, approved by Law no 16736 of 5th January 1996, are:

- consolidation of social equality;
- appraisal of teachers training and function;
- improvement of educational quality; and
- strengthening of institutional management.

Uruguayan Educational System is organized into four levels:

- Initial Education;
- Primary Education;
- Medium Education: basic cycle and bachelor's degree;
- Tertiary or Higher Education.

Initial Education: assists children aged 3 to 5. It is free for all ages and compulsory for the 5 year old ones.

Primary Education: assists children aged 6 to 14 in all modalities of common education, special (assists children with different capacities) and rural.

Medium Education: Basic Cycle – assists students who left primary education, it is common to all fields of study. Second Cycle: Diversified Bachelor's Degree and Technical Education. The first year of the Bachelor's Degree is divided into three basic areas: Biology, Humanistic and Scientific, which branches into six different options in the second and last years, which is a prerequisite for entrance in the tertiary studies. Technical Education has distinct modalities which extend from 1 to 7 years. It is divided into four sectors: Farming, Industrial, Handcraft Artistic and Services. Technical-Professional Education through its more advanced courses enables entrance to University and Teacher Training studies. The second cycle of education is free.

Tertiary or Higher Education: this level is divided into:

- University;
- Equivalent to University Tertiary;
- Non-University Tertiary.

University education comprises the University of the Republic (autonomous and free), Private Universities and Private University Institutes. Equivalent to Tertiary University education comprises three public institutions: Physical Education Higher Institute, Naval School and National Police School. Non-University Tertiary education comprises Teacher Training Institutes, "Margarita Xirgú" Municipal Drama School, Industrial Design Centre, in the scope of the Ministry of Education and Culture, Military School and the Air Force Military School, in the scope of the Ministry of Defence, and Private Institutes.

3. COMPARATIVE LONGITUDINAL ANALYSIS AMONGST MERCOSUR COUNTRIES

The indicators descriptive analysis is based on information produced from the activities of the Statistics Specialists Technical Group until year 2001 and the GGP Educational Mercosur Indicators Project, from then on presented in Mercosur *Vitrina Estadística (Statistics Display)*. The information found there corresponds to the academic years between 1996 and 2000 and its main objective is to establish a reference descriptive benchmark for the region, identifying the occurring scope of the educational processes and the main decisions on the educational policies in every country from a comparative perspective.

The context data were provided by the countries, following the standards adopted by national statistics institutes – institutions that define conceptual and methodological corresponding aspects. These indicators make possible the establishment of a global reference benchmark in which the educational systems are immersed.

The difference in the global data, the data relative to the educational system and the social impact of education, were developed inside the group of specialists by means of establishment of methodological standards and common calculation criteria.

It was through those means that it was decided to analyse the global indicators in terms of the average national values and any data inconsistencies were not considered in the analysis. It is important to consider that being data of

aggregated nature and under national perspective, possible inconsistencies amongst the countries do not pose any impossibility to their use as a global reference.⁶

Global indicators

Context information is fundamental to understand the conditions in which the educational system has developed. One example of such condition is the change in pyramid age, which is essential to measure the potential demand by educational level. Educational Mercosur Indicator System includes a basic set of global indicators which allow building an image of the scope in which the educational system has developed. Those were classified as: demographic, economic and educational. The first group establishes the referential benchmark for the second. That is to say, the educational system is seen through the light of the demographic and economic elements, given that the demographic aspect cause an impact in the system and the potential demand for education, while the economic aspects determine the capacity the country has to fund education.

Economic and demographic indicators

The considered demographic and economic indicators are: total population, gender ratio, urban population and the potential dependence index besides activity rate and the GDP *per capita*. The first points to the potential size of the educational system, while the second and the third point to the way the educational policies must be formulated and implemented to provide education with equality. Thus, the gender ratio, is a referential for policies considering gender and residential area – urban and rural population – for issues related to opportunity and access to education. Potential dependence can serve to identify what kind of age distribution the country has, also an important element for educational policies. A country with a more homogenous age distribution tends to have a potential dependence index around 60%, supposing that the extremes (children and the elderly) represent each one a third of the population. Countries with a higher proportion of young population also show a higher indicator than the mentioned figure, while with a young adult population of larger size, the indicator figure tend to diminish.

The activity rates and the GDP *per capita* ones are economic references of the existing financing capacity of a country. The complement of the activity rate represents the ones of the retired people, the students, the handicapped, the elderly and others that, for some reason, do not take part in the working market. On the other hand, it is possible to say in general terms, that the GDP *per capita* constitutes an indicator that refers to the average wealth of a country. According to the Human Development Report of the United Nations Development Programme (UNDP) for year 2000, the GDP *per capita*, measured in PPP.⁷ American dollars and the Human Development Index show Argentina, Chile and Uruguay are

⁶ It is important to note that the national institutes of Statistics along with the United Nations Economy Commission for Latin America (CEPAL) have developed efforts towards harmony in the definitions, calculation methodologies and consistency of these indicators.

⁷ Parity of Purchasing Power (PPP) is a procedure of adjustment of monetary values for representing equivalent purchasing power. That is to say, one PPP dollar should allow buying equivalent goods in several places.

countries considered high level in their development while Bolivia, Brazil and Paraguay are classified as medium development.

**Table 3: Human Development
Year 2000**

	GDP per capita (USD PPP)	Human Development Index	Human Development Level
Argentina	12.377	0,844	High
Bolivia	2.424	0,653	Medium
Brazil	7.625	0,757	Medium
Chile	9.417	0,831	High
Paraguay	4.426	0,740	Medium
Uruguay	9.035	0,831	High

Source: UNDP. *Human Development Report 2002*.

*Total population, gender ratio, urban population, potential
dependence index*

In the 1995-2000 period the population for the total associated and member countries presented an annual average growth of nearly 2%. However, It is not a uniform growth in the region. Thus, Argentina, Brazil, Chile and Uruguay have presented lower rates than at simple average of the observed figures in the countries, while Bolivia and Paraguay have higher rates.

**Table 4: Annual Average of Population Growth Rate
Years 1995 – 2000. In percentage**

	Pop. aged 0-14	Pop. aged 15-64	Pop. aged 65+	Total
Argentina	0,4	1,6	1,9	1,3
Bolivia	1,9	2,7	3,3	2,4
Brazil	-0,4	2,3	3,3	1,5
Chile	0,0	1,7	3,2	1,4
Paraguay	1,6	3,4	2,2	2,6
Uruguay	0,5	0,6	1,7	0,7
Mean	0,7	2,1	2,6	1,7

Source: Cepal/Celade. *Boletín Demográfico*, n. 73, enero 2004.

It must be noted that Brazil represents 70,9% of the total of the population of the region and Uruguay represents 1,4%.

**Table 5: Distribution of Mercosur population according to country
Year 2000**

	Percentage of the total Mercosur (%)
Argentina	15,5
Bolivia	3,4
Brazil	70,9
Chile	6,4
Paraguay	2,4
Uruguay	1,4

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

In terms of urbanization, Uruguay presents the higher level with 93%, Argentina, Brazil and Chile show rates with figures between 80% and 90%, while in Bolivia and Paraguay it is observed levels of urbanization lower than 70%. The simple average of the observed figures in the countries is 78% for year 2000.

The observed data for the reference period of this report show much stability at each country's level. Although the population tends to concentrate on urban areas in all countries, their fractions that inhabit the countryside are kept constant throughout the period. This results in maintaining the differentiated challenges in this respect and in relation to the formulation and execution of educational policies with respect to this variable.

Table 6: Percentage of Urban Population⁸
Years 1996 – 2000

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	88,4	88,9	89,1	89,3	89,6
Bolivia			62,0	62,8	62,8
Brazil	78,4	77,8	79,6	79,7	81,2
Chile	84,9	84,9	85,2	85,4	85,6
Paraguay	52,2	53,7	53,7	53,9	53,9
Uruguay	90,8	92,0	92,2	92,4	92,6
Mean	76,1	76,6	77,0	77,3	77,6

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

In this way, the indicators of urbanization show very distinct situations for the region and, consequently, differentiated impact and challenges in the educational systems.

The gender ratio along this period has fluctuated around 96%, with little variation not over 3 points for year 2000. In all cases it is observed a higher percentage of the female population.

Table 7: Gender Ratio
Years 1996 – 2000

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	95,6	96,3	96,3	96,3	96,3
Bolivia			98,8	98,9	98,9
Brazil	97,3	95,9	96,0	95,8	96,9
Chile	97,9	97,9	98,0	98,1	98,1
Paraguay	101,6	99,4	99,4	96,9	98,1
Uruguay	93,9	92,2	94,2	94,2	94,2
Mean	97,5	96,8	97,1	96,7	97,1

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

The potential dependence indicators also identify differentiated situations amongst the countries. Brazil and Chile have presented figures

⁸ For calculation of the countries' mean, when information for the year was unavailable, it was considered the available one for the following year.

under the regional average (which is around 60%), indicating a progressive aging of their population with the 0 -14 year-old population representing 30% of the total in year 2000. Argentina and Uruguay has reached dependence percentages around 60% and, consequently, have presented an age structure with a very gentle fluctuation, with a higher adult population (aged 65 plus) of almost 10% for Argentina and 13% for Uruguay. Paraguay has presented a singular situation in the region, with a very big amount of young population, around 39% of the total of the population for year 2000. But it is important to point out that since 1996 there has been a significant decrease of the indicator, once in that year the figure was nearly 81% in Paraguay.

**Table 8: Potential Dependence Index
Years 1996 – 2000**

Potential Dependence Index	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina*	65,1	62,1	62,1	62,1	62,1
Brazil	62,5	54,5	56,3	55,4	54,9
Chile	55,7	56,0	55,7	55,5	55,3
Paraguay	80,9	85,9	85,9	76,7	65,4
Uruguay	59,7	59,9	60,2	60,4	60,5
Mean **	64,8	63,7	64,0	62,0	59,6

Source: Cepal/Celade. *Boletín Demográfico*, n.73, enero 2004.

* *Vitrina* 1996, 1991 data. 1997 to 2000 *Vitrina Estadística*, 1995 data.

** For the average calculation of the countries, when information for the year was unavailable, it was considered the available one for the following year.

The potential dependence ratio mean for the region, in varying from 65% in 1996 to 60% in 2000 reveals a tendency to population aging and, consequently, will cause an impact in the set of the educational systems due to the pressure derived from the educational demand in terms of access which will come from the higher educational levels. This, in its turn, will allow increasing focus on topics linked to equality and the higher levels of learning attainments. According to data from Cepal,⁹ while the 0-14 year-old population represents 32% of the total of the population for the total of the countries in 1995, in 2000 the same age group moved to represent nearly 30% of the total population.

Activity rate

The activity rate refers to the relation between the economically active populations at working age, normally, from ages 15 to 65. It is an indicator of the work offer in a society. Brazil, Paraguay and Uruguay have presented rates higher than 60%, Argentina and Chile rates between 50% and 60%, while Bolivia has presented a figure lower than 50%. The mean for the countries of the region is around 56.% in year 2000. For Mercosur countries there is a common tendency: male rates are high and the female ones are remarkably lower. The distinction by gender shows a meaningful decrease of the respective rates for women, while for men, in general, the numbers rise markedly. In year 2000, the male activity mean for the region was of 72.5%, while the female one was 43.6%. The labour market has kept a high level of social inequality regarding gender.

⁹ Data and Cepal's *Demographic Bulletin*, number 73, January 2004.

**Table 9: Activity rates per gender, according to countries
Years 1996 - 2000**

Activity rate	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	56,7	58,2	58,2	58,2	42,8
Bolivia					
Brazil	66,1	66,9	66,9	67,6	62,4
Chile	54,2	55,9	54,4	54,4	54,4
Paraguay		57,9	57,9	57,3	60,5
Uruguay	60,2	58,9	61,2	60,9	61,3
Mean *	47,4	59,6	59,7	59,7	56,3
Male	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	75,1	76,2	76,2	76,2	62,6
Bolivia					
Brazil	82,0	82,4	82,0	81,9	76,8
Chile	74,7	74,7	74,7	74,7	74,7
Paraguay	57,3	74,4	74,4	73,9	75,1
Uruguay	74,3	71,5	73,5	73,0	73,3
Mean *	72,7	75,8	76,2	75,9	72,5
Female	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	39,6	41,4	41,4	41,4	37,4
Bolivia					
Brazil	51,4	52,6	52,8	54,4	48,8
Chile	34,6	34,6	35,0	35,0	35,0
Paraguay	42,7	41,4	41,4	41,3	46,3
Uruguay	47,3	47,5	49,9	50,0	50,5
Mean *	43,1	43,5	44,1	44,4	43,6

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* For the average calculation of the countries, when the information for the year was unavailable, it was considered the available one for the following year.

Global educational indicators

Global educational indicators constitute a set of general information on the educational system and its attainments, which contribute to contextualize the processes which occur inside it. From them, it is possible to realize general issues such as total access to several educational programmes, assistance, total demand for education, and funding capacity of the sector. It is important to help establishing references so that people involved in educational policies can count on elements for comparative and integrated thinking. Thus, these indicators have the objective of contributing to the identification of internal situations of the educational system and its relationship with the external environment, to support decision making. Mercosur Educational *Vitrina Estadística (Statistics Display)* presents a basic set of this kind of indicators: illiteracy rate, attendance rate, total enrolments, enrolment in common and non common education, number of teachers and educational units.

Illiteracy rate

Throughout the 90's, all countries of the region experienced educational reforms that broadened the access establishing legal rules to assure or strengthen the grants for universalization of the access to primary

education. At the end of last century, the impact on the illiteracy rates reflects on the decreasing general tendency, not only in the regional average, but also in the member and associated countries. The average of the countries decreases consistently in the period, going from 8.4% to 6.9%. Argentina, Chile and Uruguay present rates lower than 4%, while Bolivia, Brazil and Paraguay have rates higher than 8%, in need of making specific efforts to eradicate illiteracy. Uruguay, in its turn, presents the lowest rate in the region, 2.2%.

Table 10: Illiteracy Rates
Years 1996 – 2000. In percentage

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7
Bolivia			15,2	15,0	13,8
Brazil	14,7	14,7	13,8	13,3	13,6
Chile	4,7	4,7	4,6	4,5	3,8
Paraguay	10,1	8,9	8,9	7,7	8,4
Uruguay	3,1	3,1	3,1	3,1	2,2

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Attendance rate, enrolment in the educational system

The inclusion policies of the educational reforms of the countries cause an impact on the total enrolments in the region. The school attendance rate is the relation between total enrolment and the population in conditions of attending any educational programme. Some international initiatives, such as the indicators project of Cooperation and Economic Development Organization (OECD) refer to the population aged 5-29 (which is considered capable of attending any educational level).¹⁰

The average attendance in the region in the period considered presented positive results, regarding access to education, and the increase in the total of enrolments strengthens the argument. For the region, the average of attendance rate for 2000 reaches 63% and it is observed increases kept for enrolments in the educational systems.¹¹ In the region the growth average in the 1997-2000 period was 12%, while for Argentina it is observed a growth of 12%, Brazil 12%, Paraguay 25% and Uruguay 11%.

In relation to the universalization of access to primary education, it is necessary to count on specific indicators. The net rates of schooling are more adequate indicators to measure participation and access to the system, which will be presented further along with other specific indicators of the educational system.

¹⁰ Between 1997 and 1999, Chile used the 5-19 age range. That is why it has been excluded from the regional analysis).

¹¹ Bolivia has been excluded due to lack of information on non-formal education enrolment.

**Table 11: School Attendance (in percentage) and total enrolment
Years 1996 – 2000.**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	59,9	64,1	64,6	67,0	63,1
Bolivia			68,9	70,2	63,7
Brazil	63,0	63,9	69,7	71,6	65,6
Chile	91,7	91,7	92,1	93,5	92,8
Paraguay	59,9	60,9	60,9	60,1	60,1
Uruguay	59,0	58,0	58,8	88,6	60,4
Total enrolment	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	10.537.415	10.743.510	11.080.999	11.281.473	11.757.059
Bolivia		2.224.558	2.059.213	2.107.080	2.197.089
Brazil	49.406.535	51.515.239	52.685.662	54.483.441	55.111.347
Chile	3.557.989	3.652.787	3.972.324	4.134.038	4.200.882
Paraguay	1.328.776	1.411.921	1.479.106	1.593.387	1.657.864
Uruguay	782.179	815.222	829.397	841.765	868.305

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Note: Bolivia only common equation.

Students enrolled in common¹² educational programmes represent at least 95% of the total enrolment in all countries analysed. Programmes of non common education refer to educational programmes that offer other modalities of non regular learning, such as special education and youth and adult education. Data in Table 14 show that the systems are organised around the regular teaching and that the non common education helps to assist a specific group of students, generally of small sizes.

Table 12: Percentage distribution of enrolment in Common and non common programmes – Year 2000

	Common Education	Non Common Education
Argentina	94,3	5,7
Brazil	93,8	6,2
Chile	96,1	3,9
Paraguay	95,0	5,0
Uruguay	98,9	1,1

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

¹² It refers to programmes for underage regular education. It excludes programmes for specific needs population, such as youth and adults, special etc.

Teaching staff

The data show that there was a growth for all countries in the region,¹³ but heterogeneously. Thus, while Paraguay practically has duplicated the quantity of teachers between years 1996 and 2000, Chile only had an increase of 2.6%.

Table 13: Teaching Staff. Years 1996 – 2000

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	655.750	655.750	655.750	655.750	655.750
Bolivia		80.678	87.136	87.557	88.988
Brazil	1.614.064	2.020.903	2.067.248	2.388.820	2.463.130
Chile	140.652	140.652	136.949	139.761	144.377
Paraguay	40.865	41.086	51.325	73.786	79.447
Uruguay	43.749	56.948	54.182	51.331	57.534

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Note: Argentina, 1994.

Although an important characteristic of teachers is that they are mainly women, the proportions in which it happens are not similar. Argentina and Brazil have the higher proportion of female teachers, around 82%, while Bolivia, Chile and Paraguay, have at least 30% of male teachers. Cultural, financial, labour market issues or a combination of them all can lead to these different configurations.

Table 14: Percentage distribution of Teacher per Gender – 2000

	Males	Females
Argentina	17,9	82,1
Bolivia	41,6	58,4
Brazil	17,4	82,6
Chile	30,0	70,0
Paraguay	31,3	68,7

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

The specific educational indicators

The specific educational indicators had been developed and produced since the first technical meeting in 1998, in Buenos Aires, based on the principle of participation and consensus of all countries regarding the definition and conceptual methodological compatibility of the selected educational indicators of the countries. Many of the indicators produced have to do with the main concern with the efficiency of the educational systems and their funding, and with social equality of education. The latter, however, is a challenge for the future, mainly in terms of methodological agreements.

In this way, 15 specific indicators were elaborated during the course of the first stage of the working plan of the Educational Statistics Specialist

¹³ Argentina has been excluded from the analysis because existing data refer exclusively to year 1994.

Group. From this set, the funding indicators keep on being the ones that present major difficulties of designing, mainly, the ones related to private expenditures. The integrating countries of OCDE, have approached the topic in 1990, and there are still difficulties in this matter.¹⁴ The international cooperation effort, with the participation of international organisms such as Unesco (through its Statistics Institute – UIS), Eurostat through different projects of internationally comparable indicators such as WEI project, and in the specific case of Latin America and Caribbean through Oreal/Unesco – Santiago, have managed to reach quite satisfactory results regarding the homogeneity and development of methodological issues related to topics of educational information, by means of promoting technical meetings and publishing methodological manuals.

As regards educational levels, it is important to point out that in the considered period, specific indicators have not been developed for higher education, and that is why it has not been included in the present analysis. However, in December 2003, in Brasilia, this topic was approached and as a result, some indicators to this level were incorporated, from the academic year 2001.

As it had been mentioned before, the specific educational indicators treated in this present report are those developed by the Group of Specialists as a result of the activities derived from the aims established in SEM's Strategic Plan for the period of 1996-2000.¹⁵ That is, percentage of the population that has completed teaching levels selected by age and gender; schooling rates per age; passing, failing, and abandoning rates per teaching level; average of students per section per teaching level; percentage distribution of students aged 15 per quantity of years behind or ahead; expenditures on education as percentage of GDP, per origin of the funds; expenditure on education, from public and private sources as percentage of GDP, per teaching level; percentage of total public expenditure per teaching level; expenditure per student per teaching level; students per teacher per teaching level; overage rates per teaching level, percentage of students from ages 15 to 17 attending adult education; distribution of the 17 year-old population per schooling condition and teaching level.

Percentage of the population that has completed teaching levels selected by age and gender

This indicator offers an approximation to the effort carried by the educational system in the preparation of human resources, both for the

¹⁴It is possible to show evidence of the countries' difficulties looking at the results of OCDE Ines Project, which from 1995 onwards, has introduced new instruments for collecting necessary data for the production of comparable indicators. In the first issues of "Education at a Glance", only 3 of the 29 member countries for Fiscal Year 1990 managed to provide the necessary data for calculating all indicators related to expenditure per student per educational level, while 15 did not present enough information to calculate any of them. In the 1998 issue of "Education at a Glance", data for Fiscal Year 1995 presented significative changes in the production of the same indicators: 12 of the same countries could provide complete information for the calculation of expenditure per students per educational level, in contrast with four countries that did not present enough data for any calculation at all. "Education at a Glance" is an OCDE publication that presents a set of compared indicators amongst member countries. Since year 1998, it has also presented indicators for OCDE/Unesco World Education Indicators (WEI) participating countries. In the 2003 issue for year 2000, only Luxemburg amongst all OCDE countries did not present any finance data.

¹⁵Included in *Vitrina Estadística (Statistics Display)*.

insertion in the labour market and for the development of the social and individual welfare, seeking to eradicate poverty and to improve social equality. It also expresses recent changes regarding the increase of schooling, a result of the educational reforms based on the universalization of basic education and the increase of equality of opportunities in education.

In Mercosur countries, the average of the percentage of population aged 25 to 34 with at least the upper secondary, for year 2000 was 1.7 times higher than the one observed for the male population aged 55 to 64, and 2.3 times higher for the female population.

While in year 1996, for the average of the countries of the region¹⁶ 36% of the men between 25 and 34 years old had at least the upper secondary completed, in year 2000, the regional average went over 38%. For women, the situation is slightly different. In 1996, the average for the region was 41% and in year 2000 43%. The result demonstrates a tendency in the region characterized by increasing levels of educational attainments, mainly amongst women.

The relation between the percentage of people with primary level or below and with upper secondary or over, for the different age groups, seeks to measure the setbacks and its advances in the period of schooling and its population. Countries with inferior relation to another have more people in the group considered with secondary level than up to the primary level. The lower the relation is, the more educated is the population. Observe that the percentage of women aged 55 to 64 with only up to the complete primary was in year 1996 4.9 times the percentage of women of the same age group with at least the high secondary complete. In year 2000, this relation becomes 3.8. For men, the same relations, were equal to 4.0 and 3.0 for 1996 and 2000, respectively.

Table 15: Relation between the population with primary level or below and with upper secondary or over, per gender. Years 1996 and 2000^(*)

	1996		2000	
	Males	Females	Males	Females
Aged 25 to 34	1,1	0,9	1,1	0,8
Aged 55 to 64	4,0	4,9	3,0	3,8

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

(*) It does not include Bolivia.

The regional average for the group aged 25 to 34 shows similar situations amongst groups with distinct schooling levels. However, towards the interior of the region considerable differences are observed, that is:

¹⁶ Excluding Bolivia due to lack of information for year 1996.

Table 16: Relation between the population with primary level or below and with upper secondary or over, per gender. Years 1996 and 2000

	1996		2000	
	Males	Females	Males	Females
Aged 25 to 34				
Argentina	1,55	1,20	0,68	0,49
Bolivia			0,87	1,30
Brazil	2,24	1,82	1,94	1,43
Chile	0,37	0,35	0,27	0,24
Paraguay	0,88	0,88	2,14	1,83
Uruguay	1,37	0,81	1,41	0,85
Aged 55 to 64				
Argentina	4,66	5,68	1,75	2,14
Bolivia			2,71	5,28
Brazil	6,73	8,97	5,22	6,21
Chile	2,36	3,12	1,75	2,49
Paraguay	2,95	4,54	5,86	10,72
Uruguay	5,77	4,69	3,25	3,29

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Brazil and Paraguay have presented the higher relations, while Argentina, Chile and Uruguay have reached the lowest figures in the region, as a consequence of efforts to achieve the universalization of basic education. Although Bolivia, Brazil and Paraguay show improvements in this area, there are still aims to be carried out in order to achieve the mentioned objective. This indicator also shows a positive tendency in assuring gender equality, reverting the pre-existing situation in some cases. Thus, it is possible to observe that the exposed relations in the table determine a higher difference amongst the age groups for women than for men, a result of the increasing schooling of women during the last decades.

Net schooling rates per age and percentage of 15-17 year-old students in adult education¹⁷

The net schooling rates for the region have the objective of identifying the coverage level of population enrolled in the educational system. The net schooling rate for the 7-11 year-old population assesses the coverage year of educational care of children at ages, mainly corresponding to the primary education. On the other hand, the corresponding rates to ages 12 to 14, besides allowing the analysis of coverage in the educational system of children at ages running for the first stage of the secondary education, it also make it possible to analyse, in a general way, if the educational system

¹⁷ Specific enrolment rates per age, according Unesco's nomenclature.

has the capacity for maintaining the students in the schools, once compared to the rates referring to the previous age group. Regarding the referred rate for the union of the previous age groups, from 7 to 14, it offers information on the effect of compulsory education and the percentage of students being assisted by the educational system, mainly in basic education. Last, the 15-17 year-old rate is important to check the percentage of students that remain enrolled in the educational system, after the compulsory term is achieved. The analysis of this set of indicators allows the evaluation of coverage of children since the beginning of compulsory education up to the end of secondary education.

The observed figures for net schooling rates for ages 7-11 indicate that children at that age range are assisted by the educational systems at a very close universal rate. Argentina, Bolivia, Chile and Uruguay have presented rates of 100% for all the considered period, while Brazil and Paraguay go over 95%.

Table 17: Net schooling rate for the 7-11 year-old population
Years 1996 – 2000

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	105,3	105,3	106,8	107,3	108,7
Bolivia			103,0	104,1	102,5
Brasil	97,4	96,0	95,8	96,2	96,6
Chile	96,0	99,1	98,3	99,3	98,9
Paraguay	95,1	94,6	95,9	96,5	96,5
Uruguay	102,4	103,3	102,8	101,4	100,7
Promedio*	97,7	97,9	98,0	98,4	98,4

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* For the average calculation of the countries, when the information for the year was unavailable, it was considered the available one for the following year.

Note: Although this indicator cannot go over the 100% figure, no correspondence between the enrolment figures and the population data derives from the figures that go over this level.

In the previous table (and in the following ones referring to this indicator) it has been calculates the regional average cutting to 100% the figures which had gone over it. It does not include the Bolivian construct, due to lack of information for the 1996-1997 period, with the aim of facilitating the analysis of the average evolution in the region in the considered period.

The 12-14 year-old population schooling rate shows different situations for the countries of the region, both regarding magnitude and its evolution in time. Thus, Uruguay is the only country that reaches rates of 100% for the considered period (except for year 1999). On the other hand, Argentina, Brazil and Chile show a ascending tendency but with distinct degrees of growth, being more than 7 points for Argentina and 3 points for Brazil and Chile. Bolivia has kept rates below 90% with a less supporting behaviour than the rest of the countries in the region. In Paraguay's case, it has been observed a descending behaviour with rates beginning from 85% for the period and going down to 80% at the end of it. Despite the evolution of some countries, the average for the region has been kept at 93%, which leads to the need of concentrating more efforts to develop educational policies that enable all children to remain in the educational system and

pursue their studies after turning 12 (when generally they would have finished the primary education), supported by actions that promote equality and better levels of achievement in the education offered.

**Table 18: Net schooling rate for the 12-14 year-old population
Years 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	93,3	93,3	96,8	98,5	101,0
Bolivia			82,7	90,1	87,5
Brazil	93,5	95,5	95,8	97,3	96,0
Chile	93,0	91,3	90,8	93,0	96,3
Paraguay	85,3	86,6	79,4	79,8	80,8
Uruguay	100,0	102,8	103,3	98,4	100,9
Mean *	93,0	93,3	92,6	93,4	94,6

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* For the average calculation of the countries, when the information for the year was unavailable, it was considered the available one for the following year.

The aggregated figures at regional level for the schooling rate at the age range of 7-14 allow evaluating the impact of the educational policies in obtaining the universal coverage for the population at the proper age for attending basic education. The regional average for the 1996-2000 average, has shown to be stable at 96%.

**Table 19: Net schooling rate for the 7-14 year-old population
Years 1996 – 2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	100,8	100,8	103,1	104,0	105,8
Bolivia			95,8	99,2	97,0
Brasil	95,9	95,8	95,8	96,6	96,4
Chile	94,9	96,3	95,6	97,0	97,9
Paraguay	91,7	91,8	90,0	90,5	90,9
Uruguay	101,5	103,1	103,0	100,3	100,8
Promedio*	96,5	96,8	96,3	96,8	97,0

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* For the average calculation of the countries, when the information for the year was unavailable, it was considered the available one for the following year.

It is possible to see that the coverage of population at the age of attending basic education, except for Paraguay, tends to a short-term universalization. The previous rates show that in Paraguay the major problem is not access to education, but keeping the students in the educational system during the corresponding ages of compulsory education.

Access to education for the age group 15-17, generally associated to the corresponding ages for the last stage of the secondary level, constitute the major challenge for all countries of the region, though with different intensity. In general terms, this seems to be the level in which access has had a major evolution, observing a steady growth in all countries. The average of the countries of the region shows a growth

of more than 10 points between 1996-2000 (from 65% to 77%, respectively). In its turn, Chile presents a coverage of almost 85% for year 2000, the greater in the region and it has experienced a growth of 4 points in the analysed period. On the other hand, Brazil with 83% of schooling in year 2000, presents a growth of 15 points compared to year 1996, being Paraguay the country with major increase (17 points) despite still being the country with lower schooling in the region for this age group (62%).

**Table 20: Net schooling rate for the 15-17 year-old population
Years 1996 – 2000**

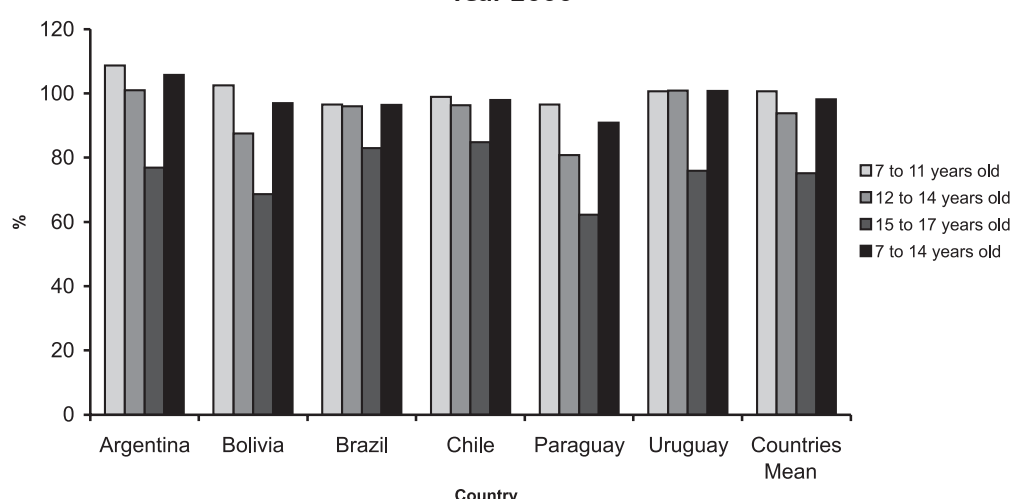
	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	69,1	69,1	71,6	74,3	76,9
Bolivia			61,6	65,9	68,6
Brasil	67,2	79,3	81,1	84,5	83,0
Chile	80,8	84,0	84,4	84,3	84,8
Paraguay	44,6	47,3	50,5	59,0	62,2
Uruguay	64,7	62,5	65,9	71,6	75,9
Promedio*	65,3	68,4	70,7	74,7	76,6

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

* For the average calculation of the countries, when the information for the year was unavailable, it was considered the available one for the following year.

Summing up, the schooling rates for year 2000 show the following situation:

**Graph 1: Net rates of schooling per age range and country
Year 2000**



Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

The figures previously shown suggest the existence of youth out of the educational system without having finished their basic education studies. Some countries in the region have implemented remedial educational programmes aiming at offering opportunities for this youth allowing them reinsertion under conditions adjusted to their own needs and interests. In this way, some countries count on literacy programmes, or educational

services leading to the conclusion of the primary and secondary levels, for youth and adults without age limit. If we consider the higher age range elected for schooling rates, we can have an idea of the challenge faced with these programmes.

Table 21: Percentage of the 15-17 year-old population assisted in educational programmes for youth and adults. Period 1997-2000

	1997	1998	1999	2000
Argentina	6,4	6,0	5,7	5,2
Brazil	7,5	6,0	5,3	5,5
Chile	1,5	1,2	1,1	1,6
Paraguay	9,5	10,4	10,2	13,8
Mean	6,2	5,9	5,6	6,5

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

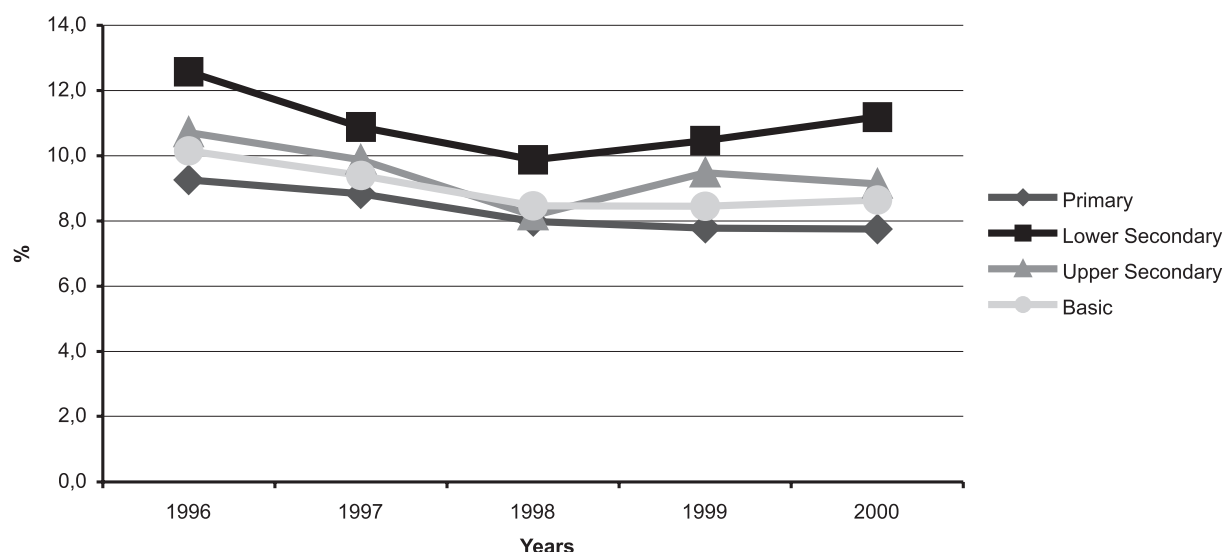
Paraguay has presented the higher number of students aged 15-17 in educational programmes for youth and adults. This indicates the country's efforts to incorporate those who have not joined or finished their studies within the common educational programmes, partly explaining the increase in the schooling rate for this age group (45% in 1996 and 62% in 2000).

Performance rates: passing, failing and abandoning

The performance rates show the efficiency of the educational process. These indicators partially substitute the ones of the school flow that, as mentioned before, have distinct concepts in the region and are difficult to compare. In this way, abandoning refers to what had occurred during the school year and not necessarily implies in a definite abandoning of the educational system. Consequently, at the end of the final year, a student has passed or failed, or abandoned, at least temporarily.

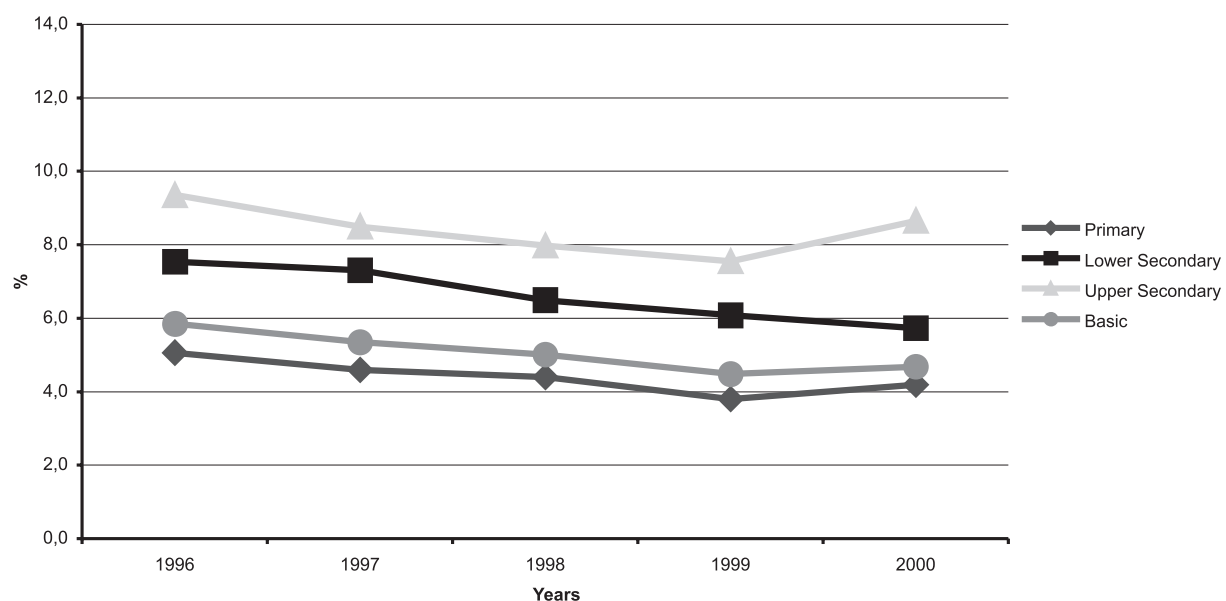
These performance rates have presented a certain stability throughout the period of 1996-2000, in average terms for the region. However, it is possible to notice that the failing rates have suffered a slight increase in the last analysed years, being the low secondary the level with the highest figures for the whole period. On the other hand, the abandoning rates have kept a decreasing behaviour along the years, in this case being the high secondary level the one that presents the highest rates with an increase of one point up to year 2000.

Graph 2: Failing rates per teaching level
Years 1996 - 2000



Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Graph 3: Abandoning rates per teaching level
Years 1996 - 2000

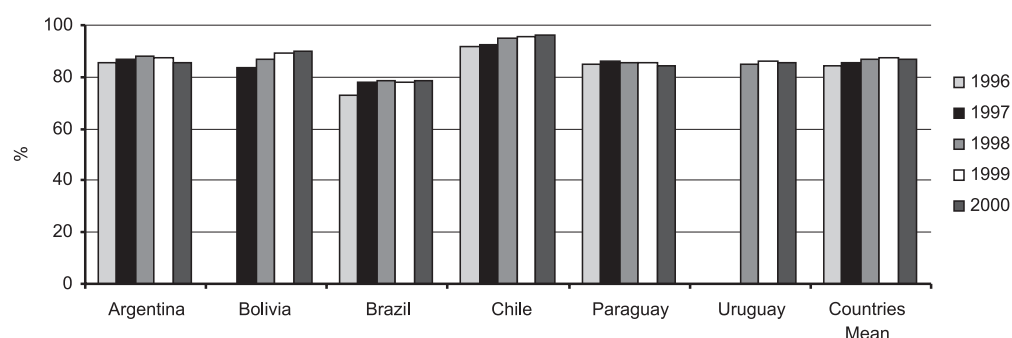


Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

The average passing rate of the region for year 2000, at every teaching level, is between 80% and 90%. The average failing rate is around 9% and the abandoning one is 5%. Brazil has presented the highest abandoning rates (superior to 10% in all levels) and passing rates around 78%, for all teaching levels. Argentina and Uruguay have presented failing rates that differ up to 10 points amongst the levels analysed. Being the low secondary, the level with the highest figures (18% and 20%, respectively). Chile has the best schooling performance rates with passing rates higher than 92% in all levels, failing rates around 3% (7% for the upper secondary) and abandoning up to 3% (upper secondary).

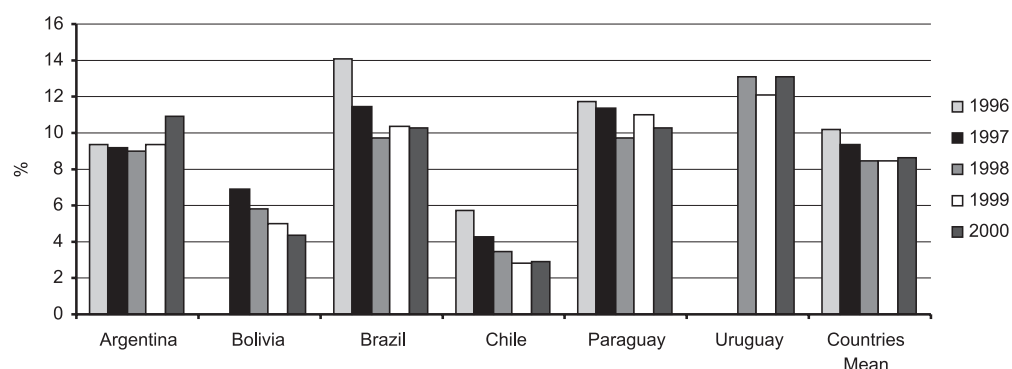
The results for basic teaching throughout the 1996-2000 period, show that the passing rates have been kept stable, and high failing rates have been observed combined with abandoning. Passing is around 87% and abandoning, combined with failing, around 13%. On the other hand, Argentina and Paraguay show a slight ascending in the abandoning rates by the end of the analysed period.

Graph 4: Passing rates for basic teaching
Years 1996 – 2000



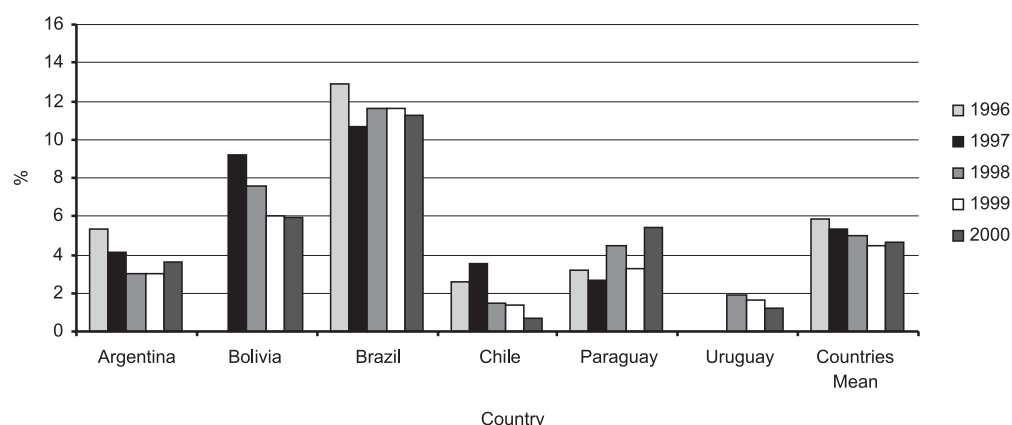
Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Graph 5: Failing rates for basic teaching
Years 1996 – 2000



Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

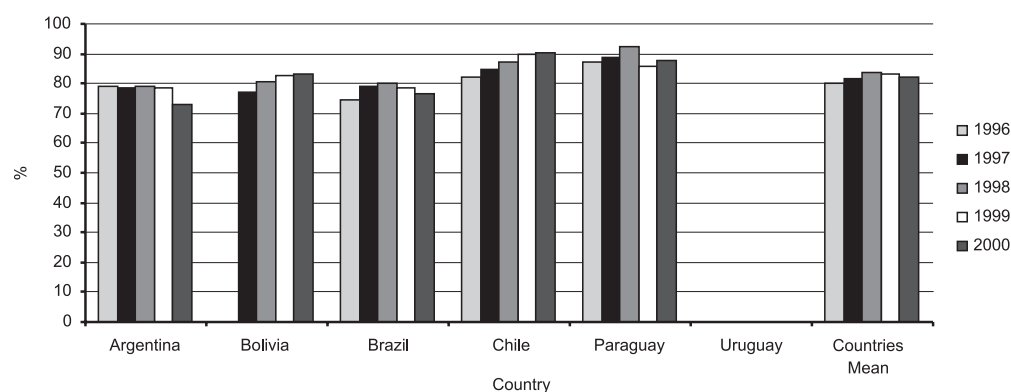
Graph 6: Abandoning rates for basic teaching
Years 1996 – 2000



Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

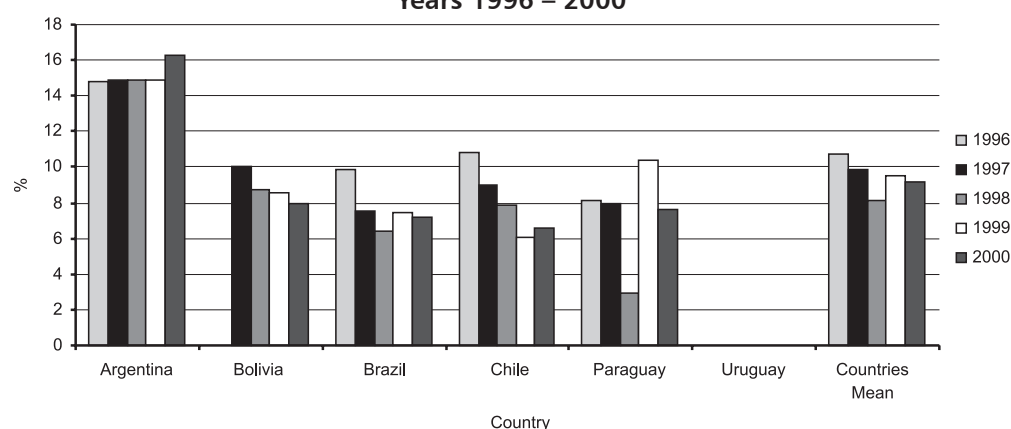
The results show that the problem of schooling performance has become more serious along students' school life, where failing and abandoning grow with the progression of the educational system, with combined rates of abandoning and failing around 20%.

**Graph 7: Passing rates for the upper secondary level.
Years 1996 – 2000**



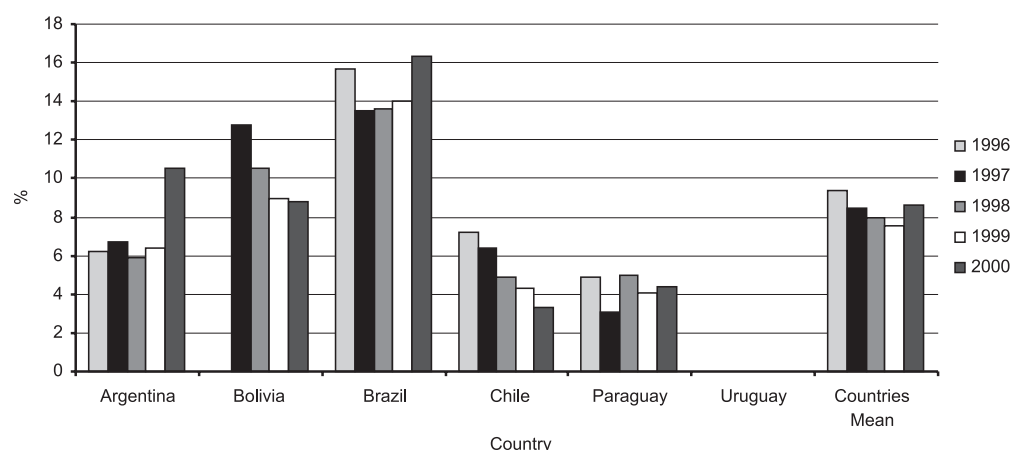
Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

**Graph 8: Failing rates for the upper secondary level
Years 1996 – 2000**



Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

**Graph 9: Abandoning rates for the upper secondary level
Years 1996 – 2000**



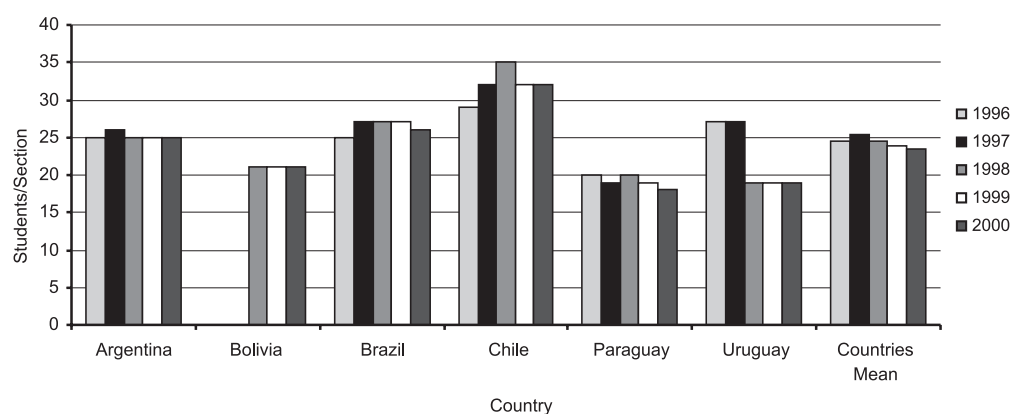
Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Students per section

This indicator offers information on one of the organizational aspects of the educational system, regarding the use of places and the concentration of students per group. Although it has not been found enough evidence to conclude that there is a clear relation between the size of class and educational performance of students (academic achievement), in seeking to grant the best pedagogical conditions, the organization of the service should consider the figures achieved in this relation. For all countries in the region, the number of students per section varies between 18 and 38 students according to the level and the country, even when generally the primary level presents lower figures and the secondary the highest, where the process teaching-learning tends to be less personalized. The size of the indicator not necessarily evaluates directly the quality of the educational services once this one depends on other factors such as the pedagogical practices, teachers' qualifications, etc. Even though, it is necessary to consider internal variations of the indicator, in special the differences between urban and rural schools, as well as the observed figures in multilevel schools.

In the case of the primary level, Chile presents a relation of approximately 32 students per section in the period, Argentina and Brazil from 25 to 30 students and Bolivia, Paraguay and Uruguay around 20 students. It is worth mentioning that this indicator refers to the totality of the primary level, also including in its calculations the enrolment and sections of rural zone schools and multilevel schools.

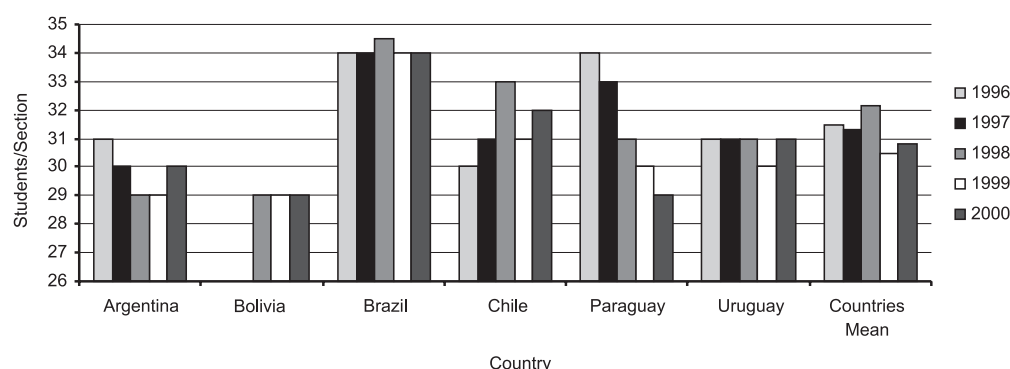
**Graph 10: Number of students per section in primary level
Years 1996 – 2000**



Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

For the lower and upper secondary levels the figures indicate a stable behaviour throughout the years and the differences between the countries have diminished. In year 2000, for the lower secondary, the country that presented the highest relation was Brazil with 34 students per section, while Bolivia and Paraguay presented the lowest figures, with 29 students per section. For the upper secondary the relation students per section is also in 25 for Paraguay and 38 for Brazil. Argentina had an average of 29, Bolivia 33, Chile 35 and Uruguay 29.

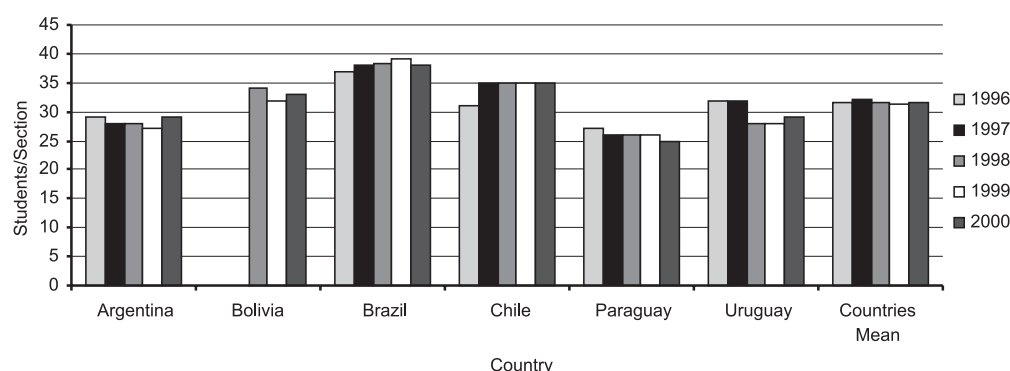
**Graph 11: Number of students per section in lower secondary level
Years 1996 – 2000**



Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Beyond any particular situation, the general tendency for the region indicates that the number of students per section gets higher according to the educational level goes up.

**Graph 12: Number of students in upper secondary level per section
Years 1996 – 2000**



Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Schooling setback of students aged 15 and vacancies rate

School years behind¹⁸ and overage constitute complementary indicators for the performance rates, as an additional tool to evaluate the internal efficiency of the educational systems. Both indicators, not only include accumulatively the repetitive situations in the school trajectories of the students, but also those derived from school failure such as abandonment and re-entrance in the system, and the ones of late entrance. Thus, these

¹⁸ The percentage of students who are behind in their school years can be slanted due to problems of inconsistency between the periods of reference normatively established and the ones used in the information gathering. In Chile's case, for instance, particularly high figures for students one year behind have been observed, which is originated in this kind of difficulties.

indicators allow measuring the quantity of extra time expected students need to finish their studies, what causes an impact on the associated corresponding costs.

Both indicators show situations of inefficiency from distinct perspectives. On one hand, the overage rates show the magnitude students have joined the system later (2 years or over) or failed more than one year, per educational level; on the other, 15 year-old students' school years behind determines which is the degree of setback measured in quantity of years, of this student group. The age defined for this indicator corresponds to the immediate age corresponding to the end of compulsory education in all countries of the region. That is to say, it evaluates the relative place of those educated youth considering that they should have been enrolled in the first year of the upper secondary. Although the population groups involved in every indicator are not the same, no country in the region has shown evidence of supporting changes regarding students' performance and their educational trajectories. That means, considering both indicators express situations of inefficiency in the educational systems, it is expected that they move in the same direction, one high figures of overage result in a high participation of 15 year-old students being more than 2 years behind in their studies.

Basically, the structure of school years behind has been kept constant during the analysed period, according to available information, except for Uruguay, which has increased the percentage of students who are behind in their studies, from year 1999, though in a smaller scale than Brazil, Chile and Paraguay. The regional figures fluctuate around 67%, according to information for year 1999 (common year of availability of information for all countries in the region).

Table 22: Percentage distribution of the 15 year-old students per number of years behind or ahead. Year 1999

	School years behind	School years behind			Correspondence Age/school year	School years ahead	
		3 or older	2	1		1	2 or older
Argentina	40,2	4,9	13,1	22,2	56,1	3,6	0,1
Bolivia	63,5	13,6	18,0	31,9	30,5	5,9	0,0
Brazil	78,9	41,6	15,8	21,5	19,0	2,0	0,1
Chile	71,8	9,0	13,9	48,9	27,2	0,9	0,2
Paraguay	79,4	20,9	20,3	38,2	19,2	1,4	0,0
Uruguay	68,7	10,3	17,9	40,5	29,8	1,4	0,0
Mean *	67,1	16,7	16,5	33,9	30,3	2,5	0,1

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

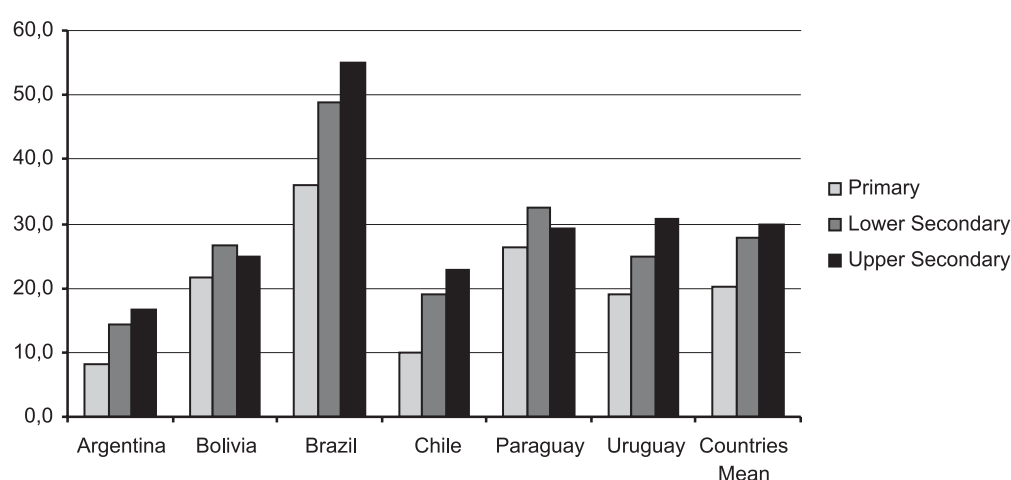
The data show that Argentina has presented the lowest figures of school setback (40%), while Brazil and Paraguay have almost duplicated this figure. In Brazil's case it is important to notice that more than 40% of the students have presented a setback of 3 or more years.

If these results complement those referring to growing trends in schooling rates in the region for the 15-17 age group, they also emphasize the need for having educational policies that promote successful educational trajectories for the students. For example, Brazil, despite having one of the highest schooling rates of the region (83%)

for the age group, it reaches the highest school-years-behind figures for 15 year-old students (79%).

Regarding the percentages of students' overage, that is to say, enrolled in courses 2 or more years below that corresponding to their age, it has been observed a systematic decrease along the period for all educational levels and in all countries. This indicator reflects situations of present or past inefficiencies of the educational systems, in the sense that once the student enters the overage, he/she maintains this condition up to leaving the educational system. Consequently, if there are no high levels of definite abandoning, the overage percentages increase along the educational levels. In year 2000, the regional averages were 20% for the primary, 28% for the lower secondary and 30% for the upper secondary.

Graph 13: Overage rates per teaching level. Year 2000.



Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

By country and along the years, the situation is not different, being clearly observed a decrease in the overage rates in all countries and in all levels, according to the following table.

**Table 23: Overage rates per teaching level
Years 1997-2001**

	1997	1998	1999	2000	2001
Argentina					
Primary	8,8	8,7	8,3	8,1	8,1
Lower Secondary	16,9	16,0	15,0	14,2	13,9
Upper Secondary	16,4	16,9	17,0	16,6	15,6
Bolivia					
Primary		21,7	22,3	21,8	20,3
Lower Secondary		27,2	25,9	26,7	25,4
Upper Secondary		21,0	23,2	24,9	26,3
Brazil					
Primary	43,4	42,5	39,2	36,1	33,0
Lower Secondary	52,2	52,6	50,7	48,8	46,8
Upper Secondary	53,9	53,9	54,8	54,9	53,3
Chile					
Primary	13,5	12,5	11,5	9,9	
Lower Secondary	22,7	22,0	20,3	19,1	
Upper Secondary	20,2	23,2	22,4	22,7	
Paraguay					
Primary	29,4	28,6	27,6	26,4	25,6
Lower Secondary	36,1	36,3	35,2	32,4	31,5
Upper Secondary	27,7	33,7	29,6	29,4	30,9
Uruguay					
Primary	19,0	19,0	18,7	18,9	19,3
Lower Secondary		15,7	25,1	24,9	24,5
Upper Secondary		21,6	31,6	30,7	30,5

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

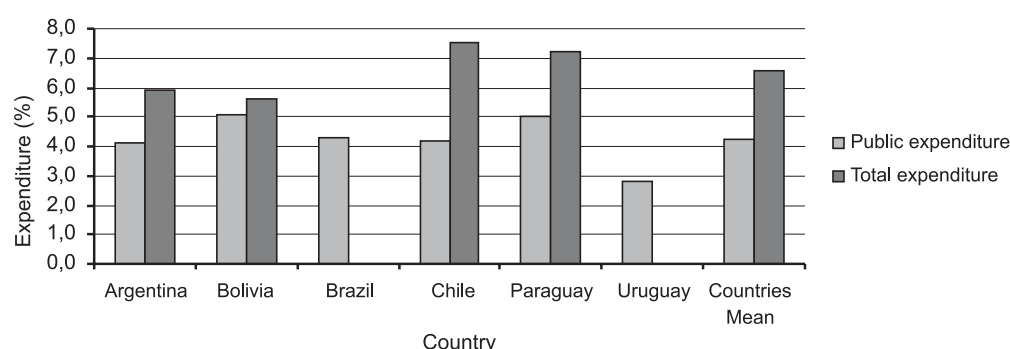
Expenditure rates in education and teacher's training

The expenditure indicators selected in the Educational Mercosur Indicators System are those developed in the benchmarking of the World Education Indicators Project (WEI) from Unesco and OCDE, regarding their definition and methodology employed. This has been possible due to the participation of Argentina, Brazil, Chile, Paraguay and Uruguay in such project, which began in September 1997. In Bolivia's case, it is worth mentioning the additional efforts carried out to provide the necessary information in order to produce these indicators, despite not participating in the WEI project. However, it is necessary certain methodological and conceptual minimum adjustments in order to keep comparability and consistence of information. For the separations per teaching level it is possible that the difference of criteria adopted (distinct grouping levels) can bring some difficulties in establishing a general reference for the region. Even though, in order to control the effect of the different duration of every level over the educational expenditure, it is convenient to use a measure of unitary expenditure (per student). That is to say, for example, a finance datum of a country with 6 years in a particular teaching level is not directly comparable with another country with a different duration for this same

level, but when dividing by number of students, the comparison results more plausible.

Expenditure in education is related with the GDP and with the total of the public spending in order to, in the first case, look at the possibility and effort that the country makes in providing education. In the second case, in relation to the total public spending it is possible to evaluate and measure the assumed priority the national governments give to education.

**Graph 14: Expenditure in education as percentage of GDP
Year 2000.**



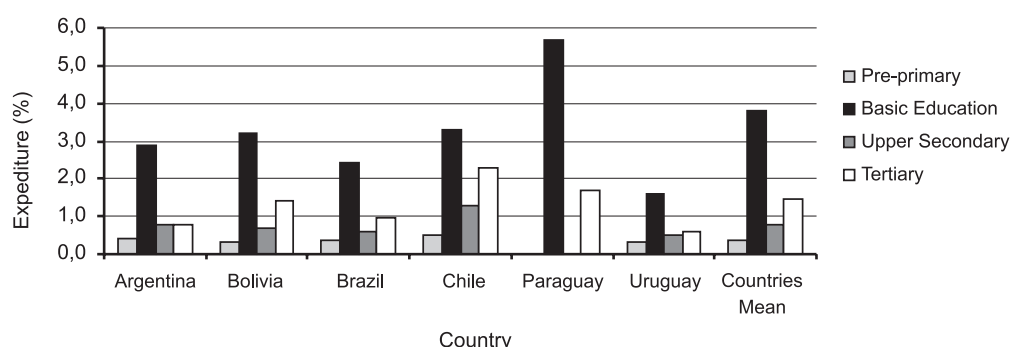
Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Note: Brazil: There is no data availability for expenditure on education in the private sector.

Except for Uruguay, the public spending on education in year 2000 has been maintained between 4% and 5% of the GDP. The major proportion of public investment expressed in terms of the product occurred in Bolivia and Paraguay with 5% of the GDP. Argentina showed 4.1%, Brazil 4.3%, Chile 4.2% and Uruguay 2.8% of the GDP. The total spending, including private efforts (from companies, Non-Government Organizations and families) has been of 5.9% for Argentina, 5.6% for Bolivia, 7.5% for Chile and 7.2% for Paraguay.

Per teaching level, the public expenditure on education has presented the following situation for year 2000:

**Graph 15: Education expenditure as percentage of GDP per teaching level
Year 2000**

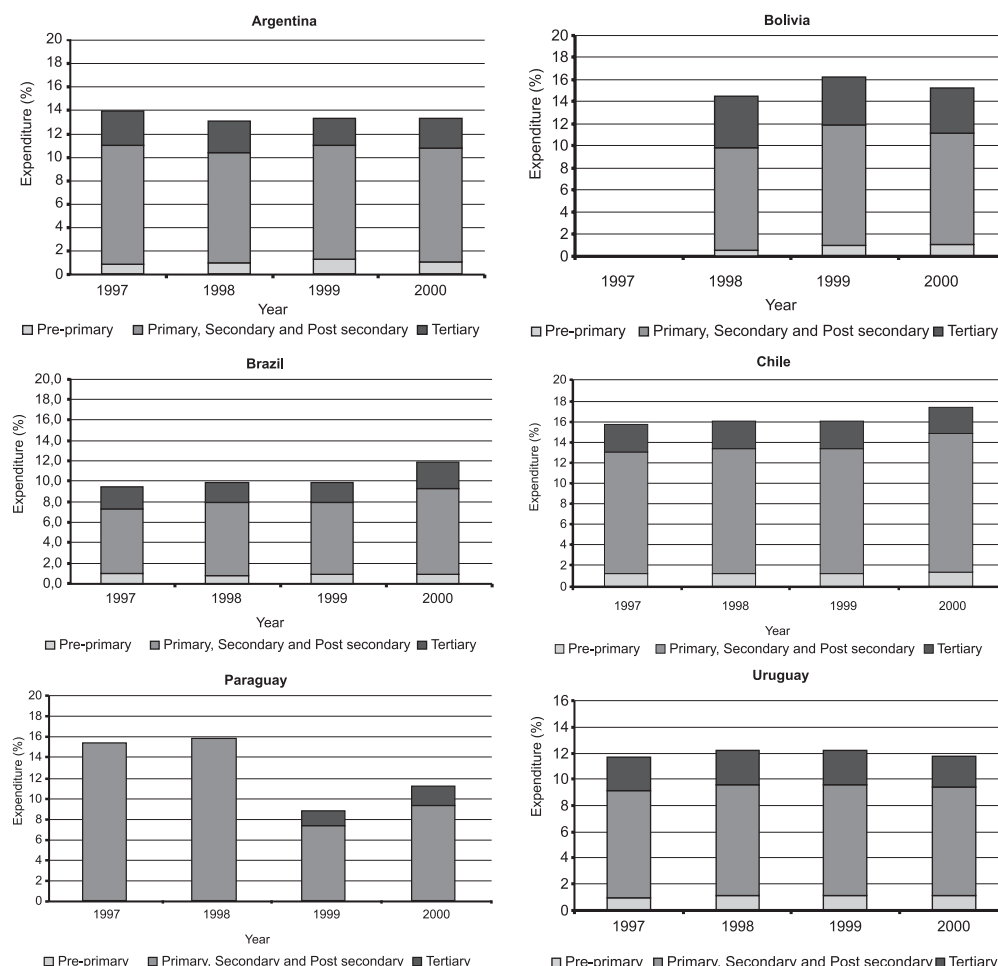


Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

The regional average for the primary and secondary levels has reached 3.8% of the GDP, being 3.7% for Argentina, 3.9% for Bolivia, 3% for Brazil, 4.6% for Chile, 5.7% for Paraguay (including pre-school) and 2.1% for Uruguay.

Considering the public spending on education as percentage of the total public spending, the following behaviour per country is obtained:

Graph 16: Public expenditure on education as percentage of the total public expenditure. Years 1997 – 2000



Years 97 – 98. The total public expenditure only includes central administration. Year 99, includes the central and decentralized administration

Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Argentina presents in the period figures around 13.5% of the total public expenditure, being the percentage of the primary and secondary levels around 10% of the total.

Bolivia used for the period analysed 14.5% of its total public spending in the year 1998, 16.2% in 1999 and 15.3% in year 2000. The primary and secondary levels were the recipients of the 9.3% in 1998, 11% in 1999 and 10% in 2000 of the total public spending.

Brazil, until 1999, kept the public spending on education approximately 10% of the total public spending, while in 2000, the spending increased to 11.9%. The primary and secondary levels presented expenditures between 6.3% in 1997 and 8.3% in 2000.

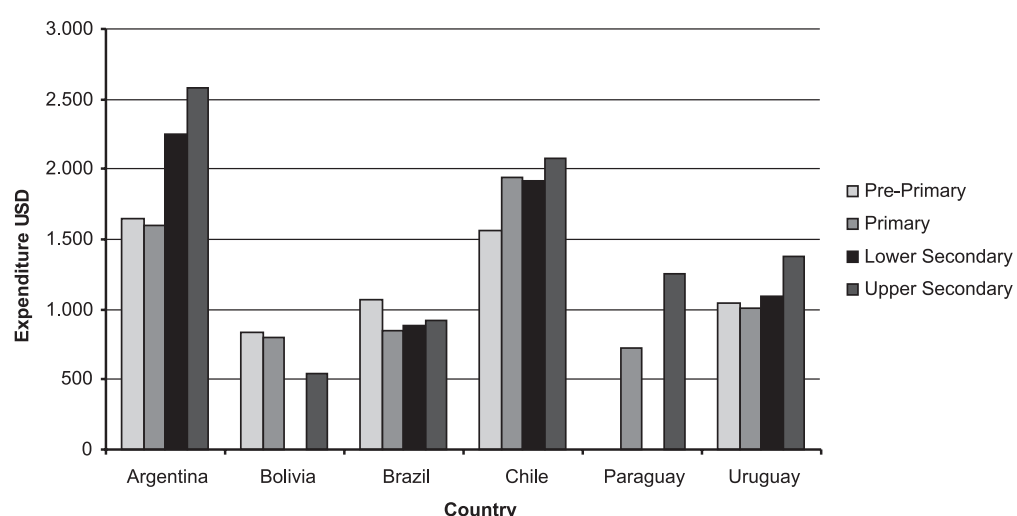
Chile, along the period of 1997 to 2000, kept the public spending on education between 15.8% in 1997 and 17.5% of the total public spending in 2000. The primary and secondary levels presented expenditures around 12% of the total public spending.

Paraguay presented distinct spending standards for the period 1997-1998 and for the period 1999-2001. More recently, the public spending in education was around 10% of the total public spending, destined to the primary and secondary levels an average of 7.5% of the total public spending (these figures include the primary level).

Last, Uruguay during the period 1997 to 2001, presented figures for the public spending on education around 12% of the total public spending. Specifically for primary and secondary levels, the country destined around 8.5% of the total public spending.

If considered the amount of the population assisted by the educational system, the spending levels show important differences:

**Graph 17: Expenditure per student per teaching level
Year 2000. In American dollars PPP**



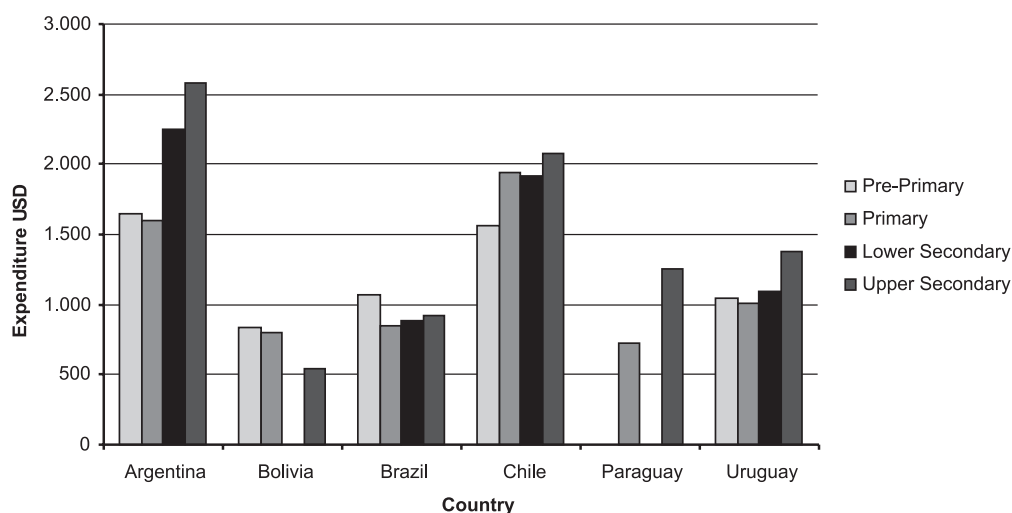
Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Note: Bolivia: primary includes upper secondary; Paraguay: primary includes pre-primary, upper secondary includes lower secondary.

According to corresponding information for year 2000, Bolivia, Brazil and Paraguay have presented an average spending per student inferior to 1,300 American dollars adjusted according to parity power of purchasing (PPP) for the upper secondary level and inferior to 1,000 dollars for the primary level. Uruguay has spending levels around 1,300 dollars for the secondary and 1,000 for the primary. On the other hand, Argentina and Chile spending standards per students are superior to 1,500 American dollars for the primary and 2,000 dollars for the secondary.

From another part, the quantity of students per teacher offers an idea of the organization of the educational system in order to meet the educational demand and measure the investment in teaching human resources. It must be noted that teachers' wages represent the greatest part of the spending on education.

**Graph 18: Number of students per teacher according to teaching level
Year 2000**



Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

A higher relation student per teacher can mean less spending per student. For Argentina and throughout all the considered period, the lowest relation student/teacher is observed at the upper secondary level where the spending per student is higher than 2,500 American dollars. The lower public spending with student occurs at the primary level, reaching 1,600 dollars. For this level the relation student/teacher is the highest.

However, this is not always the case. Chile has presented the highest relation of students per teacher for the primary and lower secondary levels and at the same time has levels of spending per student of 1,940 and 1,914 dollars, respectively. Even though these levels are lower than the ones registered for the upper secondary level where spending per student goes up to 2,081 dollars and the relation students/teacher is of 28 against the 33 observed in the primary and lower secondary. For the pre-school level, the relation students per teacher is 25 students per teacher and the spending goes up to 1,563 dollars per student. The result of this association amongst these indicators has to do also with other factors such as, the level of teachers' qualification and payment, which usually are higher with the advance of the educational levels.

Brazil has a similar situation to the one observed in Argentina, where the highest level of relation students/teacher has also presented less spending per student. Pre-school presented 1,066 American dollars with spending per student with a relation student/teacher of 16 in year 2000, while upper secondary presented a relation student/teacher of 21 and spending of 920 American dollars.

In their turn, Bolivia and Paraguay have also presented similar situations with numbers of students per teacher in the pre-school of 45 and 31, respectively, and spending per students relatively high, 831 dollars, the highest amongst the levels of education and 1,039 dollars for Uruguay. Similar figures to the one observed in the primary of 1,011 dollars with 21 students per teacher.

Last, Paraguay has presented the following figures in the relation students per teacher: 21 for primary and 22 for secondary, for year 2000,

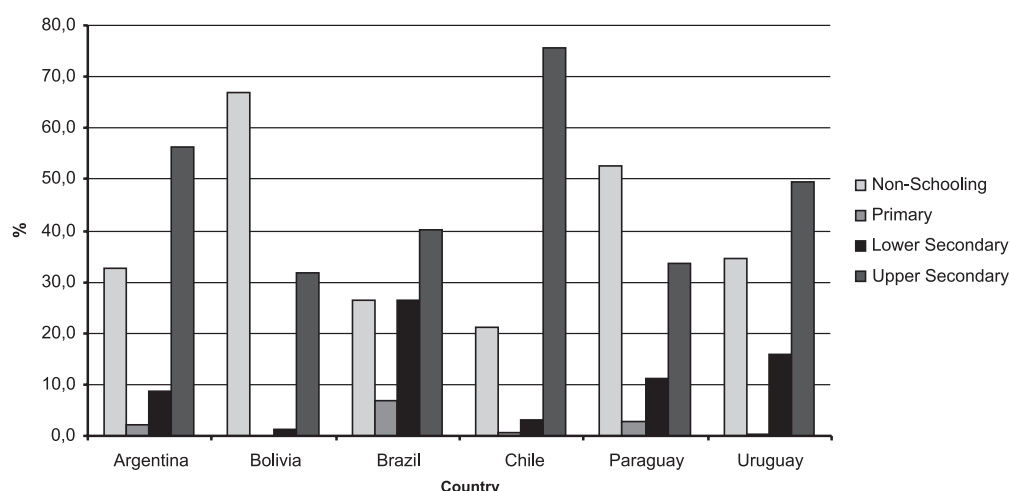
where spending per student were 721 American dollars and 1,259 dollars, respectively.

Percentage distribution of the 17 year-old population per schooling condition

According to the definition of educational levels and theoretical ages for attending them, it is expected that students at the age of 17 finish their secondary education, that is to say, the one enrolled in the last year of the upper secondary, before joining the labour market and/or carry on studying in post-secondary studies or higher degrees. The non-schooling ones, in this situation, represent the students that are not enrolled in any teaching level.

For year 2000, it is possible to see that Chile has presented the lowest proportion of 21% for the non-schooling ones and the highest of 75% for the 17 year-old schooling ones - students in the upper secondary. Bolivia has presented the opposite situation with 67% of non-schooling and with 31% enrolled in the upper secondary. Brazil, Paraguay, Argentina and Uruguay have presented intermediate situations, but different amongst themselves. While Brazil has a large amount of students aged 17 enrolled in the primary and lower secondary (33%), Argentina has only 11%, Paraguay, 13.6%, and Uruguay, 16%.

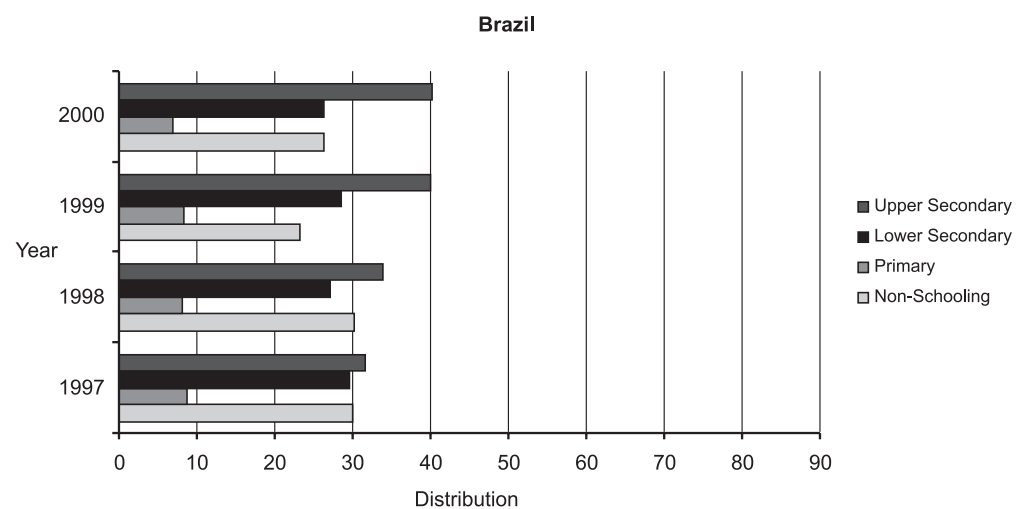
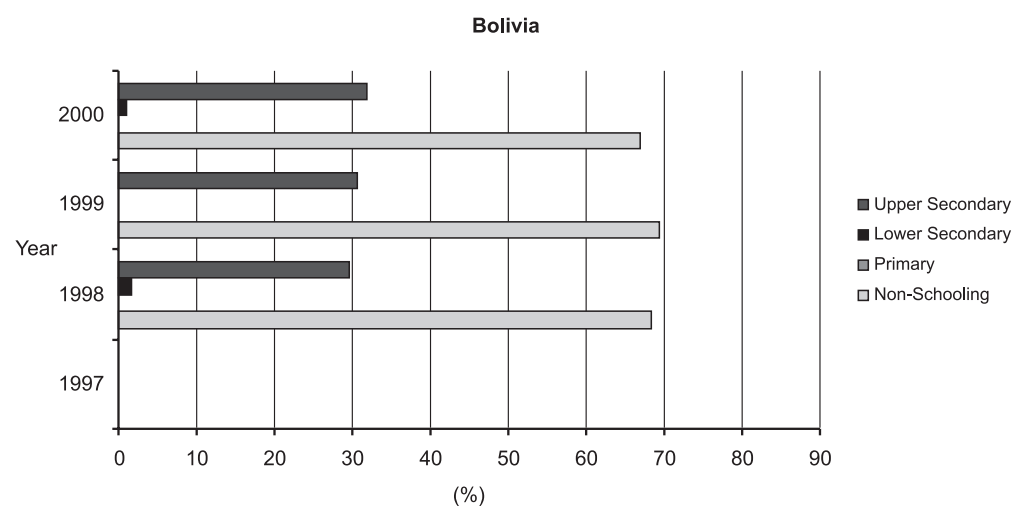
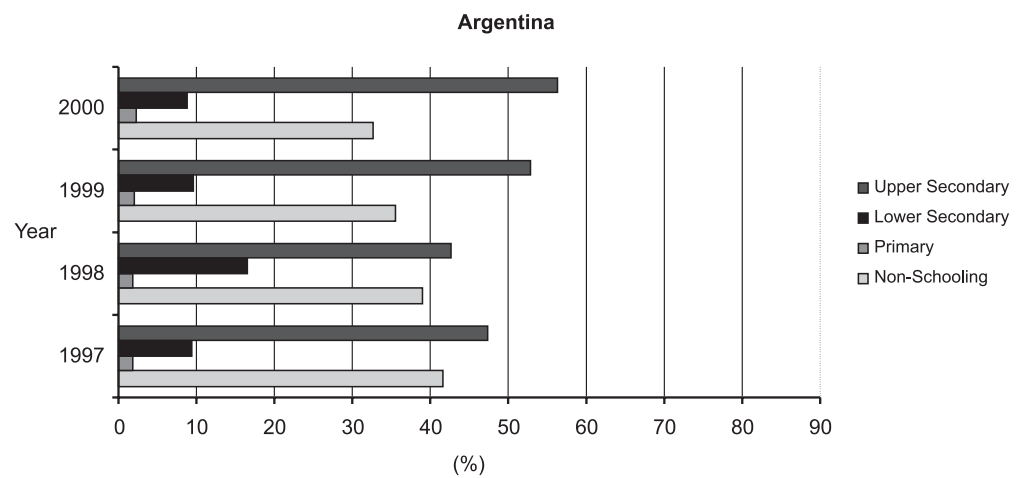
Graph 19: Percentage distribution of the 17 year-old population per schooling condition. Year 2000

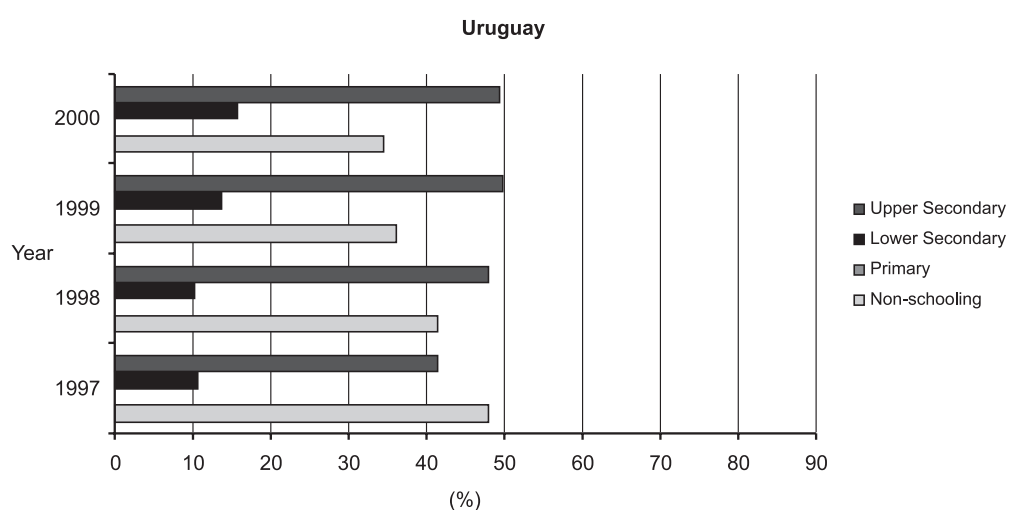
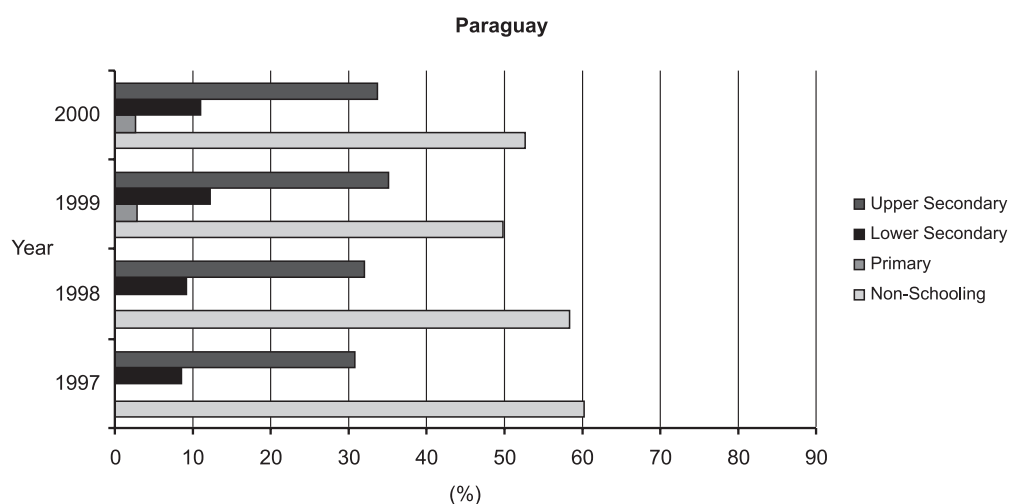
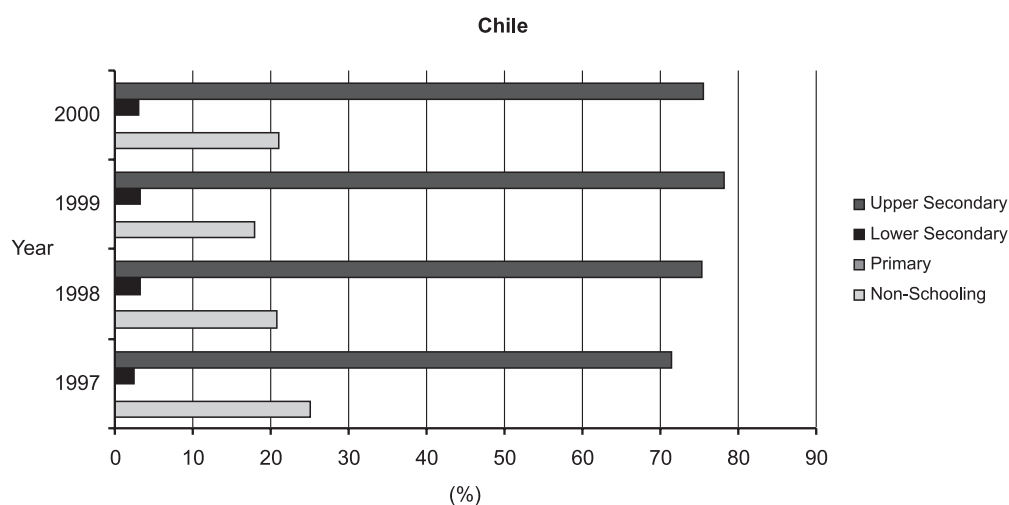


Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Moreover, if the indicator is analysed along the period is possible to see changes in every country. The non-schooling in Argentina represented around 42% in 1997 and the schooling at upper secondary level, 47%. In 2000, those figures change to 33% of non-schooling and 56% of schooling at the upper secondary.

Graph 20: Percentage distribution of the 17 year-old population per schooling condition. Years 1997-2000





Source: *Vitrina Estadística*. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo.

Bolivia in the same period had minor changes, but consistent at the time. In 1998, the non-schooling represented 68% and the schooling ones in upper secondary, 29%. In 2000, the figures change to 67% of non-schooling and 32% of schooling in the upper secondary.

On the other hand, Brazil also kept the same tendency that Argentina and Bolivia. While in 1997, 30% of the youth aged 17 were out of the educational system and almost 32% schooling in the upper secondary, in 2000, the non-schooling one represented 26% and the schooling ones in the upper secondary, 40%. However, Brazil differs from the other countries regarding the magnitudes of every one of the conditions, for having in the period a relatively small percentage of non-schooling, and a high number of youth behind at their school levels.

In Chile's case, the regional tendency is kept. Thus, in 1997, 25% of the 17 year-old youth were not at school and 71% were enrolled in the upper secondary. For year 2000, the figures reflect a fall in the non-schooling (21%) and a rise in the schooling ones at the upper secondary (75%).

Paraguay has presented important changes in the percentage of the ones not at school amongst the youth aged 17. In 1997, there was 60% of the ones not at school and 31% of the ones attending the upper secondary. For 2000, the figures represented 53% of the ones not at school and 34% of the ones attending the upper secondary.

For Uruguay, the figures also show the same tendency. In 1997, 41% of the youth aged 17 were not in the educational system and 44% were attending upper secondary. For 2000, the ones not attending school were 34% and the ones attending the upper secondary were 49%.

Therefore, it is clear that the percentage of people aged 17 not in the educational system has dropped along the analysed period, further increasing the amount of students in the upper secondary.

4. COUNTRIES PROFILES

It is now presented a summary of the indicators that establish the general profile of the countries, in economic and demographic terms, as well as regarding education. The reference is year 2000, when data from all countries is available, except data from the total enrolments for Bolivia, available only for 2001. The reference benchmark for the region is the average of the countries. The graphics present national figures (points) as normalized distance per standard deviation regarding the countries mean (central line).

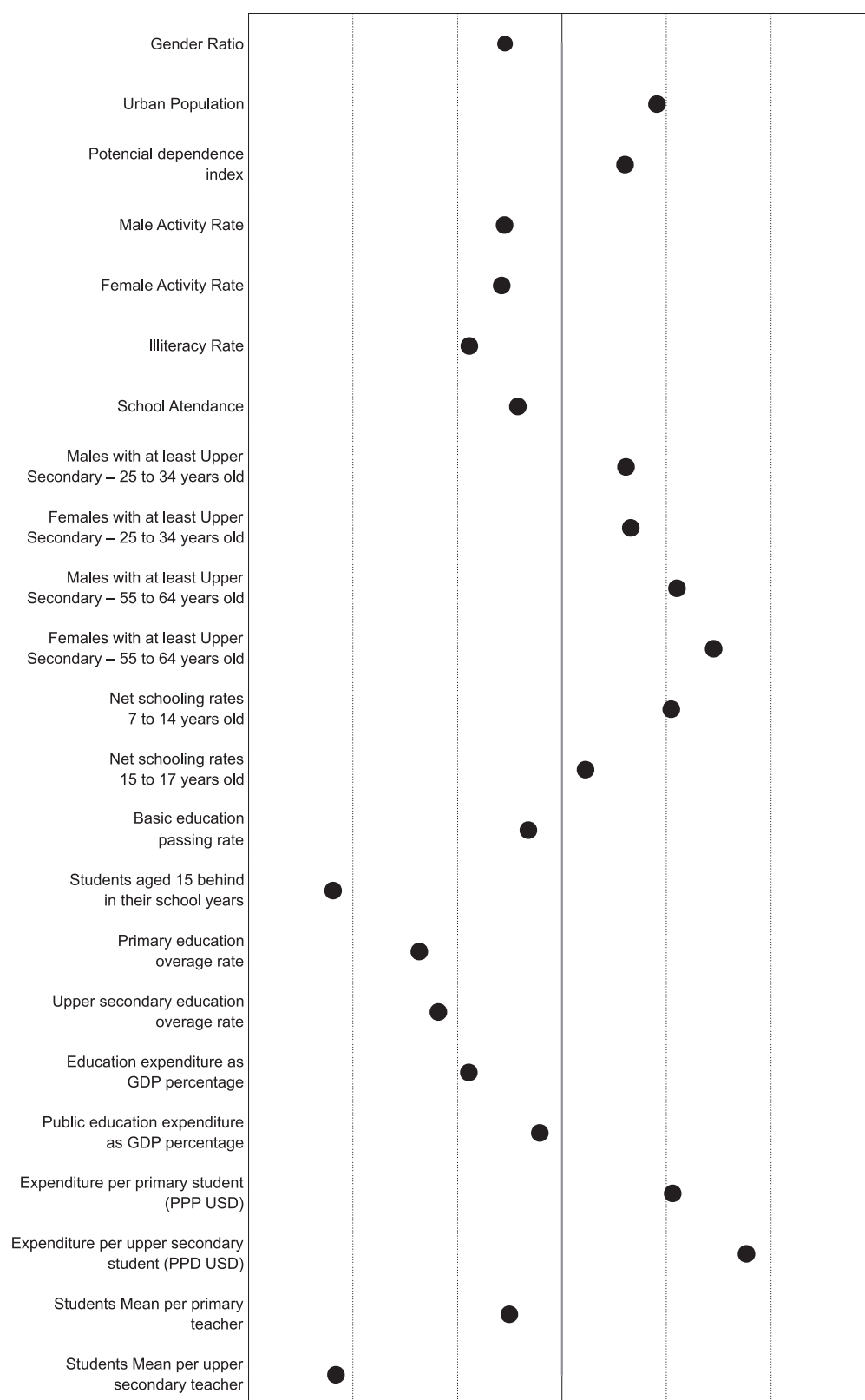
The main indicators used show the following figures for the region:

- Total population for the region: 234.347.038
- Total population attending school: 77.046.498
- GDP *per capita*: between 2,424 and 12,377 USD PPA
- Illiteracy: between 2.2 and 13.8%
- Urbanization: between 53.9 and 92.6%
- Average School attendance: 67%.
- Males with at least upper secondary mean (aged 25-34): 38.6
- Males with at least upper secondary mean (aged 55-64): 22.2
- Females with at least upper secondary mean (aged 25-34): 415
- Females with at least upper secondary mean (aged 55-64): 178

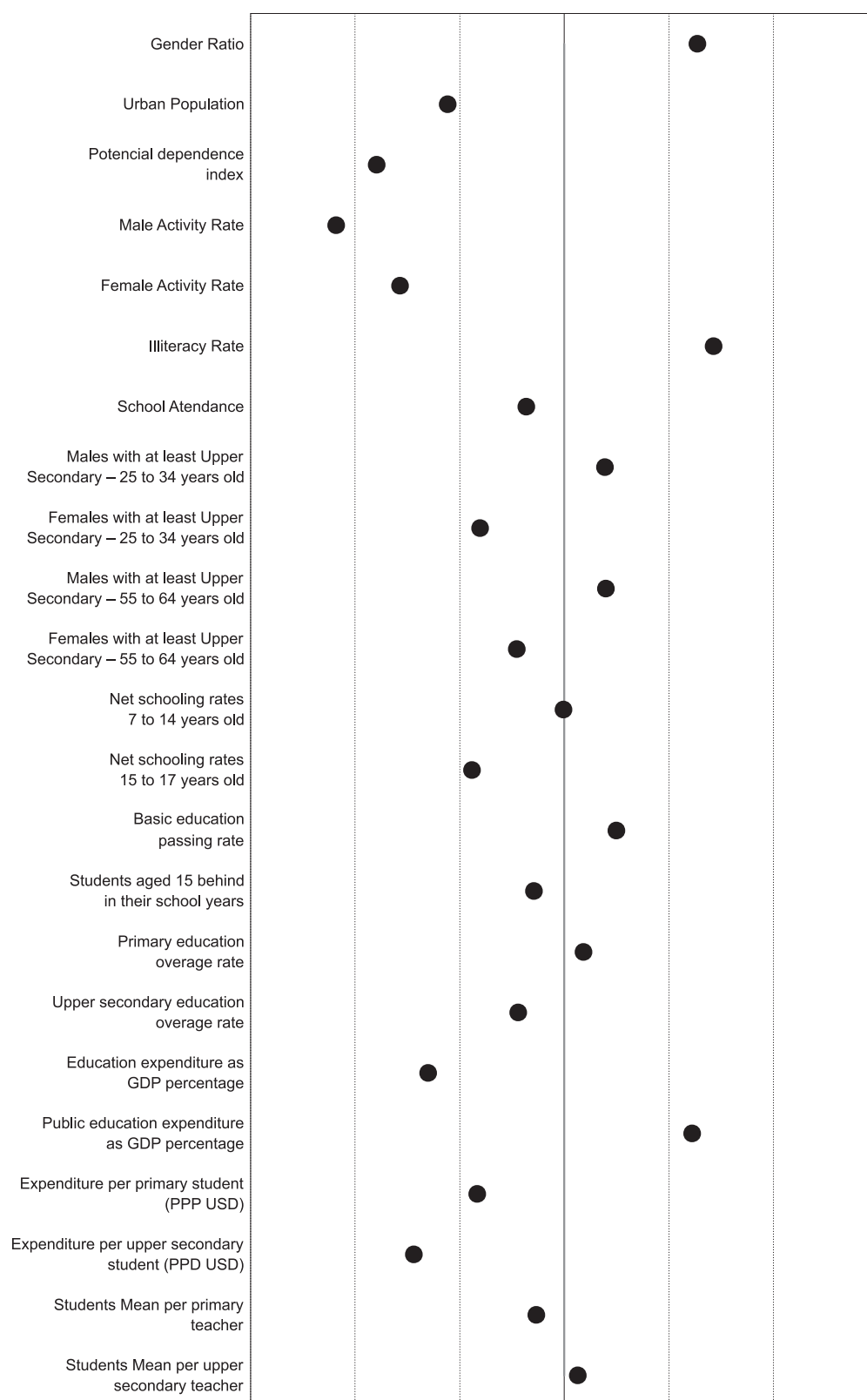
-
- Net schooling rates (aged 7-14): between 90.9 and 100%
 - Net schooling rates (aged 15-17): between 62. and 84.8%
 - School years behind (students aged 15): between 40.2 and 79.4%
 - Passing rate (basic education): between 78.4 and 96.4%
 - Overage rate (primary education): between 8.1 and 36.1
 - Overage rate (secondary education): between 16.6 and 54.9
 - Average public expenditure on education (GDP percentage): 4.0%
 - Expenditure per student on primary education (USD PPP) : between 722 and 1,940
 - Expenditure per student in upper secondary education (USD PPP): between 545 and 2,579
 - Students per teacher (primary education): between 19 and 33
 - Students per teacher (upper secondary): between 9 and 28

Next, it is presented the profiles of each country:

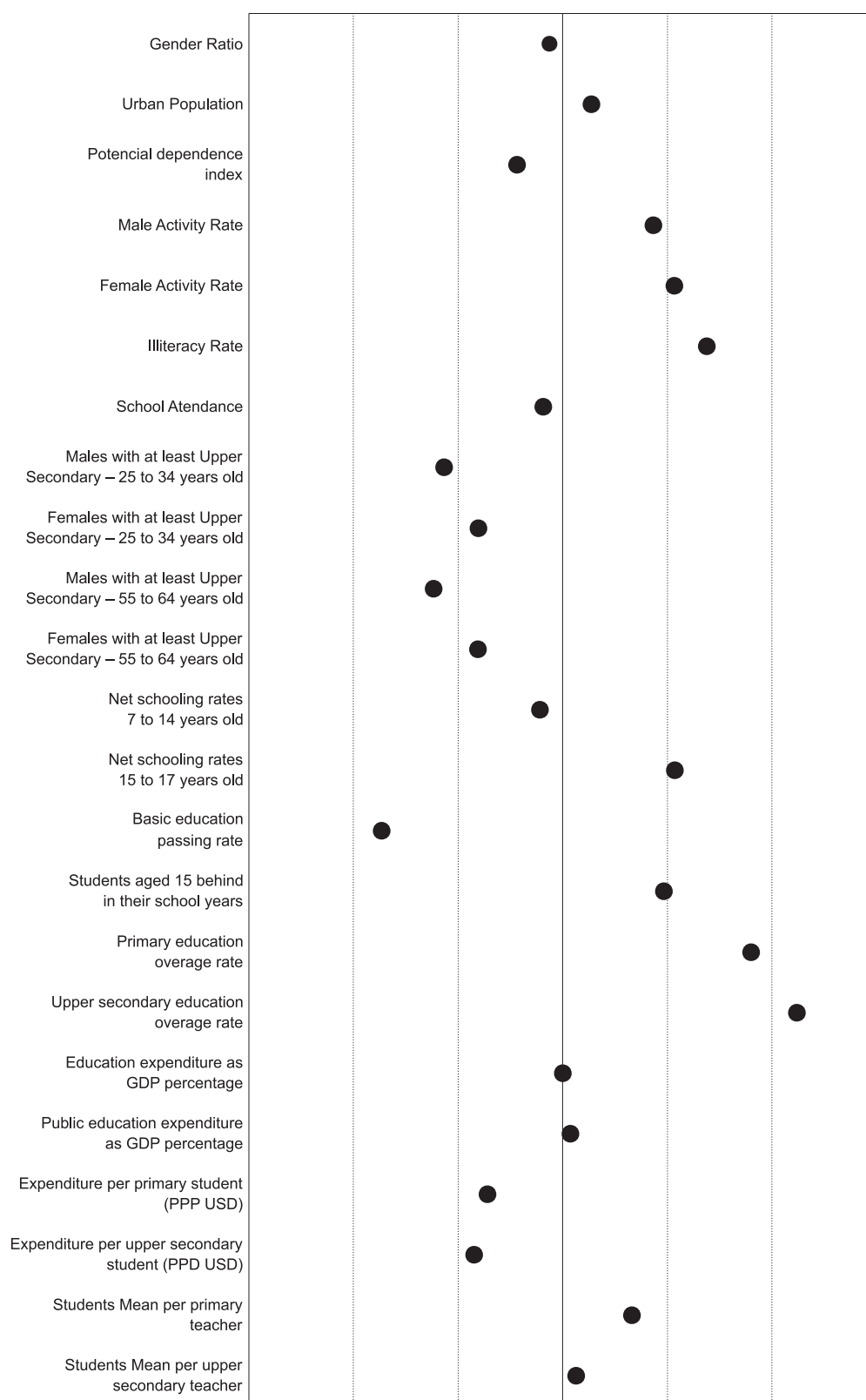
Graph 21: Argentina's Profile



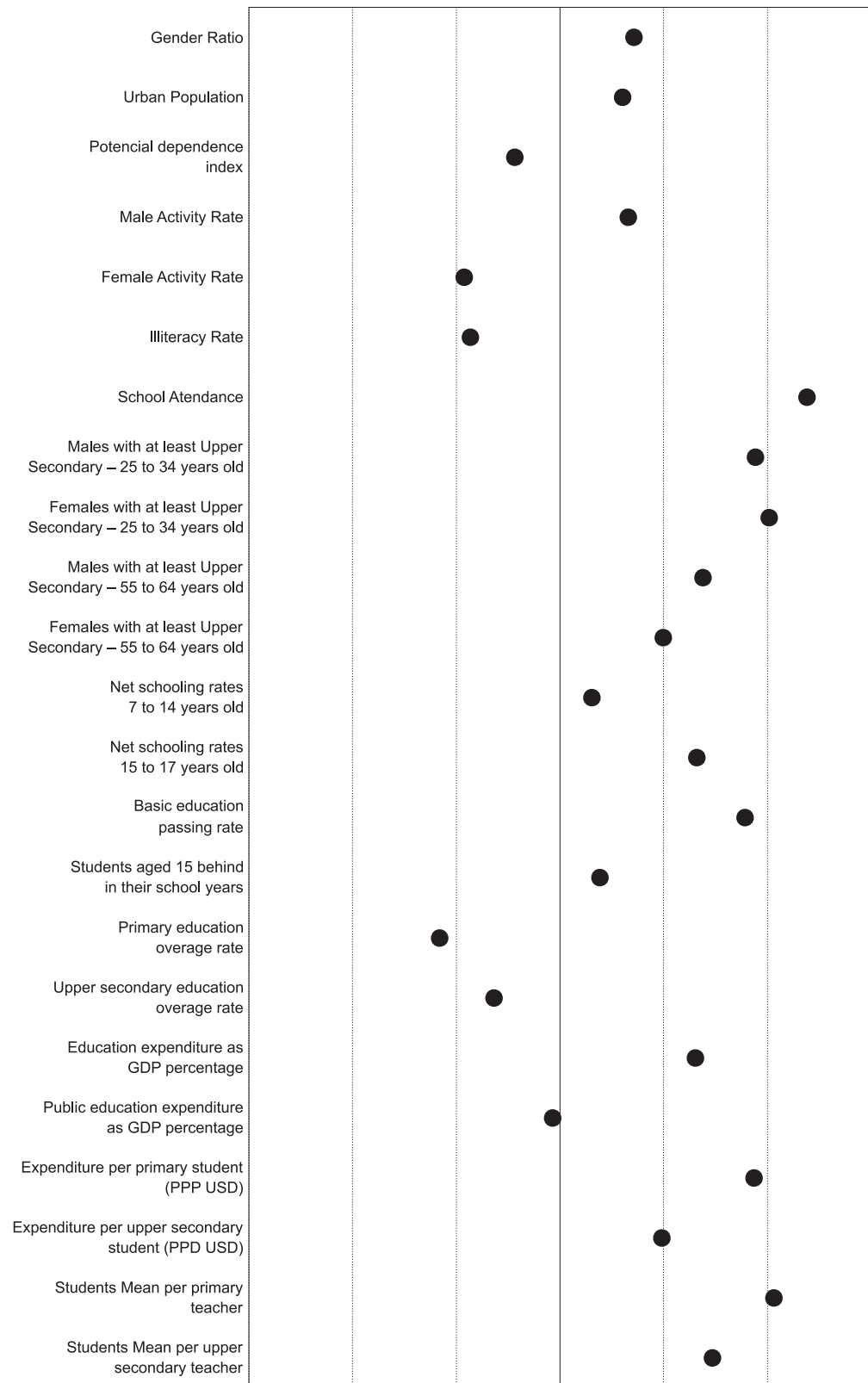
Graph 22: Bolivia's Profile



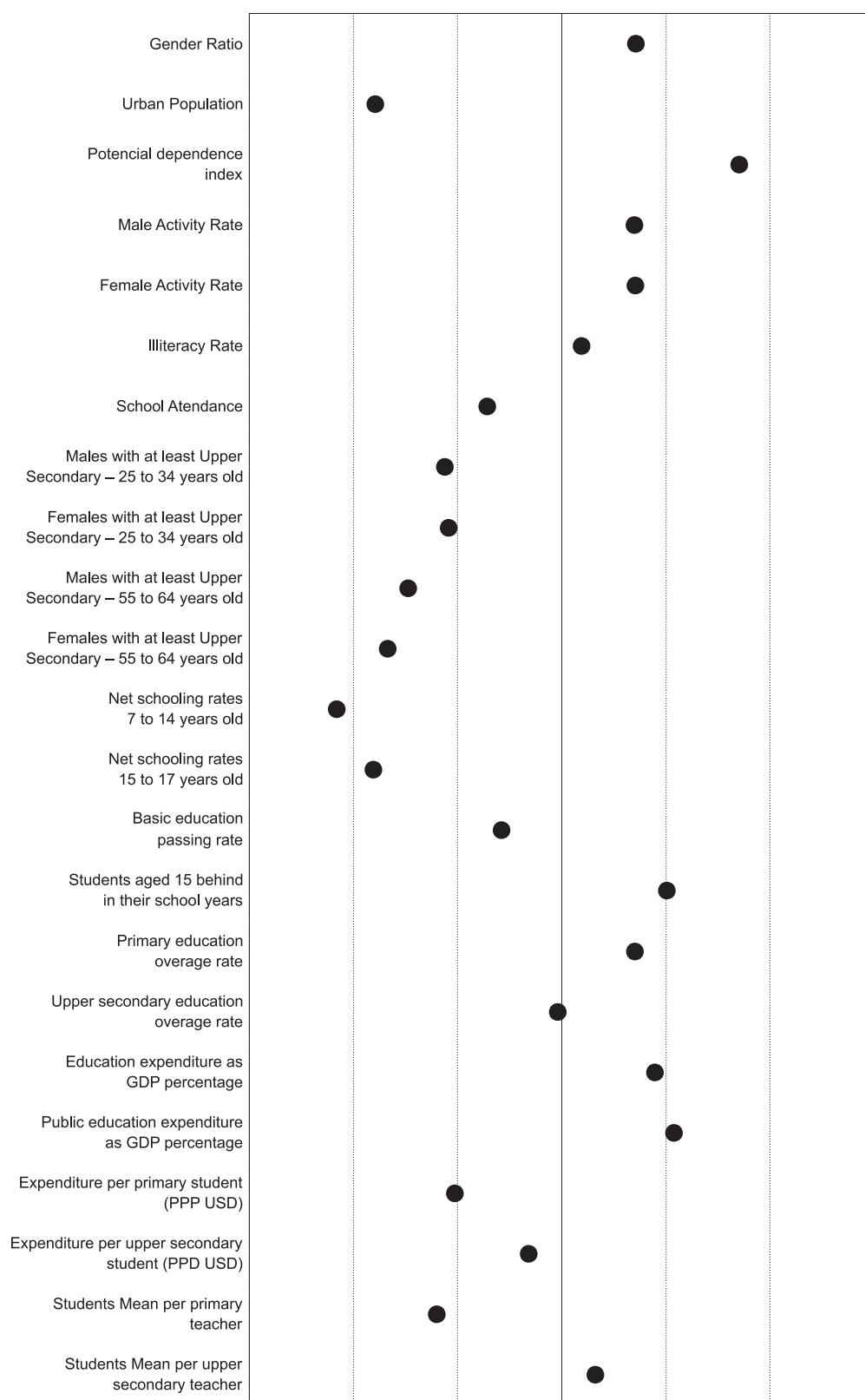
Graph 23: Brazil's Profile



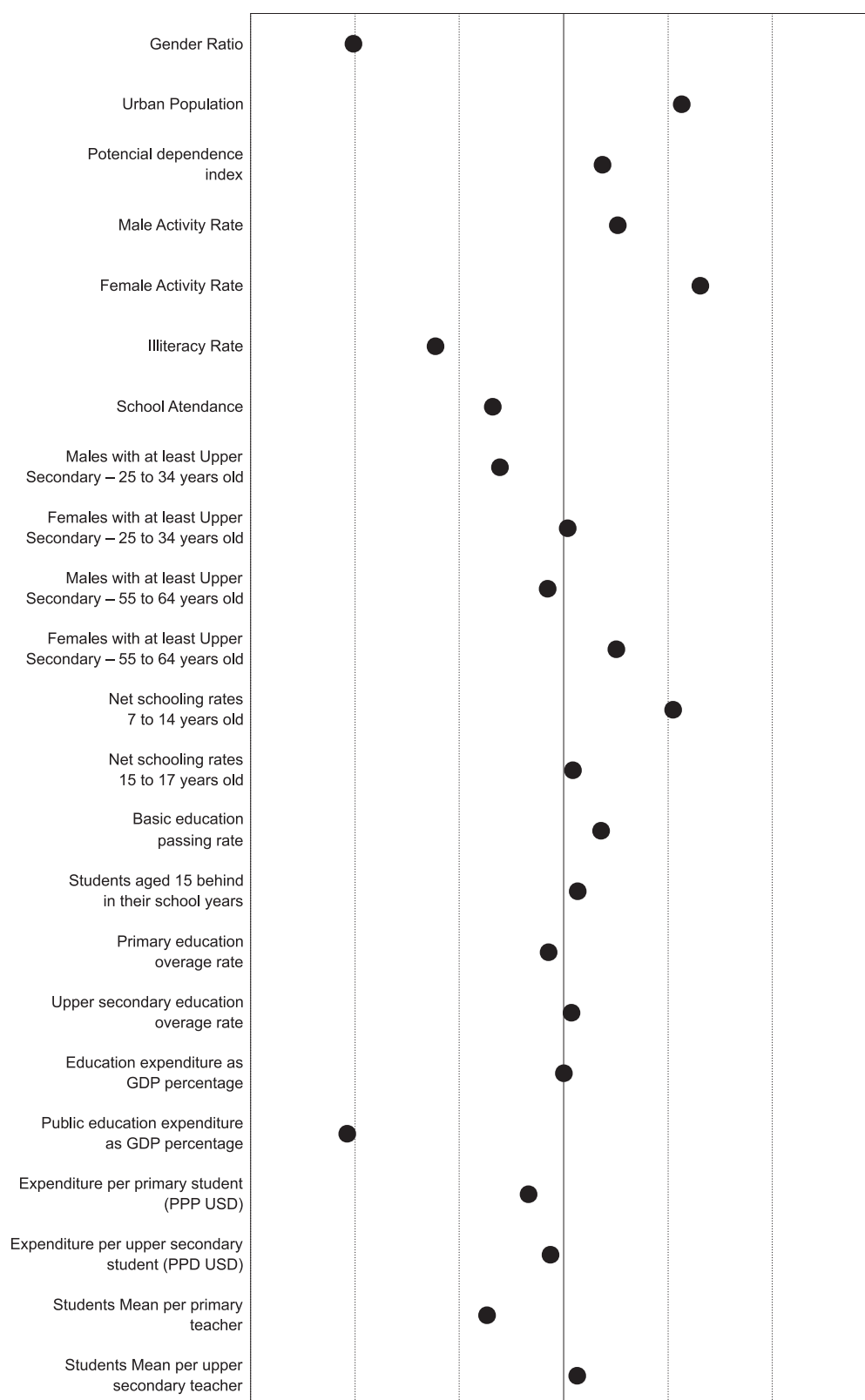
Graph 24: Chile's Profile



Graph 25: Paraguay's Profile



Graph 26: Uruguay's Profile



5. CONCLUSIONS

The Educational Mercosur Indicators System has allowed offering the educational authorities of the countries of the region information that is statistically consistent, regionally comparable and in accordance with the guidelines established in the strategic plan. These characteristics turn them into an important tool for monitoring the educational situation of Mercosur member and associated countries. Since its launching in 1997, Mercosur specialist group in educational statistics, through cooperative work and a regional comparability perspective, has attained the objective of building and producing for the region a set of 15 educational indicators that enabled the establishment of reference benchmarks for the region.

The main points shown by the indicators system can be summed up in the following points:

- high access indexes to basic education;
- remarkable evolution of the culmination of secondary education in the last decades;
- need for educational programmes for youth and adults to remedy situations of illiteracy and no conclusion of compulsory levels;
- high rates of overage, result of inefficiency of the educational systems;
- meaningful variations amongst countries on education expenditure related to the quantity of non-assisted population.

Specifically, the figures indicate meaningful advances of the countries of the region in relation to the population schooling, with increases in school attendance for the group aged 5-29 – more than 60% -, and in particular, regarding access to basic teaching with rates lower than 95%. In this aspect, the countries of the region have performed important progresses towards the achievement of the objectives and aims formulated in the benchmark set by a world initiative, also assumed by Mercosur member states and associates, as Education for All – EPT (World Conference on Education for All – in Jomtien, Thailand, in year 1990, World Forum on Education for All, held in Dakar, Senegal in year 2000). However, the Ministers of Education have identified the existence of important challenges regarding education matters. Thus, it is important to point out the need of increasing access to pre-primary and secondary teaching, extending and improving the educational programmes destined to youth and adults, and assure parameters of quality in the educational programmes offered.

In this way, it is possible to notice that there are still illiteracy situations that fluctuate between 2% and 14% of the adult population and that at least 25% of the population aged 15-17 in the region is not attending school. However, the culmination levels of secondary studies have been increased considerably, if we compare the population group aged 55-64 with the 25-34 one. In some countries, the situation requires especial attention. Thus, for the first group it is observed figures between 8 and 30%, while for the adult youth population, between 28% and 59%. That is say, in accordance with the objectives of EPT, it is necessary additional efforts to extend and improve educational programmes for youth and adults, facilitating, in this way, equal access to all youth and adults to basic and permanent education.

The results for the period 1996-2000 also point to the evolution in the region, in direction to equality amongst genders regarding educational opportunities, shown in an increase of schooling amongst women. The regional average of the percentage of women with at least upper secondary, regarding the population aged 55 – 64 is 17,8%, being 41,9% for the group aged 25 to 34. On the other hand, the same indicator for the male population presents figures of 22% and 39% for the same age groups in year 2000.

It is also important to observe the situation regarding the inefficiency of the educational systems, showed through the high rates of failure (that result in students repeating the same school years) leading to high percentages of over aged students. Four of the six countries have kept the failing rates of at least 10% in the basic education and the regional average of overage rates have reached figures of 20% for the primary, 28% for the lower secondary and 30% for the upper secondary for year 2000.

In the period 1997 to 2000, the public expenditure with education as a percentage of the GDP has been kept between 4% and 5%. The disparity in the region is meaningful when the expenditure per student average is evaluated, measured in American dollars, according to the parity of purchasing power (PPP). Despite the countries have presented a tendency to improvement along this period, the differences amongst them are important.

For the primary level in year 2000, the figures per student expenditure vary from 720 to 1,600 dollars, for the lower secondary level the range of variation is 880 to 2,500 dollars and for the upper secondary from 550 to 2,800. The reduction of these disparities in the region must be the consequence of a combination of increases in the resources intended for

education and the efficient use of those resources, given the variations observed in the expenditure per student and the relatively low investments. It is worth mentioning that in the Benchmark for Americas of EPT¹⁹ it is emphasized the necessity of paying special attention to the low increments in the educational resources and in the inefficient use of those already intended. This topic is part of the regional concerns which can be seen reflected in the work carried out by Orealc/Unesco – Santiago and the Economy Commission for Latin America (Cepal) *To invest better in order to invest more. Education funding and management in Latin America and Caribbean*.

Although this set of basic indicators allows us to come to general conclusions about the situation of education in the region, the same is not comprehensive in the sense that it does not include the total educational dimensions and variables, regarding the coverage, such as equality and results of the educational system related to students' academic attainment. In terms of coverage, the specialist group has proceeded to actions that tended to incorporate statistics and indicators of high education with participation of the Coordinating Regional Committee of Higher Education, which have resulted in the inclusion of specific indicators for short and medium term. However, there are still pending guidelines in the field of compared educational statistics that lead to the inclusion of indicators that show more accurately the conditions of inequality present in the region, through work articulated with the activities stipulated in the Strategic plan defined by the Ministers of Education of the countries of the region and by the Regional Coordinating Committee. On the other hand, the activities proposed by the Project Managing Group "Indicator System of Educational Mercosur" intended to the harmony of the work with the distinct international and regional initiative existing in the region, has provoked at short term more efficiency in the use of the national resources and in the field of educational statistics in face of the convergence of the projects in effect. This way, it is hoped that an interchange of experiences of the kind that enrich the regional work put together efforts in order to achieve support for the production of educational statistics in Mercosur, meeting the realities and necessities of the member and associated countries.

¹⁹ Education for All. Action Benchmark for the Americas. Adopted in the Conference of the Americas on Education for All. Santo Domingo, Dominican Republic, 10-12 February 2000.

APPENDICES

1. REPORT OF TECHNICAL MEETINGS AND SEMINARS

Mercosur Educational Statistics Seminar
Santiago de Chile – 13 to 17 October 1997

The first meeting occurred during the SIC Workshop, where it was agreed the conformation of the working group of specialists in educational statistics and a basic set of indicators for SEM, with the participation of the Associated countries.

I Technical Meeting
Buenos Aires, Argentina – 9 and
10 June 1998

The objective of the meeting was to present a proposal for the setting up of a basic number of feasible indicators to be published in the web site of Educational Mercosur. With such object the sessions were dedicate to:

- select a small number of feasible indicators at short-term;
- define them, precisely, including calculation methodologies;
- offer the necessary information for their calculation; and
- identify the available information for their

calculation per each one of the countries and define the basic standard tables necessary for the collection of the primary data.

For the comparability amongst teaching levels, having as reference the Normalized International Classification of Education (Cine 97),²⁰ the countries have agreed on the following adaptation of every educational level per country:

Table 24: Duration in years of every teaching level²¹

COUNTRY	TEACHING LEVEL			
	Pre-Primary ²¹	Primary	Lower Secondary	Upper Secondary
ARGENTINA	3	6	3	3
BOLIVIA*	3	6	2	4
BRAZIL	3	4	4	3
CHILE**	3	6	2	4
PARAGUAY	2	6	3	3
URUGUAY	3	6	3	3

* Bolivia started its participation in the group from the meeting in 2000, in Uruguay.

** In the I Technical Meeting, Chile presented 4 years duration for the Primary and 4 years for the Lower Secondary. However, at the moment of confection and sending of the tables with information, it was proposed 6 years duration for the Primary and 2 years duration for the Lower Secondary, such as it was adapted in the indicators world project of Unesco/OCDE.

These four levels of teaching coincide with levels 0, 1, 2 and 3 of Cine 97, respectively. Besides, it was defined a uniform teaching level for the 5 countries of Mercosur denominated *basic teaching* (Cine 1 + 2) that includes the Primary and Lower Secondary levels (Cine 1 and Cine 2). The original idea of taking a year – the last year of pre-school – for the pre-primary, is explained by the initial difficulty in establishing adequate criteria for the definition of such level in a comparable way.

For the classification of the basic indicators, two analytical categories were identified: *global* and *specific*. While the first refer globally to the socio-economic context or to the educational system as a whole, the second ones refer to specific aspects of the educational system.

Global indicators refer to the totality of the population or to the educational system of each country. These indicators provide information corresponding to the total population of the country, gender ration, potential dependence ratio, urban population percentage, potential dependence index, activity rate, illiteracy condition, school attendance, gross domestic product *per capita*. They also refer to formal education of the country in terms of enrolments and the educational units per teaching level and teaching staff, per gender.

Specific Indicators refer to the proper characteristics of the educational system both internal and external to the system.

²⁰ Cine 97 is the International Normalized Classification of Education built and accepted internationally. It was created to offer a multiplicity of educational forms and professional formation of the diversity of educational providers and of the use of other modalities not based on school, with distance education programmes. The present revision in use was approved by Unesco General Conference, in the 29th meeting in November 1997. Cine '97.

²¹ Originally, the pre-primary level had been defined as only one year duration. However, along the process of data collection it was agreed to take every country's definitions in relation to CINE 97's application.

Indicator 1: Percentage distribution of the total adult population, economically active and non-active per gender, age according to teaching level completed.

Indicator 2: Net rate of schooling per age group.

Indicator 3, 4 and 5: Passing, failing and Abandoning rates per teaching level.

Indicator 6: Students per section and teaching level.

Indicator 7: Distribution of 15 year-old students according to their condition of being ahead or behind in their school years.

For every one of the selected indicators, it has been established the definitions, calculation formulae, spreadsheets for information sending (base spreadsheets), presentation spreadsheets with the results of the indicator, agreed that Argentina would be responsible for the coordination of the activities of implementation of the processes of gathering, consistency, production of indicators and preparation of the publication that lead to publishing information through Educational Mercosur's web site.

In this technical meeting, it has been identified the necessity of dedicating a special effort to the definition of the teaching levels after the high secondary, through the participation of the information producers for the tertiary education of every country in the activities of the Specialists Group.²² Moreover, it was proposed for the future, the organization of a workshop to discuss and come to a consensus on definitions about the phenomenon of failing and repeating the same school year and methodologies for its measurement.²³

Finally, it has been decided to incorporate the definitions adopted in this Meeting to Mercosur educational statistics glossary.

II Technical Meeting Brasilia, Brazil – 17 to 19 May 1999

The objective of this meeting was to evaluate the first results obtained in the production of the indicators and to continue with the development of the educational indicator system which allows providing necessary information for the elaboration and evaluation of the educational policy in the region, pointing to strengths and weaknesses with the purpose of generating greater efficiency and equality. So that, it was proposed to incorporate a new set of educational indicators that allow advances in the description of the situation and the educational processes in Mercosur countries.

Thus, the indicator system of Mercosur educational was enlarged with the incorporation of new indicators, taking advantage of the efforts made by the member and associated countries in taking part in other regional and world projects, related to this matter. Given that since 1998, all participating countries of the World Education Indicators (WEI) of Unesco/Organisation for Economic Co-operation and Development (OCDE)²⁴ supplied funding information for the production of homogeneous and consensus indicators in this field, it was then decided to adopt the same

²² This proposal could recently be carried out in the December 2003 meeting, in Brasilia, Brazil.

²³ The workshop was carried out in September 2001, in Brasilia, Brazil.

²⁴ On the date of this meeting Bolivia did not take part in the activities of the Indicator System of Educational Mercosur.

methodology and its publication would be a reproduction of the corresponding indicators produced for the WEI project. Therefore we have:

- Indicator 8: Education expenditure as percentage of the GDP for all teaching levels. (Indicator B1.1a OCDE. *Education at a Glance* 1998 – 4 first categories.²⁵)
- Indicator 9: Education Expenditure of Public and Private Sources for Educational Establishments as percentage of GDP per teaching level. (Indicator B1. 1d OCDE. *Education at a Glance* 1998).
- Indicator 10: Percentage of Educational Expenditure inside Total Public Expenditure, according to Teaching Level. (Indicator B2.1 OCDE. *Education at a Glance* 1998).
- Indicator 11: Annual Expenditure per Student (in PPP dollars) according to Teaching levels (Indicator B4.1 OCDE. *Education at a Glance* 1998).
- Indicator 12: Student-Teacher Relation vis-à-vis Students per Teaching Level. (Indicator B7.1 OCDE. *Education at a Glance* 1998).

And in relation to specific educational situations of the region,

- Indicator 13: Overage Percentage per Teaching Level.
- Indicator 14: Percentage of 15 to 17 year-old students in Adult Education.
- Indicator 15: Percentage Distribution of the Population aged 14 and 17, according to Schooling Condition and Teaching Level.

So that, after two years working, Mercosur Educational Indicators System arrived to a key set of 15 indicators, covering issues of the socio-demographic context of the system, regarding access and internal efficiency and social impact indicators. The following years were dedicated to updating, introducing improvements and consolidating the processes of producing and publishing information.

III Technical Meeting Montevideo, Uruguay – 3 and 4 April 2000

The meeting concentrated on the analysis of information produced, especially in terms of comparability and consistency along the years. Due to the different structures and ages that compose each one of the teaching levels defined for every country it was necessary to exclude the age 14 from the Indicator number 15: "Percentage distribution of the population aged 14 and 17 according to schooling condition and teaching level, according to countries". This was due to the fact that in Argentina, Paraguay, Uruguay and Brazil people at the age of 14 should be enrolled in the lower secondary, while in Chile, they should be at Upper secondary. This threatened the comparability amongst the countries.

As the definitions of every indicator were agreed by the participating countries and adjusted by every country due to their own ways of working

²⁵ *Education at a Glance* is an annual publication of OCDE, which presents a set of indicators compared amongst the member countries. Form year 1998, this publication has presented results of the World Education Indicators Project – WEI/Unesco/OCDE.

and organizing their respective educational systems, it was proposed to have a retrospective look over the educational situation at Mercosur and, if necessary, redesign those indicators whose definition moves away from the regional comparability and homogeneity.

These activities confirm the importance of the cooperative activities developed in Mercosur scope, besides the compromise of working, assumed by the countries, aiming at improving more and more the quality of the information and the consistency and comparability amongst the indicators. This allowed the Specialist Group to begin getting concerned more and more with the analysis and publishing of information, promoting the realization of an analysis of the indicators produced.

*IV Technical Meeting and Seminar on
Schooling Flow Indicators in the Sscope of Mercosur Associated
and Member Countries, Brasília, Brazil
12-14 September 2001*

The main objective of this meeting was to hold the Seminar on Schooling flow indicators for the countries in the region, with the participation of national and international specialists. The meeting was a means of facilitating and promoting the countries' presentation of definitions and terminology used in relation to the school flow and educational trajectories of the students, as well as the indicators and methodologies for their estimations, with the support of Unesco/ Orealc.

The countries identified that there were differences in the definitions adopted and in the educational processes involved. Most of the models used by the countries consider that the initial access is only in the first year of the level and that the students that leave the system do not return to it. It was identified the future need for a specific work of designing a methodology that offers specificities of the educational systems and that allows the most adequate estimation for the indicators involved.

The group has also identified the need for defining and producing indicators for higher and technology education, through a joint and coordinated work with the coordinating committees of the mentioned areas.

Finally, the Brazilian CCR – *protempore* presiding – presented to the Specialist Group the new organizational structure of Mercosur, which is a new model of activities managing through specific projects in accordance with the SEM's Strategic Plan 2001 – 2005. So that, it was sought more efficient instruments for monitoring the activities of the working groups, which would conform to the Project Managing Groups. Thus, the Specialist Group discussed the general guidelines for designing a project profile to present as a proposal in the next group's meeting, in order to be taken to SIC and CCR, as the highest decision organs. The profile of the project should follow specifications determined by CCR for the formal presentation of the project profiles for their appreciation and possible approval.

*V Technical Meeting
Fortaleza, Brazil – 10 September 2002*

From the IV Meeting, the Specialists Group worked on the designing of the profile of the project under the coordination of Argentina, according to the guidelines in the Strategic Plan 2001 – 2005. The Plan, approved by

the Ministers of Education, determined that CCR would establish the annual programmes schedule for the sector. Therefore, it was established as a priority aim for SIC the consolidation and integration of the education information system of the associated and member countries, making available for the general public and through the internet, data on education of the region and on the Mercosur Education Sector. It was identified that for complying adequately with this aim it was essential that the Educational Indicators System prioritized the strategies of updating and advance on the production of indicators demanded by other topic areas.

The proposal elaborated by this group derived in the profile of the project named Indicators System of Educational Mercosur, with the duration of 4 years. The project kept the original idea of the Specialist Group at the beginning of its activities, based on a fundamental principle for the development of the educational indicators system in the scope of Mercosur: to assure a participative process of methodological and conceptual compatibility, respecting the singularities of the educational systems of the participating countries.

Besides, it was proposed to seek an integration of the Mercosur project with the rest of the existing projects in the region, identifying indicators according to their relevance for educational Mercosur, that reflect the necessities, priorities and levels of development of the countries in the region. In this way, the responsible body for educational data collecting at a world level is Unesco through its Institute of Statistics (UIS). In analysing the projects in effect on the occasion and seeking the convergence of efforts by the teams of national technicians, it was identified the following equivalences and proximities amongst the indicators and basic information pertaining to Educational Mercosur, and the information gathered by UIS:

Table 25: Equivalence of tables and methodologies between Educational Mercosur and Unesco

(continue)

MERCOSUR		UNESCO
INDICATOR	TABLE	TABLE
Indicator 1. Percentage of the Population who has completed teaching levels selected by age and gender	Table 1. Total Population per gender and age, according to the highest teaching level completed	Table DEM2 (WEI)
Indicator 2. Schooling net rates per age group	Table 2. Population aged 3 or older and schooling population per teaching level and age	Tables DEM1 e ENRL1 (WEI)
Indicator 3, 4 and 5. Passing, failing and abandoning rates per teaching level	Table 3. Initial enrolments, successful students and unsuccessful students per school year and teaching level. Common Education	NOT AVAILABLE
Indicator 6. Average of students per section per teaching level	Table 4. Enrolment and sections per teaching level, according to kind of section. Common Education	NOT AVAILABLE
Indicator 7. Percentage distribution of 15 year-old students per quantity of years behind or ahead	Table 5. Enrolment per consecutive year according to age	Table 5 and 6 (only common education)
Indicator 8. Education expenditure as % of the GDP per funding source (all teaching levels)	Table 6. Education expenditure as % of the GDP per funding source (all teaching levels)	Table FINANCE1 (WEI)
Indicator 9. Education expenditure from public and private sources as percentage of GDP per teaching level	Table 7. Education Expenditure from public and private sources as percentage of GDP per teaching level	Table FINANCE1 (WEI)

Table 25: Equivalence of tables and methodologies between Educational Mercosur and Unesco

(conclusion)

MERCOSUR		UNESCO
INDICATOR	TABLE	TABLE
Indicator 10. Percentage of public expenditure on education inside the total public expenditure per teaching level	Table 8. Percentage of public expenditure on education inside the total public expenditure per teaching level	Table FINANCE1 (WEI)
Indicator 11. Spending per student (in American dollars converted using PPPs) per teaching level	Table 9. Spending per student (in American dollars converted using PPPs) per teaching level	Table ENRL2 and FINANCE2 (WEI)
Indicator 12. Students per teacher per teaching level	Table 10. Students per teacher per teaching level	Tables ENRL2 and PERS1
Indicator 13. Overage rate per teaching level	Table 11. Students per teaching level and year, according to ages	Tables 5 and 6 (only common education)
Indicator 14. Percentage of students aged 15 to 17 in adult education	Table 12. Students aged 15 to 17 in the educational system in adult education	NOT AVAILABLE
Indicator 15. Percentage Distribution of 17 year-old population per schooling condition and teaching level	Table 2. 3 year-old plus population schooling population per teaching level and age	Tables DEM1 and ENRL1 (WEI)

The comparison carried out is possible because both projects use Cine'97, which allows concluding that there are no meaningful differences in the production of tables for common indicators. Distinctions occur in the data collection to provide specific answers to the region. So that, the countries can establish mechanisms of production of information that allow optimization of work and also the comparison and cooperation with other international initiatives.

The general objective of the project is to produce and spread information that are comparable, reliable and updated on the educational systems of the Mercosur countries, by means of a set of indicators, aiming at contributing with the formulation, monitoring and validation of the educational policies of the region, helping the process of integration of the Educational Sector.

This project contemplates six lines of action, namely:

- Determination of the mechanisms of data updating and indicators;
- Development of new educational indicators related to the Sector;
- Carrying out of regular analysis;
- Publishing and spreading of the obtained products;
- Strengthening of the educational information system of the region, according to interaction with SEM's components;
- Identification and use of basic tables and educational indicators developed in other indicator projects of the region, when they contribute to measuring the policies and actions of Educational Mercosur.

The carrying out of the project is responsibility of the Project Managing Group (GPP). It was proposed to maintain the Technical Group of Specialists as members of the GPP, approved by SIC.

Seminars and workshops are promoted through the project, aiming at conceptual and methodological compatibility with the participation of national and international specialists in the topic to be discussed. GGP selects, from what was concluded in the seminars/workshops, which

indicators to include in the system, according to its relevance to the objectives of SEM.

Following this guideline, in December 2003 it was held a workshop for the higher education statistics, according to the plan of activities proposed in the project.

Besides the annual seminars/workshops, the GGP must hold at least a meeting of annual coordination, for the evaluation of the activities developed, the progressive updating of the indicators and the incorporation of new indicators.

*GGP Members Meeting During the IV Regional UNESCO
Educational Statistics Workshop
Quito, Ecuador – 11 April 2003*

In Quito, it was held an extraordinary informal meeting of GGP members, while they were participating in the Regional workshop of Education Statistics of the Statistics Institute of Unesco (IEU).

In the meeting it was discussed the use, as a pilot experience, of some of the format of the tables of the project WEI-Unesco/OCDE (tables DEM) in substitutions to the ones used in the previous stage of the Indicators Systems of Educational Mercosur (Table No 1). In order to carry on with this activity, the Institute of Statistics would send technical manuals to the Bolivia delegate, because this country does not take part in the project WEI-Unesco/OCDE.

It was confirmed the holding of the Seminar of Educational Indicators for Higher Level under the organization of Brazil, agreed in Fortaleza in 2002. UIS, through its regional advisory in Orealc/Unesco-Santiago, also confirmed that would contribute with the organization of the Seminar, in granting the attendance of at least one representative of each country, and in providing technical assistance with the participation of specialists in the subject.

*I GGP Meeting
Brasilia, Brazil and
Workshop of Higher Education Indicators for Mercosur
15-17 December 2003*

GGP meeting happened after the Workshop "Higher Education Indicators for Mercosur", a result of the first joint activity of the GGP group and the Coordinating Regional Commission of Higher Education (CRCES), generating the fundamentals for the production and incorporation to the system of indicators of higher education. The workshop had the support of Unesco through Orealc and UIS, besides wishes of maintaining future technical and finance support for the carrying out of the project.

In the GGP meeting on 17 December, it was decided to incorporate the following indicators:

- Schooling rate of students aged 18-24;
- Rate of incorporation in the higher level;
- Percentage of students enrolled in teacher training programmes and others, per type of programme – university or not;
- Distribution of students enrolled per types of degree: specialization, Masters, Doctoral and post-doctoral;

- Percentage distribution of higher education leavers per broad groups and educational sectors defined in Cine 97;
- Percentage distribution of student per managing sector and educational level.

Only the first indicator of the previous enumeration would be included in the next publication, leaving the rest for the following stage.

II GGP Meeting
Buenos Aires, Argentina – 26 and 27 April 2004

At this meeting it is started discussions on the products specifically referred to the implementation of the project in effect, approving the change of design in the publication of the indicators in the web site of Educational Mercosur. It is decided to incorporate the indicators proposed in the previous GGP meeting and start the activities related to the analysis of the indicators published in the period 1996-2000. In order to carry on with this task, Unesco (Orealc and UIS) provides support that result in the present report.

In the 6 years period of activity, the group of specialists with the support of SIC and of CCR, could carry out and get over obstacles to the challenges proposed since the beginning, in October 1997, with the incorporation of those indicators that the countries are capable of producing or comparing, relevant to SEM's guidelines; the holding of the workshops with the participation of specialists in the topics, to strengthen the capacity of production and analysis of the educational systems of the region and its relation with other countries; as well as to maintain a process of improvement in the production and updating of information. The attitude of the members of the group in maintaining along the period a cooperative work in search of an effective integration of the educational statistics systems, was decisive for carrying out of the proposals.

2. METHODOLOGICAL NOTES

The work developed for the period 1996-2001 demanded efforts from the countries in order to produce comparable and reliable information. Learning was progressive, aiming at keeping statistics coherence of the data.

For the average calculation of the countries, when information was not available for a particular year it was used the information for the following year, when available.

From the 2001 data, there were changes in the classification of the teaching levels for a better adjustment to Cine 97's classification. So that, the production of information will allow establishing comparisons with other projects of indicators, particularly, the Educational Indicators Project of the Americas Summit (Prie) and the member countries of the organization for the Development and Economic Co-operation (OCDE). It will also allow optimization of the production of base information with standard tables and categories of educational programmes.

Besides specific notes presented by the countries, there are some relevant methodological considerations to understand the information produced by the countries.

The global indicators were recollected directly from the respective national institutes of statistics, which, according to availability of information, many times do not coincide with the date in the display. Their presence in the statistics display is more important to establish global

references than for comparisons amongst countries, once there are no standard definitions.

The information used in this report was updated in order to carry out the longitudinal comparison. In this way, Uruguay completed the information for year 1996, Bolivia included some indicators for year 1997, and Brazil reassessed some indicators for year 1998, mainly, the ones related to socio-economic data from Brazilian Institute of Statistics and Geography (IBGE).

GDP *per capita* was not incorporated in this report due to the figures presented were not standard.

The category "Only up to complete primary" of the indicator 1, includes the individuals not attending schools, the ones that have not completed the primary level and the ones who have completed the primary. The category "at least upper secondary" includes the individuals who have completed the upper secondary level and the tertiary level.

Figures higher than 100% in indicator 2 is explained by lack of adequacy for the enrolment figures in the ages with universal school coverage, or around it, and the projection of the population at those ages.

For the calculation of the average of the countries it was considered figures than 100% as 100%.

The finance data for Brazil, previous to 2000, were adjusted to the methodology adopted from that year, without inclusion of financial spending with retired people.

Indicators of Educational Mercosur

Two types of indicators were identified: *global* and *specific*. The former refers globally to the national socio-economic context or to the educational system as whole, the latter refers to specific aspects of the educational system.

GLOBAL INDICATORS

Refer to the totality of the population or to the educational system of each country. These indicators were based on national standards and did not make part of the methodological development of the technical group of statistics represented in the Managing Group of the Educational Indicators Project of Educational Mercosur (GGP).

Gender ratio

The gender ratio calculates the relation between male and female populations of a country, multiplied by 100.

Urban population

The percentage of urban population calculates the level of urbanization of a country measured as the percentage proportion of the population allocated in the regions considered urban regarding the national standards.

Potential dependence index

The indicator calculates the relation between the population under age 15 and the one over age 64 and the population aged 15 to 64 multiplied by 100.

Activity rates

The indicator calculates the percentage proportion of the population aged 15 plus, economically active (population aged 15 plus who participates in the labour market, employed or not). The refined rate considers the population aged 14 plus. The male rate includes only the male population and the female rate, the corresponding female population.

Illiteracy rates

The indicator calculates the percentage population of the population aged 15 plus who are illiterate, according to national standards.

School attendance

This rate calculates the relation between the total of students enrolled in the educational system of a country with relation to the population aged 5 to 29, according to international standards, considered as the potential of schooling in the educational system, including all teaching levels.

SPECIFIC INDICATORS

These indicators refer to the specific characteristics of the educational system.

Indicator 1 – Percentage of the population that has completed teaching levels selected per age and gender.

The indicator calculates the proportion of the adult population per gender and age group that has achieved a teaching level (primary, secondary and higher).

$$NEA_{ij} = \frac{na_{ijg}}{p_{ig}} * 100; \text{ to } i = 1, 2, 3 \text{ (group 1 = aged 25 to 34; group 2 = aged 35 to 44; group 3 = aged 45 to 64)}$$

where na_{ijg} = population that has achieved level j to the age group i and gender g ;

and p_{ig} = population for the age group i and gender g .

Indicator 2 – Net schooling rate per age groups

The indicator calculates the proportion of the population at the age of joining the school years, corresponding to the theoretical ages selected, who are effectively enrolled.

The age groups to which are calculated the indicators are: aged 7-11, aged 12-14, aged 15-17 and aged 7-14.

$$TNE_i = \frac{m_i}{p_i} * 100; \text{ to } i = 1, 2, 3, 4 \text{ (group 1 = aged 7-11; group 2 = aged 12-14; group 3 = aged 15-17; group 4 = aged 7-14)}$$

Where m_i = enrolment for the i age group;

And p_i = population for the i age group in year j .

Indicator 3, 4 and 5. Rates of passing, failing and abandoning per teaching level.

Passing rate is the proportion of students of initial enrolment that achieved satisfactory results, according to the legislation in effect, in the evaluation tests of a particular school year and could join the following school year.

$$TAP_i = \frac{\sum_{l=1}^{k_i} ap_{li}}{\sum_{l=1}^{k_i} m_{li}} * 100 \quad \text{to } i = 1, 2, 3, \text{ and } 12 \text{ (Cine 1, Cine 2, Cine 3, Cine 12).}$$

Where ap_{li} = pass year l to level i

m_{li} = initial enrolment from year l to level i

k_i = quantity of years for level i .

Failing rate is the proportion of students of initial enrolment that did not achieve satisfactory results, according to the legislation in effect, in the evaluation tests of a particular school year and could not join the following school year.

$$TRP_i = \frac{\sum_{l=1}^{k_i} rp_{li}}{\sum_{l=1}^{k_i} m_{li}} * 100 \quad \text{to } i = 1, 2, 3 \text{ and } 12 \text{ (Cine 1, Cine 2, Cine 3, Cine 12).}$$

Cine 12)

Where rp_{li} = pass* year I to level I is this right?

m_{li} = initial enrolment from year I to level i

k_i = quantity of years for level i.

School abandoning is obtained by difference and only refers to abandoning during the school year. So that the Abandoning rate is the proportion of students of initial enrolment who abandon their studies during the school year.

For the successful students, the unsuccessful ones and initial enrolment per teaching level and school year, the levels are primary, and lower and upper secondary.

Indicator 6 – Students per section and teaching level

The indicator calculates the average of students that are taught in the same section, measured as the relation between initial enrolments in the level per number of sections of that level.

$AS_i = \frac{m_i}{s_i}$; i = levels (pre-primary, primary, lower secondary, upper secondary).

Where m_i = level i students

s_i = number of sections in level i.

Indicator 7 – Distribution of 15 year-olds according to the condition ahead/behind in their school years

School years behind/ahead is the no-correspondence of the school year attended by the student in relation to the school year that he/she should theoretically attend according to his/her age. The indicator calculates the percentage distribution of the students aged 15 according to the number of school years ahead or behind regarding the theoretical school year.

$AR_t = \frac{nar_t}{n_{15}} * 100$; t = 0,1,2,3 or + years behind, or t = 1, 2 or + years ahead. n_{15} = 15 year-old students enrolled in common education.

Indicator 8 – Expenditure on Education as percentage of GDP for all Teaching Levels

The indicator calculates the proportion of a country's GDP that is invested in education

$PGE_f = \frac{GE_f}{PBI} * 100$; f = public, private or total sources.

GE_f = f source annual spending on education

Indicator 9 – Public and Private Expenditure on Educational Institutions as a percentage of GDP by Teaching Level

The indicator calculates the proportion of GDP that is invested in each one of the educational levels.

$PGE_i = \frac{GE_i}{PBI} * 100$; i = teaching levels: pre-primary, primary, lower and upper secondary and tertiary.

GE_i = expenditure on educational level i.

Indicator 10 – Percentage of Educational Expenditure in the Total Public Expenditure, according to Teaching Level

The indicator calculates the proportion of the annual public expenditure that is allocated to each one of the educational levels.

$PGPE_i = \frac{GPE_i}{GP} * 100$; i = teaching levels: pre-primary, primary, low and high secondary and tertiary.

GPE_i = annual expenditure on educational level i.

GP = total of the annual public expenditure.

Indicator 11 – Annual Expenditure per Student (PPP) according to Teaching Level

The indicator calculates the unitary spending on a teaching level which is the proportion invested per student on an educational level. For the international comparison the expenditure data are converted in dollars by PPP, the parity purchasing power index, calculated every year by the World Bank. The students are converted in equivalent-student. An equivalent-student is the one who attends a full-time teaching level.

$GEA_i = \frac{GE_i}{nae_i}$; i = teaching levels: pre-primary, primary, lower and upper secondary and tertiary;

GE_i = annual expenditure with teaching level i;

nae_i = number of equivalent-students enrolled in level i.

Indicator 12: Relation Student-Teacher per Teaching Level

The indicator calculates the relation of students of a level per teacher who teach that level of education. Students and teachers are calculated as full-time equivalent-students and equivalent-teachers

$NAD_i = \frac{nae_i}{nde_i}$; i = teaching levels: pre-primary, primary, lower and upper secondary and tertiary;

nae_i = number of equivalent-students enrolled in level i.

nde_i = number of equivalent-teachers in level i.

The definitions, necessary information for the construction and calculation formulae of the of financial and human resources indicators on education (indicators 8 to 12), correspond to the ones defined by Unesco/OCDE for the project WEI.²⁶

Indicator 13 – Overage Rate per Teaching Level

The overage rate calculates the proportion of students of initial enrolment who are older than the theoretical age plus one for the corresponding year. It is decided to take as overage the students who are over one year older than the expected age due to the different legislations of Mercosur member countries. This indicator does not include the ones in special education for youth and adults.

$TSE_i = \frac{nas_i}{m_i} * 100$; i = teaching levels: pre-primary, primary, lower and upper secondary.

nas_i = number of students at level i aged over the theoretical age plus one.

m_i = initial enrolment in level i.

Indicator 14 – Percentage of 15-17-year-olds in Adult Education

The percentage of 15-17-year-olds in Youth and Adult Education calculates the proportion of this age group attending adult education from the total students at the same age group regularly enrolled in the educational system.

$PEJA_i = \frac{njas_i}{m_i} * 100$; = students at age group 15-17.

$njas_i$ = students at age group enrolled in youth and adult education;

m_i = total of initial enrolment of students at age group 15-17.

Indicator 15 – Percentage Distribution of the 17-year-old Population according to Schooling Condition and Teaching Level

The Percentage Distribution of the 17-year-old Population according to Schooling Condition and Teaching Level calculates the proportional distribution of 17-year-olds according to schooling condition and teaching level in relation to the total of the 17-year-olds respectively. The conditions of schooling considered were the groups: in no-education, in education at primary, lower and upper secondary levels.

²⁶ The annual issues of *Education at a Glance*, published by OCDE, present the methodology for these indicators.

Note: It is possible the existence of a small proportion of 17-year-olds at tertiary level, who would be included in the non-educated. It is supposed a small participation of this age in the Tertiary level.

$$PE_{ic} = \frac{pb_{ic}}{p_i} * 100; i = \text{age 17}; c = \text{schooling condition (no-schooling, in education at primary, lower and upper secondary levels);}$$

pb_{ic} = population age i with the schooling condition (or no-schooling) level c.

3. DATA TABLES

The information mentioned in this report can be found in the Statistics section of the Communication and Information System of Educational Mercosur Website, (<http://sicmercosul.mec.gov.br>).

